

**PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL
REGIÃO NORTE
FILEIRAS ESTRATÉGICAS**

OUTUBRO 2007

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

ÍNDICE

1 VINHO	5
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA VITIVINICULTURA NA REGIÃO NORTE	5
1.2 ANÁLISE SWOT	12
1.3 ESTRATÉGIA	14
1.3.1 Objectivos	14
1.3.2 Operacionalização da Estratégia	15
1.4 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA	22
1.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS	24
1.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO	25
ABANDONO DEFINITIVO DA VINHA	26
1.6 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS	27
2. AZEITE	28
2.1. INTRODUÇÃO	28
2.2 CARACTERIZAÇÃO	29
2.3 ANÁLISE SWOT	34
2.4 ESTRATÉGIA	38
2.4.1 Objectivos	40
2.4.2 Medidas e Acções	40
2.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS	42
2.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO	43
2.7 VALOR PREVISIONAL DA FILEIRA	46
2.8 METAS A ATINGIR	47
2.8 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS E ACÇÕES	48
3 HORTÍCOLAS	49
3.1 INTRODUÇÃO	49
3.2 CARACTERIZAÇÃO	49
3.3 ZONAS DE QUALIDADE	52
3.4 ANÁLISE SWOT	53
3.5 ESTRATÉGIA	54
3.6 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA	55
3.7 TIPOLOGIA DE PROJECTOS	56
3.8 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO	57
4 FLORES	59
4.1 CARACTERIZAÇÃO	59
4.2 ANÁLISE SWOT	61
4.3 ESTRATÉGIA	62
4.3.1 Acções e metas	63
4.4 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA	64
4.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS	64
4.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO	65
5 FRUTICULTURA	67
5.1 ENQUADRAMENTO	67
5.2 MAÇÃ	71
5.2.1- CARACTERIZAÇÃO	71
5.2.2 ANÁLISE SWOT	73
5.2.4. ESTRATÉGIA	74
5.2.5 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA	79
5.2.6 TIPOLOGIA DE PROJECTOS	80
5.2.7 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO	81
5.2.8 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS	82

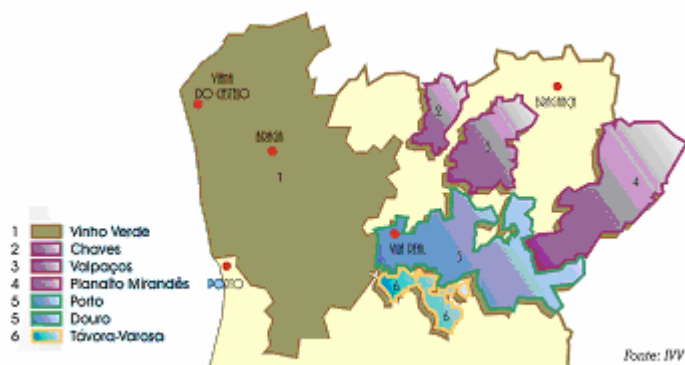
5.3. KIWI.....	83
5.3.1 CARACTERIZAÇÃO.....	83
5.3.2 ANÁLISE SWOT.....	84
5.3.4 ESTRATÉGIA.....	85
5.3.5 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA.....	87
5.3.6 TIPOLOGIA DE PROJECTOS.....	88
5.3.7 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO.....	89
5.3.8 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS.....	90
5.4 CEREJA.....	91
5.4.1 INTRODUÇÃO.....	91
5.4.2 CARACTERIZAÇÃO.....	92
5.4.3 ANÁLISE SWOT.....	94
5.4.4 ESTRATÉGIA.....	95
5.4.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS.....	95
2.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO.....	96
5.4.6 VALOR PREVISIONAL DA FILEIRA.....	96
5.4.7. MATRIZ DE OBJECTIVOS, MEDIDAS E ACÇÕES.....	99
5.5 CITRINOS.....	100
5.5.1 Caracterização.....	100
5.5.2 ANÁLISE SWOT.....	101
5.5.3 ESTRATÉGIA.....	102
5.5.4 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA.....	106
5.5.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS.....	107
5.5.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO.....	108
5.5.7- MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS.....	109
5.6 BAGA DE SABUGUEIRO.....	110
5.6.1 CARACTERIZAÇÃO.....	110
5.6.2 ANÁLISE SWOT.....	111
5.6.3 ESTRATÉGIA.....	111
5.6.4 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA.....	114
5.6.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS.....	115
5.6.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO.....	116
5.6.7 MATRIZ DE OBJECTIVOS.....	117
5.7 AMÊNDOA.....	118
5.7.1 INTRODUÇÃO.....	118
5.7.2 CARACTERIZAÇÃO.....	119
5.7.3 ANÁLISE SWOT.....	122
5.7.4 OBJECTIVOS.....	124
5.7.5 ESTRATÉGIA.....	124
5.7.6 VALOR PREVISIONAL DA FILEIRA.....	125
5.7.7 TIPOLOGIA DE PROJECTOS.....	126
5.7.8 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO.....	127
5.7.9 MATRIZ DE OBJECTIVOS, MEDIDAS E ACÇÕES.....	129
5.8 CASTANHEIRO.....	130
5.8.1 INTRODUÇÃO.....	130
5.8.2 CARACTERIZAÇÃO.....	131
5.8.3 ANÁLISE SWOT.....	138
5.8.4 ESTRATÉGIA.....	139
5.8.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS.....	142
5.8.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO.....	143
5.8.7 VALOR PREVISIONAL DA FILEIRA.....	144
5.8.8 MATRIZ DE OBJECTIVOS, MEDIDAS E ACÇÕES.....	146
6 FLORESTA.....	147
6.1 CARACTERIZAÇÃO.....	147
6.2 OS NOVOS ACTORES.....	151
6.3 VALOR DOS RECURSOS.....	152
6.4 AMEAÇAS E CONSTRANGIMENTOS AO SECTOR.....	153

6.5 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES LEGAIS	154
6.6 ÁREAS FLORESTAIS COM RELEVÂNCIA PARA A REGIÃO	155
6.7 PONTOS FORTES E FRACOS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS /PROF.....	156
6.8 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS	159
6.9 PLANOS ESTRATÉGICOS DE FILEIRA	162
6.10 MATRIZ DE OBJECTIVOS, MEDIDAS E ACÇÕES	163
7 QUALIDADE.....	167
7.1 INTRODUÇÃO	167
7.2 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	169
7.3 PONTOS FRACOS E PONTOS FORTES	171
7.4 DIFERENCIAÇÃO E QUALIDADE	173
7.5 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO	175
7.6 ESTRATÉGIA	178
7.6.1 Objectivos	178
7.6.2 Operacionalização da estratégia	180
7.7 TIPOLOGIA DE PROJECTOS	182
7.8 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO	183
7.9 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS	184
8 BOVINICULTURA DE LEITE	185
8.1 INTRODUÇÃO	185
8.2 CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO	185
8.3 ANÁLISE SWOT	188
8.4 ESTRATÉGIA	189
8.5 ACÇÕES E METAS	189
8.6 VALORIZAÇÃO DA FILEIRA	191
8.7 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO	192
8.8 ENQUADRAMENTO	193
8.9 OBJECTIVOS E METAS	194
9. RAÇAS AUTOCTONES	195
9.1 INTRODUÇÃO	195
9.2 CARACTERIZAÇÃO	195
9.3 PONTOS FRACOS E PONTOS FORTES	199
9.4 ESTRATÉGIA	199
9.4.1 Objectivos	199
9.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS	200
9.6 METAS A ATINGIR	200
9.7 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS	201

1 VINHO

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA VITIVINICULTURA NA REGIÃO NORTE

A área vitícola da região Norte representa 43% da área vitícola do Continente, contribuindo a região do Minho com 14% e Trás-os-Montes com 29%, sendo a delimitação das Regiões demarcadas e/ou determinadas de acordo com o mapa seguinte:



A superfície vitícola na Região Norte encontra-se distribuída de acordo com o seguinte Quadro.

Quadro 1

Regiões	Área de Vinha (ha)	Nº viticultores	Área média/viticultor
R. Vit. Vinhos Verdes	33 498	31 520	1,06
R.D. Douro	45 308	39 506	1,14
R. Vit. do Távora Varosa	3 000	2 500	1,2
R. Vit. Trás-os-Montes (Valpaços)	5 956	4 750	1,25
R. Vit. Trás-os-Montes (Chaves)	3 000	3 600	0,83
R. Vit. Trás-os-Montes (Planalto Mirandês)	5 400	6 900	0,78
Restante área da R. de Trás-os-Montes	6 357	-	-
TOTAL	102 519		

Fonte: IVV.

Esta região produz 40,5 % da produção nacional, contribuindo a Região dos Vinhos Verdes com 13,9% e Trás-os-Montes 26,6%, com destaque para a Região Demarcada do Douro.

Importa salientar a particular importância socio-económica, histórica e cultural da Região dos Vinhos Verdes e da Região Demarcada do Douro.

A RDD foi a primeira região demarcada e regulamentada do mundo (1756), onde se produz o "Vinho do Porto", principal exportação do sector agrícola português, os DOC "Douro", de importância crescente, vinho regional Duriense e vinhos de mesa sem designação.

As exportações de Vinho do Porto representam mais de 60% das exportações dos vinhos portugueses, cerca de 20% das exportações de produtos agro-alimentares e um pouco menos de 2% das exportações totais.

Nesta região a vitivinicultura é o suporte de grande parte da actividade económica e social da região. Da sua sustentabilidade depende a vitalidade demográfica, a preservação da paisagem e o desenvolvimento do turismo.

Os limites da Região Demarcada dos Vinhos Verdes foram definidos pela carta de lei de 1908 e esta estende-se por todo o nordeste da região agrária do norte. As exportações representam cerca 10% do vinho produzido.

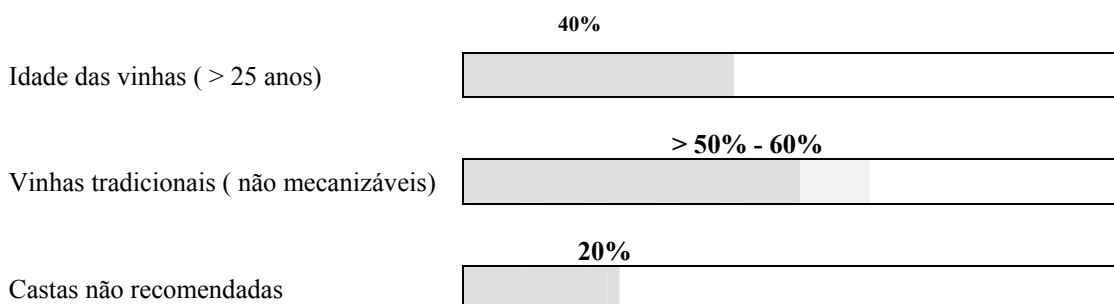
A criação em 1989 das IPR's Valpaços, Chaves e Planalto Mirandês e Encostas da Nave e Varosa, veio reconhecer o potencial qualitativo dos seus vinhos, bem como a importância socio-económica da vitivinicultura destas zonas.

Posteriormente foi reconhecida a DOC Távora Varosa (D.L. 443/99) que substituiu as zonas vitivinícolas Encostas da Nave e Varosa e mais recentemente a DOC Trás-os-Montes (portaria 1204/2006) com as sub-regiões Valpaços, Chaves e Planalto Mirandês.

1.1.1 Reestruturação da vinha

Na Região Demarcada do Douro, apesar do grande esforço que os viticultores fizeram em aproveitar os programas para reestruturarem as suas vinhas, estima-se que ainda existam 50-60% de vinhas não mecanizáveis.

Parte significativa das vinhas têm uma idade avançada, não são mecanizáveis e ainda possuem castas não recomendadas, conforme podemos verificar pelos principais indicadores,.



Fonte: Casa do Douro

As necessidades de reestruturação são ainda mais acentuadas na Região vitivinícola de Trás-os-Montes, que inclui as sub-regiões de Chaves, Planalto Mirandês e de Valpaços, e na Região vitivinícola de Távora-Varosa, pois o encepamento caracteriza-se pela existência de castas de grande valor enológico, desde há muito aí cultivadas, embora coexistindo com castas de grande rendimento e de inferior qualidade.

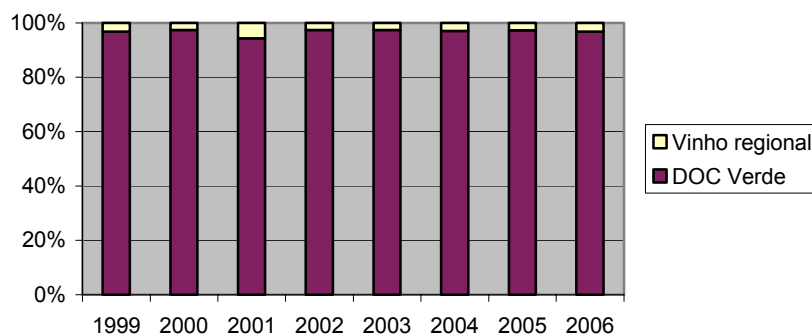
As vinhas encontram-se envelhecidas, em grande percentagem consociadas e, apesar de instaladas em terrenos pouco declivosos, o grau de mecanização é baixo devido à inadequação dos sistemas de condução.

Na região dos vinhos verdes há necessidade da adaptação das vinhas à produção dos tipos de vinhos pretendidos, o que implica alterações aos sistemas de condução, às castas e às localizações.

1.1.2 Organização da produção e da comercialização

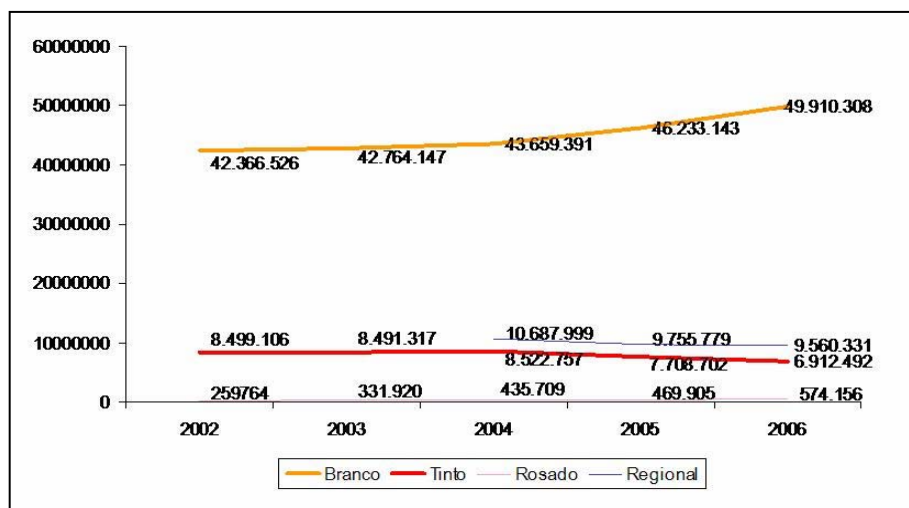
A Região dos Vinhos Verdes produz, em média, um milhão de hectolitros, dos quais 95% são VQPRD e os restantes distribuídos por vinhos regionais e de mesa em designação.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO POR TIPO DE VINHO



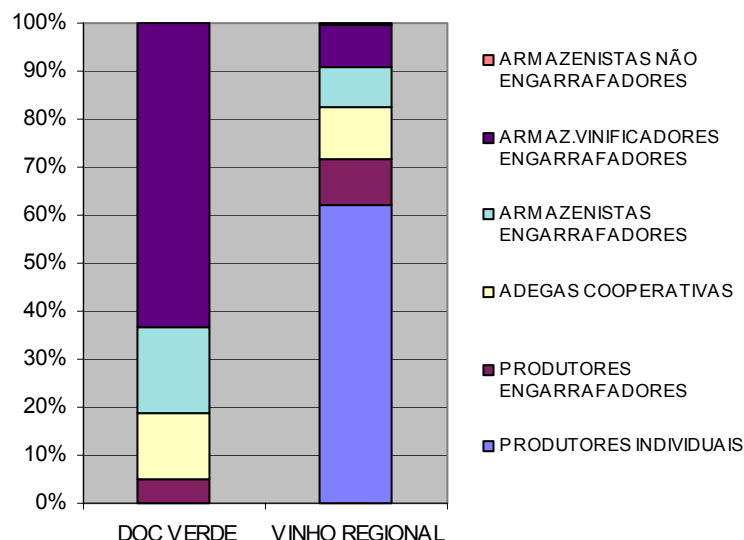
Fonte: CRVV

Vendas por tipo de vinho



Da análise dos gráficos, verifica-se que o vinho regional representa 5% da produção, no entanto em termos de vendas verifica-se o seu valor aumenta para 10% à custa da do DOC Verde.

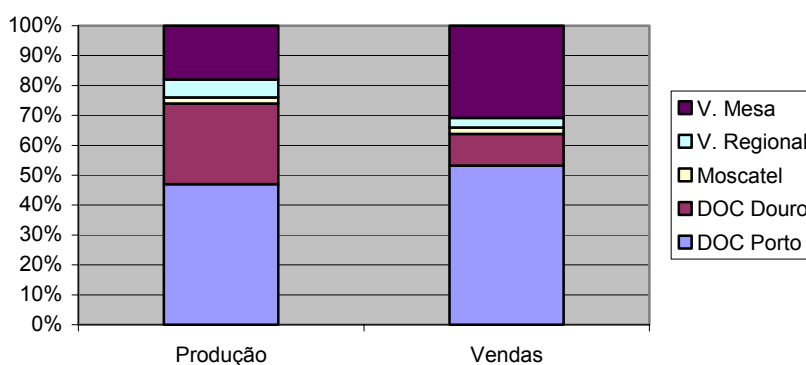
O sector cooperativo produz cerca de 30% (em média, 30 000 000 l) do volume de produção global do vinho verde. Do citado valor 30% é vendido engarrafado ou engarrafonado e o restante é comercializado a granel.

VENDAS DE VINHO POR AGENTE - colheita do ano 2006

Fonte: CRVV

Em termos de vendas os produtores individuais vendem 60% do vinho regional, que é comercializado a granel.

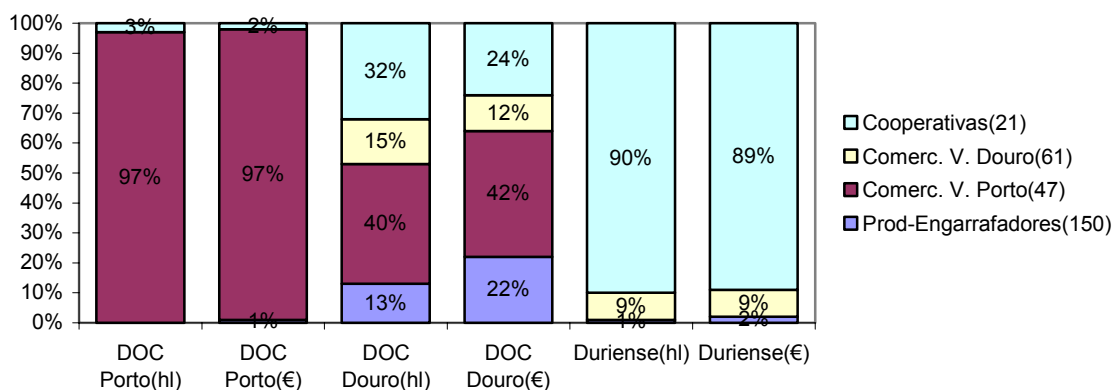
A produção vitivinícola da RDD é em média de 1 650 000hl, dos quais cerca de 47 % correspondem ao Vinho do Porto, 27% a DOC's Douro, 2% a Moscatel e 24 % a vinho regional Duriense e vinho de mesa sem designação.

Produção e vendas, por tipo de vinho, na Região Demarcada do Douro

Fonte: IVDP (média da produção e vendas em volume, dos últimos anos)

A nível das vendas, em volume, constatamos que o Vinho do Porto representa 53% , o DOC Douro 10%, o moscatel 2% e o vinho regional e de mesa 35%.

Comercialização em volume e valor por produto e agentes económicos (Ano 2005)



Fonte: IVDP

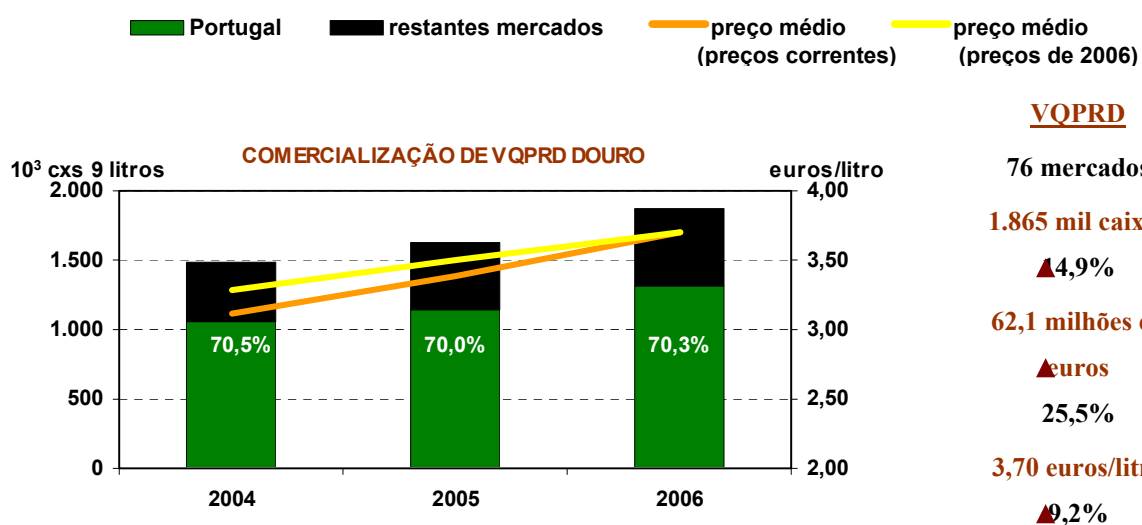
As empresas exportadoras comercializam, em volume, cerca de 97% do Vinho do Porto, sendo os restantes 3% comercializados sobretudo pelas Adeegas Cooperativas.

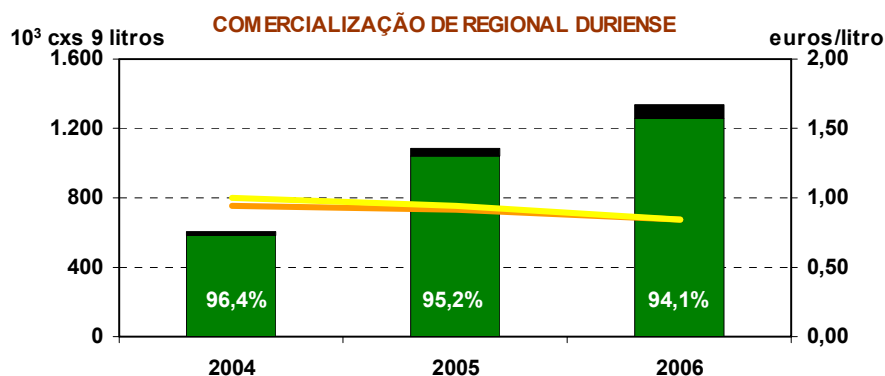
Alguns viticultores de média dimensão constituíram-se como produtores engarrafadores, sendo actualmente 150, os quais produzem sobretudo vinhos de grande notoriedade, quase exclusivamente DOC's Douro, adaptados a nichos de mercado nacional e internacional.

A produção e comercialização dos vinhos DOC Douro, vinho regional Duriense e vinho de mesa é feita por 21 adegas cooperativas, 150 produtores engarrafadores e 108 comerciantes (fonte:IVDP).

As cooperativas comercializam 90% do vinho regional Duriense e mesa e 32% DOC Douro, mas relativamente aos outros agentes económicos, em média, vendem a preços mais baixos.

Evolução da comercialização de Vinho do Porto, VQPRD Douro, Regional Duriense e Moscatel



**DURIENSE**

25 mercados

1.399 mil caixas

▲2,8%

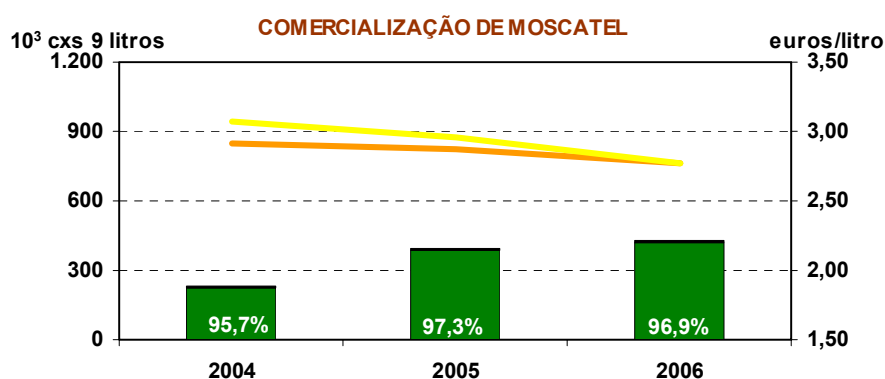
10,2 milhões de

euros

▲4,4%

0,85 euros/litro

▼6,8%

**MOSCATEL**

28 mercados

430 mil caixas

▲2,2%

10,7 milhões de

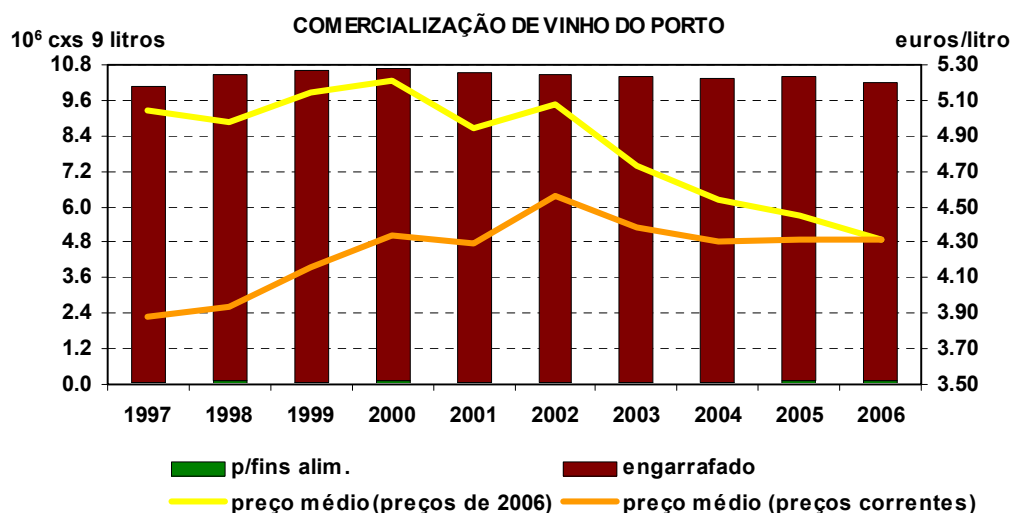
euros

▲6%

2,77 euros/litro

▼4%

Fonte: IVDP



Fonte: IVDP

Verifica-se pela análise dos gráficos que o volume comercializado de Vinho do Porto, revela uma tendência de estabilização em volume e preço médio (preços correntes) e não se perspectiva um crescimento e até poderá até haver um decréscimo, face ao previsível aumento do preço da aguardente com a nova reforma da OCM (abolição das medidas de gestão do mercado – apoio à destilação).

Nos restantes vinhos produzidos na RDD, em média as quantidades vendidas têm aumentado, já a nível dos preços apenas o DOC tem registado uma evolução positiva. No que respeita ao moscatel verifica-se um ligeiro aumento nas vendas (8,2%) no entanto os preços têm baixado (3,4%), devido essencialmente à concorrência entre os dois principais operadores (Adegas cooperativas de Alijo e Favaio).

De realçar o valor particularmente baixo do preço médio do vinho regional Duriense, não gerando valor para os produtores e sendo o que melhor demonstra a dificuldade sentida nestes vinhos em fazer reflectir os custos de produção no preço de venda.

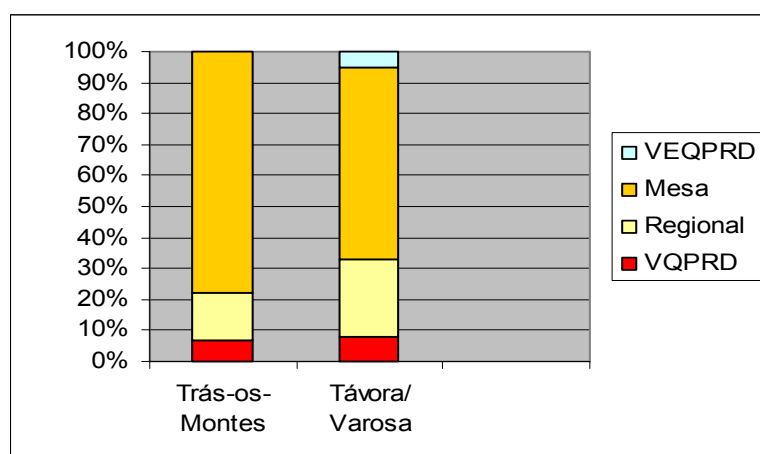
Sendo as cooperativas as responsáveis pela venda do vinho regional Duriense, ressalta que o grande desafio que se coloca, é desenvolverem espírito de cooperação, para ganhar escala, profissionalização do seu funcionamento e qualificação da sua gestão, para melhor valorizarem os seus vinhos.

Para além destes aspectos da evolução mais recente na comercialização, é importante também analisar a RDD e os seus vinhos como um todo, aproveitando a notoriedade e internacionalização dos Vinhos do Porto, o "terroir" património mundial da humanidade, para a afirmação do DOC Douro nos mercados internacionais.

No que respeita ao sector cooperativo, a situação é idêntica e o desafio estratégico é transversal e comum em todas as regiões vitícolas do norte.

No que respeita às restantes regiões vitivinícolas de Trás-os-Montes, apesar da evolução na comercialização dos DOC's, o trabalho a desenvolver deverá passar pela modernização tecnológica, marketing e comercialização.

Comercialização por vários tipos de Vinho



Fonte CVR's

Verifica-se que da produção da região vitivinícola do Távora –Varosa, que é de cerca de 103 072 hl, somente 7% são comercializados como vinhos DOC e 90 % como vinho regional beiras e vinho de mesa sem denominação.

Nesta região assumem especial importância os espumantes de qualidade reconhecida mas que apenas representam 3% do volume total dos vinhos comercializados.

A comercialização dos vinhos DOC Távora-Varosa, vinho regional beiras e vinhos de mesa é feita por 3 cooperativas e 7 produtores engarrafadores (Fonte:CVR).

A produção da região vitivinícola de Trás-os-Montes é de cerca de 163 675 hl, dos quais 80% é vinificado nas cooperativas, sendo apenas 6 %, do volume total produzido, comercializado como VQPRD's Chaves, Planalto Mirandês e Valpaços e o restante como vinho regional Transmontano ou de mesa.

A comercialização nesta região é efectuada por 5 cooperativas, 30 produtores engarrafadores e 10 comerciantes (fonte: CVR).

1.2 ANÁLISE SWOT

	Pontos fracos	Pontos fortes
Região Demarcada do Douro	<p>Excessiva dependência da região do sector vitivinícola</p> <p>Fragilidade do movimento associativo e cooperativo da produção</p> <p>Fraca estrutura de capital e excesso de endividamento, essencialmente no sector cooperativo</p> <p>Baixa profissionalização das organizações, nomeadamente na gestão</p> <p>Elevados custos de produção (Viticultura de montanha, pequena dimensão e dispersão das parcelas e baixos níveis de mecanização)</p> <p>Fracos acessos às explorações</p> <p>Baixa qualificação da mão de obra</p> <p>Heterogeneidade na produtividade</p> <p>Pulverização das marcas</p> <p>Baixo grau de sensibilidade ambiental</p> <p>Deficiente cooperação local, nacional e internacional entre os vários agentes económicos</p> <p>Falta de estratégia de aproveitamento de sub-produtos</p> <p>Regressão demográfica</p>	<p>Notoriedade da Região e da Denominação de Origem Porto</p> <p>Internacionalização do Vinho do Porto, assente na qualidade da estratégia comercial das empresas</p> <p>Agentes económicos envolvidos em organizações</p> <p>Produção de vinhos de alta qualidade</p> <p>Grande diversidade de castas autóctones, produtoras de vinho de qualidade</p> <p>Dinâmica de reestruturação da vinha principalmente no últimos três anos</p> <p>Boa capacidade tecnológica instalada</p> <p>Método de classificação das parcelas, denominado método de pontuação (Portaria 413/2001, de 18 de Abril).</p> <p>Protecção, defesa, certificação e promoção de todas as denominações de origem numa única entidade que regula os interesses da produção e do comércio</p> <p>Património histórico, cultural e paisagístico de interesse mundial</p> <p>Grande complementaridade com potencial do turismo em espaço rural</p>

<p>Cont. Região dos Vinhos Verdes</p>	<p>Fragilidade do movimento associativo e cooperativo da produção</p> <p>Fraca estrutura de capital e excesso de endividamento, essencialmente no sector cooperativo</p> <p>Baixa profissionalização das organizações, nomeadamente na gestão</p> <p>Pequena dimensão e dispersão das parcelas</p> <p>Envelhecimento do encepamento</p> <p>Sistemas de condução tradicionais não mecanizáveis</p> <p>Elevados custos de produção</p> <p>Heterogeneidade na produtividade</p> <p>Perfil dos vinhos tintos inadequado às tendências do mercado internacional</p> <p>Falta de cooperação local, nacional e internacional</p> <p>Pulverização das marcas</p> <p>Falta de estratégia de aproveitamento de sub-produtos</p>	<p>Agentes económicos envolvidos em organizações</p> <p>Produção de vinhos de alta qualidade</p> <p>Grande diversidade de castas autoctones, produtoras de vinho de qualidade</p> <p>Capacidade para aumentar a produtividade</p> <p>Perfil dos vinhos brancos adequado às tendências do mercado internacional</p> <p>Boa capacidade tecnológica instalada, com falta gestão integrada</p> <p>Grande importância socio-económica e territorial</p> <p>Património natural de interesse paisagístico</p> <p>Internacionalização do Vinho Verde, assente na qualidade da estratégia comercial das empresas</p> <p>Implementação do sistema de informação geográfica para o controle do potencial vitícola</p> <p>Grande complementaridade com potencial do turismo em espaço rural</p>
<p>Região Vitivinícola de Trás-os-Montes (Valpaços, Chaves, Planalto Mirandês) e Região Vit. do Távora Varosa</p>	<p>Fragilidade do movimento associativo e cooperativo da produção</p> <p>Fraca estrutura de capital e excesso de endividamento, essencialmente no sector cooperativo</p> <p>Baixa profissionalização das organizações, nomeadamente na gestão</p> <p>Vinhas envelhecidas</p> <p>Baixo grau de mecanização</p> <p>Encepamentos desajustados</p> <p>Pequena dimensão e dispersão das parcelas</p> <p>Baixa motivação e falta de qualificação dos produtores</p> <p>Falta de sistematização da informação</p> <p>Regressão demográfica</p>	<p>Agentes económicos envolvidos em organizações</p> <p>Novas oportunidades de negócio</p> <p>Dinâmica empresarial na região do Távora-Varosa</p> <p>Grande diversidade de castas com bom potencial enológico</p> <p>Condições edafo-climáticas favoráveis</p> <p>Património natural de interesse ambiental</p> <p>Grande complementaridade com produtos de qualidade em particular o azeite e a carne das raças autóctones</p> <p>Grande complementaridade com potencial do turismo em espaço em especial na região Távora-Varosa</p>

Ameaças	Oportunidades
Decréscimo do consumo de vinho nos países produtores	Crescente visibilidade do Norte de Portugal e do Douro em especial
Campanhas antialcoólicas	Crescente procura de produtos diferenciados e com garantia de qualidade
Concorrência dos novos países produtores	Mercados emergentes e novos países consumidores
Concentração da distribuição comercial em todo o mundo	O alargamento da UE e a ocidentalização dos padrões de consumo
Agressividade das bebidas concorrentes	Crescimento do mercado de vinhos monovarietais das castas autóctones
Reforma da OCM vinhos (fim das ajudas á destilação, liberalização de direitos, etc.)	Reforma da O C M (apoios à promoção, etc.)
Excessiva regulamentação comunitária	Crescente aumento da procura turística
Crescimento dos impostos e taxas sobre o álcool no Vinho do Porto	
Crescentes exigências ambientais.	

1.3 ESTRATÉGIA

Face à situação actual do sector atrás evidenciada e apesar dos avanços já conseguidos em matéria de produção, segurança alimentar e padrões de qualidade em termos enológicos ainda é necessário promover a modernização da produção, a consolidação da organização do sector, em especial o redimensionamento das adegas cooperativas e profissionalização da sua gestão e promover novas atitudes que passam, entre outras, pelo reforço da comunicação entre mercado e a produção e uma maior agressividade nos mercados externos.

A estratégia também deverá passar pela qualificação dos vários activos do sector e pela conservação dos valores naturais, cénicos, recreativos ou turísticos associados à paisagem.

1.3.1 Objectivos

Objectivos estratégicos

- Aumentar a competitividade regional, criando e internacionalização o valor acrescentado;
- Generalização de políticas de qualidade;
- Preservação e qualificação do património arquitectónico e paisagístico e a biodiversidade da região;
- Desenvolvimento, formação e qualificação dos recursos humanos.

Objectivos gerais

- Garantir rendimentos atractivos para todos os agentes económicos da fileira.

- Melhorar a adequação dos sistemas de instalação e condução das vinhas, estimulando a sua mecanização, diminuindo as necessidades de mão-de-obra e a penosidade do trabalho, preservando os aspectos arquitectónicos e paisagísticos mais característicos da região;
- Adaptar os encepamentos aos diversos ecossistemas regionais e tipos de vinho pretendidos, tendo em vista a melhoria da qualidade;
- Reduzir os custos de produção;
- Melhorar a estrutura fundiária e acessos;
- Promover a competitividade das empresas através da cooperação entre as várias entidades garantindo sustentabilidade à fileira
- Estabelecer plataformas de concentração do saber científico e apoiar financeiramente as iniciativas dos agente económicos para a inovação de processos e produtos;
- Apoiar a criação e/ou prestação efectiva dos serviços de apoio às empresas;
- Induzir e apoiar processos de promoção e divulgação, ligando o território, a sua paisagem e a sua dimensão ambiental à qualidade e diversidade de produtos víquicos;
- Contribuir para a preservação e valorização da paisagem e dos seus elementos patrimoniais;

1.3.2 Operacionalização da Estratégia

Melhoria da competitividade das explorações

Reestruturação das vinhas

■ Melhoria das técnicas de gestão da vinha

As medidas de reestruturação deverão ser orientadas pela melhoria da qualidade, adaptação dos encepamento e mecanização da cultura, tendo em linha de conta a manutenção dos aspectos arquitectónicos e paisagísticos mais característicos da região, procurando adaptar a produção à procura do mercado.

Tendo em consideração os objectivos propostos e o estado actual da viticultura na RDD, estima-se que se reestruem cerca de 9 000 ha, (1 500 ha/ano), atingindo no final do programa metade das necessidades. Este valor possibilitará uma reestruturação equilibrada sem rupturas de produção que ponham em causa as estratégias de produção e comercialização dos vinhos da região.

Nas região de Trás-os-Montes, sub-regiões de Valpaços, Chaves, Planalto Mirandês e restante área de vinha da região de Trás-os-Montes, face à idade avançada dos viticultores e ao baixo valor das uvas e vinhos praticado actualmente, a viticultura enfrenta grandes desafios, sendo necessário incentivar a reestruturação e a instalação de jovens, como forma de continuar a actividade. Nesta região estima-se uma reestruturação de 1 500 ha (250 ha/ano).

Na região do Távora/Varosa, é mais fácil motivar a reestruturação das vinhas face à existência de empresas privadas produtoras de espumante que cada vez mais apostam na matéria prima regional. Nesta região estima-se uma reestruturação de 900 ha (150 ha/ano).

Para a Região dos Vinhos verdes, a reestruturação da vinha está ligada, essencialmente, à necessidade de se aumentar a área média de parcela e eliminar as zonas de produção de baixa qualidade, desenvolvendo acções conjugadas de substituição de culturas. Estima-se que se reestruturarem 4 500 ha (750 ha / ano).

■ **Reconversão varietal**

A reconversão varietal, com recurso à sobre enxertia, deve ser contemplada desde que as vinhas estejam bem instaladas e sejam jovens, podendo-se assim, adequar o encepamento ao tipo do vinho pretendido e às tendências de evolução de consumo.

No caso da região dos vinhos verdes, recorrendo à técnica atrás referida, pretende-se reconverter a produção de vinhos tintos para brancos.

■ **Transferência de direitos de replantação**

Atendendo à existência de uma forte pressão sobre o arranque de vinha, excepto na RDD, propõe-se a constituição de uma bolsa de direitos de gestão regional para toda a região norte.

Esta medida estrutural poderá contribuir para correcções pontuais e importantes da estrutura fundiária e para a viabilização técnica e económica de algumas explorações vitícolas e instalação de jovens viticultores.

■ **Reestruturação/Manutenção das vinhas tradicionais como património representativo da região**

Na região norte em geral e em particular na RDD, existem manchas vitícolas de grande importância paisagística que, fazendo parte do património arquitectónico, histórico e cultural da região, construídas nos períodos anterior e posterior à filoxera, é um dever "preservar".

A reestruturação/manutenção destas manchas, onde se registam custos de produção mais elevados e perdas de rendimento continuadas, implica intervenções de grande especificidade com custos muito variáveis, desde medidas de reestruturação com manutenção das principais características até pequenas intervenções. As pequenas intervenções, incluídas na melhoria das técnicas de gestão da vinha, deverão ser enquadradas em candidaturas agrupadas em que os viticultores se obriguem à manutenção das características das manchas intervencionadas.

Abandono definitivo da vinha

O abandono definitivo da vinha deve ser implementado num quadro de ajustamento da realocação das vinhas, tendo como prioridade as áreas de vinha fora das regiões demarcadas e/ou determinadas.

Nas áreas integradas em regiões demarcadas e/ou regiões DOC, autorizar o arranque em zonas onde a alternativa cultural seja mais rentável e não provoque prejuízos ambientais ou paisagísticos.

Metas a atingir

		2013
Indicadores de realização	Reestruturação da vinha	
	RDD	9 000 ha
	DOC Trás-os-Montes	1 500 ha
	DOC Távora/ Varosa	900 ha
	Região Vinhos Verdes	4 500 ha
	Reconversão varietal	1 200 ha
	Transferência de direitos	1 000 ha
	Adaptação das vinhas no sistema tradicional à mecanização	200 ha
	Abandono definitivo da vinha/ Bolsa de direitos regionais	7 500 ha
	N.º Viticultores	20 000-25 000
Indicadores de resultados	Diminuição dos custos de produção	10%
	Melhoria da qualidade	20%
	Melhoria da estrutura fundiária	2%
	Preservação do património paisagístico	20%
	N.º Viticultores envolvidos	20 000

Num cenário de maturidade do mercado e forte concorrência, a sobrevivência das empresas privadas e/ou de base cooperativa depende da sua capacidade para serem sustentáveis e competitivas, num contexto onde imperam as regras do mercado e das empresas.

Assim pretende-se alterar o paradigma da região que assentou numa estratégia de procurar vender o que se produz para um desígnio de promover a produção de produtos em função das exigências e apetências do mercado.

Esta alteração irá assegurar a retenção na região do valor gerado pela produção, transformação e comercialização.

Existem na região agentes económicos activos, mas dispersos e muitos sem economia de escala.

Pretende-se assim, contribuir para a melhoria da estrutura empresarial, fomentando a criação de economia de escala, gestão profissional e qualificação de recursos, de procedimentos e de produtos.

Neste sentido, definimos como projecto estruturante de impacte relevante para a região, o redimensionamento, a gestão integrada e profissional de toda a fileira do sector cooperativo, desde a vinha até ao mercado, que compagine a dimensão social e territorial com a competitividade no mercado.

Neste processo cabe à DRAPN motivar e materializar vontades, garantindo uma eficiência económica nas organizações da fileira.

No caso da RDD e nas empresas de base cooperativa, pretende-se que as 21 cooperativas da RDD se constituam em 4 agrupamentos e que assumam a globalidade das funções desde a recepção da uva até ao mercado.

No caso da Região dos Vinhos Verdes pretende-se que as actuais 20 adegas cooperativas se constituam em 2 ou 3 sociedades de base cooperativa, com os mesmos objectivos atrás enunciados.

Nas restantes regiões vitícolas da região, pretende-se obter 2 agrupamentos de comercialização e gestão ou sociedades anónimas.

Por outro lado torna-se necessário a modernização dos centros de vinificação (750) , incentivar a instalação de produtores - engarrafadores e melhorar a sua capacidade de qualificação e gestão.

Implementar sistemas de certificação e rastreabilidade nas empresas privada se/ou de base cooperativa de comercialização.

Dinamizar e apoiar infra-estruturas ambientais, nomeadamente o tratamento de águas residuais e efluentes vitivinícolas.

Na RDD e atendendo a que o mercado de Vinho do Porto está estabilizado e tem uma boa imagem internacional e o “terroir” é património mundial da humanidade, é fundamental potenciar este binómio para a valorização dos vinhos DOC Douro.

A imagem de qualidade dos vinhos, deve ser reforçada por acções publicitárias e promocionais bem dirigidas, aproveitando o cabaz turístico (vinho, paisagem, produtos de qualidade e ambiente), em especial a Região Demarcada do Douro, Património Mundial da Humanidade.

Metas a atingir

		2013
Indicadores de realização	Modernização de centros de vinificação	700
	Instalação de produtores engarrafadores	50
	Criação de agrupamentos e/ou sociedades comerciais de base cooperativa	9
	Campanhas publicitárias	100
	N. Viticultores a atingir	15 000 – 20 000

	N. de Centros de Vinificação modernizados	40%
	Produtores engarrafadores apoiados	50%
	Empresas de base Cooperativa envolvidas em novas entidades empresariais	30
	Empresas privadas envolvida em cooperação empresarial	50
	Aumento das vendas DOC Douro (inclui o moscatel)	21%
Indicadores de resultados	Aumento das vendas DOC Távora/Varosa - Espumante	25%
	Aumento das vendas DOC Trás-os-Montes	22%
	Aumento das vendas DOC Vinho Verde	25%
	Valorização dos DOC Douro	3%/ano
	Valorização dos DOC Trás-os-Montes e Távora/Varosa	3%/ano
	Valorização dos DOC Vinho Verde	3%/ano
	Aumento do VAB da produção vitivinícola	8,5%
	N. Viticultores envolvidos	15 000 – 20 000

Qualificação profissional e I&D

Face ao diagnóstico, a estratégia deve passar pela qualificação dos activos nas áreas da produção, da gestão, marketing e comercialização, pela promoção de acções de sensibilização ambiental e pelo incentivo dos modos de produção respeitadores do ambiente

No que respeita à I&D, desenvolver estudos na área da qualificação ambiental, com realce para a melhoria dos sistemas de instalação de vinha e modos de produção (produção integrada e biológica). Realizar estudos relacionados com o uso sustentado da terra e com as práticas agrícolas tradicionais, nomeadamente a experimentação de novas formas de armação do terreno, de soluções de racionalização das operações culturais, que permitam a manutenção de sistemas de exploração tradicionais.

Por outro lado torna-se necessário apoiar a realização de estudos e de projectos de experimentação/demonstração relacionados com a valorização e melhoramento das castas autóctones preservação da sua variabilidade genética, bem como das produções agrícolas complementares à actividade vitícola, nomeadamente a valorização das produções hortícolas; oleícola, pomóideas, prunóideas, Kiwi e castanha.

Estabelecer parcerias entre empresas, associações, cooperativas, etc., que garantam a articulação entre entidades produtoras de conhecimento (Universidades, centros de experimentação) e os agentes do sector.

Metas a atingir

		2013
Indicadores de realização	Projectos de experimentação / Demonstração	30
	Acções de qualificação profissional	320
	Acções sensibilização ambiental	70

	Melhoria da qualidade	10%
Indicadores	Melhoramento de castas	20
de resultados	Preservação da variabilidade genética das castas	150 castas
	Aumento do VAB regional	2%

Melhoria da Sustentabilidade

Na Região Norte e em especial na Região Demarcada do Douro, Património da Humanidade é necessário a adopção medidas de preservação do património complementares à reestruturação da vinha, nomeadamente acções integradas (para além da Intervenção Territorial Integrada do Douro Vinhateiro), com seguintes objectivos;

- Contribuir para a valorização da paisagem e dos seus elementos patrimoniais;
- Contribuir para a qualificação ambiental e de vida na área como factor crucial da sua sustentabilidade;
- Preservação do património arquitectónico e ambiental da Região.
- Induzir processos de promoção e divulgação

■ Modos de produção

No que respeita aos modos de produção, a produção integrada e biológica deverão ser incrementadas e valorizadas, devendo constar esta informação na promoção da região, seus produtos e sistema de condução de vinha tradicional.

■ Conservação e melhoramento dos recursos genéticos

Atendendo a que existe uma grande diversidade de castas (120 castas), e que algumas só se manterão em cultivo enquanto não se efectuar a reestruturação da vinha, torna-se necessário a sua manutenção e/ou instalação de colecções ampelográficas em cada região vitivinícola de forma a conservar e se necessário melhorar os recursos genéticos existentes.

■ Requalificação ambiental

Apoiar a mitigação dos impactos negativos de construções agro-industriais e a criação e ou reestruturação de sistema de recolha e tratamento colectivo de resíduos e efluentes.

■ Douro Vinhateiro

Dado que a Região Demarcada do Douro foi classificada Património Mundial da Humanidade, e tem como principal objectivo a preservação dos aspectos paisagísticos mais representativos foi aprovada uma Intervenção Territorial Integrada que se implementará com as seguintes medidas:

a) Preservação do mosaico paisagístico:

- Socalcos do Douro
- Pré-filoxéricos e Pós-filoxéricos
- Preservação de Matos Mediterrânicos em mortórios;
- Preservação das culturas arbóreas em bordadura das parcelas de vinha.

b) Qualificação e valorização da paisagem (investimentos não produtivos)

- o Socalcos do Douro (Apoiar a manutenção e recuperação dos muros de suporte em pedra posta).
- o Requalificação e valorização de estruturas edificadas em espaços agrícolas, vulgarmente denominados casebres ou cardanhos e pombais.

■ Promoção e Dinamização do Território da Região Norte, em particular o Alto Douro Vinhateiro, classificado como património Mundial da Humanidade

a) Informação e Divulgação

Com esta acção pretende-se apoiar a realização de um conjunto de projectos de informação e divulgação , nomeadamente através da criação e manutenção de um site Web, da instalação de sinalética adequada, da criação de uma rede de postos de acolhimento e de interpretação e do lançamento de campanhas promocionais e a dinamização da rotas do vinho.

b)Sensibilização e Formação dos Agentes Locais

Mobilizar e sensibilizar a população e os agentes locais para a valorização da paisagem com destaque para a paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial da Humanidade.

Formar os diversos agentes locais (viticultores, artesãos, professores, etc.).

Apoiar um conjunto de projectos de sensibilização e formação dos agentes e das comunidades locais, por forma a garantir a sua adesão aos objectivos de valorização da paisagem, e a sua participação nas acções de dinamização e promoção do Bem.

■ Gestão de risco

Torna-se necessário uma medida estruturante de política agrícola e ordenamento cultural, que contribua para a manutenção do aparelho produtivo, que em certa medida combate a desertificação rural.

Estabelecer o seguro ao rendimento com base nas produções históricas, tomando por base as declarações de produção, sendo os agricultores ressarcidos, sempre que a quebra de produção numa determinada região seja provocada por condições climáticas adversas, e devidamente confirmadas pelo Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Metas a atingir

Indicadores de realização	Nº de explorações a envolver	15 000
	N.º Acções de sensibilização	120
	N.º Entidades envolvidas	55
	Requalificação ambiental, patrimonial e paisagístico (n.º projectos)	3 000

Indicadores de resultados	N.º Viticultores em Modos de produção	10 000
	Aumento n.º visitantes	
	N.º Entidades envolvidas	30
	N.º Acções de sensibilização	200
	Melhoria da qualidade ambiental	20%
	Recuperação património edificado (Casebres, pombais, muros de suporte)	20%
	Estação de tratamentos de efluentes em unidades agro-industriais	100%
	ITI Douro Vinhateiro- N.º de explorações apoiadas	15 000

1.4 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA

As previsões abaixo discriminadas foram efectuadas com base na análise do comportamento do passado e actual e da estratégia referenciada para a fileira.

A estratégia assenta essencialmente na melhoria da qualidade e aumento das vendas em VQPRD em detrimento dos vinhos de mesa e regionais.

Durante a vigência do plano não prevemos grande aumento da produção, apesar da entrada em produção das vinhas que foram reestruturadas, cujo aumento será compensado pela entrada em reestruturação de vinhas velhas e pela arranque/bolsa de direito de plantação.

Evolução previsível da produção

Estrutura regional da produção de VQPRD e evolução previsional para o período (2007-2013)

Região	Produção Actual (1000 hl)	Estrutura da produção Actual (%)	Produção previsional (1000 hl)	Taxa de Variação %
Continente	2 371	100	2977	25,6
R. Vit. Vinhos Verdes	954	40	954	0
R. D. Douro		19		20
Douro	413		495	
Moscatel	32		35	
R.Vit. Távora Varosa	8	0,3	10	25
R. Vit.Trás-os-montes	9	0,3	11	25
Total R. Vit. do Região Norte	1416	60	1 505	6,2

Estrutura regional da produção de VLQPRD e evolução previsional para o período (2007-2013)

Regiões	Produção Actual (1000 hl)	Estrutura da produção Actual (%)	Produção previsional (1000 hl)	Taxa de Variação %
Continente	976	100	988	1,2
R. Vit. Vinhos Verdes				
R. D. Douro	805	83	805	0
R.Vit. Távora Varosa				
R. Vit.Trás-os-Montes				
Total R. Vit. do Região Norte	805	83	805	0

Estrutura regional da produção de vinho regional + mesa e evolução previsional para o período (2007-2013)

Região Norte	Produção Actual (1000 hl)	Produção previsional (1000 hl)	Taxa de Variação %
R. Vit. Vinhos Verdes	141	46	-67,4
R. D. Douro	300	215	-28,4
R. Vit. Távora Varosa	95	93	-2,2
R. Vit. Trás-os-montes	155	153	-1,2
Total R. Vit. do Região Norte	691	507	-26,6

Crescimento esperado do valor da fileira

Para o crescimento do valor da fileira muito contribuirá o aumento das vendas de VQPRD, já que não é previsível um aumento no Vinho do Porto (VLQPRD) pelas razões já apontadas.

Estrutura regional das vendas de VQPRD e evolução previsional para o período (2007-2013)

Região Norte	Venda Actual (1000 hl)	Venda Previsional (1000 hl)	Taxa de Variação %
R. Vit. Vinhos Verdes	500	625	25
R. D. Douro	165	200	21
R. Vit. Távora Varosa	8	10	25
R. Vit. Trás-os-montes	9	11	22,2
Total R. Vit. do Região Norte	682	846	24

Estrutura regional das vendas de VLQPRD e evolução previsional para o período (2007-2013)

Região Norte	Venda Actual (1000 hl)	Produção previsional (1000 hl)	Taxa de Variação %
R. Vit. Vinhos Verdes			
R. D. Douro	965 *	965*	0
R. Vit. Távora Varosa			
R. Vit. Trás-os-montes			
Total R. Vit. do Região Norte	965	965	0

* Vinho do Porto

Estrutura regional das vendas de vinho regional + mesa e evolução previsional para o período (2007-2013)

Região Norte	Venda Actual (1000 hl)	Produção previsional (1000 hl)	Taxa de Variação %
R. Vit. Vinhos Verdes	500	375	-25
R. D. Douro	680	645	-5,4
R. Vit. Távora Varosa	95	93	-2,2
R. Vit. Trás-os-montes	154	152	-1,2
Total R. Vit. do Região Norte	1 429	1 265	-11,4

Evolução previsional do valor da fileira (2007-2013)

Componentes da fileira	Valor actual		Valor		Taxa de
	(mil euros)	Peso de cada componente %	previsional (mil euros)	%	variação %
VLQPRD	414 950	70,5	427 398	66,9	3
VQPRD	162 100	27,5	201 080	31,5	24
Vinho regional e de mesa	11 432	2,5	10 120	1,6	-11,5
Agroturismo	n.d				
Total	588 482	100	638 598	100	8,5

Nota: Prevê-se uma valorização do preço de 3%

1.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Identificam-se os diferentes tipos de projecto:

■ Produção vitícola

- ✓ Apoiar as acções de reestruturação das vinhas;
- ✓ Apoiar a reconversão varietal através de reenxertia;
- ✓ Apoiar o arranque de vinha em zonas sem condições agro-ecológicas e com alternativas culturais.
- ✓ Apoiar o uso sustentável dos recursos produtivos e das práticas agrícolas tradicionais
 - Projectos de consolidação e manutenção dos socalcos;
 - Projectos de mecanização das vinhas tradicionais em socalcos, incluindo estudos e aquisição de equipamentos;
- ✓ Fomentar modos de produção compatíveis com o ambiente;
 - Produção integrada;
 - Biológica.
- ✓ Promover a introdução de produções agrícolas de substituição e/ou complementares em áreas que tenham sido apoiadas para o arranque da vinha.
- ✓ Apoiar a qualificação e valorização da paisagem dominada pela vinha, em particular das intervenções que contribuam para a valorização paisagística e de mitigação dos impactes visuais, como sejam, entre outras as seguintes:
 - reconstrução de muros,
 - instalação/ recuperação de sistema de drenagem,
 - recuperação de laranjais murados e hortas tradicionais,
 - recuperação do património construído, nomeadamente do património vernacular.
 - Instalação e/ou reconversão de estações de tratamento de efluentes vitivinícolas;
 - Sensibilização e formação dos agentes locais (viticultores, artesãos, professores,etc..)
- ✓ Apoiar a criação de empresas de prestação de serviços
- ✓ Apoiar a valorização profissional dos produtores

■ Transformação e Comercialização

a). Apoio específico à implementação de “Planos de Reestruturação de Cooperativas”

- ✓ Estudos e contratação de serviços de assessoria para implementação desses planos
- ✓ Apoio à profissionalização dos quadros de Gestão
- ✓ Qualificação dos recursos humanos das cooperativas
- ✓ Assegurar a sustentabilidade das novas entidades através ,nomeadamente, de instrumentos financeiros(fundos e capital de risco, garantia, contra-garantia , etc)

b) Apoio a acções transversais, relacionadas com:

- ✓ Inovação tecnológica e organizacional
- ✓ Modernização e concentração das unidades de transformação;
- ✓ Modernização de centros de vinificação
- ✓ Instalação de Produtores Engarrafadores, com capacidade e dimensão para afirmarem as suas marcas nos mercados
- ✓ Apoiar infra-estruturas ambientais, nomeadamente o tratamento de águas residuais e efluentes vitivinícolas.
- ✓ Estudos de mercado, comercialização e marketing, em especial para as novas unidades que surjam em resultado de processos de concentração
- ✓ Projectos de cooperação empresarial tendo em vista a internacionalização.
- ✓ Apoiar a implementação de sistemas de certificação nas empresas de comercialização.
- ✓ Capacitação dos agentes envolvidos na indústria e no comércio do vinho

■ Acesso à informação

- ✓ Promoção e dinamização do território classificado como Património Mundial da Humanidade;
- ✓ Garantir a articulação e a coordenação dos diferentes agentes e das diferentes intervenções de animação e promoção;
- ✓ Concepção e edição de matéria promocional;

1.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

Reestruturação da vinha

Tipologia	Critério	Prioridade
Tipo de projecto	Agrupado	A
	Individual	B
Rejuvenescimento do tecido produtivo	Instalação de jovens agricultores	A
	Outros	B
Aumento a dimensão fundiária da exploração	Parcelas reestruturadas com área >1 ha	A
	Com vinha e área a instalar>1ha	B

	Outros	C
Orientação para o mercado	Produtor Engarrafador e Cooperativas	A
	Outros	B
Protecção dos valores naturais e paisagísticos e modos de produção	Produção integrada/biológica	A
	Com candidatura ao ITI- Douro Vinhateiro	B
	Outros	C

Abandono definitivo da vinha

Tipologia	Critério	Prioridade
Localização das parcelas	Fora da Região Demarcada e/ou Determinada	A
	Outros	B
Alternativa Cultural	Fileira estratégia, excepto vinha	A
	Fileira não estratégica	B

Transformação e Comercialização

Tipologia	Critério		Prioridade
Tipo de projecto	Agrupado	Cooperativas	A
		outros	B
	Individual		C
Rejuvenecimento do tecido empresarial	Jovens Agricultores		A
	Outros		B
Inovação e desenvolvimento empresarial	Modernização de centros de vinificação/comercialização Produção integrada/biológica e Implementação de sistemas de certificação		A
	Outros		B
Cooperação para o mercado	Com internacionalização		A
	Outros		B
Diversificação de actividades	Mais de uma actividade		A
	Outros		B
Requalificação ambiental	Tratamento de efluentes		A
	Outros		B

1.6 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS

	Objectivos	Instrumentos de política		
		Eixos	Medidas	Ações
VITIVINICULTURA	Promover a protecção da biodiversidade	II	Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos	2.1 - Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas 2.2.2- Protecção da biodiversidade 2.2.3 - Conservação e melhoramento dos recursos genéticos 2.4.- Conservação do património rural e natural ITI do Douro vinhateiro ITI Douro Internacional 2.5 – Investimentos de requalificação ambiental
	Incentivar modos de produção sustentáveis no âmbito das actividades agrícolas e florestais	II	Promoção de modos de produção sustentáveis	2.2.1 – Alteração de modos de produção
	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços	I	Serviços de apoio técnico e aconselhamento	4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola 4.3.2 – Serviços de gestão agrícola
		I e III	Informação e formação profissional	4.2.1 – Capacitação para a actividade 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação Promoção e divulgação de territórios classificados (ex. Alto Douro Vinhateiro)
	Melhorar a competitividade das empresas	I	Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.1 -Modernização e capacitação das empresas 1.1.2 -Investimentos de pequena dimensão
		I	Cooperação para o mercado e internacionalização	1.2 - Cooperação para o mercado e internacionalização
		III	Cooperação para o desenvolvimento e inovação	4.1.1 -Inovação empresarial (certificação das empresas)
		I	Novos instrumentos financeiros de gestão de riscos e crise	1.5.1- Instrumentos financeiros 1.5.2- Restabelecimento do potencial produtivo
		I	Desenvolvimento de produtos e participação em regimes de qualidade	1.4.1 Participação dos agricultores em regimes de qualidade ambiental 1.4.2 Informação e promoção dos produtos de qualidade
	Rejuvenescer o tecido empresarial	I	Instalação de jovens agricultores	1.1.3 – Instalação de jovens agricultores
	Promover a diversificação da economia	III	Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais	3.2.1- Conservação do património natural
		III	Diversificação da economia e criação de emprego	3.1.1- Diversificação de actividades na exploração agrícola 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de micro empresas 3.1.3 – Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer
			Aquisição de competências e animação para o desenvolvimento local em zonas rurais	3.3 -Mobilização e sensibilização da população e dos agentes locais para a valorização da paisagem cultural.

2. AZEITE

2.1.INTRODUÇÃO

O mercado mundial do azeite, segundo várias estimativas para a 1ª década do séc. XXI, poderá já ultrapassar as 3 milhões de toneladas/ano e os consumos médios anuais a situarem-se muito ligeiramente acima deste valor. Aliás, a tendência do consumo tem sido progressiva; tem evoluído positivamente desde que a Comunidade Europeia, depois da grave quebra na produção de azeites, nos finais dos anos 70, introduziu o primeiro sistema de ajuda ao consumo através do Reg. (CEE) nº 1562/78; e desde o ano de 1985/86 que a tendência do consumo tem superado a da produção.

Esta previsão de acréscimo produtivo resultará essencialmente do aumento das produtividades nos actuais olivais e, em menor escala, do aumento de área plantada, quer nos novos países produtores quer nos países tradicionais de cultura olivícola. Por sua vez, o consumo qualitativo e memorizado nas tradições regionais, até agora quantitativo e feito à base de azeites de características indiferenciadas, continuará também a crescer. Ou seja, actualmente, este incremento advém e far-se-á, cada vez mais, no sentido dos azeites diferenciados e de identidade própria, não só pela consciencialização alargada dos benefícios do azeite para a saúde, mas, principalmente, pela entrada no mercado de novos consumidores intransigentes às normas qualitativas. Assim, o potencial de crescimento do consumo, particularmente nos países considerados mais ricos, é suficientemente estimulador para que se continue a dinamizar a produção olivícola.

No que diz respeito à produção mundial de azeitona de mesa, esta representa, seguramente, já mais de um milhão e meio de toneladas, resultado da crescente utilização de azeitonas de dupla aptidão. Contudo, a comercialização de azeitona de mesa, à escala internacional, só representa entre 22 a 25% da produção total, com o restante da produção a ser consumido e trocado nos mercados inter-regionais (COI).

Aparentemente, as preferências de consumo vão para as azeitonas verdes, ao «estilo sevilhano» (70 a 75%), provenientes das variedades "Sevilhana ou Gordal" e "Manzanilhas", e para as azeitonas pretas oxidadas, «estilo californiano» ($\pm 20\%$). Porém, as particularidades de hábitos de consumo regionais são bem notórias e bem retratadoras das identidades locais.

O mercado da azeitona de mesa afigura-se, assim, bem mais complexo do que o do azeite. Não se lhe perspectivam alterações atractivas e caso se venham a verificar, a curto-prazo, a produção está preparada com variedades de azeitona de dupla aptidão.

Em resumo: pode considerar-se que a área de olival mundial se vai manter estabilizada e os aumentos da produção ficar-se-ão a dever, sobretudo, a melhorias nas técnicas culturais e à intensificação da cultura.

Dado que as tendências actuais para o azeite, a curto-prazo, são de aproximação ao equilíbrio entre produção e a apetência ao consumo nos países produtores, a médio-prazo, os possíveis excedentes poderão ser, antes de mais, um bom estímulo ao incremento do consumo.

Por sua vez, no sector da azeitona de mesa permanece, e assim se perspectiva, um efectivo equilíbrio entre produção e consumo mundial, dada a possibilidade de utilização dos excedentes na produção de azeite e do uso crescente de frutos de aptidão mista.

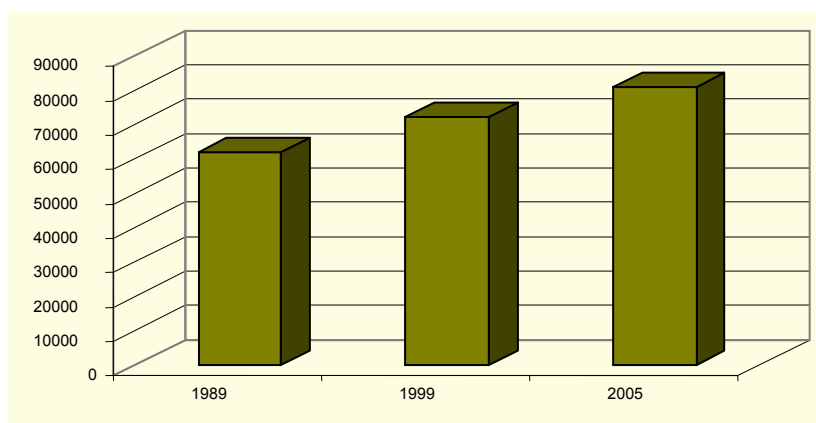
2.2 CARACTERIZAÇÃO

O OLIVAL NO NORTE DE PORTUGAL

Áreas e produções

O olival da Região Norte representava, em 2005, 21,7% da área nacional de olival, 34% da produção de azeite, 56,7% das áreas destinadas a azeitona para conserva, correspondente a 57% da produção nacional (INE, GPP); seguindo, todavia, as médias estruturais do país agrícola, em que a maioria das explorações olivícolas tem dimensão inferior a 1,0 ha, para 12% da área, e 50% dos olivicultores, idade \geq a 65 anos (INE).

Gráfico 1 Evolução da área de olival (ha)

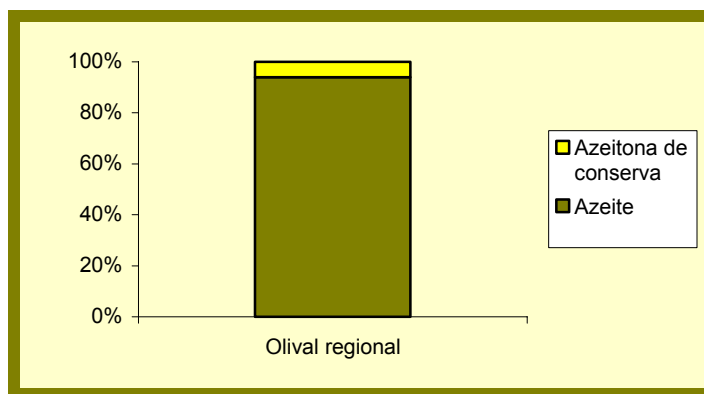


Fonte: (RGA/89/99 e INE/2005)

Nos últimos quinze anos, até à campanha de 2004/2005, a área de olival na região cresceu mais de 19 000 ha (cerca de 30%). A respectiva produção, naturalmente, também aumentou e continuará a crescer pelo menos até à estabilização produtiva dos novos olivais.

Actualmente estima-se que a produção média de azeitona seja de 90 a 95 000 toneladas, das quais, 90 a 92% dessa azeitona destina-se à produção de azeites, 6 a 8% para azeitona de mesa e <2% é azeitona perdida.

Gráfico 2 Destino da produção de azeitona



A olivicultura na região pratica-se, principalmente, na Terra Quente Transmontana e no Vale do Douro Superior, onde se destacam os concelhos de Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Valpaços, Alfandega da Fé, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Mogadouro, Vila Nova de Foz Côa, entre outros, e Freixo de Espada à Cinta na azeitona para conserva, que no seu conjunto representam mais de 75% da área regional de olival e cerca de 98% da produção de azeitona de mesa.

A área média de olival por exploração cresceu nas zonas tradicionalmente olivícolas e diminuiu nas restantes. E, também, como facto positivo, estima-se que mais de 40% do olival regional tenha idade inferior a 25/30 anos, e só 10 a 15% do olival terá idade superior a 150 anos. Todavia, com a excepção de algumas áreas de azeitona de mesa e/ou dupla aptidão, encontra-se instalado quase sempre em regime de sequeiro e, maioritariamente, na encosta e meia encosta. A presença em bordadura é uma característica do Douro Vinhateiro e do Entre Douro e Minho.

Existem na região pequenas manchas olivícolas de grande importância paisagística e genética que fazendo parte do património histórico e cultural da região, plantadas nos períodos de fomento da cultura, deverão ser preservadas e valorizadas.

Cerca de 30% dos olivicultores não pratica qualquer tipo de adubação directa e mais de 90% nunca fez um único tratamento fitossanitário. As produções médias por árvore, mesmo assim, ultrapassam os 15 kg/árvore no "coração" da Terra Quente Transmontana e não chegam aos 5 kg nas áreas mais marginais para a cultura.

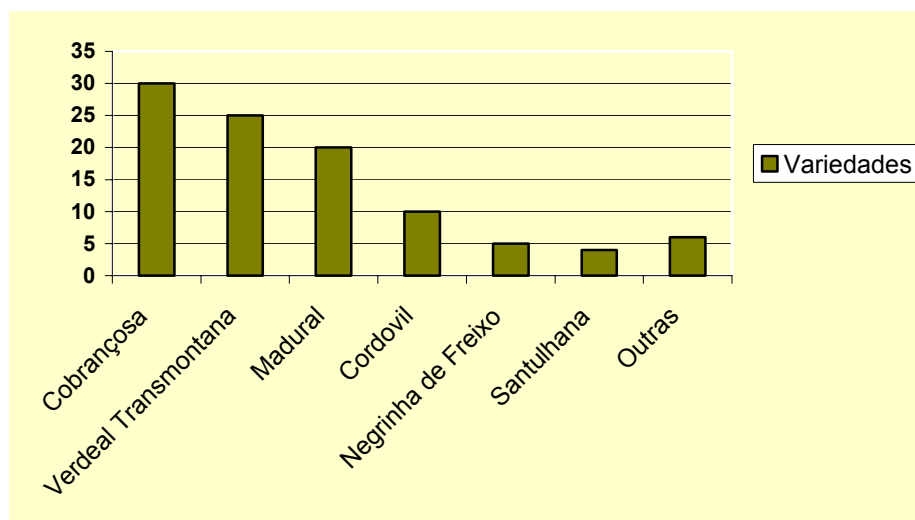
Por sua vez, o rendimento médio ($> 17,0$) situa-se bem acima da média nacional (15,50), e mais de 75% do azeite obtido apresenta um grau de acidez inferior a $0,8^{\circ}$ [55% é a média nacional (INE/2005) e 51% em Itália (CNO/2005)].

Principais variedades

Na Região Norte, numa estimativa de 2005 e para um universo de $\pm 11,5$ milhões de oliveiras, são de salientar, por ordem de importância em percentagem do número de oliveiras, as variedades: *Cobrançosa* ou *Salgueira* (28 a 30%), *Verdeal Transmontana* ($\pm 24\%$), *Madural* ($< 20\%$), *Cordovil* (10%), *Negrinha de Freixo* (5%), *Santulhana* (4%) e outras (*Redondal*(2%), *Bical*, *Borrenta*, ***Redondil*** Galega, etc.]) (8%).

Outro facto de relevante importância, a registar no actual panorama varietal regional, é o domínio da variedade *Cobrançosa*, mais de 85%, nos novos olivais para produção de azeite e de azeitona de dupla aptidão. Esta variedade, nos anos 70/80, não representava mais do que 6 a 8% do universo varietal da região.

Gráfico 3 Principais variedades de oliveiras na região



Produções diferenciadas

A nível regional existe uma “Denominação de Origem Protegida” (DOP) para o azeite, o “**Azeite de Trás-os-Montes**”, que abrange mais de 60% da área do olival regional para azeite (cerca de 50 000 ha), sendo a entidade gestora a Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro (AOTAD), e uma DOP, inactiva, para a principal variedade de azeitona de mesa ($\pm 4\ 000$ ha), a “**Azeitona de Conserva Negrinha de Freixo**”, sendo a entidade gestora a Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Moncorvo.

Transformação

A produção relativa à campanha de 2003/2004, em Trás-os-Montes e Alto Douro, com um rendimento médio de 18,14%, situou-se em 145 293 hl de azeite, dos quais 75,5% apresentaram um grau de acidez $\leq 0,8^\circ$ e, apenas, 1,9% da produção com um grau de acidez $> 2,0^\circ$ (INE). Terá sido a melhor campanha da última década, o que demonstra a capacidade produtiva da região.

Nas últimas cinco campanhas, verificou-se já uma estabilização dos lagares em laboração (124, com 18 lagares cooperativos a transformarem cerca de 35% da azeitona produzida) e neste período, a quantidade média de azeitona laborada por operador também aumentou. Passou-se de uma média de 200 toneladas/lagar para cerca de 700 toneladas. Contudo, não se alterou o ainda curto período de laboração (em média de dois meses), o que além de obrigar a uma concentração de esforços técnicos e humanos, que na região são muito escassos, também não proporciona nem explora as potencialidades organolépticas dos azeites regionais.

Embora se tenha registado uma diminuição significativa do número de lagares, dado existirem 243 em 1993/1994 (INGA) a capacidade de extracção oleícola aumentou e melhorou; no entanto, a ocorrência de “melhores campanhas” e “super campanhas” têm demonstrado *deficit* de extracção, que provocam, muitas vezes, o “sobredimensionamento” de vários lagares e, sobretudo, quebras na qualidade, consequência dos longos períodos de armazenamento da azeitona.

Comercialização

Evolução dos preços

O período de comercialização pode ser mais ou menos restritivo, conforme as previsões de colheita para a campanha seguinte. Por sua vez, os preços mantêm-se mais ou menos constantes durante todo o período de comercialização, podendo alterar-se a partir de Julho/Agosto se a perspectiva da próxima produção for inferior à que decorre. O estabelecimento dos preços regionais é, também, em função das produções obtidas em Espanha e da "pressão" de um pequeno número de grandes operadores comerciais.

Depois do valor máximo de 1996 (4,2 €/litro) e do mínimo (1,9 €/litro) de 2001 (INE), o preço do mercado regional do azeite virgem (a granel) cresceu, estabilizando nos 2,35 €, mercê dos preços praticados na presente campanha (3,7 €/litro) (AOTAD).

Embora se tenham verificado algumas alterações positivas nos últimos dez anos, em média, continua-se a comercializar a maior parte do azeite produzido directamente pelo agricultor (45 a 55%) ou, então, a granel (30 a 35%). O azeite vendido embalado representa, apenas, 20 a 25% do total e deste, só 5 a 10% é engarrafado e 85 a 90% comercializado em garrafas de 5 litros.

Evolução do consumo

Durante a década de 60, em Portugal, o consumo *per capita* de azeite ultrapassou os 10 kg, diminuindo depois até ao valor mínimo de 2,7 no ano de 1985/1986 (IAPO). A partir desta data, os níveis de consumo de azeite foram aumentando até 5,9 kg no ano 1999/2000, estabilizando de seguida (INE).

Os aumentos de consumo têm sido até agora, dada a manutenção dos volumes de azeite importados, compensados com o acréscimo da produtividade e aumento das áreas de produção dos últimos 20 anos. E as preferências organolépticas dirigem-se, agora, no sentido da valorização dos azeites mais verdes, menos doces, amargo-picantes e mais frutados.

A AZEITONA DE MESA

Portugal, nos últimos anos, com um grau de auto-aprovisionamento de 57,8%, tem comercializado para países terceiros um valor idêntico ao da sua quota de produção (INE). Destas exportações, estima-se que 40 a 45% sejam da variedade "Negrinha de Freixo" e, essencialmente, para o mercado espanhol.

A cultura do olival para azeitona de mesa tem uma importância reduzida mais à escala nacional do que regional.

Dos actuais 81 845 ha de olival regional, cerca de 6% são destinados exclusivamente à produção de azeitona para conserva, em mais de 2 100 explorações. Freixo de Espada à Cinta (38%), Torre de Moncorvo (34%) e Mogadouro (18%) são, por excelência, os concelhos produtores de 90% da produção regional (INE/2005).

A "Negrinha de Freixo" é a única variedade regional utilizada quase exclusivamente para conserva; só tem sido encaminhada para o fabrico de azeite em anos de grandes produções ou com deficiências qualitativas e em zonas onde o escoamento ainda apresenta algumas dificuldades (Torre de Moncorvo, Alfandega da Fé, Vila Flor e Mirandela).

A área média é semelhante à do olival para azeite, com tendência para a estabilização; a grande maioria está em regadio imperfeito e, por norma, encontra-se bem instalada. A colheita é feita manualmente por ripagem, maioritariamente na fase verde palha, a partir do mês de Setembro, e minoritariamente a duas caras em finais de Outubro.

Os preços médios pagos à produção têm vindo a decrescer; entretanto, nas duas últimas campanhas, estabilizaram nos 0,40 €/kg (AATM) e não são previsíveis alterações promissoras a curto prazo.

Das 25 empresas transformadoras reconhecidas pelo MADRP, para a campanha 2005/2006, 16 localizavam-se na Região Norte, 6 no Alentejo e 3 na Região Centro (INGA). Embora o número de empresas reconhecidas possa ser indicativo da existência de uma efectiva actividade transformadora, é, no entanto, pouco significativa a produção transformada e embalada na região.

Quanto ao consumo *per capita*, estima-se que ainda não ultrapasse os 2,0 kg.

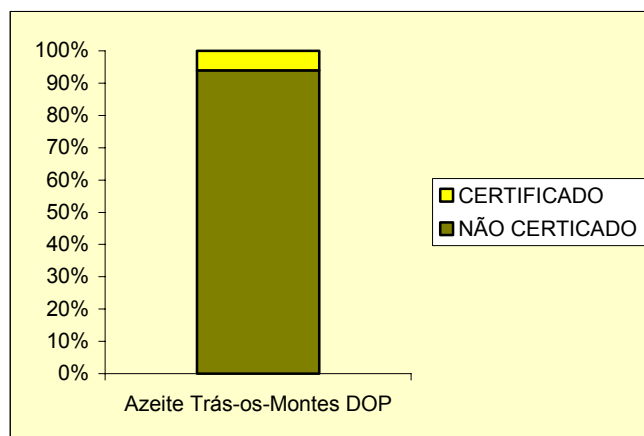
A Comercialização dos Produtos Tradicionais com Nomes Protegidos

O desempenho dos produtos tradicionais, face ao mercado consumidor, caracteriza-se por estratégias de oferta assentes em posturas duplas – produtos certificados e não certificados. Esta duplicidade de atitude, muitas vezes descaracterizadora da imagem regional, tem conduzido à emergência de elementos retardadores, quer do processo de estabilização das produções quer da sua certificação integral quando em condições para usufruírem dessa regalia.

Veja-se, então, o caso do “**Azeite de Trás-os-Montes DOP**”, já que a “**Azeitona de Conserva Negrinha de Freixo DOP**” nunca chegou a ser comercializada como tal, com uma produção potencial de azeite de 65 a 70 000 hl, que apenas consegue certificar pouco mais de 4 300 hl de azeite/campanha (AOTAD), 6 a 7% da produção certificável, e com preços pouco convidativos.

A mesma situação se verifica para o azeite e azeitonas que poderiam resultar do modo de produção biológico; em 2005, eram pouco mais de 5 000 ha de olival seguindo este método de produção (IDRHa).

Gráfico3 % de Azeite certificado



Como se pode observar pelo gráfico, o grosso da produção não é comercializado como azeite certificado.

Ou seja, embora o **"Azeite de Trás-os-Montes"** seja reconhecido como um produto de excelente qualidade, ao nível do que melhor se faz no mundo oleícola, dispondo de quantidades qualitativas perfeitamente adaptáveis aos mercados mais exigentes, internos e externos, o que ressalta é que o grosso da produção continua a ser "levantado" pelo próprio olivicultor ou a ser comercializado para grandes empresas embaladoras fora da região, a granel e não certificado, logo após o fabrico.

As débeis condições organizativas da produção e transformação, a frágil capacidade de distribuição, a ausência de promoções conjuntas dos produtos e uma apresentação comercial inconsistente, associadas à excessiva dependência da comercialização relativamente à actualidade das médias e grandes superfícies comerciais, acrescidas de um processo de certificação dispendioso, que em nada ajuda à motivação dos operadores, são os principais factores de bloqueio à valorização dos produtos tradicionais de origem protegida, particularmente, do **"Azeite de Trás-os-Montes"** e **"Azeitona de Conserva Negrinha de Freixo"**.

2.3 ANÁLISE SWOT

Consideram-se agora as principais limitações e as potencialidades existentes, tendo em vista a tomada de decisões a nível da fileira.

Limitações – *fraquezas e ameaças*

PRODUÇÃO

- Utilização de áreas menos aptas à cultura
- Espaço geográfico regional envelhecido e desvitalizado – desertificação dos territórios rurais
- Estruturação fundiária restritiva à rentabilização da mão-de-obra e à implementação de novas tecnologias de produção
- Armazenamento de água reduzido em áreas de aptidão olivícola
- Algumas variedades pouco produtivas e a inexistência de um programa de melhoramento para as variedades marcantes da olivicultura regional
- Os períodos de colheita são curtos, não programados, e muito dependentes das condições climáticas e da mão-de-obra disponível
- Os modos de produção biológicos e integrada estão pouco disseminados
- A inexistência de uma quota regional operativa para efeitos de reconversão e reestruturação olivícola
- Elevada dependência de subsídios e apoios públicos
- Ausência de empresas prestadoras de serviços
- Défice de capacidade de gestão
- Falta de continuidade na assistência técnica
- Fraco investimento em I&D
- Evolução pouco atractiva dos preços pagos à produção.

TRANSFORMAÇÃO

- Insuficiência de postos de recepção de azeitona e más condições de transporte e acondicionamento para o lagar
- Deficientes condições sanitárias, por parte dos ajuntadores, na realização da primeira transformação da azeitona de mesa
- Pouca disponibilidade técnica especializada na assistência aos lagares
- Fraco investimento em I&DE para encontrar soluções inovadoras no tratamento de efluentes e na valorização dos subprodutos
- A existência de lagares ainda pouco evoluídos e desprovidos de equipamento para embalamento
- Legislação sobre licenciamento e questões ambientais tende a ser mais restritiva
- Baixo nível de educação, formação e aconselhamento nas áreas tecnológicas

COMERCIALIZAÇÃO

- Fraca orientação comercial, nomeadamente na melhoria da apresentação dos produtos, alargamento e conquista de novos mercados
- Elevada atomização da oferta e fraco poder negocial dos produtores/industriais face a grandes clientes
- Ausência de conhecimento por parte do consumidor da diferenciação das várias categorias de azeite
- Inexistência de um consórcio empresarial que faça a promoção conjunta
- Elevada concorrência de outros países produtores e fomento da produção em países não produtores
- Potencial de consumo da região e do país em fase de estagnação
- Falta de autoconfiança na excelência dos produtos de origem protegida
- Sistemas de certificação pouco sustentáveis e dispendiosos
- A DOP "Azeitona de Conserva Negrinha de Freixo" não funciona, nem existem motivações para o funcionamento

Potencialidades – forças e oportunidades**PRODUÇÃO**

- ✓ História/tradição de produção, consumo e comércio
- ✓ Condições agro-ambientais favoráveis à dinamização da cultura
- ✓ Existência de variedades regionais adaptadas ao meio
- ✓ Sistemas de produção condizentes com a preservação ambiental
- ✓ Património natural com significativo índice de biodiversidade
- ✓ Disponibilidade de áreas com aptidão para olival, algumas de regadio
- ✓ Motivação para a instalação e modernização dos olivais
- ✓ Aposta na inovação tecnológica, na promoção e divulgação das normas de boas práticas agrícolas e de modos de produção reconhecidos
- ✓ Definição de uma estratégia de aproximação do produtor ao consumidor final
- ✓ Reorientação da PAC para a sustentabilidade dos territórios rurais
- ✓ A olivicultura é uma das prioridades políticas governamentais.

TRANSFORMAÇÃO

- ✓ Existência da base organizativa de produção e transformação
- ✓ Capacidade quantitativa e qualitativa de transformação
- ✓ Certificação dos processos produtivos
- ✓ Oferta de produtos diferenciados e identidade própria que serão capazes de diversificar a capacidade produtiva deste território e de superar o âmbito local
- ✓ Disponibilidade financeira para a valorização, reconversão e reorientação do sector oleícola
- ✓ Possibilidades de evolução na cadeia de valor, pela transformação e melhoria dos processos de comercialização.

COMERCIALIZAÇÃO

- ✓ Existência de duas “Denominações de Origem Protegidas” e a potencialidade da implementação de outras
- ✓ Evolução positiva do consumo de produtos olivícolas e da actividade relativa aos produtos com origem protegida
- ✓ Apetência do mercado para as produções de origem e respectivas memórias
- ✓ Os benefícios para a saúde associados ao consumo destes produtos
- ✓ Procura crescente destes produtos e de actividades de lazer associadas ao ambiente em espaço rural
- ✓ Possibilidade de potenciar a adopção de projectos integrados de constituição/reforço de “clusters”.

CONTRIBUIÇÃO ACTUAL DA FILEIRA PARA A ECONOMIA**Norte de Portugal**

Economia do produto	Azeite	Azeitona
Dados regionais		Mesa
Consumo (ton) (1)	21 560	6 800
Exportações (média 2001 – 2005) (ton)	---	---
Grau de auto-aprovisionamento (%)	52,9	-7,2
Preços (média 2001 – 2005) (€/kg)		
Mercado inter-regional	2,35	0,40
Importação	(2,23)	(0,83)
Exportação	(2,93)	(0,85)
Preços/produtos c/ nomes protegidos	3,50	*

(1) Estimativa; --- não disponível; () INE/2005; * não existente

Importância económica do olival	Área de olival
Valores globais	(ha)
Área total (1)	81 845
C/nomes protegidos (2)	53 500
S/nomes protegidos	28 345
Nomes protegidos (em % do total)	65,4
Modos de produção (3)	5 051
Biológico	22 750
Produção/Protecção Integrada	

(1) INE; (2) AOTAD; (3) IDRH

Importância económica do olival	Azeite	Azeitona	Valor da produção	
			(1 000 €)	
Valores globais	(ton)	mesa	Azeite	Azeitona
(ton)	(ton)			mesa
Produção média (média 2001 – 2005)	11 398*	6 345*	26 785	2 538
C/nomes protegidos	392**	---	1 372	---
S/nomes protegidos	11 006	6 345	25 413	2 538
Nomes protegidos (em % do total)	3,4	---	5,1	---
Modos de produção				
Biológico	-	-	-	-
Produção/Protecção Integrada	-	-	-	-

*INE; ** AOTAD; --- não existente; - não disponível.

Importância económica do olival	Agroturismo (nº unidades TER)	Valor por função (1 000 €)
Valores globais	46	807
Multifuncionalidade *		
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos fora da Rede Natura.	28	598
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos e em Rede Natura.	18	209

* GPP, 2007

O valor actual da fileira oleícola regional (2005), sem entrar em conta com o agroturismo, é de 29,3 milhões de euros representando o azeite a grande parte deste valor (90,5%).

2.4 ESTRATÉGIA

O grande desafio que se coloca à olivicultura regional, inevitavelmente, é o de que seja possível uma crescente retenção local do valor acrescentado ao nível da fileira, consubstanciada numa dinâmica de mudança, através duma intensificação de capital como forma de sustentar o aumento de custos com o factor trabalho e aumento da mais valia dos seus resultados e dos proveitos da exploração.

Por ser um sector estratégico, de apetência indiscutível, suporte de grande parte da competitividade e sustentabilidade da região a estratégia a desenvolver deverá concorrer para:

O **aumento da área do olival** por ser efectivamente, uma premissa indispensável para competitividade.

Melhorar a tipicidade e qualidade dos produtos pela reconversão/reestruturação, orientadas pela utilização varietal adaptada ao local, assentes na preservação do património genético e manutenção dos aspectos paisagísticos mais característicos da região, procurando sempre adaptar a produção à procura do mercado.

Aumento da produtividade e diminuição dos custos de produção pela reconversão de áreas de sequeiro para áreas de regadio e pela mecanização da cultura.

Evitar a perda de direitos da área de olival, pela constituição de uma "**bolsa de direitos**" regional dado que, actualmente, não há transferência de direitos de replantação para o olival, e contribuindo assim para correcções pontuais e importantes da estrutura fundiária e para a viabilização técnica e económica de muitas explorações olivícolas regionais.

Evitar o abandono definitivo do olival em áreas com aptidão agro ecológicas para a produção da cultura ou de povoamentos de alto valor patrimonial, paisagístico ou ambiental

Favorecer a **escolha varietal** orientada não só por critérios exclusivamente técnicos, mas, cada vez mais, por **critérios económicos** – tipo de produção e de mercado pretendidos e variedades que respondam bem às novas tecnologias de controlo dos factores de produção.

Assegurar a **conservação do germoplasma existente** e a implementação de **programas de melhoramento genético**

Promover a **capacidade e a forma de cooperação entre produtores e suas organizações**, visando melhorar a rentabilidade das unidades produtivas com vista à valorização dos produtos tradicionais de origem protegida.

Rentabilizar o investimento feito, de modo a **aumentar a escala dos operadores** e promover em parceria com os produtores diferentes períodos de colheita mais adaptados às preferências do consumidor.

Diminuir ou **minimizar os impactos decorrentes dos efluentes** das agro-indústrias

Contribuir para o aproveitamento integral dos subprodutos e dos resíduos da extracção de azeite.

Promover o aumento de escala das produções, de forma a permitir a valorização e comercialização dos produtos em condições mais favoráveis.

Desenvolver soluções para as necessidades do comércio rural associado a esta tipologia de produtos, em particular às empresas com problemas na cadeia de oferta e no marketing

Desenvolver alianças sustentáveis com o sector do turismo e cultura, por exemplo, no reforço das iniciativas referentes à consolidação da "Rota do Azeite de Trás-os-Montes" e "Museu da Oliveira e do Azeite de Mirandela", e promover uma estratégia organizada e aglutinadora em torno dos produtos tradicionais das "regiões" no seu todo, como bem poderá ser de «Trás-os-Montes», «Douro» ou «Minho».

Desencadear acções de carácter social de acompanhamento e **aconselhamento** às populações rurais e agentes locais, nomeadamente **formação, qualificação e informação** não exclusivamente ligados aos produtos tradicionais em causa.

2.4.1 Objectivos

Perante o panorama do sector a nível regional, nacional e internacional, a estabilização dos níveis de consumo e os preços pagos à produção pouco atractivos, as deficiências na gestão dos stocks excedentários e a falta de agressividade comercial dos operadores, **a competitividade e sustentabilidade do sector deverá alicerçar-se nos seguintes objectivos:**

- **Aumento da área de olival na região**
- **Aumento da área de olival por exploração**
- **Aumento da produtividade e desenvolvimento do consumo,**
- **Irrigação de novas áreas de olival**
- **Modernização de algumas unidades de transformação**
- **Requalificação ambiental de lagares**
- **Oferta de novos produtos**
- **Modernização tecnológica de produtos tradicionais,**
- **Comercialização do “produto tradicional certificado” de forma diferenciada dos outros;**
- **Fidelização do consumidor ao produto certificado**
- **Promoção de novos métodos de embalagem e aproveitamento dos subprodutos.**
- **Reorganização do sector da transformação e comercialização**
- **Preservação e valorização ambiental do actual património olivícola**
- **Orientar o investimento em I&DT para as necessidades mais prementes do sector.**
- **Aconselhamento Técnico**
- **Formação dos activos na fileira do azeite e azeitona de mesa**

2.4.2 Medidas e Acções

Tendo em conta o novo QCA (2007-2013) e o ano em que finaliza a actual OMC do azeite (2013), para a concretização da estratégia definida e para a operacionalização dos objectivos, que permitam conduzir esta actividade no sentido da diversificação, valorização e da qualificação empresarial, as **medidas e acções** deverão visar intervenções orientadas para:

- **Reconversão e aumento da área olivícola** dirigida, prioritariamente, para a produção com nomes protegidos – através da constituição e gestão técnica, em parceria público - privada, de uma “bolsa de direitos” regional.
- **Aumento da área irrigada**, incluindo a irrigação possível dos olivais existentes.
- **Manutenção e valorização ambiental do actual património olivícola** – incluindo o aconselhamento técnico à inovação tecnológica, preservação e interpretação ambiental.

- Assegurar a **conservação do germoplasma** existente, reportado aos regimes de protecção, (p. ex: através do apoio financeiro selectivo na escolha varietal), e implementar **programas de melhoramento genético** assentes em três objectivos básicos: - aumento do potencial produtivo, melhoramento da qualidade do produto e selecção de cultivares mais apropriadas aos sistemas de cultivo intensivo e mais resistentes a pragas e doenças, com a perspectiva de uma maior dinamização dos olivais em modo de produção biológico e/ou produção integrada.
- **Alargamento e/ou redimensionamento das áreas geográficas das DOP** existentes – e promoção de outros produtos olivícolas em regime de protecção.
- **Promover a certificação do azeite e da azeitona;** designadamente através de incentivos aos produtores aderentes.
- Reforçar a **modernização e a concentração das unidades de transformação** e estabelecimento de um **programa de gestão de efluentes** articulado com o aproveitamento integral dos subprodutos e resíduos de extracção do azeite.
- **Reforço da capacidade de produção de conhecimento** – com o estabelecimento de redes e interfaces para facilitar a endogeneização dos resultados de I&D produzidos com interesse para o sector.
- Criação de uma **“rede de documentação e alerta tecnológica”**, cujo propósito será o de informar o sector “em tempo real” acerca das novidades em matéria de novas tecnologias.
- Dotar a região de um **“centro de competências tecnológicas”**, no domínio agro-alimentar, visando a regularização, introdução de factores de inovação nos modos de produção e procura crescente da qualidade e de novas apetências de consumo, que permita a rentabilização económica do conhecimento científico.
- **Promover a transferência de tecnologias** – através de projectos convincentes de colaboração, cooperação e parcerias, entre serviços públicos e empresários locais.
- **Melhorar a organização e comercialização** condizentes com as actuais exigências dos mercados – aumentar a escala das empresas para as tornar competitivas no mercado e/ou promover a organização de circuitos de comercialização em conjunto ou de especialização.
- **Valorizar o produto e todos os elos da cadeia que a compõem** utilizando ferramentas mais modernas de apelo aos consumos – o **marketing** –; incluindo, a constituição de um **“painel de provadores”** reconhecido pelo COI, a **promoção editorial** e a **dinamização das actividades complementares** (Ex.: “**Rota do Azeite de Trás-os-Montes**”) ao sector.
- Formar e qualificar os diversos intervenientes na fileira no domínio das novas tecnologias de informação – nomeadamente, através da “formação on-line”, “portais de informação”, criação de um “sistema de comunicação para a tomada de decisões”, etc.

2.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Produção

- Projectos que visem:
 - o rejuvenescimento do tecido produtivo;
 - aumento da dimensão fundiária da exploração;
 - aumento de área de olival por exploração e que contribuam para a criação de manchas contínuas;
 - aumento da produtividade, designadamente a reconversão para o regadio e introdução de novas tecnologias de produção;
 - melhoria da qualidade e tipicidade, nomeadamente pelo uso de variedades adaptadas ao local e aos diferentes regimes de protecção;
 - modos de produção compatíveis com o ambiente;
 - Estudos que visem o aumento do potencial produtivo, melhoramento da qualidade do produto e criação de cultivares mais apropriadas aos sistemas de cultivo intensivo e mais resistentes a pragas e doenças.

Transformação

- Projectos que visem:
 - o desenvolvimento de novos produtos;
 - introdução de novos produtos e processos;
 - aproveitamento e rentabilização dos sub-produtos;
 - modernização das empresas de transformação;
 - reorganização da transformação, nomeadamente através de fusão e concentração;
 - e minimizar os impactos ambientais.

Comercialização

- Projectos que visem:
 - Estudos relacionados com novas tendências de mercado externo;
 - Estudos sobre o azeite e a saúde;
 - Projectos que visem a modernização e concentração de oferta;
 - Projectos, em parceria, para o desenvolvimento de novos produtos de embalagem e/ou de consumo;
 - Projectos dos agrupamentos de produtores que visem a promoção do «Azeite de Trás-os-Montes» e «Azeitona de Conserva Negrinha de Freixo»;
 - Projecto de constituição de painéis de provadores, a reconhecer pelo COI.

Multifuncionalidade

- Estudos e projectos de integração da fileira do azeite na valorização e sustentabilidade do território, nomeadamente para apoiar a instalação e modernização de empresas de serviços (contabilidade, gestão, marketing, multimédia, etc.), reconstrução de património edificado, dinamização e consolidação de actividades complementares (Ex.: "**Rota do Azeite de Trás-os-Montes**") ao sector.
- Projectos que promovam e dinamizem o uso sustentável dos recursos produtivos e das práticas agrícolas tradicionais, principalmente a preservação de manchas de olivais com interesse paisagístico e genético e a manutenção de muretes.

Qualificação

- Projectos que visem:
 - a qualificação dos intervenientes na fileira
 - Projectos de promoção editorial.

2.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

Para a concretização das prioridades regionais definidas, propõem-se os seguintes critérios de selecção:

Gerais

- Apresentação de um Plano Plurianual Integrado de Produção e Comercialização;
- Área geográfica de produção da DOP "Azeite de Trás-os-Montes" e DOP "Azeitona de Conserva Negra de Freixo";
- As seguintes áreas tradicionais de produção de azeite e azeitona de mesa, não incluídas nas respectivas DOP's:
 - Azeite: Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, S. João da Pesqueira, Tabuaço, Armamar, Régua, Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, restante área das ITI Douro Vinhateiro e Douro Internacional, Bragança (freguesias: Alfaião, Babe, Calvelhe, Coelhoso, Gimonde, Grijó de Parada, Milhão, Rio Frio, Parada, Paradinha Nova, Santa Maria, S. Pedro de Sarracenos, Samil, Sé, Serapicos e Outeiro), Mogadouro e Valpaços.
 - Azeitona de mesa: Mogadouro, Vimioso (Santulhão, Vimioso, Algosó, Campo de Vóboras, Carção e Matela) e Bragança (Izeda e Macedo do Mato).
 - Olival em áreas de reconhecido valor ambiental, paisagístico e genético, após parecer da DRAPN.

Produção

- 1º Instalação de jovens empresários agrícolas com investimentos no domínio da olivicultura;
- 2º A reconversão para o regadio, em "perímetros de rega colectivos", do olival tradicional de sequeiro;

- 3º Olival de regadio das variedades previstas nas actuais DOP's;
- 4º Olivicultores especializados com área mínima actual de 5,0 ha/exploração;
- 5º Empresas e empresários agrícolas que manifestem clara aposta no sector, desde que a área mínima seja $\geq 3,0$ ha;
- 6º Complementaridade de projectos que promovam a criação de manchas contínuas (≥ 50 ha);
- 7º Olivais em modos de produção compatíveis com o ambiente – Produção Integrada, Modo de Produção Biológica e outros que venham a ser reconhecidos;
- 8º Utilização das variedades tradicionais adaptadas ao local, não desvirtuando as características dos azeites regionais e/ou das azeitonas destinadas a conserva;
- 9º Adesão a regimes legais de protecção – DOP ou IGP;
- 10º Projectos que promovam o aumento da dimensão fundiária da exploração agrícola e a introdução de novas tecnologias de produção;
- 11º Olival em áreas de reconhecido valor ambiental, paisagístico e genético, independentemente da área a implantar.

Transformação

- 1º Reconversão de lagares que adoptem sistemas de extracção contínua por centrifugação de duas fases, até ao objectivo de 85%;
- 2º Modernização das empresas de transformação – inovação tecnológica e adaptação às normas de segurança alimentar, rastreabilidade e gestão de incidentes
- 3º Projectos com resolução agrupada dos efluentes lagareiros;
- 4º Agrupamentos de unidades produtivas para aproveitamento integral e rentabilização dos subprodutos;
- 5º Reorganização da transformação – azeite e azeitona de mesa – através de fusão e concentração das unidades produtivas, integradas nos critérios 2º, 3º e 4º;
- 6º Desenvolvimento de novos produtos e processos e/ou modernização de produtos tradicionais, que incluam investimentos imateriais relativos ao reforço das respectivas competências;
- 7º Criação de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos e Subprodutos;
- 8º Instalação de novas unidades e/ou aumento da capacidade das existentes, em articulação com o critério 1º;
- 9º Unidades produtivas aderentes a regimes de protecção para 80% do produto elaborado;

Comercialização

- 1º Promoção do "Azeite de Trás-os-Montes", "Azeitona Negrinha de Freixo" e outros regimes que venham a ser objecto de protecção, em parcerias baseadas em princípios de associativismo empresarial ou cooperativo que integrem de forma clara toda a fileira, da produção à comercialização;
- 2º Projectos que promovam a modernização produtiva (critérios – transformação) e concentração da oferta, através da cooperação empresarial para o mercado e internacionalização;
- 3º Constituição e apoio ao funcionamento de painéis de provadores reconhecidos pelo COI;
- 4º Estudos relacionados com novas tendências de mercado interno e externo e a promoção no âmbito do conceito de marca "chapéu" para os produtos olivícolas regionais;

5º Unidades de transformação que promovam o aparecimento de novos produtos, em articulação com os critérios 9º da produção e 4º e 6º da transformação;

6º Estudos sobre a oliveira, o azeite, a azeitona e a saúde pelos Agrupamentos de Produtores;

7º Implementação de novos regimes de protecção aos produtos olivícolas regionais.

Multifuncionalidade

1º Projectos que promovam a integração a fileira do azeite na valorização e sustentabilidade do território:

- o Instalação e modernização de empresas de serviços;
- o Reconstrução de património edificado rural;
- o Consolidação de actividades complementares;
- o Exploração das sinergias – gastronomia, azeite e turismo;

2º Uso sustentável dos recursos produtivos e das práticas agrícolas tradicionais:

- a. Preservação de manchas de olivais com interesse paisagístico e genético;
- b. Manutenção de muretes e cabanilhos;

3º Projectos incluídos nas Intervenções Territorial Integradas do "Douro Internacional" e "Douro Vinhateiro", após parecer positivo das respectivas ELA's;

4º Projectos integrados em iniciativas TER;

5º Promoção editorial e portais de divulgação.

Qualificação

Único. Projectos de fileira integrados na "rede de documentação e alerta tecnológica" e "centro de competências tecnológicas" no domínio agro-alimentar, que incluam, prioritariamente, "formação on-line" e "portais de informação".

Inovação

1º Criação de um "centro de competências tecnológicas";

2º Critérios de selecção dos projectos de IDE:

- a. Aumento do potencial produtivo,
- b. Melhoramento da qualidade do produto,
- c. Criação e melhoramento genético de cultivares mais apropriadas aos sistemas de cultivo intensivo e mais resistentes a pragas e doenças,
- d. Sistemas de gestão de rega,
- e. Utilização dos subprodutos lagareiros nos solos e valorização energética,
- f. Introdução de factores de inovação,
- g. Valorização cultural das variedades locais.

3º Projectos de colaboração, cooperação e parcerias, entre serviços públicos e empresários locais.

Matriz de valorização

- 1. Todos os projectos têm que cumprir os critérios gerais;
- 2. Factor de valorização, por ordem decrescente:

- a) Comercialização
 - b) Produção
 - c) Transformação
 - d) Multifuncionalidade
 - e) Qualificação
 - f) Inovação
3. A valorização dos projectos, no âmbito da estratégia regional definida para a fileira, far-se-á por pontuação segundo os critérios de selecção aplicados e pela ordem proposta.

2.7 VALOR PREVISIONAL DA FILEIRA

O aumento do valor da fileira resultará do aumento da produção e essencialmente da valorização dos produtos comercializados com Denominação de Origem.

Tendo por base a multifuncionalidade das explorações num território com importante património olivícola, prevê-se, também, uma tendência positiva para a valorização destes recursos endógenos.

Componentes da fileira	Valor actual (mil euros)	Valor previsional (mil euros)	Taxa variação (%)
Valor global da fileira	30 130	37 633	24,9
<i>Produção</i>			
Azeite	26 785	33 481	25
Azeitona de mesa	2 538	2 538	0
<i>Multifuncionalidade</i>			
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos fora da Rede Natura	598	1 196	100
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos e em Rede Natura	209	418	100

2.8 METAS A ATINGIR

MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DAS EXPLORAÇÕES	Indicadores de resultados	Reestruturação de olivais tradicionais	500ha
		Novas plantações	5000ha
		Instalação de sistema de rega em olivais tradicionais	1500ha
		Adaptação dos olivais no sistema tradicional à mecanização	2500ha
	Indicadores de realização	Diminuição dos custos de produção	20%
		Melhoria da qualidade	30%
		Melhoria da estrutura fundiária	5%
		Preservação do património	2500ha
		N.º Olivicultores envolvidos	15 000
MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS	Indicadores de resultados	Modernização dos lagares	80
		Aumento de produtores engarrafadores	15
		Criação de agrupamentos de gestão e comercialização	4
		Campanhas publicitárias	2/ano
		N. Olivicultores envolvidos	15000
	Indicadores de realização	Aumento das vendas de azeite embalado	50%
		Aumento das vendas de azeitona de conserva embalada	20%
		Valorização do azeite DOP "Trás-os-Montes"	50%
		Valorização da azeitona de conserva	20%
		Aumento do VAB da produção oleícola	5%
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Ee I&D	Indicadores de realização	Nº Projectos de I&DE	6
		Nº Acções de qualificação profissional	20
		Nº Acções sensibilização ambiental	30
		Melhoria da qualidade	30%
	Indicadores de resultados	Aumento do VAB regional	2%
		Melhoramento de variedades regionais	5 variedades
		Preservação da variabilidade genética	15 variedades
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL	Indicadores de realização	Nº de explorações apoiadas	10 000
		N.º Acções de sensibilização	20/ano
		N.º Entidades envolvidas	40
		Requalificação ambiental (n.º projectos)	80
	Indicadores de resultados	Aumento n.º visitantes	25%
		Melhoria da qualidade ambiental	20%

2.8 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS E ACÇÕES

A z e i t e e a z e i t o n a d e m e s a	Objectivos	Instrumentos de política	
		Eixos	Medidas
	Promover a protecção da biodiversidade	II	2.1.Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas
			2.4.Intervenções Territoriais Integradas
	Incentivar modos de produção sustentáveis no âmbito das actividades agrícolas e florestais	II	2.2Valorização da produção de qualidade
	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços	I	4.3. Serviços de apoio ao desenvolvimento
		I e III	4.2. Formação e informação especializada
	Melhorar a competitividade das empresas	I	1.1 Inovação e desenvolvimento empresarial
		I	4.1. Cooperação para a inovação
		I	1.5 Instrumentos financeiros e de gestão de riscos e de crises
		I	1.6 Regadios e outras infra estruturas colectivas
	Valorizar os produtos de qualidade	II	2.2 Valorização de modos de produção - Melhoramento dos recursos genéticos vegetais
		I	1.4 Valorização da produção de qualidade
	Rejuvenescer o tecido empresarial	I	1.1 Inovação e desenvolvimento empresarial - Instalação de jovens agricultores
	Promover a diversificação da economia	III	3.1 Diversificação da economia e criação de emprego

3 HORTÍCOLAS

3.1 INTRODUÇÃO

A Região Norte, principalmente na zona litoral e em algumas zonas mais interiores possui condições agras climáticas favoráveis à produção das culturas hortícolas.

Embora a actividade tenha vindo a desenvolver-se sobretudo junto de grandes centros urbanos e/ou em zonas de microclima propício ainda não atingiu o patamar de competitividade que pode alcançar. Pode, no entanto, fazê-lo pelo aumento das áreas e o tamanho das parcelas e pela optimização dos recursos endógenos e oportunidades naturais, como por exemplo a obtenção de produtos diferenciados de elevada qualidade. Abre-se assim a possibilidade de criação de novas fileiras, nomeadamente na área dos recursos genéticos vegetais, onde a produção de variedades locais de diversas espécies assume particular relevo, sobretudo quando associada à horticultura biológica.

Nesta fileira consideram-se incluídas a batata e as PAM (Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares) designadamente a salsa e algumas plantas consideradas como medicinais (Hipericão do Gerês, erva-cidreira etc.).

3.2 CARACTERIZAÇÃO

A região possui excelentes condições naturais para a produção de diversas culturas hortícolas sendo a sua participação na produção nacional de cerca de 12%.

Esta actividade teve nos últimos anos um grande incremento na produção em estufas nomeadamente nos concelhos de Póvoa de Varzim, Esposende, Gondomar e Vila Nova de Gaia onde a produção se faz de uma forma mais intensiva.

Em concelhos como Barcelos, Ponte de Lima, Gondomar e microclimas originados pelas falhas geológicas do Vale da Vilariça e da Veiga de Chaves e Vila Pouca a produção faz-se não só de uma forma intensiva mas também associada a sistemas de produção extensivos, destinando-se a produção na sua grande maioria ao auto-consumo e aos mercados regionais. Nas zonas fronteiriças, os mercados espanhóis têm tido um crescendo de importância.

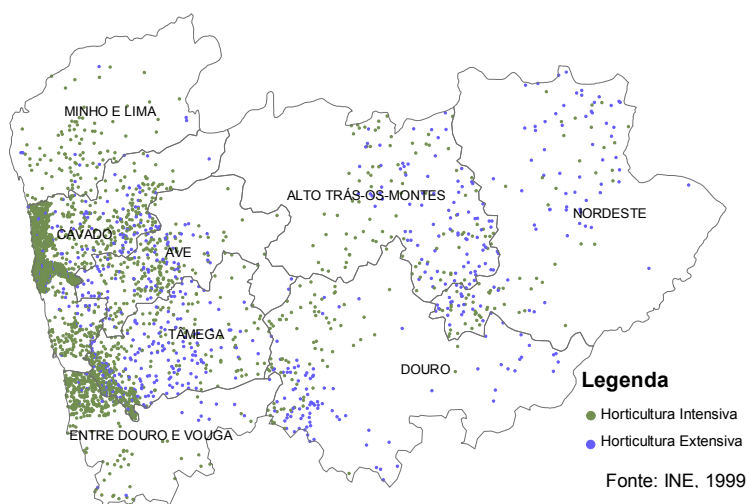


Figura 1 – Distribuição geográfica da produção hortícola

Pela análise do Quadro 1 verifica-se que, apesar do aumento da área e da produção, o total de área ocupada bem como o total da produção ronda apenas os 12% do total produzido em todo o Continente, o que, tendo em conta a procura crescente, evidencia uma enorme possibilidade de crescimento deste sector.

Quadro 1- Evolução da área e produção dos produtos hortícolas*

Cultura	Unidade Geográfica	1997				2002			
		Área	%	Produção	%	Área	%	Produção	%
Culturas	NORTE	2 746	12	50 788	11	3 848	12	87 183	12
Hortícolas	Continente	23 987	100	495 992	100	31 676	100	741 312	100

*Inclui: alface, couve-flor, couve brócolo, couve repolho, lombardo, couve tronchuda, grelos, melão, melancia, morango, pimento, tomate fresco, fava, feijão verde, cebola, cenoura e outras hortícolas

Fonte: INE (1998-2002, cit. GPPAA)

Como se pode verificar na Figura 2, Portugal é altamente deficitário na produção hortícola. Por outro lado, tem-se verificado uma tendência positiva para o valor das exportações, o que abre boas perspectivas para a internacionalização da fileira num cenário de estruturação da oferta.

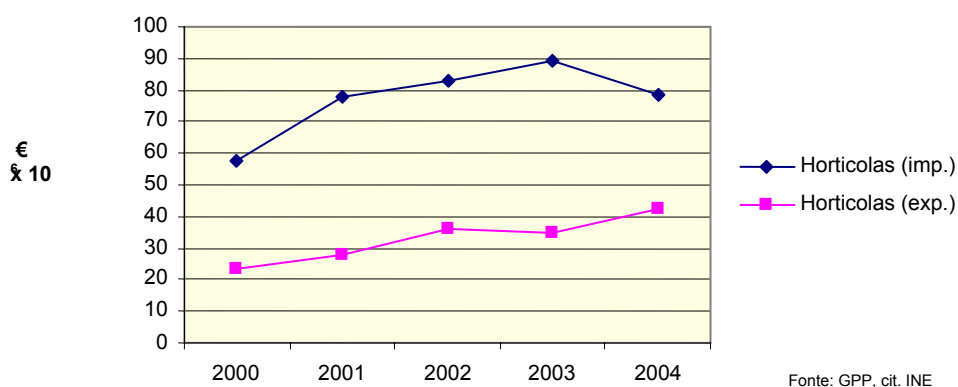


Figura 2 – Evolução do valor das hortícolas comercializadas (excepto batata)

Relativamente à cultura da batata (Quadro 2) verifica-se um decréscimo na área plantada e na produção, seguindo a tendência do resto do País.

Quadro 2 – Evolução da área e produção de batata

Cultura	Unidade Geográfica	1999				2005			
		Área	%	Produção	%	Área	%	Produção	%
Batata	NORTE	23 026	39	282 541	31	16 325	42	167 985	33
	Continente	58 978	100	893 048	100	39 126	100	511 183	100

Fonte: INE (1999-2005, cit. GPPAA)

Quanto à área plantada para batata primor tem-se a percepção que esta tem vindo a aumentar no litoral.

A Figura 3 representa a evolução da balança comercial da batata primor, de conservação e de semente.

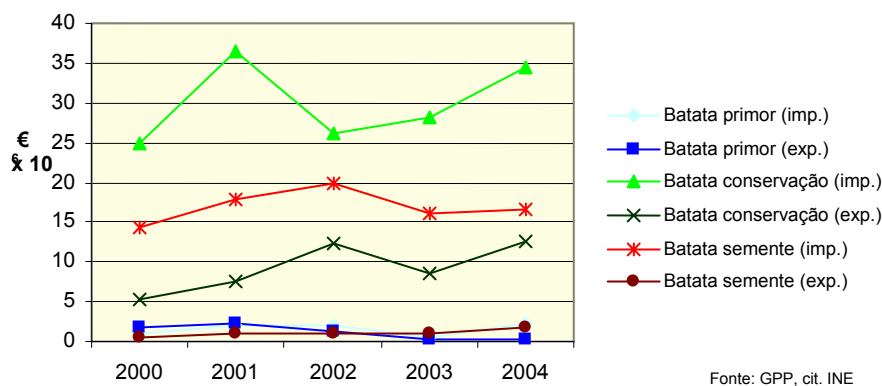


Figura 3 – Evolução do valor da subfileira da batata

A batata é a cultura hortícola com maior peso na fileira, representando 30 por cento do valor das importações e 20 por cento das exportações.

A balança comercial tem sido francamente negativa, quer ao nível da batata primor, quer de conservação ou batata-semente. Em cada uma das três produções existe grande potencialidade de crescimento da fileira, sobretudo se o sector conseguir associar a concentração da produção a produtos de qualidade com menção de origem e/ou de modo de produção.

Quanto às PAM não dispondo de dados discriminados em relação às espécies cultivadas, mas tem-se a percepção de um aumento significativo das áreas de produção e a adesão de cada vez mais horticultores ao seu cultivo.

O escoamento da produção na região Norte efectua-se de forma diversificada conforme se pode verificar na figura 4.

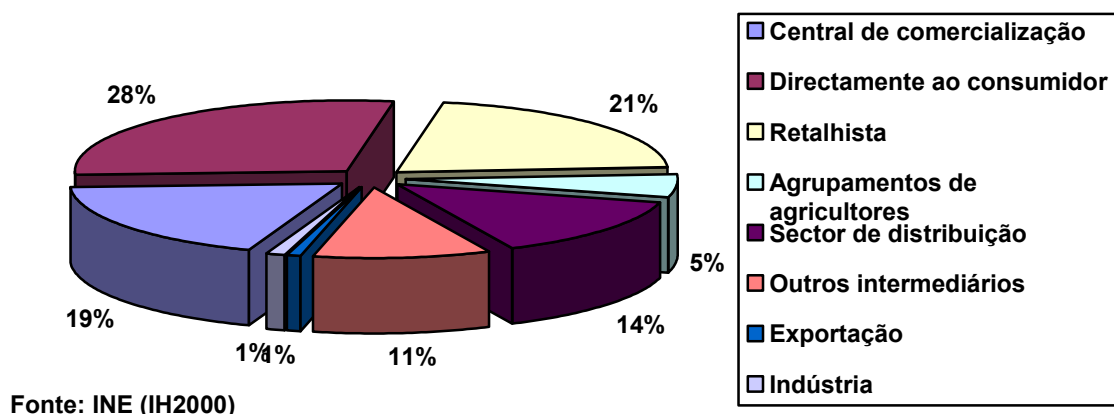


Figura 4 – Formas de comercialização dos produtos da fileira, excluindo o tomate para a indústria.

O escoamento da produção de hortícolas ainda se faz maioritariamente pelas vias tradicionais, privilegiando circuitos de comercialização individuais. O facto das culturas hortícolas originarem produtos de elevada perecibilidade, torna menor a concorrência com mercados longínquos, sobretudo pela onerosidade dos custos de transporte.

As condições climáticas favoráveis e a proximidade com os mercados europeus de elevado poder de compra é factor de grande oportunidade à fileira, sobretudo quando associada à produção de qualidade. No entanto, a falta de concentração, acondicionamento e comercialização é forte estrangulamento ao desenvolvimento da fileira. Pelo facto, apenas 1% da produção regional de 2000 se destinava ao mercado externo.

No entanto, nos últimos anos, verificou-se um aumento da comercialização feita por agrupamentos de agricultores, centrais de comercialização e com a intervenção do sector da distribuição. O aparecimento de modernas formas de escoamento veio também permitir a selecção, acondicionamento e rastreabilidade de boa percentagem da produção e novas exigências no que respeita à qualidade intrínseca dos produtos, designadamente em termos de resíduos.

A Figura 5 representa a evolução das cotações nos mercados de produção dos produtos hortícolas partindo do índice 100 no ano 2000.

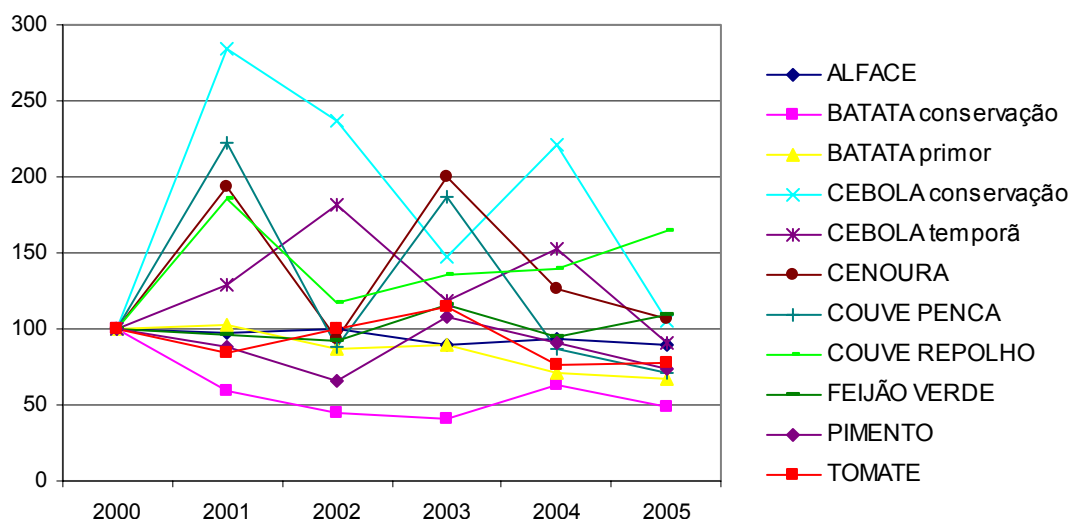


Figura 5 – Evolução das cotações dos principais produtos hortícolas

De uma maneira geral, as culturas hortícolas apresentam uma elevada volatilidade nas cotações, quer ao longo da campanha, quer por comparação da média anual das cotações mais frequentes (Figura 5). Por outro lado, existe uma tendência decrescente verificada nos últimos anos de diminuição das cotações dos produtos hortícolas na produção, em contraste com o que se passa no índice de preços ao consumidor.

A fraca capacidade negocial dos produtores em resultado da fraca estruturação da oferta será por ventura a principal razão para a existência de uma subvalorização da fileira.

3.3 ZONAS DE QUALIDADE

À excepção da Identificação Geográfica de Proveniência da *Batata de Trás-os-Montes*, a fileira não dispõem de mais nenhuma zona de qualidade.

No entanto, os trabalhos de caracterização agronómica e molecular de variedades locais de hortícolas da Região Norte levados a cabo pelas Direcções Regionais de Agricultura do Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes e a inclusão ou futura inclusão de muitas delas no Catálogo Nacional de Variedades abre boas perspectivas para a definição de novas zonas de qualidade.

As variedades hortícolas locais caracterizam-se pela sua elevada adaptabilidade às condições agro-ecológicas onde têm a sua origem. Pelo facto, apesar de terem menor potencial produtivo do que as variedades comerciais, são menos exigentes em adubações azotadas e apresentam maior resistência a pragas e doenças. Deste modo, têm um enorme potencial de utilização em horticultura biológica, sobretudo associada a sistemas de produção menos intensivos. Uma grande variedade de couves penca, como a da Póvoa, de Chaves e de Mirandela encontram-se já no Catálogo Nacional de Variedades. A cebola da Póvoa é outra cultivar regional com características diferenciadas e já incluída no CNV. O melão *Casca de Carvalho* cujas cotações atingem valores muito superiores ao tradicional pela especificidade das suas características organolépticas e época de produção constitui uma cultura com enorme potencial de desenvolvimento. Os melões cultivados no Vale da Vilariça Carrasco e *Lagarto* estão igualmente inscritos no CNV e apresentam potencialidades de diferenciação no mercado.

Muitas outras cultivares regionais encontram-se já com ecotipos estabilizados e em condições de entrar no CNV, onde é possível destacar pimentos e tomates regionais, abóboras e diversas leguminosas para grão.

3.4 ANÁLISE SWOT

Pontos Fracos	Pontos fortes
<ul style="list-style-type: none"> A dimensão de muitas explorações é um obstáculo ao recurso a financiamento para investimento face aos critérios de enquadramento e de apoio seguidos; Dificuldades na gestão dos excedentes de produção em alguns produtos destinados ao consumo em fresco, pela falta de organização na produção e na comercialização; Proliferação de pequenas unidades de comercialização sem condições para poderem efectuar a rastreabilidade dos produtos e assim garantir a segurança alimentar; A homologação de produtos fitossanitários para as culturas hortícolas não se tem mostrado expedita, assim como a catalogação das variedades, criando alguns bloqueios; Existência de poucas organizações no sector. 	<ul style="list-style-type: none"> Condições edafo-climáticas favoráveis que permitem exercer a actividade de forma competitiva, seja ao ar livre ou em estufa; Existência de conhecimento das técnicas de produção, dada a tradição hortícola da Região, bem como à existência de mão-de-obra qualificada e jovem; Existência de empresas locais de selecção, acondicionamento e comercialização com procedimentos ajustados à necessária segurança dos produtos alimentares; A internacionalização do sector iniciado nos últimos anos é um grande estímulo para que a região possa aumentar a sua área de produção; Possibilidades de alguns dos produtos agrícolas da Região poderem ser objecto de DOP, e /ou IGP, pela qualidade e exclusividade das suas características. Existência de regadio Existência de variedades regionais adaptadas ao meio Conhecimento técnico no sector

Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Uma grande disputa dos melhores solos pelos restantes usos principalmente na zona litoral e intermédia da região; • O aumento das áreas de estufa tem conduzido a uma degradação da paisagem litoral, criando impactos negativos no turismo da Região; • O aumento da intensidade da produção agrícola levou à criação e posterior alargamento de uma Zona Vulnerável, onde o teor de nitratos nas águas subterrâneas excede largamente os valores limite admitidos pela OMS. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um mercado potencial de consumidores, situado entre o Norte e Noroeste de Espanha e a Região Norte, uma vez que existem boas e diversificadas vias de comunicação; • A existência de áreas disponíveis na região para aumentar significativamente a produção dado que o mercado regional e o mercado potencial mencionado são deficitários em produção hortícola. • A existência de grandes reservas de água (barragens) • Possibilidade de aumento da área agrícola disponível para a actividade, pela previsível redução da actividade leiteira resultante da exigência do cumprimento das novas condições de eco-condicionalidade; • Possibilidade de valorização dos produtos oriundos dos modos de produção integrada e biológica como contraponto à intensificação da produção;

3.5 ESTRATÉGIA

Face à análise do sector a estratégia de desenvolvimento deverá assentar em:

- Aumentar significativamente a área de produção, particularmente dos produtos em que a procura do mercado nacional e do mercado europeu mais aumentou e com prioridade para as áreas de projectos em modos de produção integrada e de agricultura biológica;
- Prevenir e minimizar os problemas ambientais relacionados com o solo e a água
- Ordenamento paisagístico em torno da área de produção intensiva;
- Fortalecer e criar estruturas de concentração, acondicionamento e comercialização;
- Fortalecer a internacionalização do sector, sobretudo para as culturas de Inverno cuja competitividade é superior;
- Apoiar a instalação de indústrias para produtos de 4ª gama que contribuam para o aumento da produção e/ou resolução de excedentes de produção e que tragam valor acrescentado à região, designadamente a partir da batata e outros produtos (sopas, enlatados, purés, pré-cozinhados, etc.);
- A certificação dos produtos e dos processos;
- Qualificar profissionalmente os agentes da fileira deve desenvolver-se em cursos de curta duração e ser reorientada para novos objectivos, tais como: conservação pós-colheita, transformação e rastreabilidade dos produtos; certificação de empresas e HACCP; gestão e contabilidade das explorações hortícolas; conteúdos de Internet e estabelecimento de apoios e serviços de avisos; gestão da fertilização; gestão da sanidade das culturas; utilização de programas informáticos de fertilização, rega e controlo ambiental; ambiente, gestão de resíduos e aplicação de fitofármacos; e, higiene, segurança e saúde no trabalho agrícola;

- Iniciativas de troca de experiências entre agricultores jovens de diferentes países produtores;
- Promover melhoria na produção, qualidade dos produtos e nos processos e em produtos transformados (4ª. Gama, etc.); em estreita parceria com todos os agentes da fileira e centros de conhecimento.
- Preservação e recuperação das variedades autóctones de diferentes espécies da região e a sua inclusão em programas de melhoramento
- Reorganizar a produção e a estruturação da oferta; bem como a aposta em nichos de mercado e produções diferenciadas compatíveis com o meio ambiente, como por exemplo o modo de produção biológica associado à produção de variedades autóctones e/ou tradicionais;
- Incentivar a racionalização energética, sobretudo na horticultura forçada.

Acções e metas

EIXO 1 – AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL	INDICADORES	
	Unidade	Meta
Medida 1.1 - Inovação e Desenvolvimento Empresarial		
Acção 1.1.1 - Modernização e Capacitação das empresas	empresa	1310
Acção 1.1.2 - Instalação de jovens agricultores	empresa	400
Acção 1.1.3- Investimentos de pequena dimensão	empresa	640
Medida 1.2 - Cooperação Empresarial	empresa	2
Medida 1.4 - Valorização da Produção de Qualidade		
Acção 1.4.1 - Apoio aos regimes de qualidade	empresa	200
Acção 1.4.2 - Informação e promoção de produtos de qualidade	empresa	1
Acção 1.4.3- Adaptação às normas exigentes	empresa	50
Acção 3.2.2-Serviços básicos para a população rural		
EIXO 4 - PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS		
Medida 4.1 – Cooperação para a inovação	proj.	20
Medida 4.2 – Formação e informação especializada		
Acção 4.2.1 - Formação especializada	horas	17250
Acção 4.2.2 - Redes Temáticas de informação e divulgação	empresa	1
Medida 4.3 – Serviços de apoio ao desenvolvimento	empresa	1

3.6 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA

Fileira	Unidade Geográfica	Valor Actual		Valor Previsional	Taxa Variação
		Mil euros	(%)	Mil euros	(%)
Batata*	Região Norte	56899	32,5.	42500	-25%
	Continente	175073	100	99490	-43%
PAM**	Região Norte	nd	nd	4600	nd
	Continente	nd	nd	nd	nd
Leguminosas para grão**	Região Norte	nd	nd	2900	nd
	Continente	nd	nd	nd	nd
Total Horticultura*	Região Norte	83399	25	104249	+25%
	Continente	332851	100	391874	+18%

* Valor estimado com base na ponderação dos valores nacionais apresentados pelo GPP.

** Valor estimado com base na representatividade destas actividades emergentes.

3.7 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Identificam-se de seguida, para as diferentes áreas, tipologias de projectos:

■ **Produção**

Acessibilidades internas das explorações agrícolas e electrificações;
 Instalação de redes de rega e drenagem;
 Modernização de equipamentos;
 Instalação de novas explorações;
 Acções integradas de ordenamento paisagístico para redução de impactos negativos das estufas no ambiente e na paisagem;
 Redução dos impactos negativos sobre os lençóis freáticos;
 Instalação de sistemas de aquecimento alternativos aos combustíveis fósseis, incluindo eventual aproveitamento geotermal;
 Projectos de utilização de TICs que permitam racionalizar a rega, fertilização e controlo ambiental;
 Certificação de produtos em DOP/IGP/MPB e noutros regimes de qualidade;

■ **Recolha/Concentração**

Racionalização da recolha e concentração;
 Instalação de novas unidades de concentração;
 Adequação ambiental das unidades de recolha existentes;
 Certificação das estruturas de recolha.

■ **Transformação/Distribuição**

Instalação de unidades para produção de produtos de 4ª. gama;
 Instalação de pequenas unidades artesanais de produção de hortícolas em conserva;
 Adequação ambiental das estruturas de transformação;
 Adequação da rede de distribuição através da aquisição de viaturas equipadas com frio;
 Adequação ambiental das estruturas de distribuição.

■ **Promoção e Marketing**

Campanhas de promoção e estudos de mercado

■ **Estruturação da Fileira**

Criação de Serviços de Gestão e Aconselhamento;
 Criação de agrupamento de produtores em Produção Integrada/IGP/MPB.

■ **Capacitação dos agentes**

Formação de agricultores (cursos):
 Aplicação de fitofármacos
 Gestão ambiental e recursos naturais

Redução de lixiviação de agroquímicos para os aquíferos

Operadores em MPB

Informática ligada à fertirrigação

Segurança, Higiene e saúde no trabalho

Rastreabilidade dos produtos agro-alimentares

Condicionamento ambiental em estufas

Formação de agricultores (visitas de estudo)

Visitas de intercâmbio internacional

Formação de técnicos

Cursos de Produção Integrada e MPB

Visitas de intercâmbio internacional

Formação na recolha

Cursos para gestores, operadores e controladores

Cursos de controlo de qualidade e rastreabilidade

Formação na transformação

Cursos para gestores, operadores e controladores

Cursos de controlo de qualidade e rastreabilidade

Cursos de tecnologia do frio

Formação em marketing e distribuição

■ **Serviços de Apoio**

Criação de Serviços de Gestão e Aconselhamento

Criação de Plataforma Informática para informação e intercâmbio

■ **Inovação**

Reabilitação de centros de formação e experimentação

Instalação de campos de experimentação e demonstração

Estudos pós-colheita

3.8 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

No ponto anterior identificaram-se diferentes tipologias de projectos que terão necessariamente de ser considerados, de forma diferenciada, face aos objectivos traçados.

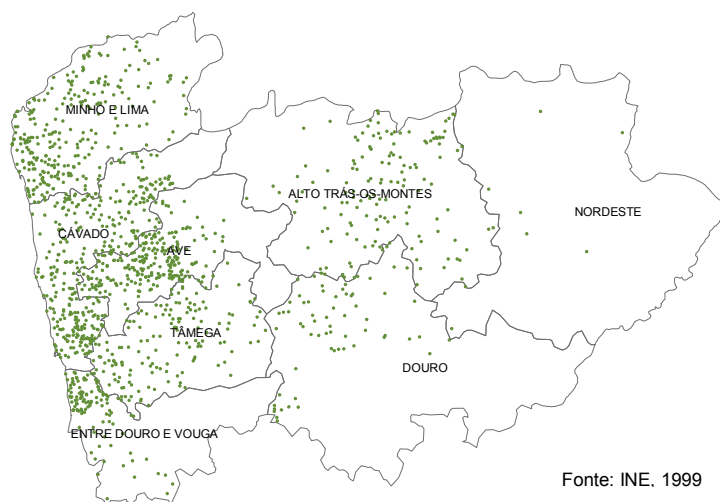
Tipologia	Critério	Pontuação
Tipo de empresário	Jovens Agricultores 1ª instalação	10
	Jovens Agricultores já instalados	5
	Outros	3
Localização do investimento	Zonas de aptidão/tradição hortícola	5
	Áreas geográficas com DOP e/ou IGP	7
	Outras	3
Zonas vulneráveis	Registo e monitorização da exploração	7
	Inovação na preservação do ambiente	10
Redimensionamento das explorações	Ar Livre e Protegida	10
(aumento de área e/ou emparcelamento)	Horticultura Protegida	5
	Horticultura de Ar Livre	5
Reconversão/plantação	Novas espécies/ novas variedades	5
	Melhoramento/optimização dos sistemas de rega	3
	Melhoramento/optimização de controlo ambiental e fitossanitário em estufas	3
	Espécies tradicionais	5
Sistemas de produção amigos do ambiente	Produção Integrada	7
	Agricultura Biológica	5
	Agricultura convencional com Avisos Agrícolas (batata)	3
Aumentar a capacitação das empresas	Valorização profissional do produtor/empresário	5
	Escoamento da produção	5
Reestruturação de empresas de Transformação/Comercialização	Reconversão de equipamento	5
	Contratação de serviços de assessoria	2
	Profissionalização dos quadros de gestão	5
	Qualificação dos recursos humanos	3
Dinamização da fileira	Concentração da oferta	5
	Promoção	3
	Certificação	3

4 FLORES

4.1 CARACTERIZAÇÃO

Em concordância com as áreas geográficas da horticultura intensiva, a fileira das flores tem maior expressão na zona litoral e em algumas zonas interiores mais favoráveis a esta actividade (Figura 1). Estas condições ecológicas favoráveis e as boas perspectivas do mercado colocam esta fileira em franco desenvolvimento, sendo a sua participação na produção nacional de cerca de 27% da área de produção do Continente. Apesar deste desenvolvimento, a capacidade de progressão ainda é substancialmente elevada para atingir o patamar de competitividade que pode alcançar. O aumento das áreas e tamanho das parcelas e a optimização dos recursos endógenos e oportunidades naturais são factores determinantes na competitividade do sector.

A obtenção de produtos diferenciados de qualidade mais associados ao sector das Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares (PAM), abordadas na fileira das horticolas é uma via desejável para a competitividade do sector. Abre-se assim a possibilidade de criação de novos produtos, por exemplo na área dos recursos genéticos autóctones em zonas de agricultura extensiva de elevada regressão demográfica.



Fonte: INE, 1999

Figura 1 – Distribuição geográfica da produção de flores

A Região Norte é uma região diversa do ponto de vista das suas potencialidades edafo-climáticas pelo que é de ponderar a produção de um leque de culturas igualmente diverso. Esta característica torna-se um ponto forte para esta fileira que vive em permanente busca de novas conjugações para a obtenção de um resultado visual cada vez mais diferenciado. No contexto edafo-climático da região, a água é um factor determinante para a competitividade e a sustentabilidade regionais tanto pela quantidade como pela qualidade.

A existência do mercado espanhol tão próximo, com fáceis acessibilidades, onde as produções próprias de flor de corte têm diminuído drasticamente nos últimos anos devido às condições do mercado e à baixa qualidade das suas produções, representa um incremento de milhões de potenciais compradores com elevado poder de compra. As acessibilidades e a logística estão desenvolvidas ao ponto de facilitar a colocação da produção nacional nos quatro cantos do mundo. Existem já alguns passos dados no sentido da internacionalização do sector, já se verificando que existem produtores que vendem para Espanha e Holanda, como por exemplo acontece na Região em que grossistas espanhóis são um dos principais canais de escoamento dos produtos

Organização da produção e da comercialização

Nesta análise consideram-se incluídas nesta fileira as PAM quando ligadas à produção de ornamentais ou de corte. Nestas últimas temos algumas como por exemplo as alfazemas que poderão estar ligadas tanto às plantas ornamentais como às de corte. A floricultura ou horticultura ornamental abrange 3 tipos de produção: flores de corte, folhagens de corte e plantas ornamentais. Com base no Inquérito à Floricultura realizado pelo INE em 2002 (IF2002), a estrutura das explorações da Região Norte era a que consta nos Quadros 4. e 5.

Quadro 4 – Explorações e área base com floricultura, por modo de instalação

Unidades: Exp.- nº; Área – ha

Unidade Geográfica	Total		Modo de Instalação					
			Ar Livre		Estufa		Abrigo de sombra	
	Exp	Área	Exp	Área	Exp	Área	Exp	Área
Região Norte	629	244	281	114	503	130	13	1
Continente	1 217	893	641	424	911	405	79	63

Fonte IF2002

O Quadro 4 mostra-nos a área de produção de flores e plantas ornamentais em 2002 por modo de instalação e no qual a Região Norte representa 51,7 % das explorações e 27,32% da área de produção do Continente. A área de estufas é ligeiramente maior que a de ar livre, sendo no entanto muito pulverizada com área média de 2500m² quando comparado com os 4000m² das explorações de ar livre.

Quadro 5 - Explorações e área base com floricultura, por tipos de floricultura

Unidades: Exp.- nº; Área – ha

Unidade Geográfica:	Área e nº de explorações		Tipos de floricultura		
			Flores de corte	Folhagens de corte e Complementos de flor	Plantas ornamentais
Região Norte	Expl.	629	577	196	61
	Área	244	135	21	88
Continente	Exp.	1 217	1 005	407	240
	Área	893	381	160	352

Fonte IF2002

A região Norte em relação ao Continente, representa 35,4 % em área de flores de corte, 13,1 % em folhagens e complementos de flor e 25 % em plantas ornamentais.

As espécies mais produzidas são as seguintes:

- Em Flores de Corte – Cravo, Rosa, Gerbera, Liliun e Crisântemo, que totalizam 88% da produção regional;
- Em Folhagens de Corte e Complementos de Flor – Espargo, Gipsófila, Limónio, Ruscus e Eucalipto, que somam 46,2 %;
- Em Plantas Ornamentais – Pelargónio, Rosa e Outras, que totalizam 90% da produção regional.

A produtividade registada foi a seguinte: 456 369 flores/ha, 151300 folhagens/ha e 20 000 plantas ornamentais/exploração.

Segundo o IF 2002 regista-se que as principais formas de escoamento são: "directamente ao consumidor", a "floristas", a "grossistas" e para o "mercado externo".

Entre a zona litoral e o interior verifica-se que existem diferenças dada a proximidade dos diferentes mercados. Assim, para a zona litoral, a forma de escoamento equilibra-se entre os mercados interno e externo. Já no caso da zona interior o mercado externo e os grossistas são o modo de escoamento mais utilizado.

4.2 ANÁLISE SWOT

Pontos Fracos	Pontos fortes
<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão reduzida de muitas explorações e existência de elevados produtores com deficiente nível de especialização; • Reduzida partilha de conhecimentos entre floricultores; • Baixa qualificação dos produtores, nomeadamente na falta de conhecimento das técnicas de distribuição da produção ao longo do ano; • Ausência de parcerias de DE&D orientadas para os problemas concretos do sector; • Deficiente controlo dos custos de produção; • Dificuldades na gestão dos excedentes de produção em picos de produção e ausência de regras de normalização, pela falta de organização na comercialização; • A homologação de produtos fitossanitários para as culturas florícolas da Região não se tem mostrado expedita, assim como a catalogação das variedades, criando alguns bloqueios. • Excessiva burocratização dos processos • Reformulação dos conteúdos e reestruturação dos cursos 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de número significativo de produtores jovens e dinâmicos; • Condições edafo-climáticas favoráveis que permitem exercer a actividade de forma competitiva, seja ao ar livre ou em estufa; • Existência de conhecimento das técnicas de produção, bem como à existência de mão-de-obra qualificada e jovem; • Proximidade física e cultural aos mercados europeus (maiores consumidores mundiais de flor); • Alta rentabilidade já demonstrada por um conjunto de floricultores; • Mercado nacional deficitário em flor (importa todas as espécies) • Elevada durabilidade das flores • Existência de instituições de ensino de vários níveis

Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento da oferta por parte de novos países produtores com baixos custos de produção e/ou apoios à exportação; • Falta de concentração da oferta face à distribuição que está cada vez mais estruturada e detém forte poder negocial; • Gama restrita de produtos fitossanitários homologados para a floricultura e resposta demasiado demorada dos organismos públicos à homologação de novos produtos; • O aumento da intensidade da produção agrícola não directamente relacionada com a fileira levou à criação e posterior alargamento de uma Zona Vulnerável, onde o teor de nitratos nas águas subterrâneas excede largamente os valores limite admitidos pela OMS. • Dificuldade para explorações que pretendem aumentar áreas 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um mercado potencial de consumidores, situado entre o Norte e Noroeste de Espanha e a Região Norte uma vez que existem boas e diversificadas vias de comunicação; • A existência de áreas disponíveis na região para aumentar significativamente a produção dado que o mercado regional e o mercado potencial mencionado são deficitários em produção de flores e plantas ornamentais; • A existência de um mercado europeu cada vez mais receptivo e disposto a comprar flor de qualidade; • Espanha é deficitária em flor de corte e poderá ser o mercado natural de expansão. • Diversificação ao nível da transformação com a secagem e a destilação de certas espécies • Atractibilidade do sector que promove a entrada de novos empresários • Facilidades de logística a nível mundial

4.3 ESTRATÉGIA

Tendo presente os pontos fracos identificados e as ameaças, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- Aumentar significativamente a área de produção de produtos florícolas e de plantas ornamentais, particularmente daqueles em que o Norte e Noroeste de Espanha e a Região Norte são deficitários;
- Resolver e prevenir os problemas ambientais relacionados com o solo e a água associados à intensificação da produção e apoiar devidamente os investimentos necessários, designadamente os já identificados na zona vulnerável;
- Apoiar a instalação de culturas em substratos;
- Promover projectos de ordenamento paisagístico em torno da área de produção intensiva nas zonas de maior produção contrariando-se ou minimizando-se os impactos negativos das estufas;
- Apoiar o aumento da área média por exploração;
- Modernizar as explorações no que se refere à aquisição de sistemas informáticos de fertirrigação, de tratamentos fitossanitários, de desinfecção do solo, de controlo ambiental;

- Promover os sistemas de produção amigos do ambiente, com o recurso as boas práticas agrícolas, como sejam a produção integrada.
- Utilizar as energias renováveis, eólica e solar bem como o recurso aos resíduos orgânicos produzidos na exploração, para serem utilizados nos sistemas de aquecimento;
- Fortalecer e criar estruturas de concentração, acondicionamento e comercialização;
- Apoiar a secagem, preferencialmente em secadores solares, bem como a destilação para essências e óleos;
- Fortalecer a internacionalização do sector dadas as condições naturais de competitividade que a região dispõe relativamente às dos países mais consumidores da União Europeia;
- Promover acções de formação e qualificação orientada para novos objectivos, tais como: conservação e transformação (com particular interesse para as PAM e a extracção de óleos); a rastreabilidade dos produtos; conteúdos de Internet e estabelecimento de apoios e serviços de avisos; gestão da fertilização; gestão da sanidade das culturas; utilização de programas informáticos de fertilização, rega e controlo ambiental; ambiente, gestão de resíduos e aplicação de fitofármacos; e, higiene, segurança e saúde no trabalho agrícola;
- Apoiar iniciativas de troca de experiências entre agricultores jovens de diferentes países produtores;
- Apoiar a transferência de conhecimentos técnico-científicos, em particular aquela que tenha em vista introduzir melhorias na produção, qualidade nos produtos e nos processos em estreita parceria com todos os agentes da fileira.
- No caso das PAM, deverá ser incentivada a colheita, caracterização, avaliação e recuperação das variedades autóctones de diferentes espécies da região e a sua inclusão em programas de melhoramento;
- Desenvolver competências no âmbito do tratamento pós-colheita e transformação de forma a valorizar os produtos;

4.3.1 Acções e metas

	INDICADORES	
EIXO 1 – AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL	Unidade	Meta
Medida 1.1 – Inovação e Desenvolvimento Empresarial		
Acção 1.1.1 - Modernização e Capacitação das empresas	empresa	500
Acção 1.1.2 - Instalação de jovens agricultores	empresa	200
Acção 1.1.3- Investimentos de pequena dimensão	empresa	200
Medida 1.2 - Cooperação Empresarial	empresa	1
EIXO 4 - PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS		
Medida 4.1 – Cooperação para a inovação	proj.	10
Medida 4.2 – Formação e informação especializada		
Acção 4.2.1 - Formação especializada	horas	9000
Acção 4.2.2 - Redes Temáticas de informação e divulgação	empresa	1
Medida 4.3 – Serviços de apoio ao desenvolvimento	empresa	1

4.4 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA

Componentes da Fileira	Valor Actual		Valor Previsional	Taxa Variação
	Mil euros	(%)	Mil euros	(%)
Região Norte	35 477	20,6	41 401	16,7
Continente	172 218	100	200 948	16,7

4.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Identificam-se de seguida, para as diferentes áreas, tipologias de projectos.

Produção

- Acessibilidades internas das explorações agrícolas e electrificações;
- Instalação de redes de rega e drenagem;
- Modernização de equipamentos;
- Instalação de novas explorações;
- Acções integradas de ordenamento paisagístico para redução de impactos negativos das estufas no ambiente e na paisagem;
- Redução dos impactos negativos sobre os lençóis freáticos;
- Instalação de sistemas de aquecimento alternativos aos combustíveis fósseis, incluindo eventual aproveitamento geotermal;
- Projectos de utilização de TICs que permitam racionalizar a rega, fertilização e controlo ambiental;

Recolha/Concentração

- Racionalização da recolha e concentração;
- Instalação de novas unidades de concentração;
- Adequação ambiental das unidades de recolha existentes;
- Certificação das estruturas de recolha.

Transformação/Distribuição

- Instalação de unidades de secagem e/ou destilação de flores e plantas;
- Adequação da rede de distribuição através da aquisição de viaturas que permitam um bom acondicionamento;
- Adequação ambiental das estruturas de transformação e distribuição.

Promoção e Marketing

- Campanhas de promoção e estudos de mercado

Estruturação da Fileira

- Criação de Serviços de Gestão e Aconselhamento;
- Criação de agrupamento de produtores em Produção Integrada.

Capacitação dos agentes

- Formação de agricultores (cursos):
 - Aplicação de fitofármacos
 - Gestão ambiental e recursos naturais
 - Redução de lixiviação de agroquímicos para os aquíferos
 - Operadores em MPB
 - Informática ligada à fertirrigação
 - Segurança, Higiene e saúde no trabalho agrícola
 - Condicionamento ambiental em estufas

- Formação de agricultores (visitas de estudo)
 - Visitas de intercâmbio internacional

- Formação de técnicos
 - Cursos de Produção Integrada
 - Visitas de intercâmbio internacional

- Formação na recolha
 - Cursos para gestores, operadores e controladores
 - Cursos de controlo de qualidade e rastreabilidade

- Formação na transformação
 - Cursos para gestores, operadores e controladores
 - Cursos de controlo de qualidade e rastreabilidade

- Formação em marketing e distribuição

Serviços de Apoio

- Criação de Serviços de Gestão e Aconselhamento
- Criação de Plataforma Informática para informação e intercâmbio

Inovação

- Instalação de campos de experimentação e demonstração
- Estudos pós-colheita

4.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

No ponto anterior identificaram-se diferentes tipologias de projectos que terão necessariamente de ser considerados, de forma diferenciada, face aos objectivos traçados.

Tipologia	Critério	Pontuação
Tipo de empresário	Jovens Agricultores 1ª instalação	10
	Jovens Agricultores já instalados	5
	Outros	3
Localização do investimento	Zonas de aptidão/tradição florícola	5
	Outras	3
Zonas vulneráveis	Registo e monitorização da exploração	7
	Inovação na preservação do ambiente	10
Redimensionamento das explorações	Ar Livre e Protegida	10
(aumento de área e/ou emparcelamento)	Horticultura Protegida	5
	Horticultura de Ar Livre	5
Reconversão/ novas plantações	Novas espécies/novas variedades	5
	Melhoramento/optimização dos sistemas de rega	3
	Melhoramento/optimização de controlo ambiental e fitossanitário em estufas	3
	Espécies tradicionais	5
Sistemas de produção amigos do ambiente	Produção Integrada	5
	Agricultura Biológica	7
Aumentar a capacitação das empresas	Valorização profissional do produtor/empresário	5
	Escoamento da produção	5
Reestruturação de empresas de Transformação/Comercialização	Reconversão de equipamento	5
	Contratação de serviços de assessoria	2
	Profissionalização dos quadros de gestão	5
	Qualificação dos recursos humanos	3
Dinamização da fileira	Concentração da oferta	5
	Promoção	3
	Certificação	3

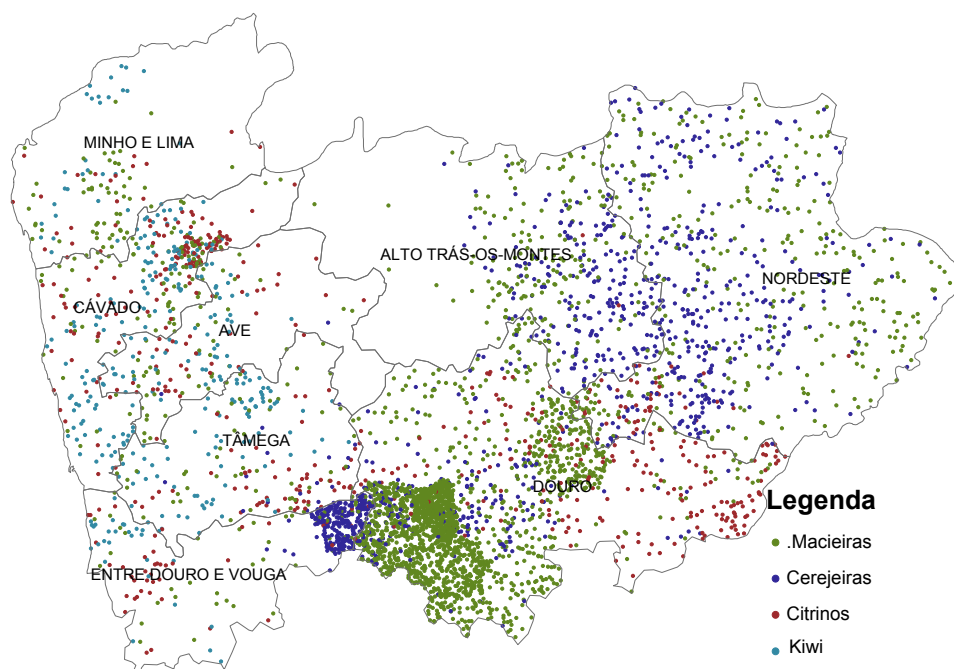
5 FRUTICULTURA

5.1 ENQUADRAMENTO

A Região Norte apresenta boas condições edafo-climáticas para a produção de frutos. A sua diversidade em termos de clima e altitude permite o cultivo de espécies tão distintas como o castanheiro que existe na Terra Fria de Montanha ou actínidia, uma cultura sub-tropical de grande adaptabilidade às zonas do litoral de temperaturas amenas. Entre estes dois extremos, encontramos quase todas as espécies fruteiras, onde se destacam, a amendoeira no Douro Superior e Terra Quente Trasmontana, a cerejeira com maior concentração nos concelhos de Resende e Lamego, e estendendo-se por toda a zona interior, a macieira que encontra nas zonas do Távora e Varosa o seu solar, mas que aparece também um pouco por toda a região com destaque para o concelho de Carrazeda de Ansiães.

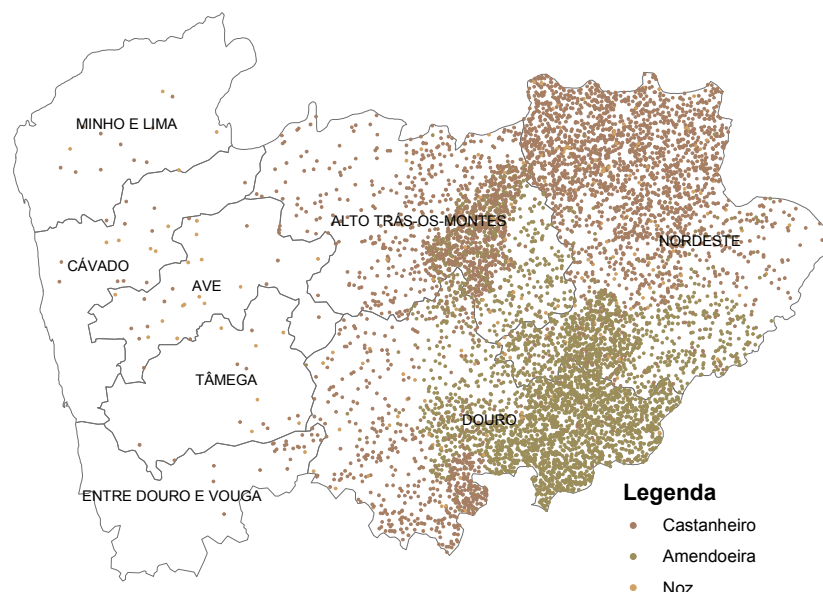
Com menor área, aparecem ainda outras culturas, como os citrinos nos concelhos de Amares e ao longo das margens do Rio Douro e a noz que aparece especialmente nas zonas frias.

Ainda são cultivadas outras fruteiras, onde se destacam o pessegueiro, a aveleira, a ameixeira, a figueira e os pequenos frutos, com destaque para a baga de sabugueiro, que assumem pouca importância no actual panorama da frutícola regional mas contribuem para o rendimento da exploração agrícola e poderão ser uma mais valia quando associadas a condições agro-ecológicas específicas e/ou mercados emergentes.



Fonte: INE (1999)

Figura 1 – Distribuição geográfica dos principais frutos frescos na Região Norte.



Fonte: INE (1999)

Figura 2 – Distribuição geográfica dos principais frutos secos Região Norte.

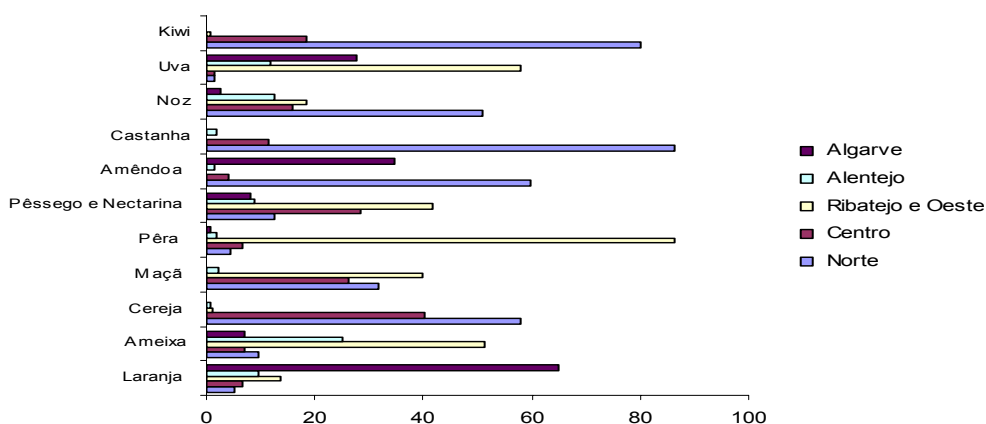
Pela distribuição geográfica das várias culturas na região e pela percentagem em área relativa ao total do continente (Gráfico 1), conclui-se que a fruticultura tem grande expressão na Região Norte.

Entre essas culturas destacam-se o castanheiro, amêndoeira, actínidea, cerejeira e macieira, estando geralmente associadas a sistemas de produção ambientalmente sustentáveis.

Apesar dos investimentos realizados ao longo dos quadros comunitários anteriores, estas culturas têm ainda condições para um aumento de área de produção, havendo também a necessidade de promover a valorização da respectiva fileira, procurando criar produtos diferenciados. Por outro lado, associado aos sistemas de produção sustentáveis, há ainda espaço para aumentos de produtividade utilizando técnicas adequadas a uma fruticultura moderna de qualidade.

O desenvolvimento da fruticultura na região Norte passa também pela criação de estruturas que promovam a comercialização dos produtos, sobretudo naqueles em que existem condições edafo-climáticas ajustadas que permitem chegar à sua diferenciação.

Gráfico 1- Contribuição regional dos valores da fileira em relação ao Continente



ESTRATÉGIA REGIONAL

Tecnologia de produção

Apesar dos investimentos realizados nos anteriores quadros comunitários, a tecnologia da produção em fruticultura ainda têm muito por onde se desenvolver. Por outro lado, as constantes alterações nos hábitos de consumo exigem a orientação da produção para as variedades e modos de produção mais adaptados a determinados nichos de mercado. Deste modo, é necessário o aumento das áreas destinadas à fruticultura e a reconversão de determinados sistemas de produção, instalando as culturas de uma forma ordenada, utilizando técnicas de produção adequadas e compatíveis com o ambiente, visando a sustentabilidade dos agro-ecossistemas;

Qualidade e diferenciação e orientação para mercados específicos

O aumento do valor e a competitividade dos produtos deverá realizar-se através do aumento da qualidade total (rastreabilidade), da potenciação das denominações de origem e do incentivo aos modos de produção compatíveis com a preservação ambiental. Os produtos devem corresponder às expectativas do mercado, através da identificação das especificidades dos diferentes segmentos da procura.

Integração da Fileira

A abordagem de cada fileira deverá ser integradora, organizando e articulando, desde a procura até à oferta, em torno de objectivos comuns, as acções dos diferentes agentes, reconhecendo mutuamente o papel que cada agente tem na Fileira.

Visão multifuncional da Fileira

A Região Norte tem enormes potencialidades para o desenvolvimento do turismo associado à paisagem, à natureza, com destaque para as áreas de rede natura, e à gastronomia. A fileira da fruticultura, associada às fileiras do vinho, do azeite e das raças autóctones é peça chave no desenvolvimento do turismo rural da região. A produção de Castanha associada a rede natura; a recentemente criada rota da castanha, rota das amendoeiras em flor e as festas da cereja são exemplos de actividades turísticas que, directa ou indirectamente, criam valor que importa assegurar. O desenvolvimento de intervenções territoriais integradas não exclusivamente vocacionadas para os valores naturais mas sobretudo para a sua associação com os valores paisagísticos do mosaico cultural característico da região deverá constituir a base da funcionalidade da Fileira.

Qualificação dos produtores e demais agentes da fileira

Ao nível da produção ainda há uma grande margem de progressão no sentido do aumento das produtividades unitárias. Por outro lado, a organização do sector e a inovação dos modos de comercialização, nomeadamente pela utilização de formas de comercialização via Internet, exige um cuidado muito especial na estratégia de qualificação dos agentes da fileira.

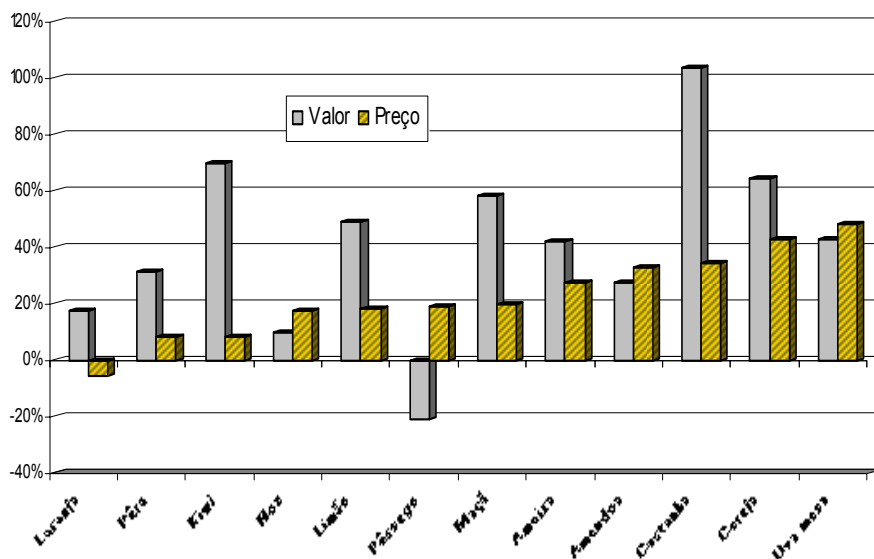
Inovação e mercados

No âmbito da Fileira é essencial identificar áreas comuns de inovação e mercados, que permitam resolver problemas ou condicionantes ao desenvolvimento da mesma, tornando-a mais competitiva;

VALORIZAÇÃO DA FILEIRA

O gráfico seguinte traduz a perspectiva da variação do preço unitário das produções e o valor global das subfileiras entre a situação actual e 2013.

Gráfico 2 – Variação do valor da produção e do preço unitário das principais culturas



À excepção do pêssego que apenas deverá ver valorizada a sua produção em zonas de aproveitamento hidroagrícola como o Vale da Vilarça, perspectiva-se uma evolução favorável das subfileiras. De destacar o aumento do valor da fileira castanha, originado não só pelo valor do fruto em fresco e pelo aumento de produtividade, mas sobretudo com base nas perspectivas de desenvolvimento da transformação e no papel da multifuncionalidade, nomeadamente associado ao turismo em natureza em zonas de rede natura onde os soutos têm forte implantação.

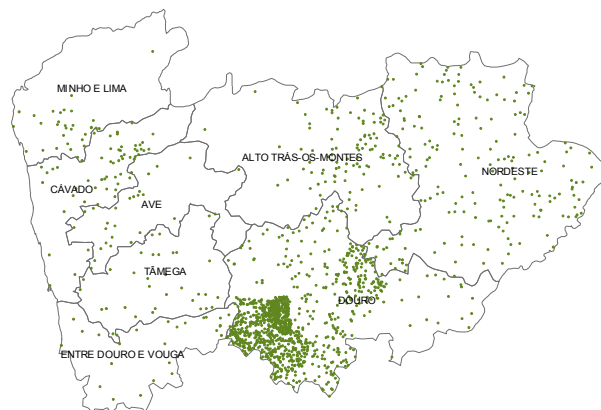
As subfileiras do kiwi, da maçã e da cereja apresentam igualmente tendência favorável. Qualquer destas culturas apresenta um grande potencial de crescimento da sua produtividade unitária. A cereja apresenta ainda uma tendência de valorização do preço da produção em fresco que poderá ser ajudada pela demarcação de nomes protegidos.

5.2 MAÇÃ

5.2.1- CARACTERIZAÇÃO

Produção

A maçã é o fruto fresco mais representativo (51%) na região norte, sendo essencialmente cultivada na área geográfica de Trás-os-Montes, sobretudo em alguns concelhos da Nut III- Douro e nos concelhos de Carrazeda de Ansiães e Vila Amares, Braga, Ponte de Lima e Vila Verde conforme podemos constatar no mapa da sua distribuição geográfica em função da área.



Fonte: INE. 1999

Na região existem duas protecções: uma DOP, (Maçã Bravo de Esmolfe) e uma IGP (Maçã Beira Alta) cujas zonas estão delimitadas de acordo com os seguintes mapas.



Região geográfica produtora da maçã da Beira Alta

Região geográfica produtora da maçã Bravo de Esmolfe

(Fonte: FELBA, 2005)

Verificamos que área geográfica das protecções comunitárias envolve alguns concelhos pertencentes à Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), pelo que se torna necessário uma compatibilização e interacção da estratégia entre estas regiões.

As referidas protecções foram regulamentadas em 1994, no entanto tem havido muito pouca apetência por parte dos operadores para a sua certificação. A FELBA - Promoção de Frutas e Legumes da Beira Alta, com o início de actividade em 2003, veio dar um impulso decisivo no sentido da valorização do sector com a certificação em média anual de 1000 t e 600 t/ano, respectivamente de Maça da Beira Alta e Maça Bravo de Esmolfe (FELBA, 2007).

A área da cultura da maçã na região têm-se mantido estável verificando-se que o nº de explorações tem vindo a diminuir seguindo a tendência nacional, tendo aumentado a área média por exploração (Quadro 1).

Quadro 1. Evolução da Maça segundo os RGA 89 e 99

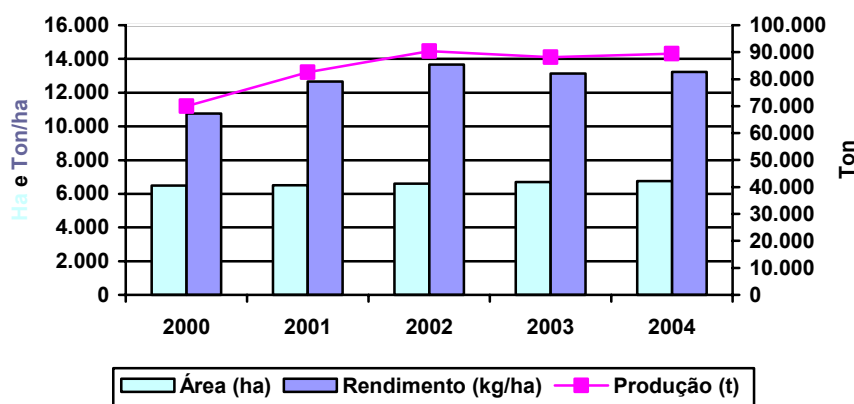
FRUTOS	REGIÃO	1989				1999			
		Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Frutos Frescos	NORTE	20.778	24	10.694	14	19.236	31	10.919	21
	Continente	85.268	100	75.715	100	61.477	100	52.342	100
Maça	NORTE	16.210	35	6.391	24	14.108	42	6.345	32
	Continente	46.783	100	26.991	100	33.573	100	19.813	100

(Fonte: INE)

Trata-se de um sector que tem aproveitado as dinâmicas dos anteriores quadros comunitários, nas novas plantações de pomares intensivos e semi-intensivos, em detrimento da reconversão de pomares antigos (plantados na década e 70 e início dos anos 80) e na utilização de técnicas de produção compatíveis com a ambiente.

Face a esta situação e apesar de alguns profissionais terem produtividades médias entre 30 a 40 t /ha, a média de rendimento (kg/ha) em geral é muito baixa, podendo ser observada no gráfico 1.

Gráfico 1 - Valores relativos ao rendimento



(Fonte: INE)

Comercialização

A região possui unidades de conservação e comercialização activas (200) mas dispersos, na sua maioria sem economia de escala e com baixo grau de qualificação dos produtos e processos. Não existe uma estratégia de promoção e comercialização.

Em face desta realidade, o grande desafio que se coloca a estas unidades, é desenvolverem espírito de cooperação, para ganhar escala, profissionalização do seu funcionamento e qualificação da sua gestão, para melhor valorizarem os seus produtos.

Por outro lado, a elevada concorrência de maçã de outros países, nomeadamente Espanha, França e Itália, tem provocado uma quebra acentuada no valor da produção.

De uma maneira geral os operadores possuem um bom nível tecnológico e o mercado interno da maçã supera a produção nacional.

5.2.2 ANÁLISE SWOT

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> Elevada dispersão das parcelas; Baixa qualificação dos fruticultores; Produtividades baixas; Pomares envelhecidos a necessitarem de substituição; Utilização de áreas pouco aptas para a cultura; Inadequação de alguns porta-enxertos e variedades às condições actuais do mercado; Elevada percentagem de produção de refugo; Algumas unidades de concentração e selecção necessitam de se modernizar; Fraca adesão dos produtores aos produtos qualificados; Fraca cooperação local, regional e nacional; Falta de estratégia de marketing e promoção das produções; Deficiente sistematização do controlo de qualidade; Fraca preparação dos produtores e operadores, particularmente em novos modos de produção; Fraco aproveitamento de subprodutos; Deficiente sistematização da informação; 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de organização de produtores, alguns com infra-estruturas de bom nível tecnológico; Existência de processo de certificação e diferenciação de produtos; Variedades regionais de alta qualidade (ex: Bravo de Esmolfe, Porta da Loja); Existência de conhecimento técnico. Excelentes condições edafo-climáticas. Potencial de aumento de área e de produtividade; Elevada procura pelo consumidor e boa aceitação no mercado; Entrada em produção rápida e crescente profissionalização e especialização dos produtores; Grande parte da produção tem sido feita em Protecção Integrada Recursos genéticos de elevado valor patrimonial.

Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Concorrência externa; • Monopólio das grandes superfícies, associado a deficiente concentração de oferta; 	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência para aumento da sensibilização dos produtores para a melhoria da qualidade. • Portugal e a Região são deficitários em maçã com um mercado consumidor a aumentar; • Possibilidade de valorização das produções pela certificação dos produtos; • Procura de frutos produzidos em modo de produção biológica e integrada; • Possibilidade de valorização dos subprodutos.

5.2.4. ESTRATÉGIA

Tendo presente a análise swot importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da cultura e na sua integração vertical.

5.2.4.1 Objectivos

- Garantir rendimentos atractivos para todos os agentes económicos da fileira;
- Aumento da capacidade técnica e profissional dos produtores no sentido de aumentar a produtividade e reduzir a quantidade de refugo;
- Actualização e reciclagem dos técnicos em novas tecnologias de produção;
- Reconversão varietal dos pomares para acompanhar exigências do mercado;
- Reforço do apoio técnico aos produtores no sentido da vulgarização de modos de produção não agressivos para o meio ambiente (ex. agricultura biológica e produção integrada) e apoio à comercialização dos produtos obtidos sob estes modos de produção;
- Redução da quantidade de refugo dos operadores;
- Dinamização das associações de produtores com inclusão de novos serviços de apoio aos produtores e novas formas de divulgação de informação;
- Reforço das campanhas de marketing e promoção da maçã envolvendo os operadores comerciais;
- Induzir fidelização do produtor aos processos de certificação;
- Reforço da capacidade técnica e de gestão das organizações comerciais existentes;
- Implementar agrupamentos de gestão e comercialização, agregando os principais operadores, de forma a adquirir capacidade negocial e possam explorar mercados emergentes;
- Apostar nas variedades regionais como forma de diversificar a oferta e evitar a massificação do consumo;
- Reforço das políticas de qualidade do produto (ex. HACCP, EUREPGAP, BRC, Rastreabilidade), como forma de garantia da segurança e qualidade alimentar;
- Desenvolver complementaridades com o cabaz paisagem, turismo e produtos de qualidade.
- Diversificação da oferta (doces, compotas, sumos, etc.) por aproveitamento de maçã de refugo;

Medidas e acções

■ Produção

- Apoiar a reconversão e instalação de novos pomares, através da utilização de porta-enxertos/ variedades e técnicas culturais mais adequados a uma optimização da produção e dirigidas ao mercado;
- Instalação de jovens agricultores com qualificação na produção e mercados;
- Estabelecer um plano de formação e qualificação para técnicos, produtores e outros operadores que dê prioridade aos novos modos de produção;
- Qualificação dos produtores no sentido das boas práticas agrícolas;
- Aumento na eficiência da utilização de factores de produção, nomeadamente na tecnologia da fertirrigação e na racionalização do emprego de produtos fitofarmacêuticos;
- Incentivar as práticas culturais amigas do ambiente, nomeadamente a produção integrada e agricultura biológica;
- Incentivar sistemas de protecção contra as aleatoriedades climáticas (sistemas anti-gelada e protecção contra o granizo).

■ Comercialização

- Desenvolver formas de cooperação locais, regionais e nacionais no domínio da recepção, conservação e comercialização entre as empresas privadas e/ou cooperativas;
- Desenvolver complementaridades com a unidade de armazenamento, transformação e comercialização da baga do Varosa e assim transformar e valorizar a maçã não comercializável através de (sumo concentrado, desidratação /secagem de fruta, vinagre e compotas);
- Apoiar a integração horizontal dos operadores na comercialização internacional;
- Apoiar a criação de instrumentos financeiros que promovam a concentração empresarial, a cooperação comercial, tecnológica e estratégica das empresas;
- Consolidação e gestão integrada das marcas DOP e IGP, associadas ou não aos modos de produção;
- Desenvolver estratégias de promoção e comercialização para a DOP "Maça Bravo de Esmolfe" e IGP " Maça da Beira Alta";
- Incentivo à obtenção de certificação em sistema de gestão da qualidade e de segurança alimentar (ISSO 2001:200 e ISO 22000);
- Reforço da segurança alimentar. Implementação do HCCP e sistemas de rastreabilidade nos operadores;
- Desenvolver complementaridades com o cabaz paisagem, turismo e produtos de qualidade.

■ Inovação e Desenvolvimento Experimental

- Desenvolver a experimentação, demonstração e inovação de processos e de produtos com os parceiros das fileiras, designadamente novas práticas culturais, novos equipamentos e novos produtos, novas formas de acondicionamento e de apresentação, novos métodos de conservação;
- Preservação das variedades regionais e melhoramento do Bravo de Esmolfe e Porta da Loja;
- Apoiar as necessidades de inovação das estruturas de acondicionamento, transformação e comercialização.

5.2.4.2 Operacionalização da Estratégia

Em resultado da estratégia preconizada definimos que a operacionalidade deverá incidir ao nível da Exploração Agrícola, Recolha/Concentração, Transformação e Distribuição, procurando atingir os domínios: Tecnológico Específico, Formação, Ambiente, TICs, Regime de Qualidade, Cooperação e Inovação.

Melhoria da competitividade da Exploração Agrícola

- Melhorar as condições de produção das explorações, e reestruturar e instalar novas plantações,
- Optimizar as operações de colheita,
- Incentivar a utilização das novas tecnologias na inovação, desenvolvimento e gestão empresarial;
- Apoiar fruticultores de novos modos de produção:

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Novas plantações	600 ha
	Reestruturação de pomares envelhecidos	1.200 ha
	Instalação de jovens agricultores (fruticultores)	100
	Novos modos de produção (nº de Produtores)	500
	Nº de explorações	3.000
Indicadores de resultados	Aumento da área de produção	30%
	Aumento da produtividade média	30 %
	Aderentes ao processo de certificação	50%
	Aumento da quantidade de maçã certificada	50%
	Valorização da maçã certificada	20%
	Melhoria da qualidade	20 %
	Diminuição de custos de produção	10 %
	Redução da quantidade de refugo	40%
	Melhoria do ambiente	10%
	Nº de produtores envolvidos	3.000

Melhoria da Recolha, Conservação e Comercialização

- Modernizar a recolha e concentração;
- Modernizar do ponto de vista tecnológico as unidades de conservação e comercialização existentes;
- Criar unidades de transformados de fruta;
- Criar unidades de distribuição de frutos e de transformados.

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Modernização das unidades de conservação e comercialização	200
	Agrupamentos de comercialização	2
Indicadores de resultados	Aderentes ao processo de certificação	50%
	Aumento da quantidade de maçã certificada	50%
	Valorização da maçã certificada	20%
	Valorização da maçã não certificada	5%
	Melhoria da qualidade	20 %
	Diminuição de custos de conservação	10 %
	Redução da quantidade de refugo	40%
	Aproveitamento local do refugo	50%
	Melhoria do ambiente	10%
	Modernização das unidades de conservação e comercialização	20%
	Campanhas de promoção e marketing	18
	Agrupamentos de comercialização	2

Qualificação Profissional e I&D em 2013

Pretende-se qualificar os activos nas áreas da produção, da gestão, marketing, transformação e comercialização e promover acções de sensibilização ambiental e promoção dos produtos.

No que respeita à I&D, desenvolver estudos na área da qualificação ambiental, com realce para a melhoria dos sistemas de produção em modo biológico. Pretende-se apoiar a realização de um conjunto de estudos relacionados com o uso sustentado da terra e com as práticas agrícolas tradicionais, designadamente o estudo e experimentação de sistemas de produção que permitam uma racionalização das operações culturais.

Por outro lado torna-se necessário apoiar a realização de estudos e projectos de experimentação/demonstração relacionados com a preservação da biodiversidade e valorização das variedades regionais com destaque para a Bravo de Esmolfe.

Para tal, deverão ser estabelecidas parcerias entre associações, cooperativas, centros tecnológicos, de forma a garantir a articulação entre entidades produtoras de conhecimento (Universidades, centros de experimentação) e agentes do sector.

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Projectos de experimentação/Demonstração	12
	Acções de qualificação profissional	320
	Acções de promoção e divulgação	20
	Acções de sensibilização ambiental	45
Indicadores de resultados	Melhoria da qualidade	20 %
	Aumento do VAB regional	5 %
	Preservação da biodiversidade	70

Melhoria da Sustentabilidade

- Optimizar a disponibilidade e a utilização da água;
- Minimizar o impacto ambiental da actividade agrícola;
- Contribuir para a valorização da paisagem;
- Contribuir para a qualificação ambiental e de vida na área como factor crucial da sua sustentabilidade;
- Preservação do património ambiental da Região
- Induzir processos de promoção e divulgação.

Modos de produção

Incrementar e valorizar os modos de produção Integrada e Agricultura Biológica, como forma de promover a Região e os seus produtos.

Promoção e Dinamização do Território da Região Norte

- Com esta acção pretende-se apoiar a realização de um conjunto de projectos de informação e divulgação, nomeadamente através da criação e manutenção de um site Web, que permita a promoção da Região, com valorização da paisagem e dos produtos de qualidade .
- Desenvolver complementaridades com o cabaz paisagem, turismo e produtos de qualidade.

Sensibilização e Formação dos Agentes Locais

Pretende-se com esta acção apoiar um conjunto de projectos de sensibilização e formação dos agentes e das comunidades locais, de forma a garantir a sua adesão aos objectivos de valorização do património natural.

- Mobilizar e sensibilizar a população e os agentes locais.
- Formar os diversos agentes locais (fruticultores, artesãos, professores, etc.).

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Nº de explorações a envolver	1200
	N.º Acções de sensibilização	15/ano
	N.º Entidades envolvidas	20
Indicadores de resultados	Aumento n.º visitantes	15 %
	N.º Entidades envolvidas	10
	N.º Acções de sensibilização	25
	Melhoria da qualidade ambiental	10%
	Nº de explorações apoiadas	1200

5.2.5 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA

As previsões abaixo discriminadas foram efectuadas na análise do comportamento do passado e actual e da estratégia atrás referenciada para a fileira.

A estratégia assenta essencialmente no aumento da produção, na melhoria e valorização da qualidade e consequentemente aumento do volume de vendas.

Evolução previsível da produção

De acordo com o anterior diagnóstico, existem certas dimensões mais susceptíveis de nos transmitir algumas pistas sobre o peso de determinadas variáveis no futuro desenvolvimento do sector. Assim, reafirma-se que todos os agentes de comercialização são unânimes, ao referir que os maiores constrangimentos da fileira são a baixa produtividade e a valorização do produto (ver quadros).

Estrutura regional da produção e evolução previsional para o período (2007-2013)

Região	Área actual (há)	Área previsional (há)	Taxa de Variação (%)	Produção Actual (ton)	Produção previsional (ton)	Taxa de Variação (%)
Continente	21 050	nd	nd	271 822	254 722	-6,3
Norte	6 619	6 979	5,4	88 478	115 021	30
Norte (transformação)				136	203	50

Porém, quando comparadas as projecções estimadas para a região Norte com as do continente consta-se uma inflexão da tendência, ou seja, a estratégia preconizada para a região Norte aponta no sentido do aumento da área de pomar e do volume de maçã produzida. Este facto resultará da conjugação de duas situações: aumento de área (novas plantações) e aumento da produtividade por hectare.

Crescimento esperado do valor da fileira

Para o crescimento do valor da fileira muito contribuirá o aumento da qualidade e quantidade das produções.

Evolução previsional do valor da fileira fruticultura (2007-2013)

Componentes da fileira	Valor actual		Valor previsional (mil euros)	Taxa de variação (%)
	(mil euros)	(%)		
Maçã	44 239	96,7	69 013	56
Maçã transformada	186	0,4	285	53,3
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos fora da Rede Natura (1000 EUR)	890	1,9	1 943	118,4
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos e/em Rede Natura (1000 EUR)	431	0,9	915	112,5
TOTAL	45 745	100	72 156	57,7

5.2.6 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Produção

- Apoiar a reconversão e instalação de novas plantações;
- Promover e incentivar os sistemas de produção amigos do ambiente, nomeadamente a produção integrada e agricultura biológica;
- Promover a valorização do património natural dado ser um ecossistema importante do ponto de vista de protecção do solo e da diversidade biológica, com elevado valor paisagístico, associado ao turismo ambiental;
- Apoiar a preservação da biodiversidade com a manutenção e criação de bancos de germoplasma;
- Apoiar a criação de empresas de prestação de serviços;
- Apoiar a valorização profissional dos produtores.

Transformação e Comercialização

Apoio específico à implementação de “Planos de Reestruturação de empresas privadas ou de base cooperativa”

- Estudos e contratação de serviços de assessoria para implementação desses planos;
- Apoio à profissionalização dos quadros de gestão;
- Qualificação dos recursos humanos;
- Assegurar a sustentabilidade das novas entidades através ,nomeadamente, de instrumentos financeiros(fundos e capital de risco, garantia, contra-garantia , etc);

Apoio a acções transversais, relacionadas com:

- Inovação tecnológica e organizacional;
- Modernização e concentração das unidades de recepção, conservação e comercialização;
- Estudos de mercado, comercialização e marketing, em especial para as novas unidades que surjam em resultado de processos de concentração;
- Projectos de cooperação empresarial tendo em vista a internacionalização;
- Capacitação dos agentes envolvidos na fileira maçã;
- Apoios à certificação.

Acesso à informação

- Promoção e dinamização do território (paisagem, ambiente e produtos de qualidade)
- Garantir a articulação e a coordenação dos diferentes agentes e das diferentes intervenções de animação e promoção;
- Concepção e edição de matéria promocional;

5.2.7 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

Tipologia	Critério	Pontuação
Promotor	Agrupado	20
	Individual	10
Rejuvenecimento do tecido produtivo	Jovens Agricultores	20
	Outros	10
Organização da produção	Pertencente a uma organização de produtores/ cooperativa	10
	Outros	0
Aumento a dimensão fundiária da exploração	Parcelas com mais de 2,0 ha situadas em região com IGP/DOP	10
	Parcelas com mais de 2,0 ha	5
	Outros	0
Inovação e desenvolvimento empresarial	Modernização de centros de armazenamento/comercialização	10
	Produção integrada/biológica	10
	Implementação de sistemas de certificação	10
	Outros	0
Cooperação para o mercado	Com internacionalização	5
	Outros	0
Diversificação de actividades	Mais de uma actividade	5
	Outros	0

5.2.8 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS

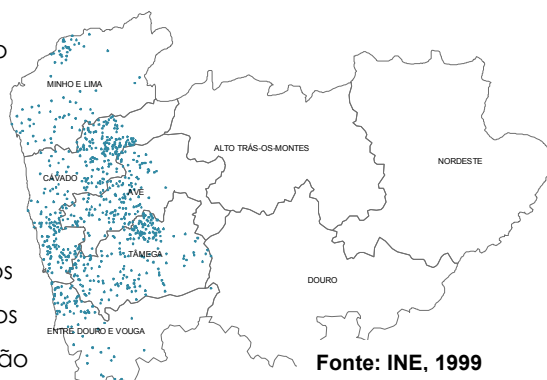
Maçã	Objectivos	Instrumentos de política		
		eixos	Medidas	Acções
	Promover a protecção da biodiversidade	ii	Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos	2.1 – Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas 2.2.2- Protecção da biodiversidade 2.2.3 – Conservação e melhoramento dos recursos genéticos 2.4.– Conservação do património rural e natural 2.5 – Investimentos de requalificação ambiental
	Incentivar modos de produção sustentáveis no âmbito das actividades agrícolas e florestais	I	Promoção de modos de produção sustentáveis	2.2.1 – Alteração de modos de produção
	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços		Serviços de apoio técnico e aconselhamento	4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola 4.3.2 – Serviços de gestão agrícola
			Informação e formação profissional	4.2.1 – Capacitação para a actividade 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação
	Melhorar a competitividade das empresas	I	Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.3 –Modernização e capacitação das empresas 1.1.4 –Investimentos de pequena dimensão
			Cooperação para o mercado e internacionalização	1.2 – Cooperação para o mercado e internacionalização
			Cooperação para o desenvolvimento e inovação	4.1.1 –Inovação empresarial (certificação das empresas)
			Novos instrumentos financeiros de gestão de riscos e crise	1.5.1- Instrumentos financeiros 1.5.2- Restabelecimento do potencial produtivo
			Desenvolvimento de produtos e participação em regimes de qualidade	1.4.1 Participação dos agricultores em regimes de qualidade ambiental
			Instalação de jovens agricultores	1.1.3 – Instalação de jovens agricultores
	Promover a diversificação da economia	III	Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais	3.2.1- Conservação do património natural
Diversificação da economia e criação de emprego			3.1.1- Diversificação de actividades na exploração agrícola 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de micro empresas 3.1.3 – Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer	
Aquisição de competências e animação para o desenvolvimento local em zonas rurais			3.3 –Mobilização e sensibilização da população e dos agentes locais para a valorização da paisagem cultural.	

5.3.KIWI

5.3.1 CARACTERIZAÇÃO

Produção

O Kiwi é o fruto subtropical mais representativo no Continente, sendo essencialmente cultivado na área geográfica de Minho, sobretudo nos concelhos de Valença, Póvoa do Lanhoso, Amares, Vila Verde, Felgueiras e Guimarães Sul onde representa cerca de 54 % da área total dos frutos frescos destes concelhos, conforme podemos constatar no mapa representativo da distribuição geográfica.



Fonte: INE, 1999

Neste sector, existe uma série de entrepostos com boa capacidade tecnológica instalada que possibilitou um crescimento sustentado da cultura, embora seja de extrema importância o avançar para a certificação das estruturas existentes no sentido da valorização do produto a comercializar.

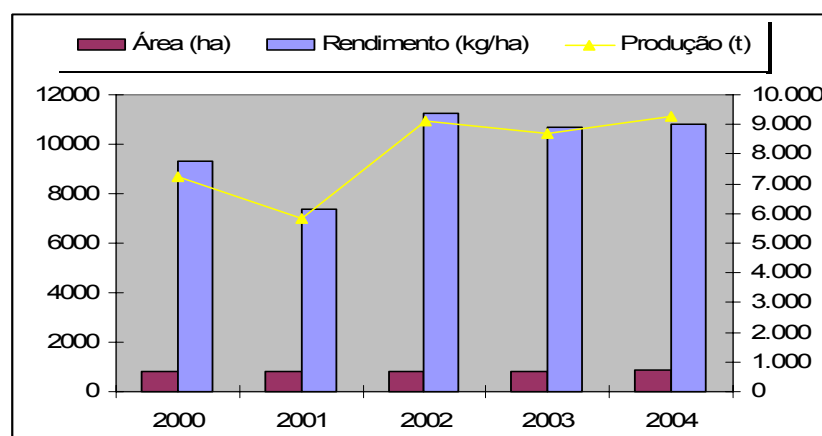
Quadro 1. Evolução do kiwi segundo os RGA 89 e 99

		1989				1999			
		Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Frutos Frescos	NORTE	20.778	24	10.694	14	19.236	31	10.919	21
	Continente	85.268	100	75.715	100	61.477	100	52.342	100
Kiwi	NORTE	576	69	617	73	1.001	70	782	81
	Continente	829	100	846	100	1.431	100	970	100

Fonte: INE

De uma maneira geral, os produtores de kiwi têm vindo a utilizar técnicas de produção compatíveis com o ambiente, sendo significativa a área de pomar sujeita à protecção integrada.

Gráfico 1 – Valores relativos ao rendimento



.(Fonte: INE)

Da análise do gráfico 1 constata-se que as produtividades são muito baixas, não tendo sofrido variação significativa nos últimos anos.

Comercialização

A região possui agentes activos, mas na sua maioria sem economia de escala. Em face desta realidade e apesar de existir uma estratégia de promoção e comercialização para o kiwi, esta não consegue ser muito agressiva atendendo ao baixo volume de produção na região. Por outro lado, a elevada concorrência dos países como a Itália, França e Espanha (Sul da Europa) e Nova Zelândia (Oceânia) e Chile (América do Sul) obriga a uma nova atitude comercial por parte dos agentes do sector.

No entanto, os operadores possuem um bom nível tecnológico e o mercado interno do kiwi supera largamente a oferta deste produto.

5.3.2 ANÁLISE SWOT

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> Pomares envelhecidos a necessitarem de substituição e parcelas de dimensão reduzida; Baixas produtividades/ deficiente polinização; Problemas novos na sanidade dos pomares Deficiente preparação dos produtores e operadores, particularmente em novos modos de produção; Fraca adesão à certificação (EUREPGAP) e promoção; Falta de marca identificadora do produto da Região; Falta de estratégia de marketing e promoção das produções; 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de conhecimento técnico obtido pela implementação de vários Projectos no âmbito de actividades I&ED; Produtores empreendedores de inovação; Excelentes condições edafo-climáticas da região para a cultura; O rácio da oferta/procura de kiwi está deslocado no sentido da procura, logo existe mercado nacional. Internacionalização do produto. Aptidão dos produtores para aderir aos novos modos de produção (Produção Integrada e Agricultura Biológica); Nível de organização da fileira interessante.

Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> Concorrência com produções provenientes de outros países; Monopólio de marcas; Aparecimento de doenças nas plantas. Falta de concentração da oferta face à distribuição; 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de mercado consumidor Nacional e Internacional; Procura de frutos produzidos em modo de produção biológica e integrada; Reforço da exportação do produto. Apetência por parte do consumidor de produtos associados a uma alimentação saudável;

5.3.4 ESTRATÉGIA

Tendo presente a análise SWOT importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da cultura e na sua integração vertical.

5.3.4.1. Objectivos

- Apoiar a instalação e a reconversão de pomares (ex.: novas variedades de plantas femininas e machos polinizadores e reconversão das formas de condução);
- Incentivar a adesão aos modos de Produção Integrada e Agricultura Biológica;
- Estabelecer planos de formação e qualificação para técnicos, produtores e outros operadores direccionados para as necessidades de cada interveniente no sector;
- Optimizar a capacidade de frio das instalações existentes;
- Apoiar as necessidades de inovação das estruturas de acondicionamento, transformação e comercialização;
- Estabelecer uma estratégia de promoção e marketing a nível nacional e internacional;
- Desenvolver a experimentação, demonstração e inovação de processos e de produtos com os parceiros das fileiras (ex.: novos métodos de colheita, novas formas de acondicionamento e de apresentação, etc.);
- Implementar uma Identificação Geográfica de Proveniência "IGP", que identifique o kiwi nacional.

5.3.4.2 Operacionalização da Estratégia

Em resultado da estratégia preconizada definimos que a operacionalidade deverá incidir ao nível da Exploração Agrícola, Recolha/Concentração, Transformação e Distribuição, procurando atingir os domínios: Tecnológico Específico, Formação, Ambiente, TICs, Regime de Qualidade, Cooperação e Inovação.

■ Melhoria da competitividade da Exploração Agrícola

- Melhorar as condições de produção das explorações, e reestruturar e instalar novas plantações,
- Optimizar as operações de colheita,
- Incentivar a utilização das novas tecnologias na inovação, desenvolvimento e gestão empresarial
- Apoiar fruticultores de novos modos de produção

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Novas plantações	950 há
	Reestruturação de pomares	350 há
	Novos modos de produção (nº de Produtores)	60
	Nº de explorações	60
Indicadores de resultados	Aumento da produção	50 %
	Melhoria do calibre dos frutos	90 %
	Diminuição de custos de produção	20 %
	Nº de produtores envolvidos	60

o **Melhoria da Recolha e Comercialização**

- Modernizar a recolha e concentração,
- Modernizar do ponto de vista tecnológico as unidades de comercialização existentes

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Modernização de centrais de recepção e acondicionamento	8
Indicadores de resultados	Nº de centrais modernizadas	50 %

■ **Qualificação Profissional e I&D em 2013**

- Qualificar os activos nas áreas da produção, da gestão, marketing e comercialização e promover acções de sensibilização ambiental e promoção dos produtos.
- Desenvolver estudos na área da qualificação ambiental, com realce para a melhoria dos sistemas de produção em modo biológico. Pretende-se apoiar a realização de um conjunto de estudos relacionados com o uso sustentado da terra e com as práticas agrícolas tradicionais, designadamente o estudo e experimentação de sistemas de produção que permitam uma racionalização das operações culturais.
- Estabelecer parcerias entre associações, cooperativas, centros tecnológicos, de forma a garantir a articulação entre entidades produtoras de conhecimento (Universidades, centros de experimentação) e agentes do sector.

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Projectos de experimentação/Demonstração	6
	Acções de qualificação profissional	90
	Acções de promoção e divulgação	15
	Acções de sensibilização ambiental	25
Indicadores de resultados	Melhoria da qualidade	25 %
	Aumento do VAB regional	5 %

■ **Melhoria da Sustentabilidade**

- Optimizar a utilização da água;
- Minimizar o impacto ambiental da actividade agrícola;
- Contribuir para a valorização da paisagem;
- Contribuir para a qualificação ambiental e de vida na área como factor crucial da sua sustentabilidade;
- Preservação do património arquitectónico e ambiental da Região
- Induzir processos de promoção e divulgação.

Modos de produção

No que respeita à actividade agrícola ambiente e paisagem, as medidas Agro-ambientais nacionais Produção Integrada e Agricultura Biológica, deverão ser incrementadas e valorizadas de forma a promover a Região e os seus produtos.

Promoção e Dinamização do Território da Região Norte

Com esta acção pretende-se apoiar a realização de um conjunto de projectos de informação e divulgação, nomeadamente através da criação e manutenção de um site Web, que permita a promoção da Região, com valorização da paisagem e dos produtos locais.

Sensibilização e Formação dos Agentes Locais

Pretende-se com esta acção apoiar um conjunto de projectos de sensibilização e formação dos agentes e das comunidades locais, de forma a garantir a sua adesão aos objectivos de valorização do património paisagístico.

- Mobilizar e sensibilizar a população e os agentes locais.
- Formar os diversos agentes locais (fruticultores, artesãos, professores, etc.).

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Nº de explorações a envolver	150
	N.º Acções de sensibilização	5/ano
	N.º Entidades envolvidas	20
Indicadores de resultados	Aumento n.º visitantes	15 %
	N.º Entidades envolvidas	10
	N.º Acções de sensibilização	25
	Melhoria da qualidade ambiental	20%
	Nº de explorações apoiadas	80 %

5.3.5 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA

As previsões abaixo discriminadas foram efectuadas na análise do comportamento do passado e actual e da estratégia atrás referenciada para a fileira.

A estratégia assenta essencialmente no aumento da produção, na melhoria da qualidade e consequente aumento do volume de vendas.

Evolução previsível da produção

De acordo com o anterior diagnóstico, existem certas dimensões mais susceptíveis de nos transmitir algumas pistas sobre o peso de determinadas variáveis no futuro desenvolvimento do sector. Assim, reafirma-se que todos os agentes de comercialização são unânimes, ao referir que os maiores constrangimentos da fileira são a reduzida produtividade e a falta de calibre dos frutos, e consequentemente gera uma menor valorização do produto (ver quadros).

Estrutura regional da produção da fileira Frutícola e evolução previsional para o período (2007-2013)

Região	Área actual (ha)	Área previsional (ha)	Taxa de variação (%)	Produção Actual (ton)	Produção previsional (ton)	Taxa de Variação (%)
Continente	1 047	nd	nd	10 264	14 577	42
Norte	811	1 750	116	8 503	13 605	60

Quando comparadas as projecções estimadas para a região Norte com as do continente consta-se que ambas apresentam uma tendência positiva (crescimento), ou seja, a estratégia preconizada para a região Norte aponta no sentido do aumento da área de pomar e do volume de kiwi produzido, em particular frutos com bom calibre. Este facto resultará da conjugação de duas situações: aumento de área (novas plantações) e aumento da produtividade por hectare.

Crescimento esperado do valor da fileira

Para o crescimento do valor da fileira muito contribuirá o aumento da qualidade e quantidade das produções.

Evolução previsional do valor da fileira fruticultura (2007-2013)

Componentes da fileira	Valor actual		Valor previsional	Taxa de variação
	(mil euros)	(%)	(mil euros)	(%)
Kiwi	8 818	100	14 965	70

5.3.6 TIPOLOGIA DE PROJECTOS**Produção**

- Apoiar a reconversão e instalação de novas plantações
- Promover e incentivar os sistemas de produção amigos do ambiente, nomeadamente a produção integrada e agricultura biológica.
- Promover a valorização do património natural dado ser um ecossistema importante do ponto de vista de protecção do solo e da diversidade biológica, com elevado valor paisagístico, associado ao turismo ambiental.
- Apoiar a criação de empresas de prestação de serviços
- Apoiar a valorização profissional dos produtores

Transformação e Comercialização

- Criar uma central de aproveitamento e transformação do refugo
- Apoiar as necessidades de inovação das estruturas de acondicionamento, distribuição e comercialização;
- Apoio à profissionalização dos quadros de Gestão;
- Assegurar a sustentabilidade das novas entidades através, nomeadamente, de instrumentos financeiros (fundos e capital de risco, garantia, contra-garantia, etc.);
- Estudos de mercado, comercialização e marketing;
- Promover a adesão dos produtores a sistemas de qualidade certificada.

Acesso à informação

- Promoção e dinamização do território
- Garantir a articulação e a coordenação dos diferentes agentes e das diferentes intervenções de animação e promoção;
- Concepção e edição de matéria promocional;

5.3.7 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

Tipologia	Critério	Pontuação
Tipo de empresário	Jovens Agricultores 1ª instalação	10
	Jovens Agricultores já instalados	5
	Outros	3
Localização do investimento	Região solar	10
	Outras	0
Instalação/reestruturação de novas plantações	Aumento de área para ≥4h	10
	Outras	5
Reconversão	Melhoramento das condições de rega/antigeadas	10
Sistemas de produção amigos do ambiente	Produção Integrada	5
	Agricultura Biológica	7
	Agricultura convencional	0
Aumentar a capacitação das explorações/empresas	Valorização profissional dos produtores/empresários	5
	Escoamento da produção	5
Reestruturação de empresas de Transformação/Comercialização	Reconversão de equipamento	5
	Contratação de serviços de assessoria	2
	Profissionalização dos quadros de gestão	5
	Qualificação dos recursos humanos	3
Dinamização da fileira	Concentração da oferta	5
	Promoção	3
	Certificação	3

5.3.8 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS

KIWI	Objectivos	Instrumentos de política		
		Eixos	Medidas	Acções
	Incentivar modos de produção sustentáveis no âmbito das actividades agrícolas e florestais	II	Promoção de modos de produção sustentáveis	2.2.1 – Alteração de modos de produção.
	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços	I	Serviços de apoio técnico e aconselhamento	4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola. 4.3.2 – Serviços de gestão agrícola.
		I e III	Informação e formação profissional	4.2.1 – Capacitação para a actividade. 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação.
	Melhorar a competitividade das empresas	I	Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.1 - Modernização e capacitação das empresas. 1.1.2 - Investimentos de pequena dimensão.
			Cooperação para o mercado e internacionalização	1.2 - Cooperação para o mercado e internacionalização.
		III	Cooperação para o desenvolvimento e inovação	4.1.1 -Inovação empresarial (certificação das empresas).
		I	Novos instrumentos financeiros de gestão de riscos e crise	1.5.1- Instrumentos financeiros. 1.5.2- Restabelecimento do potencial produtivo.
	Valorizar os produtos de qualidade	I	Desenvolvimento de produtos e participação em regimes de qualidade	1.4.1 Participação dos agricultores em regimes de qualidade ambiental.
	Rejuvenescer o tecido empresarial	I	Instalação de jovens agricultores	1.1.3 – Instalação de jovens agricultores.
	Promover a diversificação da economia	III	Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais	3.2.1- Conservação do património natural.
			Diversificação da economia e criação de emprego	3.1.1- Diversificação de actividades na exploração agrícola. 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de micro empresas. 3.1.3 – Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer.
			Aquisição de competências e animação para o desenvolvimento local em zonas rurais	3.3 -Mobilização e sensibilização da população e dos agentes locais para a valorização da paisagem cultural.

5.4 CEREJA

5.4.1 INTRODUÇÃO

A cerejeira no Norte de Portugal

A tradição de cultivo da cerejeira na região Norte resulta da sua excelente adaptabilidade às condições edafoclimáticas, e também da afeição pelo consumo de primores desde sempre manifestada pela generalidade das pessoas.

Historicamente, os pomares de cerejeira não eram podados atingindo 12 a 15 m de altura e só se procedia à poda apenas para manter a altura das árvores entre 6 a 8 metros.

Esta operação continua a ser ineficiente quando se compara a cerejeira com outras culturas exploradas em regime intensivo, em que as árvores atingem 4 a 5 metros de altura.

O problema da altura das plantas reflecte-se sobretudo nos elevados custos da apanha uma vez que a colheita da cereja para consumo em fresco não é mecanizada.

Actualmente, a cultura da cerejeira está a iniciar uma revolução cultural em volta da alta densidade de plantação, de uma rápida entrada em produção, da obtenção de árvores mais pequenas, facilitada grandemente pela introdução de porta-enxertos ananizantes, como é o caso da série Gisela, da série Weiroot, Edabriz, etc

Uma selecção apropriada do porta-enxerto contribuiu para controlar o tamanho da cultivar, aumentar a precocidade, a eficiência produtiva, o tamanho do fruto e qualidade, resistência ou tolerância a condições ambientais desfavoráveis, especialmente bióticas (doenças radiculares e pragas), ou factores de stress abiótico, trazendo assim, benefícios claros para o fruticultor.

5.4.2 CARACTERIZAÇÃO

Áreas e produções

As principais zonas de produção são Resende, Penajoia e Lamego, no entanto a cerejeira encontra-se distribuída por toda a região, com forte incidência nos concelhos da Terra Quente (Alfândega da Fé, Mirandela e Macedo de Cavaleiros) conforme pode observar-se na figura seguinte.

Entre os anos de 1989 e 1999, verificou-se um acréscimo de 8% no número de explorações e de 9% na área.

O Norte representava, em 1999, 53 % do total da área do Continente e 64 % das explorações, quando dez anos antes tinha 44 % e 56 % respectivamente.

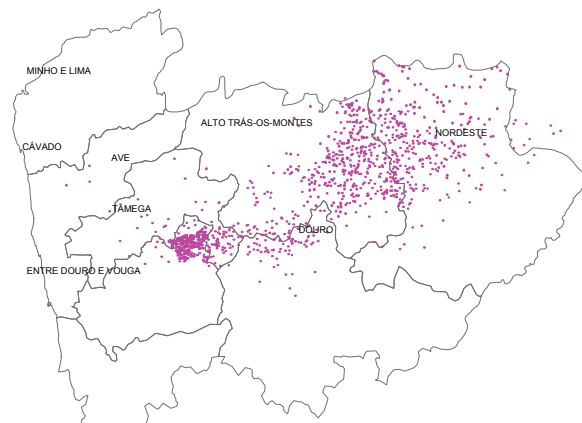


Figura 1 – Distribuição geográfica da cultura da cerejeira com base na área (INE, 1999)

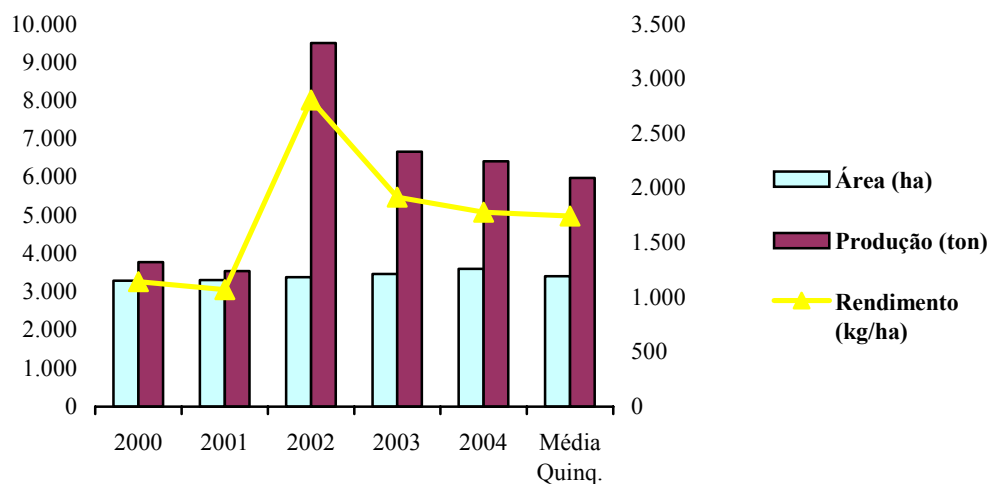
Quadro 1. Evolução da cerejeira segundo os RGA 89 e 99

Frutos	Unidade Geográfica	1989				1999			
		Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Frutos Frescos	NORTE	20.778	24	10.694	14	19.236	31	10.919	21
	Continente	85.268	100	75.715	100	61.477	100	52.342	100
Cerejeira	NORTE	3867	56	1342	44	4919	64	2393	53
	Continente	6852	100	3072	100	7704	100	4557	100

Fonte: INE

Trata-se de um sector que tem aproveitado as dinâmicas dos anteriores quadros comunitários, nas novas plantações de pomares, tendo havido um aumento de área considerável.

Figura 1 – Evolução da área, produção e rendimento da cultura da cerejeira



Ao longo dos últimos anos a área de cerejal na região Norte tem-se mantido mais ou menos constante, no entanto a produção tem tido algumas oscilações. Esta situação deve-se ao facto de a produção da cerejeira estar fortemente condicionada pelas condições climáticas, nomeadamente na altura da floração. Em anos em que as condições climáticas são desfavoráveis, geadas tardias ou chuva na época de floração, a produção pode sofrer uma quebra na ordem dos 50%.

Principais variedades

De uma maneira geral, no nosso país, nas zonas de produção de cereja, o leque de variedades é bastante vasto, entre variedades nacionais como é o caso da Lisboaeta, Távora, Saco do Douro e Saco Cova da Beira, São Julião, e as variedades estrangeiras obtidas através do melhoramento. Entre estas últimas destacam-se Burlat, Lapins, Hedelfingen, Tardive Vignola, Sweet heart, Bing, Van, Arcina, Summit, Sunburst, Garnet, Brooks.

Na região de Trás-os-Montes a cerejeira é cultivada principalmente nas áreas de supervisão do Nordeste e Douro e Távora, onde se destacam os concelhos de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Lamego.

Produções diferenciadas

Hoje em dia os mercados são muito exigentes, e o cumprimento das normas de qualidade por parte dos produtores pode não ser suficiente para assegurar o escoamento do produto. Em geral, o consumidor procura frutos de calibre grande, frescos, de cor viva e brilhante, mas também se preocupa cada vez mais com o seu valor nutricional, a segurança alimentar e o respeito pelo ambiente, tornando-se portanto mais exigente e interessado em saber onde e como foram produzidas as cerejas, muito especialmente para os produtos de protecção integrada e biológicos. Assim, será importante a obtenção de produções diferenciadas através da criação de zonas de Indicação Geográfica Protegida (IGP), ou de Denominação de Origem Protegida (DOP). Por outro lado a criação de estruturas de comercialização e agrupamentos de produtores, fará com que estes tenham maior poder negocial, aumentando a sua rentabilidade.

Comercialização

O escoamento da cereja nem sempre é tarefa fácil para os produtores devido, por um lado, à concentração da maturação, perecibilidade, deficiente manuseamento e acondicionamento dos frutos após colheita, e por outro, à falta de organização nos circuitos de comercialização.

A escolha das cultivares com bons calibres, o escalonamento de datas e a determinação do momento óptimo da colheita, bem como a aplicação do tratamento apropriado em pós-colheita (equipamento que permita arrefecer os frutos logo após a colheita, calibragem e embalagem) são fundamentais para obter boa qualidade e apresentação da cereja. Uma boa eficácia do trabalho ao nível das associações de produtores ou cooperativas viabiliza algumas destas operações, para além de concentrar a produção, permite também melhorar significativamente a comercialização da cereja.

Contudo os circuitos de distribuição são diversos, e por vezes complexos, tal como se verifica, de um modo geral, para a maioria dos frutos frescos. Esta situação leva-nos alertar os produtores para a necessidade de optar por circuitos comerciais mais directos, pois é a quem sabe produzir e vender bem que compete arrecadar a mais-valia do produto. Para isso, o produtor terá que tornar eficiente todas as operações intervenientes no processo de produção/comercialização, no sentido de aumentar a competitividade do sector.

5.4.3 ANÁLISE SWOT

Consideram-se agora as potencialidades internas e externas, bem como as principais limitações existentes, tendo em vista a tomada de decisões a nível da fileira.

Pontos fracos

- Pomares envelhecidos e árvores de grande tamanho a necessitarem de substituição;
- Desconhecimento do comportamento de porta-enxertos e variedades;
- Utilização de áreas pouco aptas para a cultura;
- Baixas produtividades;
- Fraca preparação dos produtores e operadores, particularmente em novos modos de produção;
- Falta de espírito de organização do sector;

Pontos fortes

- Existência de conhecimento técnico obtido pela implementação de vários Projectos no âmbito de actividades I&ED.
- Excelentes condições edafo-climáticas associadas à precocidade em algumas zonas;
- Possibilidade de alargamento da época de colheita nas zonas de maior altitude;
- Potencial de aumento de área e de produtividade;
- Precocidade na produção e muito boa aceitação no mercado;
- Retorno de investimento rápido;
- Produtores abertos à inovação.

Ameaças

- A região se não investir em novas formas de produção perde competitividade de mercado;
- Falta de organização da oferta que condiciona a capacidade negocial

Oportunidades

- Portugal sendo altamente deficitário em cereja, a Região, dada as suas potencialidades para a produção de primores, é uma mais valia.
- Existencial de mercado consumidor Nacional e Internacional;
- Procura de frutos produzidos em modo de produção biológica e integrada
- Possibilidade de criação de IGP's e DOP's para valorização do produto

5.4.4 ESTRATÉGIA

Tendo presentes os pontos fracos, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- **Aumentar a área do cerejal** por ser efectivamente, uma premissa indispensável para a competitividade;
- **Reforçar o desenvolvimento experimental e demonstração** nas áreas da produção e pós-colheita;
- **Promover a capacidade e a forma de cooperação entre produtores e suas organizações**, visando melhorar a produção e comercialização da cereja;
- **Apoiar a reconversão varietal** e a instalação de novos pomares de cerejeiras, com recurso a novos porta-enxertos;
- **Criar capacidade de transformação** com maior valor acrescentado através da obtenção de novos produtos alternativos para a comercialização;
- **Desenvolver a inovação** de processos e de produtos com os parceiros de outras fileiras;
- **Utilizar técnicas culturais adequadas** a uma fruticultura moderna e competitiva
- **Instalar a cultura em regadio;**
- **Promover o consumo** de cereja.

5.4.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

- Projectos que visem o rejuvenescimento do tecido produtivo,
- Projectos que visem aumentar a dimensão fundiária da exploração;
- Projectos que visem aumento de área de cerejal por exploração e que contribuam para a criação de manchas contínuas;
- Projectos que visem o aumento da produtividade e facilidade de colheita, introdução de novas tecnologias de produção;
- Projectos que visem modos de produção compatíveis com o ambiente;
- Estudos que visem o aumento do potencial produtivo, melhoramento da qualidade do produto e criação de cultivares mais apropriadas aos sistemas de cultivo intensivo e mais resistentes a pragas e doenças
- Projectos que visem o desenvolvimento de novos produtos;
- Projectos que visem o aproveitamento e rentabilização dos sub-produtos,
- Estudos relacionados com novas tendências de mercado externo;
- Projectos que visem a modernização e concentração de oferta;
- Projectos em parceria que visem o desenvolvimento de novos produtos de embalagem;
- Projectos dos agrupamentos de produtores que visem a promoção da cereja;
- Projectos que visem a qualificação dos intervenientes na fileira.

2.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

Tipologia	Critério	Pontuação
Promotor	Agrupado	20
	Individual	10
Rejuvenescimento do tecido produtivo	Jovens Agricultores	20
	Outros	10
Organização da produção	Pertencente a uma organização de produtores/ cooperativa	10
	Outros	0
Aumento a dimensão fundiária da exploração	Parcelas com mais de 2,0 ha contínuas situadas nos concelhos, Armamar, Alfândega da Fé, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Vila Flor, Resende, Cinfães, Tarouca, Lamego, e Valpaços	10
	Parcelas com mais de 2,0 ha	5
	Outros	0
Inovação e desenvolvimento empresarial	Modernização de centros de armazenamento/comercialização	10
	Produção integrada/biológica	10
	Implementação de sistemas de certificação	10
	Outros	0
Cooperação para o mercado	Com internacionalização	5
	Outros	0
Diversificação de actividades	Mais de uma actividade	5
	Outros	0

5.4.6 VALOR PREVISIONAL DA FILEIRA

Tal como já foi referido, na cultura da cerejeira houve um forte investimento recentemente, fruto das ajudas dos últimos quadros comunitários. Esses investimentos em novas áreas vão ter repercussões ao nível da produção nos próximos anos, quando os pomares estiverem em plena produção.

Assim, considera-se que embora os aumentos de área também sejam significativos, na região Norte os aumentos de produção e produtividade serão fruto dos novos pomares já plantados.

Região	Área actual (ha)	Área previsional (ha)	Taxa de Variação (%)	Produção actual (ton)	Produção previsional (ton)	Taxa de Variação (%)
Continente	6005	nd	nd	15747	17956	14
Norte	3417	3900	14,1	6683	8353,75	25
Norte transformação				810	850	5

Componentes da fileira	Valor actual		Valor previsional	Taxa de variação
	(mil euros)	(%)	(mil euros)	(%)
Cereja	14 302	80,6	25 646	79,3
Cereja transformada	3 264	18,4	3 428	5,0
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos fora da Rede Natura (1000 EUR)	68	0,4	68	0,0
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos e/em Rede Natura (1000 EUR)	115	0,6	115	0,0
TOTAL	17 749	100,0	29 256	64,8

METAS A ATINGIR EM 2013

MELHORIA DA COMPETITIVIDADE NA PRODUÇÃO	Indicadores de resultados	Reestruturação de pomares	500 ha
		Novas plantações	450 ha
		Novos modos de produção	500 ha
	Indicadores de realização	Aumento da produtividade	25%
		Melhoria da qualidade	20%
		Melhoria da estrutura fundiária	28%
		Diminuição de custos de produção	20%
		N.º agricultores envolvidos	800
MELHORIA DA COMPETITIVIDADE NA TRANSFORMAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO	Indicadores de resultados	Agrupamentos de gestão e comercialização	2
		Campanhas publicitárias	5
		N. Agricultores envolvidos	3800
	Indicadores de realização	Cereja certificada	10%
		Melhoria da qualidade	5%
		Aumento do VAB da produção de cereja	42%

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Ee I&D	Indicadores	Nº Projectos de I&DE	4
	de resultados	Nº Acções de qualificação profissional	30
	Indicadores	Melhoria da qualidade	5%
	de realização	Aumento do VAB regional	6%
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL	Indicadores de resultados	Nº de explorações apoiadas	560
		N.º Acções de sensibilização	18
		N.º Entidades envolvidas	30
		Nº de explorações em agricultura biológica/produção integrada	440
	Indicadores de realização	Aumento n.º visitantes	10%
		Melhoria da qualidade ambiental	90%

5.4.7. MATRIZ DE OBJECTIVOS, MEDIDAS E ACÇÕES

	Objectivos	Instrumentos de política		
		Eixos	Medidas	Acções
CEREJA	Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais	II	Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas	2.1.1 Manutenção da actividade agrícola fora da rede natura 2.2.2 Manutenção da actividade agrícola em rede natura
			Valorização de de produção	2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola 2.2.2 – Protecção da biodiversidade doméstica 2.2.3 – Conservação e melhoramento dos recursos genéticos
			Intervenções territoriais integradas	2.4.1 – Apoio à gestão das ITI; 2.4.2 – ITI Douro Vinhateiro 2.4.5. – ITI Douro Internacional;
	Aumentar a competitividade do sector agrícola e florestal	I	Serviços de apoio ao desenvolvimento	4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola 4.3.2 – Serviços de apoio às empresas
			Informação e formação especializada	4.2.1 – Formação especializada 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação
			Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.1 - Modernização e capacitação das empresas 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão 1.1.3 – Instalação de jovens agricultores
			Cooperação para o mercado e internacionalização	Cooperação para o mercado e internacionalização
			Instrumentos financeiros e de gestão de risco e de crises	1.5.1 – Instrumentos financeiros 1.5.2 – Restabelecimento do potencial produtivo
		I	Regadios e outras infra-estruturas colectivas	1.6.1 – Desenvolvimento do regadio 1.6.3 – Sustentabilidade dos regadios públicos 1.6.4 – Modernização dos regadios colectivos tradicionais 1.6.5 – Projectos estruturantes
			Valorização da produção de qualidade	1.4.1 – Apoio aos regimes de qualidade 1.4.2 – Informação e de promoção de produtos de qualidade 1.4.3 – Adaptação às normas exigentes
			Cooperação para a inovação	4.1 - Cooperação para a inovação
	Promover a diversificação da economia e melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais	III	Diversificação e da economia e criação de emprego	3.1.1 – Diversificação de actividades na exploração agrícola 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de microempresas 3.1.3 – Desenvolvimento de actividades turísticas E de lazer
			Melhoria da qualidade de vida	3.2.1 – Conservação e valorização do património rural

5.5 CITRINOS

5.5.1 Caracterização

Produção

Os citrinos, a laranja e o limão, são os frutos mais representativos na região Norte, sendo essencialmente cultivada na área geográfica do Minho e Douro Sul (fig. 1), contudo consegue encontrar árvores dispersas por toda a região Norte.

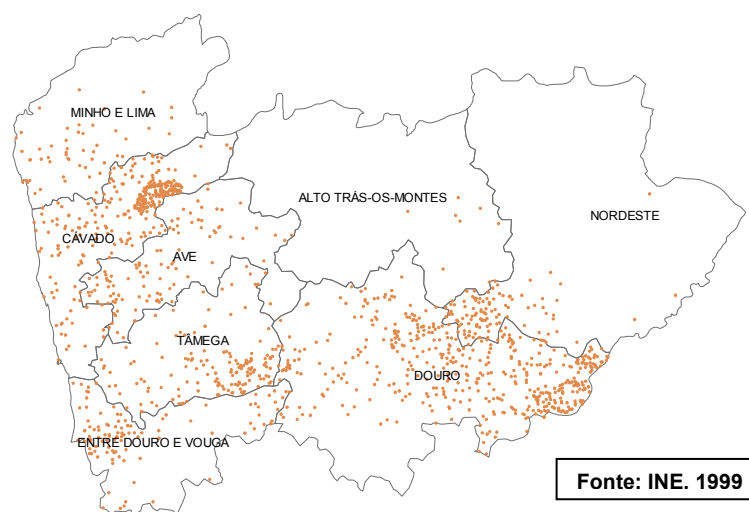


Figura1 – Distribuição geográfica dos citrinos em função da área.

Nos citrinos há também a salientar a existência de nichos edafoclimáticos com tradição no cultivo desta espécie, designadamente nas margens do rio Douro, desde Barca de Alva até Marco de Canavezes (Pala), concelhos de Amares e Arcos de Valdevez (Ermelo), importa referir ainda a freguesia de Lagoaça em Freixo de Espada-a-Cinta (Douro), traduzindo-se numa mais valia para a economia local.

A laranja sendo a espécie mais representativa, apesar de terem surgido no Litoral novas plantações de limão que representam 11 % da produção total do Continente, a sua expressão na Região tem-se mantido constante, quer em área quer em produção (Quadro 1).

Quadro 1. Evolução da Maçã segundo os RGA 89 e 99

Frutos	Unidade Geográfica	1989				1999			
		Nº exp	%	Área	%	Nº exp	%	Área	%
Frutos Frescos	NORTE	20.778	24	10.694	14	19.236	31	10.919	21
	Continente	85.268	100	75.715	100	61.477	100	52.342	100
Citrinos	NORTE	8.572	18	1.420	6	7.279	19	1.281	6
	Continente	47.721	100	25.598	100	37.657	100	22.428	100

Fonte: INE

Da análise do gráfico 1 verifica-se que as produtividades são baixas, não tendo sofrido variação significativa nos últimos anos.

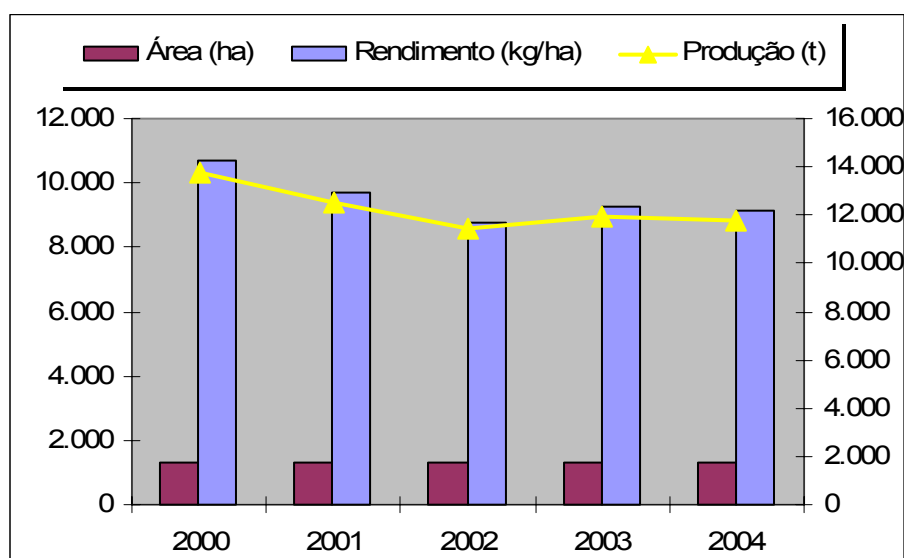


Gráfico 1 – Valores relativos ao rendimento. (Fonte: INE)

Comercialização

Em face da realidade regional, a comercialização dos citrinos referidos é efectuada, grande parte da produção, após a colheita, atendendo que existe um deficit de estruturas de frio, acresce o facto de oferta de produto ser reduzida. (produção).

Por outro lado, o circuito de comercialização tem como principais actores os produtores individuais, destinando-se a produção basicamente para os mercados regionais e também para os mercados abastecedores dos grandes centros urbanos.

Quanto as variedades de laranja comercializadas vão desde as regionais (Amares, Ermelo, Lagoaça e Pala) as variedades comerciais (temporãs e tardias)

O grande desafio que se coloca ao sector, é desenvolverem espírito de cooperação, para ganhar escala, profissionalização do seu funcionamento e qualificação da sua gestão, para melhor valorizarem os seus produtos.

5.5.2 ANÁLISE SWOT

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> Pomares a necessitarem de substituição e parcelas de dimensão reduzida; Desconhecimento do comportamento de porta-enxertos e variedades; Baixas produtividades; Fraca preparação dos produtores e operadores, particularmente em novos modos de produção; Falta de espírito de organização do sector; 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos genéticos de elevado valor; Excelentes condições edafo-climáticas; Potencial de aumento de área e de produtividade; Aumento da produção em variedades regionais de alta qualidade associadas aos nichos de produção; Elevada procura pelo consumidor e boa aceitação no mercado; Tradição na produção e consumo dos citrinos; Produtores abertos à inovação.

Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Concorrência com produções provenientes de outros países, nomeadamente da Espanha; • Falta de organização do sector condicionando a oferta. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apetência por parte do consumidor de produtos tradicionais; • Procura de frutos produzidos em modo de produção biológica e integrada; • Complementaridade ao rendimento da exploração e do agro-turismo. • Valorização de subprodutos: casca (cristalização) e sumos

5.5.3 ESTRATÉGIA

Tendo presente a análise *SWOT* importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da cultura e na sua integração vertical.

5.5.3.1 Objectivos

- Apoiar a reconversão e instalação de novos pomares, através da utilização de porta-enxertos/ variedades e técnicas culturais mais adequados a uma optimização da produção;
- Apoiar a instalação de novos pomares de citrinos com variedades regionais e conduzidos em modos de Produção Integrada e Agricultura Biológica;
- Garantir rendimentos atractivos para todos os agentes económicos da fileira;
- Aumento da capacidade técnica e profissional dos produtores no sentido de aumentar a produtividade e reduzir a quantidade de refugo;
- Actualização e reciclagem dos técnicos em novas tecnologias de produção;
- Reforço do apoio técnico aos produtores no sentido da vulgarização de modos de produção não agressivos para o meio ambiente (ex: agricultura biológica e produção integrada) e apoio à comercialização dos produtos obtidos sob estes modos de produção;
- Reforço das campanhas de marketing e promoção dos citrinos envolvendo os operadores comerciais;
- Induzir fidelização do produtor aos processos de certificação;
- Implementar agrupamentos de gestão e comercialização, agregando os principais operadores, de forma a adquirir capacidade negocial e possam explorar mercados emergentes;
- Criação duma estrutura comercial eficaz que, agregando os principais operadores, adquira capacidade negocial e possa explorar mercados emergentes;
- Apostar nas variedades regionais como forma de diversificar a oferta e evitar a massificação do consumo;
- Reforço das políticas de qualidade do produto (ex: HACCP, EUREPGAP, BRC, Rastreabilidade), como forma de garantia da segurança e qualidade alimentar;
- Desenvolver complementaridades com o cabaz paisagem, turismo e produtos de qualidade.

Estratégia na Produção

- Apoiar a reconversão e instalação de novos pomares, através da utilização de porta-enxertos/ variedades e técnicas culturais mais adequados a uma optimização da produção e dirigidas ao mercado;
- Instalação de jovens agricultores com qualificação na produção e mercados;
- Estabelecer um plano de formação e qualificação para técnicos, produtores e outros operadores que dê prioridade aos novos modos de produção;
- Qualificação dos produtores no sentido das boas práticas agrícolas;
- Aumento na eficiência da utilização de factores de produção, nomeadamente na tecnologia da fertilização e na racionalização do emprego de produtos fitofarmacêuticos;
- Incentivar as práticas culturais amigas do ambiente, nomeadamente a produção integrada e agricultura biológica;

Estratégia na Comercialização

- Desenvolver formas de cooperação de formas locais, regionais e nacionais no domínio da recepção, conservação e comercialização entre as empresas privadas e/ou cooperativas;
- Apoiar a criação de instrumentos financeiros que promovam a concentração empresarial, a cooperação comercial, tecnológica e estratégica das empresas;
- Desenvolver estratégias de promoção e comercialização para os citrinos"
- Desenvolver complementaridades com o cabaz paisagem, turismo e produtos de qualidade.

Inovação e Desenvolvimento Experimental

- Desenvolver a experimentação, demonstração e inovação de processos e de produtos com os parceiros das fileiras, designadamente novas práticas culturais, novos equipamentos e novos produtos, novas formas de acondicionamento e de apresentação, novos métodos de conservação;
- Preservação das variedades regionais e melhoramento das mesmas;
- Apoiar as necessidades de inovação das estruturas de acondicionamento, transformação e comercialização.

5.5.3.2 Operacionalização da Estratégia

Em resultado da estratégia preconizada definimos que a operacionalidade deverá incidir ao nível da Exploração Agrícola, Recolha/Concentração, Transformação e Distribuição, procurando atingir os domínios: Tecnológico Específico, Formação, Ambiente, TICs, Regime de Qualidade, Cooperação e Inovação.

Melhoria da competitividade da Exploração Agrícola

- Melhorar as condições de produção das explorações, e reestruturar e instalar novas plantações,
- Optimizar as operações de colheita,
- Incentivar a utilização das novas tecnologias na inovação, desenvolvimento e gestão empresarial
- Apoiar citricultores de novos modos de produção

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Novas plantações	60 ha
	Reestruturação de pomares envelhecidos	30 ha
	Instalação de jovens agricultores (fruticultores)	10
	Novos modos de produção (nº de Produtores)	100
	Nº de explorações	400
Indicadores de resultados	Aumento da área de produção	70%
	Aumento da produtividade média	15 %
	Melhoria da qualidade	20 %
	Diminuição de custos de produção	15 %
	Redução da quantidade de refugo	40%
	Melhoria do ambiente	10%
	Nº de produtores envolvidos	400

Melhoria da Recolha, Transformação e Comercialização

- Modernizar a recolha e concentração,
- Modernizar do ponto de vista tecnológico as unidades de conservação e comercialização existentes
- Criar unidade de transformados de fruta
- Criar unidade de distribuição de frutos e de transformados

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Modernização das unidades de conservação e comercialização	20
	Agrupamentos de comercialização	5
	Melhoria da qualidade	20 %
	Diminuição de custos de conservação	10 %
	Redução da quantidade de refugo	40%
	Aproveitamento local do refugo	50%
	Melhoria do ambiente	10%
	Modernização das unidades de conservação e comercialização	40%
	Campanhas de promoção e marketing	15
	Agrupamentos de comercialização	70 %

Qualificação Profissional e I&D em 2013

Pretende-se qualificar os activos nas áreas da produção, da gestão, marketing, transformação e comercialização e promover acções de sensibilização ambiental e promoção dos produtos.

No que respeita à I&D, desenvolver estudos na área da qualificação ambiental, com realce para a melhoria dos sistemas de produção em modo biológico. Pretende-se apoiar a realização de um conjunto de estudos relacionados com o uso sustentável da terra e com as práticas agrícolas tradicionais, designadamente o estudo e experimentação de sistemas de produção que permitam uma racionalização das operações culturais.

Por outro lado torna-se necessário apoiar a realização de estudos e projectos de experimentação/demonstração relacionados com a preservação da biodiversidade e valorização das variedades regionais, com destaque para a Amares, Ermelo, Lagoaça e Pala.

Para tal, deverão ser estabelecidas parcerias entre associações, cooperativas, centros tecnológicos, de forma a garantir a articulação entre entidades produtoras de conhecimento (Universidades, centros de experimentação) e agentes do sector.

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Projectos de experimentação/Demonstração	8
	Acções de qualificação profissional	25
	Acções de promoção e divulgação	10
	Acções de sensibilização ambiental	20
Indicadores de resultados	Melhoria da qualidade	20 %
	Aumento do VAB regional	5 %
	Preservação da biodiversidade	18

Melhoria da Sustentabilidade

- Optimizar a disponibilidade e a utilização da água;
- Minimizar o impacto ambiental da actividade agrícola;
- Contribuir para a valorização da paisagem;
- Contribuir para a qualificação ambiental e de vida na área como factor crucial da sua sustentabilidade;
- Preservação do património ambiental da Região
- Induzir processos de promoção e divulgação.

Modos de produção

Incrementar e valorizar os modos de produção Integrada e Agricultura Biológica, como forma de promover a Região e os seus produtos.

Promoção e Dinamização do Território da Região Norte

Com esta acção pretende-se apoiar a realização de um conjunto de projectos de informação e divulgação, nomeadamente através da criação e manutenção de um site Web, que permita a promoção da Região, com valorização da paisagem e dos produtos de qualidade.

Desenvolver complementaridades com o cabaz paisagem, turismo e produtos de qualidade.

Sensibilização e Formação dos Agentes Locais

Pretende-se com esta acção apoiar um conjunto de projectos de sensibilização e formação dos agentes e das comunidades locais, de forma a garantir a sua adesão aos objectivos de valorização do património natural.

- Mobilizar e sensibilizar a população e os agentes locais.
- Formar os diversos agentes locais (fruticultores, artesãos, professores, etc.).

Metas a atingir em 2013

Indicadores de realização	Nº de explorações a envolver	20
	N.º Acções de sensibilização	8/
	N.º Entidades envolvidas	7
Indicadores de resultados	Aumento n.º visitantes	15
	N.º Entidades envolvidas	7
	N.º Acções de sensibilização	12
	Melhoria da qualidade ambiental	10
	Nº de explorações apoiadas	10

5.5.4 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA

As previsões abaixo discriminadas foram efectuadas na análise do comportamento do passado e actual e da estratégia atrás referenciada para a fileira.

A estratégia assenta essencialmente no aumento da produção, na melhoria e valorização da qualidade e consequentemente aumento do volume de vendas.

Evolução previsível da produção

De acordo com o anterior diagnóstico, existem certas dimensões mais susceptíveis de nos transmitir algumas pistas sobre o peso de determinadas variáveis no futuro desenvolvimento do sector. Assim, reafirma-se que todos os agentes de comercialização são unânimes, ao referir que os maiores constrangimentos da fileira são a baixa produtividade e a valorização do produto (ver quadros).

Estrutura regional da produção da fileira Frutícola e evolução previsional para o período (2007-2013)

Região	Área actual (ha)	Área previsional (ha)	Taxa de Variação (%)	Produção actual (ton)	Produção previsional (ton)	Taxa de Variação (%)
Continente - Laranja	20 668	nd	nd	239 800	287 012	20
Continente - Limão	920	nd	nd	11 291	12 668,3	12
Norte - Laranja	1 043	1100	5,5	9 043	11 303,75	25
Norte Limão	99	120	21,2	1 299	1 645	27

Porém, quando comparadas as projecções estimadas para a região Norte com as do continente consta-se que ambas apresentam uma tendência positiva (crescimento), ou seja, a estratégia preconizada para a região Norte aponta no sentido do aumento da área de pomar e do volume de citrinos produzidos, em particular laranja e limão. Este facto resultará da conjugação de duas situações: aumento de área (novas plantações) e aumento da produtividade por hectare.

Crescimento esperado do valor da fileira

Para o crescimento do valor da fileira muito contribuirá o aumento da qualidade e quantidade das produções.

Evolução previsional do valor da fileira fruticultura

Componentes da fileira	Valor actual		Valor previsional (mil euros)	Taxa de variação (%)
	(mil euros)	(%)		
Laranja	3 482	69,6	4 092	17,5
Limão	520	10,4	773	48,8
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos fora da Rede Natura (1000 EUR)	400	8,0	900	125,0
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos e/em Rede Natura (1000 EUR)	600	12,0	1500	150,0
Total	5 001	100,0	7 265	45,3

5 5.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Produção

- Apoiar a reconversão e instalação de novas plantações
- Promover e incentivar os sistemas de produção amigos do ambiente, nomeadamente a produção integrada e agricultura biológica.
- Promover a valorização do património natural dado ser um ecossistema importante do ponto de vista de protecção do solo e da diversidade biológica, com elevado valor paisagístico, associado ao turismo ambiental.
- Apoiar a preservação da biodiversidade com a manutenção e criação de bancos de germoplasma;
- Apoiar a criação de empresas de prestação de serviços
- Apoiar a valorização profissional dos produtores

Transformação e Comercialização

- Assegurar a sustentabilidade das novas entidades através, nomeadamente, de instrumentos financeiros (fundos e capital de risco, garantia, contra-garantia , etc);
- Inovação tecnológica e organizacional;
- Modernização e concentração das unidades de recepção, conservação e comercialização;

- Estudos de mercado, comercialização e marketing, em especial para as novas unidades que surjam em resultado de processos de concentração;
- Capacitação dos agentes envolvidos na fileira dos citrinos;
- Apoios à certificação.

Acesso à informação

- Promoção e dinamização do território (paisagem, ambiente e produtos de qualidade)
- Garantir a articulação e a coordenação dos diferentes agentes e das diferentes intervenções de animação e promoção;
- Concepção e edição de matéria promocional;

5.5.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

Tipologia	Critério	Pontuação
Promotor	Agrupado	20
	Individual	10
Rejuvenescimento do tecido produtivo	Jovens Agricultores	20
	Outros	10
Organização da produção	Pertencente a uma organização de produtores/ cooperativa	10
	Outros	0
Aumento a dimensão fundiária da exploração	Áreas com mais de 1,0 ha contínuos em perímetros	10
	Áreas com menos de 1,0 ha contínuos em perímetros	5
	Outros	0
Inovação e desenvolvimento empresarial	Modernização de centros de armazenamento/comercialização	10
	Produção integrada/biológica	10
	Implementação de sistemas de certificação	10
	Outros	0
Cooperação para o mercado	Com internacionalização	5
	Outros	0
Diversificação de actividades	Mais de uma actividade	5
	Outros	0

5.5.7- MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS

C i t r i n o s	Objectivos	Instrumentos de política		
		Eixos	Medidas	Ações
	Promover a protecção da biodiversidade	II	Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos	2.1 - Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas. 2.2.2- Protecção da biodiversidade. 2.2.3 - Conservação e melhoramento dos recursos genéticos. 2.4.- Conservação do património rural e natural. 2.5 - Investimentos de requalificação ambiental.
	Incentivar modos de produção sustentáveis	II	Promoção de modos de produção sustentáveis	2.2.1 - Alteração de modos de produção.
	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços	I	Serviços de apoio técnico e aconselhamento	4.3.1 - Serviços de aconselhamento agrícola. 4.3.2 - Serviços de gestão agrícola.
		I e III	Informação e formação profissional	4.2.1 - Capacitação para a actividade. 4.2.2 - Redes temáticas de informação e divulgação.
	Melhorar a competitividade das empresas	I	Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.1 - Modernização e capacitação das empresas. 1.1.2 - Investimentos de pequena dimensão.
			Cooperação para o mercado e internacionalização	1.2 - Cooperação para o mercado e internacionalização.
		III	Cooperação para o desenvolvimento e inovação	4.1.1 -Inovação empresarial (certificação das empresas).
		I	Novos instrumentos financeiros de gestão de riscos e crise	1.5.1- Instrumentos financeiros. 1.5.2- Restabelecimento do potencial produtivo.
			Desenvolvimento de produtos e participação em regimes de qualidade	1.4.1 Apoio aos regimes de qualidade.
	Valorizar os produtos de qualidade	I	Desenvolvimento de produtos e participação em regimes de qualidade	1.4.1 Apoio aos regimes de qualidade.
		II	Valorização de modos de produção	2.2.3 Conservação e melhoramento dos recursos genéticos vegetais
	Rejuvenescer o tecido empresarial	I	Instalação de jovens agricultores	1.1.3 - Instalação de jovens agricultores.
	Promover a diversificação da economia	III	Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais	3.2.1- Conservação do património natural.
			Diversificação da economia e criação de emprego	3.1.1- Diversificação de actividades na exploração agrícola. 3.1.2 - Criação e desenvolvimento de micro empresas. 3.1.3 - Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer.
			Aquisição de competências e animação para o desenvolvimento local em zonas rurais	3.3 -Mobilização e sensibilização da população e dos agentes locais para a valorização da paisagem cultural.

5.6 BAGA DE SABUGUEIRO

5.6.1 CARACTERIZAÇÃO

Produção

A produção de baga de sabugueiro tem particular importância na região do Varosa que engloba os concelhos de Tarouca, Armamar, Lamego, Tabuaço e Moimenta da Beira.

Esta região tem excelentes condições edafo-climáticas para o desenvolvimento da cultura do sabugueiro que se encontra na bordadura das parcelas de outras culturas, com destaque para a cultura da vinha.

Actualmente existem cerca de 700 ha, distribuídos por 850 agricultores que produzem cerca 500 t de baga em seco que corresponde em fresco a 3 500 t, cujo rendimento que tem grande expressão na economia familiar dos agricultores da região.

A produção da Baga do Varosa, a partir do início da década de 80, com a introdução deste produto no mercado externo, proporcionou que esta Região passasse a sua produção para pomares em regime semi-intensivo, existindo actualmente 100 ha.

A boa qualidade da baga produzida está comprovada. O produto é exportado para a Alemanha e Japão e é utilizado no fabrico de corantes utilizados na indústria têxtil, produtos alimentares e produtos farmacêuticos.

Organização da produção e comercialização

A produção em seco tem sido escoada através das Cooperativas Vale do Varosa, e Agro Tarouca e Lamego e um privado.

O destino da venda é o mercado externo designadamente Alemão, Japonês e Holandês.

A comercialização até ao ano transacto era exclusivamente em produto seco.

Actualmente a orientação do mercado é para produto em fresco pelo que se torna necessário construir uma unidade de concentração e transformação e conservação de forma a satisfazer as exigências do mercado.

Trata-se de um produto de grande qualidade, com um grau *brix* superior ao produzido nos países concorrentes (Hungria, Polónia e Roménia), estando em curso um processo de certificação denominado "baga do Varosa".

Este produto é um valioso recurso endógeno que importa preservar e revitalizar, podendo ser uma excelente oportunidade de propiciar o desenvolvimento sustentado da região do Vale do Varosa, através da grande complementaridade com as culturas da macieira e da vinha, pela promoção do mercado de trabalho e pela possibilidade de gerar riqueza através de novas oportunidades de negócio.

5.6.2 ANÁLISE SWOT

Pontos fracos	Pontos fortes
Produção assente em bordadura de outras culturas Baixa produtividade Deficiente qualificação dos produtores Ausência de tecnologia de transformação em fresco Baixa qualificação dos recursos humanos Inexistência de políticas de marketing/promoção Falta controlo de qualidade sistematizado Produto não certificado Actualmente, o mercado assegurado para um só cliente Custos elevados de transporte para a unidade de transformação na Alemanha Falta de sistematização da informação	Capacidade para aumentar a produtividade Baixos custos de produção Melhor qualidade (Melhor cor, grau BRIX 10-20% superior à produzida nos outros países) Recente inclusão da baga na O.C.M. nas frutas e Legumes Produto adequado às tendências do mercado Possibilidades de modo de produção integrada e/ou biológica Existência de organização de produtores Mercado assegurado Produtos em vias de certificação Internacionalização do produto Multifuncionalidade

5.6.3 ESTRATÉGIA

5.6.3.1 Objectivos

- Garantir rendimentos atractivos para todos os agentes económicos da fileira;
- Permitir estruturar a fileira do produto agro-alimentar, com destaque para a construção de uma unidade de recepção, transformação e comercialização;
- Melhorar a adequação dos sistemas de instalação e condução;
- Contribuir para a profissionalização da organização de produtores;
- Induzir e apoiar processos de promoção e divulgação.

5.6.3.2 Operacionalidade da Estratégia

Melhoria da competitividade das explorações

■ Novas plantações

Metas a atingir

		2013
Indicadores de realização	Novas plantações	200 ha
	N.º agricultores	200
Indicadores de resultados	Diminuição dos custos de produção	10%
	Melhoria da qualidade	20%
	Melhoria da estrutura fundiária	1%
	N.º agricultores envolvidos	200

Melhoria da competitividade das empresas

A retenção na região do valor gerado pela produção, transformação e comercialização é o grande desafio que se coloca à organização dos produtores do Vale do Varosa .

Pretende-se assim, construir uma unidade de recepção, transformação e comercialização da baga em fresco.

Implementar sistemas de certificação e rastreabilidade na referida unidade.

Dinamizar e apoiar infra-estruturas ambientais, nomeadamente o tratamento de águas residuais e efluentes vitivinícolas.

A imagem de qualidade da baga, deve ser reforçada por acções publicitárias e promocionais bem dirigidas, aproveitando o cabaz turístico (paisagem, produtos de qualidade e ambiente).

Metas a atingir

		2013
Indicadores de realização	Criação de uma unidade de recepção, transformação e comercialização da baga em fresco	1
	Profissionalização da Organização de Produtores do Vale do Varosa	1
	Campanhas publicitárias	6
	N. agricultores a atingir	1 000
Indicadores de resultados	Criação de uma unidade de recepção, transformação e comercialização da baga em fresco	1
	Aumento das vendas de baga em fresco	3500%
	Valorização da baga	20%
	Aumento do VAB da produção agrícola	
	N. agricultores envolvidos	1 000

Qualificação profissional e I&D

Promover acções de sensibilização ambiental e incentivar os modos de produção respeitadores do ambiente.

No que respeita à I&D, desenvolver estudos na melhoria dos sistemas de instalação e condução e produção biológica.

Por outro lado torna-se necessário apoiar a realização de um conjunto de estudos e de projectos de experimentação/demonstração relacionados com a valorização das variedades autóctones preservação da sua variabilidade genética.

Estabelecer parcerias entre a Organização de Produtores e entidades produtoras de conhecimento (Universidades, centros de experimentação).

Metas a atingir

		2013
Indicadores de realização	Projectos de experimentação / Demonstração	30
	Acções de qualificação profissional	10
	Acções sensibilização ambiental	2
Indicadores de resultados	Melhoria da qualidade	10%
	Aumento do VAB regional	
	Preservação da variabilidade genética	15

Melhoria da Sustentabilidade

- Contribuir para a valorização da paisagem e dos seus elementos patrimoniais;
- Contribuir para a qualificação ambiental e de vida na área como factor crucial da sua sustentabilidade;
- Induzir processos de promoção e divulgação

■ Modos de produção

No que respeita à actividade agrícola, ambiente e paisagem as Medidas Agro-ambientais *produção integrada* e *agricultura biológica* deverão ser incrementadas e valorizadas, constando esta informação na promoção da região e do produto.

■ Conservação e melhoramento dos recursos genéticos

Atendendo a que existe uma grande diversidade de cultivares autóctones, torna-se necessário desenvolver trabalhos de caracterização agrónómica e molecular para melhor se conhecer as cultivares e estabelecer campos clonais para fornecimento de material vegetativo aos agricultores.

■ Sensibilização e Formação dos Agentes Locais

Mobilizar e sensibilizar a população e os agentes locais para a valorização da cultura nas vertentes paisagística, cultural e agro-alimentar.

Formar os diversos agentes locais (Agricultores, artesãos, professores, etc.).

Pretende-se com esta acção apoiar um conjunto de projectos de sensibilização e formação dos agentes e das comunidades locais, de forma a garantir a sua adesão aos objectivos de valorização da cultura do sabugueiro no cabaz (Turismo, paisagem, produtos de qualidade)

Metas a atingir

Indicadores de realização	N.º de explorações a envolver	1 000
	N.º Acções de sensibilização	6
	N.º Entidades envolvidas	3
Indicadores de resultados	Aumento n.º visitantes	20%
	N.º Entidades envolvidas	3
	N.º Acções de sensibilização	6
	Melhoria da qualidade ambiental	20%
	Estação de tratamentos de efluentes em unidades agro-industriais	1
	N.º de explorações apoiadas	500

5.6.4 VALORIZAÇÃO FUTURA DA FILEIRA

As previsões abaixo descritas foram efectuadas na análise do comportamento do passado e actual e da estratégia atrás referenciada para a cultura.

A estratégia assenta essencialmente na melhoria das condições de produção, transformação e comercialização.

Durante a vigência do plano prevemos um aumento da produção através da melhoria dos processos produtivos e a entrada em produção das novas plantações.

Evolução Previsível da Produção**Estrutura regional da produção baga do Varosa e evolução previsional para o período (2007-2013)**

Região NORTE		Produção Actual (t)	Estrutura da produção Actual (%)	Produção previsional (t)	Taxa de Variação (%)
Baga do	Em seco	500	83	100	-80
Varosa	Em fresco	100	17	3 500	3 400

Crescimento esperado do valor da fileira

Para o crescimento do valor da fileira muito contribuirá o aumento da venda de baga em fresco.,

Evolução previsional do valor da fileira

Componentes	Valor actual		Valor previsional (mil euros)	%	Taxa de variação %
	(mil euros)	Peso de cada componente %			
Baga em seco	600	88,2	120	4,2	-80
Baga em fresco	80	11,8	2 800	95,8	3 500
Agroturismo	n.d	n.d			
Total	680	100	2 920	100	42,9

5.6.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Identificam-se os diferentes tipos de projecto e respectiva ordem de priorização:

■ **Produção**

- ✓ Apoiar novas plantações
- ✓ Fomentar modos de produção compatíveis com o ambiente;
 - Produção integrada;
 - Biológica.
- ✓ Apoiar a qualificação e valorização da paisagem dominada pela cultura do sabugueiro
 - Instalação de uma estação de tratamento de efluentes;
 - Sensibilização e formação dos agentes locais (Agricultores, artesãos, professores, etc.);
- ✓ Apoiar a criação de empresas de prestação de serviços
- ✓ Apoiar a valorização profissional dos produtores

■ **Transformação e Comercialização**

a). Apoio a uma unidade de recepção, transformação e comercialização.

- ✓ Estudos e contratação de serviços de assessoria para implementação desses planos
- ✓ Apoio à profissionalização dos quadros de Gestão
- ✓ Qualificação dos recursos humanos das cooperativas
- ✓ Assegurar a sustentabilidade das novas entidades através, nomeadamente, de instrumentos financeiros (fundos e capital de risco, garantia, contra-garantia, etc)
- ✓ Apoiar a estação de tratamento de águas residuais e efluentes;
- ✓ Estudos de mercado, comercialização e marketing,
- ✓ Apoiar os sistemas de certificação.

■ **Acesso à informação**

- ✓ Promoção e dinamização do território
- ✓ Garantir a articulação e a coordenação dos diferentes agentes e das diferentes intervenções de animação e promoção;
- ✓ Concepção e edição de matéria promocional;

5.6.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

Tipologia	Critério	Pontuação
Tipo de projecto	Agrupado	20
	Individual	10
Rejuvenecimento do tecido produtivo	Jovens Agricultores	20
	Outros	10
Organização da produção	Pertencente a uma organização de produtores	10
	Outros	5
Aumento a dimensão fundiária da exploração	Instalação em regadio ≥ 2 ha contínuos nos concelhos de Tarouca, Lamego, Armamar, Tabuaço e Moimenta da Beira	10
	Outros	5
Inovação e desenvolvimento empresarial	Unidade de transformação Produção integrada/biológica	10
	Outros	0
Cooperação para o mercado	Com internacionalização	10
	Outros	5
Diversificação de actividades	Mais de uma actividade	10
	Outros	5
Requalificação ambiental	Tratamento de efluentes	10
	Outros	0

5.6 7 MATRIZ DE OBJECTIVOS

	Objectivos	Instrumentos de política		
		Eixos	Medidas	Acções
B a g a d o V a r o s a	Promover a protecção da biodiversidade	II	Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos	2.1 - Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas 2.2.2- Protecção da biodiversidade 2.2.3 - Conservação e melhoramento dos recursos genéticos 2.4.- Intervenções Territoriais
	Incentivar modos de produção sustentáveis no âmbito das actividades agrícolas e florestais	I	Valorização de modos de produção	2.2.1 – Alteração de modos de produção
	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços	I	Serviços de apoio técnico e aconselhamento	4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola 4.3.2 – Serviços de gestão agrícola
		I e III	Informação e formação profissional	4.2.1 – Formação especializada 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação
	Melhorar a competitividade das empresas	I	Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.1 Modernização e capacitação das empresas 1.1.2-Investimentos de pequena dimensão
			Cooperação para o mercado e internacionalização	1.2 - Cooperação para o mercado e internacionalização
		III	Cooperação para o desenvolvimento e inovação	4.1. –Cooperação para a Inovação)
		I	Novos instrumentos financeiros de gestão de riscos	1.5.1- Instrumentos financeiros 1.5.2- Restabelecimento do potencial produtivo
			Desenvolvimento de produtos e participação em regimes de qualidade	1.4.1 Apoio aos regimes de qualidade
	Rejuvenescer o tecido empresarial	I	Instalação de jovens agricultores	1.1.3 – Instalação de jovens agricultores
	Promover a diversificação da economia	II	Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais	3.2.1- Conservação e valorização do património rural
			Diversificação da economia e criação de emprego	3.1.1- Diversificação de actividades na exploração agrícola 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de micro empresas 3.1.3 – Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer
			Aquisição de competências e animação	3.5 -Mobilização e sensibilização da população e dos agentes locais para a valorização da paisagem cultural.

5 7 AMÊNDOA

5.7.1 INTRODUÇÃO

Marques de Almeida (1945) refere: *"Se a amendoeira representa aproximadamente 16% do nosso património arborícola, ocupando um dos primeiros lugares entre os frutos destinados a consumo directo, há acrescentar ainda fornecer a mais valiosa rúbrica dos frutos de exportação. Acrescente-se agora que 57% dessas plantas se encontram no Distrito de Faro e 30% na Terra Quente de Trás-os-Montes, para concluirmos da extraordinária importância económica que representa a produção de amêndoa para aquelas duas regiões. Qualquer melhoria no nível de produção desta planta repercutir-se-á, duma forma sensível, no bem estar económico da Nação, no nível de vida das populações rurais destas províncias."* Embora passados mais de 50 anos a amendoeira continua a ter um papel fundamental na economia das populações rurais da região transmontana, uma vez que actualmente, até as percentagens em termos de área de amendoal estão invertidas para as duas principais zonas de produção de amêndoa em Portugal.

A amendoeira, que faz parte do grupo de espécies que compõem a fruticultura mediterrânica, adapta-se a um amplo leque de disponibilidades hídricas, de tal forma que existem plantações em produção com situações de cultivo tão opostas, como o caso do Vale de São Joaquim na Califórnia, onde os solos são férteis e profundos, e a amendoeira recebe quantidades muito importantes de água de rega, cerca de 1200 mm/ano, e o sequeiro árido do litoral mediterrânico, em que a amendoeira não recebe mais água que a proveniente da chuva e, onde os solos são normalmente pobres e pouco profundos. Evidentemente estas condições de cultivo têm a sua repercussão produtiva, com uma relação média de 1/10 favorável às condições de regadio.

Sendo o clima de Trás-os-Montes, Terra Quente Transmontana e Douro Superior principais zonas de produção de amêndoa, tipicamente mediterrânico, a cultura da amendoeira não é excepção e caracteriza-se por baixas produtividades, o que tem conduzido a um abandono sucessivo de muitos amendoais que não são economicamente rentáveis. De todas as culturas de frutos secos, a que é cultivada em condições mais extremas, no que diz respeito à alimentação em água, é a amendoeira, pois sobrevive a condições de aridez com precipitações na ordem dos 400 a 500 mm. Durante largos anos, a amendoeira foi instalada em solos marginais, de encosta, de elevado declive, muito pouco profundos, com pouca capacidade para reter a pouca água resultante da precipitação. Por sua vez, a cultura nunca foi regada, quer por um lado pela localização das plantações, quer pelo facto de os métodos tradicionais de rega não se adequavam àquelas condições de declive e capacidade de retenção do solo e também porque consumiam volumes de água que não estavam disponíveis.

Assim, tem vindo a assistir-se, como já foi referido, ao abandono por parte dos agricultores de muitos hectares de amendoal, justificando-se pela baixa rentabilidade da cultura da amendoeira desenvolvida nos moldes tradicionais, o que conduz a uma erosão dos recursos endógenos de amendoeira.

É então necessário e urgente desenvolver linhas de trabalho que contribuam para preservação e caracterização inequívoca da grande variabilidade genética que ainda possuímos e que corremos o risco de vir a perder num futuro próximo, bem como introduzir algumas técnicas de produção não praticadas que representem uma mais valia em termos económicos para o agricultor.

A intensificação de uma cultura, deve ser baseada numa criteriosa selecção dos indivíduos já existentes, substituindo as variedades menos rendosas por outras que, ao maior valor intrínseco, aliem um mais elevado grau de compatibilidade. Nos últimos anos têm aparecido no mercado novas variedades de amendoeira mais promissoras em termos produtivos. A utilização destas em ensaios de experimentação/demonstração vai permitir obter informação sobre o seu potencial produtivo nas nossas condições, tirando assim algumas dúvidas existentes por parte dos agricultores e que são uma condicionante muito forte à sua utilização, obtendo-se informação que permitirá o relançamento na região Norte, especificamente na zona de Trás-os-Montes.

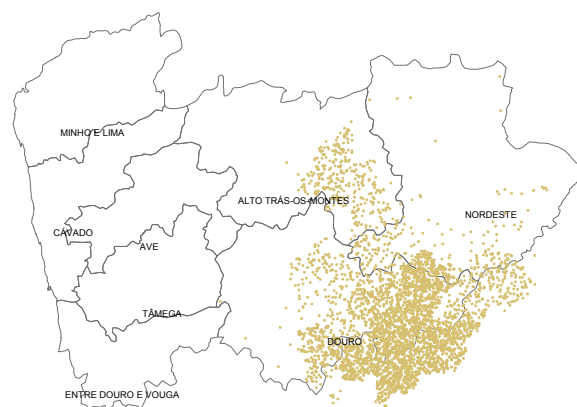
5.7.2 CARACTERIZAÇÃO

Áreas e produções

Na região Norte, a amendoeira é cultivada exclusivamente nas zonas do Douro, Nordeste e Alto Trás-os-Montes conforme podemos constatar no mapa representativo da distribuição geográfica.

A amendoeira é uma das principais culturas de frutos secos cultivadas em Portugal com um total de 45,5% do total da área de frutos secos. As principais zonas de produção de amêndoa localizam-se nas regiões do Norte, Centro e Algarve, com pesos na área total de produção do país de 60%, 35% e 3,5%, respectivamente.

Segundo os dados do RGA – 99 (INE), existiam em Portugal Continental 24 522 explorações com a cultura da amêndoa, ocupando uma área de 36 530 ha. A dimensão média das explorações era de 1,48 hectares. Também de acordo com os dados da mesma fonte em 2004 a área da cultura da amendoeira no Continente estimava-se em 38 178 hectares, com uma produção total de 13 953 toneladas e uma produtividade média nacional de 365 kg/ha e de 463 kg/ha para a região Norte. No entanto, estas produtividades, tanto a nível nacional como a nível da zona de Trás-os-Montes, são sempre muito baixas ficando aquém dos níveis de produtividade de outros países.



Fonte: INE, 1999

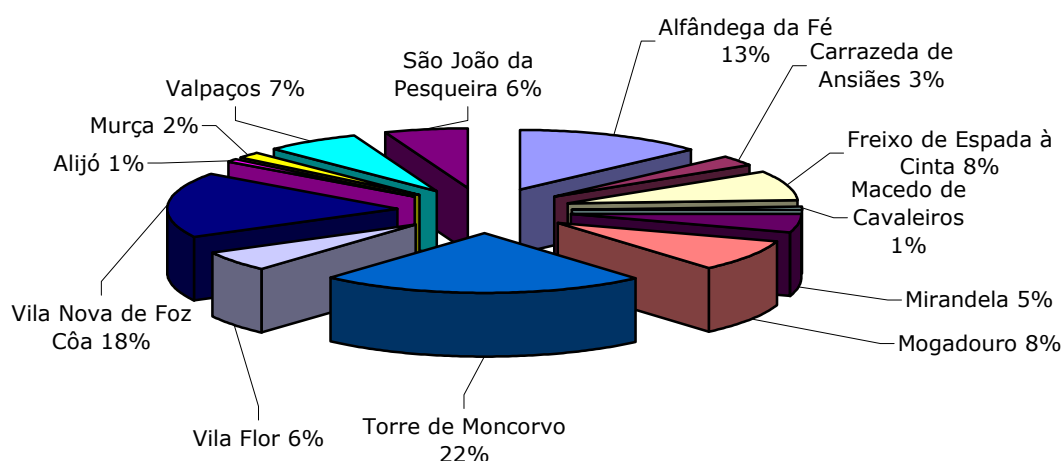
Na região Norte, entre 1990 e 2000 perderam-se mais 3 400 ha o que corresponde a 13,68% de produção na região. Esta situação deve-se ao facto de muitos amendoeais terem baixas produtividades deixando de ser rentáveis para o agricultor.

Em relação à evolução da produção, não se consegue visualizar uma tendência, uma vez que a mesma está fortemente dependente das condições climáticas ocorridas na época da floração. Contudo verifica-se, no quinquénio 99-2003 que mais de 80% da produção nacional é proveniente da zona de Trás-os-Montes.

Principais variedades

De uma maneira geral, no nosso país, nas zonas de exploração tradicional de amendoeira, o leque de variedades é bastante vasto e indefinido. Na zona de Trás-os-Montes, são de salientar, por ordem de importância em percentagem de explorações, as variedades Parada ou Refego em 18%, Casanova ou Sebastião Guerra em 13%, Verdeal em 10%, Gémea e Pegarinhos em 6%. Esta situação refere-se a cerca de 50% da área de amendoeal ainda não abandonado, mas em situação de pré-abandono e/ou envelhecido, que apenas contribui com cerca de 20 a 25% da produção regional. Relativamente a variedades estrangeiras, representando estas 75 a 80% da produção, as francesas Ferragnès, Ferraduel e Ferrastar, são as que aparecem com maior frequência, com percentagens de explorações de 30%, 24% e 19% respectivamente. As espanholas Marcona e Guara também aparecem com relativa frequência e mais recentemente Na zona de Trás-os-Montes a amendoeira é cultivada principalmente na Terra Quente Transmontana e Alto Douro, onde se destacam os concelhos de Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Alfândega da Fé (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Área de Amêndoeal por Concelho em Trás-os-Montes



Actualmente, estão disponíveis nos viveiristas outras variedades provenientes de programas de melhoramento estrangeiros, nomeadamente franceses, italianos e espanhóis, de floração tardia e muito produtivas. Entre essas variedades destacam-se a Masbovera, Francoli, Glorieta, Lauranne.

Produções diferenciadas

A nível nacional existe uma "Denominação de Origem Protegida" (DOP) para a amêndoa, a "Amêndoa Douro", sendo a entidade gestora a Associação de Produtores de Amêndoa do Alto Douro (APAD), que tem por objectivo defender e valorizar a qualidade da amêndoa produzida na região.

No entanto, a DOP "Amêndoa Douro" não funciona, nem existem perspectivas de que venha a funcionar; não tem condições técnicas de poder vir a funcionar, nem surpreende o facto de não existir apetência para o seu funcionamento; logo, ou se repensa a aplicabilidade do caderno de especificações da própria DOP ou se reformula no sentido de IGP, em que seja possível integrar as variedades que efectivamente fazem parte do amendoal transmontano e que no futuro o farão; ou se extingue.

Desta denominação de origem apenas fazem parte as variedades Parada, Casanova e Verdeal.

Recentemente foram criadas e reconhecidas as seguintes organizações de produtores:

- CAPATMAD – Cooperativa Agrícola de Produtores de Amêndoa da Trás-os-Montes e Alto Douro
- Coamêndoa-Cooperativa Agrícola de Produtores de Frutos de Casca Rija;
- COOPAÇOS - Cooperativa Agrícola de Valpaços, CRL;
- Cooperativa Agrícola de Penela da Beira;
- Amendoacoop - Cooperativa de Produtores de Amêndoa de Torre de Moncorvo;
- Coopafreixo - Cooperativa Agrícola.

A este propósito, regista-se que, desde 1994 a 2006, apenas se certificaram cerca de 5,5 toneladas ($\pm 1\ 000$ kg de miolo de amêndoa) e para um negócio de circunstância proporcionado por uma empresa privada (TQ, 2007). Não será fácil, das potenciais 475 a 500 ton certificáveis, distribuídas por mais de uma dúzia de variedades (incluindo uma elevada percentagem de amêndoa amarga), obter lotes homogéneos que possam potenciar social e economicamente este produto tradicional protegido. Porém, não deixa de ser pertinente a inclusão de outros produtos tradicionais nos regimes de protecção – é o caso da "amêndoa coberta de Moncorvo" (variedades Verdeal, Boa Casta, Parada, Casa Nova, etc.) e das "amêndoas de Santa Eufémia" (Alijó) (variedade Pegarinhos);

Comercialização

O mercado mundial de miolo de amêndoa, segundo estimativas para o início do séc. XXI, poderá ultrapassar as 500.000 toneladas ano. Pelos dados apresentados no Quadro 1, Portugal apresenta-se deficitário relativamente às necessidades de consumo de amêndoa.

Quadro1 – Comércio Internacional de amêndoa (toneladas).

	Entradas/Importações		Saídas/Exportações	
	Amêndoa	Grão	Amêndoa	Grão
1999	31,6	1925,7	859,0	172,9
2000	435,2	1371,9	2056,7	244,3
2001	488,4	1327,6	1718,0	213,6
2002	199,4	1318,3	3335,4	225,9
2003	244,3	1549,6	329,4	1432,1
2004*	218,1	2273,3	292,3	726,3

*Fonte: INE (dados provisórios)

A balança comercial portuguesa apresenta saldo negativo para a amêndoa sem casca (grão). No que respeita à amêndoa com casca, o saldo oscila entre o positivo e o negativo, em função da campanha, no entanto, a tendência é de exportar mais amêndoa com casca que aquela que é importada. Em regra, a amêndoa é adquirida por "ajuntadores" intermediários, que posteriormente procedem geralmente à sua comercialização. A falta de estruturas de transformação e comercialização faz com que a maior parte da produção seja comercializada sob a forma de amêndoa com casca, perdendo-se assim a valorização do produto caso ele fosse transformado.

O período de comercialização da amêndoa inicia-se em Outubro e vai até Abril no caso da região de Trás-os-Montes, podendo ser mais alargado para a região do Algarve. O preço mantém-se mais ou menos constante durante o período de comercialização, podendo alterar-se a partir de Janeiro/Fevereiro dependendo das perspectivas de produção para o ano seguinte. O estabelecimento do preço é função das produções obtidas nos EUA, que detêm cerca de 70% da produção mundial.

5.7.3 ANÁLISE SWOT

Consideram-se agora as potencialidades internas e externas, bem como as principais limitações existentes, tendo em vista a tomada de decisões a nível da fileira.

Pontos fracos

- Amendoal tradicional envelhecido e pouco rentável;
- Instalação deficiente dos amendoais tradicionais e utilização de áreas pouco aptas para a cultura;

- Leque de variedades vasto e indefinido nos amendoais tradicionais e com possibilidade de mistura de amêndoa amarga;
- Fraca preparação dos produtores e operadores, particularmente em novos modos de produção;
- Falta de unidades de concentração e selecção que agrupem a produção;
- Falta de serviços especializados de assistência técnica;
- Organizações de produção/comercialização pouco dinâmicas;
- Técnicas de produção pouco adequadas;
- Ausência de melhoramento e subsequente inadaptação das variedades locais aos requisitos comerciais;

Pontos fortes

- Existência de informação técnica obtida no desenvolvimento de actividades I&ED;
- Complementaridade com outras culturas;
- Existência de parcerias entre equipas de diferentes instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- Actividades pouco exigentes em mão-de-obra pelo que se enquadram muito bem no quadro social da região e na estrutura fundiária, aliados à tradição na produção/consumo,
- Apetência para constituição de rotas turísticas;
- Recursos genéticos autóctones de elevado valor agronómico, ambiental e paisagístico por forma a promover e garantir a protecção da biodiversidade;
- Potencialidade de aumento da produção e da produtividade, mantendo a qualidade e a sustentabilidade ambiental;

Ameaças

- Abandono definitivo do amendoal tradicional
- Substituição crescente de variedades locais por variedades melhoradas com consequente risco de erosão genética e extinção de variedades;
- Concorrência do mercado externo e consequente dificuldade de comercialização.

Oportunidades

- O país é deficitário em amêndoa com um mercado consumidor a aumentar;
- Crescente procura de actividades de lazer associadas à preservação da paisagem rural;

- Possibilidade de aproveitamento integral da produção
- Tradição na produção, consumo e comércio;
- Diversificação da oferta de produtos transformados;
- Formas de produção condizentes com a preservação ambiental;
- Motivação para a instalação e modernização dos amendoais;
- Disponibilidade de áreas com aptidão para amendoal, algumas de regadio;
- Manutenção e valorização ambiental de algumas manchas de amendoal.

5.7.4 OBJECTIVOS

Tendo em conta a análise SWOT apresentada, os objectivos a atingir em 2013 são:

- Aumento da produção nacional de amêndoa e da produtividade;
- Preservação do amendoal tradicional
- Desenvolvimento de novos produtos (transformação de amêndoa em produtos de alta gama);
- Produção e transferência de conhecimentos;

5.7.5 ESTRATÉGIA

Tendo presentes os objectivos, importa definir uma estratégia que aposte decididamente na qualidade em todos os segmentos da fileira e na sua melhor integração vertical e horizontal. Nesse sentido propõe-se o seguinte:

- **Evitar o abandono definitivo do amendoal** em áreas com aptidão agro ecológicas para a produção da cultura ou de povoamentos de alto valor patrimonial, paisagístico ou ambiental (p.ex: ITI Douro Vinhateiro e Douro Internacional), através de ajudas à produção;
- Promover a **instalação de novos amendoais** em sequeiro ou regadio por ser efectivamente, uma premissa indispensável para competitividade, tendo em conta que o aumento de produtividade em regadio é considerável e compensador mesmo para baixos consumos de água;
- Utilizar **técnicas culturais adequadas** a uma fruticultura moderna e competitiva na instalação do pomar; recorrer à utilização de variedades de floração tardia, muito tardia, e/ou autoférteis; considerar outras características agronómicas como a qualidade do fruto
- **Dinamização do sector em zonas até agora pouco atraídas pela cultura** (p.ex: nos perímetros de rega de Vale Madeiro, Camba e Macedo de Cavaleiros, nas antigas zonas cerealíferas do "planalto de Lamas de Orelhão" e de "Entre Rabaçal-Tuela", encostas do Rio Torto, etc.), mesmo que seja em sequeiro;

- Assegurar a **conservação do germoplasma** existente e a implementação de um programa de melhoramento genético e reforçar o **desenvolvimento experimental e demonstração**, inserindo estas actividades num centro tecnológico agro-alimentar;
- Criar **capacidade de transformação/comercialização** com maior valor acrescentado através da obtenção de novos produtos alternativos para a comercialização;
- Desenvolver a **inovação de processos e de produtos**, onde é exemplo a extracção de óleos vegetais por operações com fluidos supercríticos (EFSC) – não só pela diminuição dos gastos energéticos como por ser um tipo de tecnologia “mais limpa”, pelo facto de extrair o óleo sem macerar o fruto, podendo este ser usado no fabrico de produtos dietéticos com baixas calorias – perfeitamente aplicável à extracção de óleo de amêndoa (azeite, óleos de noz, avelã...) e em articulação com outros sectores relevantes para a região (azeite e azeitonas – extracção de anti-oxidantes, redução da acidez; baga de sabugueiro – extracção de corantes, etc.). Actividade a integrar num “centro de competências e produção de conhecimento/centro tecnológico agro-alimentar”.
- Promover o **consumo de amêndoa**, uma vez que a mesma foi considerada um alimento «perigoso» pelo seu elevado conteúdo em energia e relegado para o estatuto de «comida de pobre». Teve a sua lógica, principalmente pelas formas tradicionais de consumo (a doçaria de origem conventual). Interessa, por isso, promover campanhas de apelo ao consumo integradas («dieta mediterrânica»); agora, na perspectiva de produto com características de «alimento funcional» e/ou «dietético» e em circuitos de comercialização de conjunto, incluindo com outros produtos ou de especialização;
- **Aproveitamento integral da produção**: flor – turismo e apicultura; cascão ou capote – alimentos para animais e/ou compostagem; casca – valorização energética e tratamento de águas residuais ou outros processos de purificação, na recuperação de produtos químicos e na remoção de compostos orgânicos e metálicos (por transformação em carvão activado); frutos antes da lenhificação do endocarpo (amendrucos) – doçaria e confeitaria; amêndoa-grão – alimentação, incluindo os subprodutos liofilizados e óleos essenciais (estudos realizados mostram que as nossas variedades regionais apresentam um teor mais elevado de óleos essenciais relativamente a outras variedades europeias, etc.);
- Naturalmente, que providenciar o acesso à **qualificação, formação e informação especializada** – p. ex: participação do sector num “sistema de comunicação para a tomada de decisões”, numa “rede de documentação e alerta tecnológica” ou num “centro de competências e produção de conhecimento” – é, necessariamente, outra das linhas de actuação a ter conta na estratégia a desenvolver.

5.7.6 VALOR PREVISIONAL DA FILEIRA

Apesar da redução em termos de área total de amendoal que temos vindo a assistir na Região Norte, essa redução não tem sido acompanhada por uma redução de produção, uma vez que a instalação de novos amendoais, mais produtivos, tem compensado a diminuição de área.

Assim, prevê-se que no período 2007-2013 para a região Norte a produção se mantenha constante, como pode observar-se no quadro seguinte.

Por outro lado, embora não existam dados disponíveis sobre a transformação de amêndoa, já existem algumas unidades de transformação na região Norte, prevendo-se um aumento do valor de amêndoa transformada o que trará uma mais valia para a fileira.

Região	Área actual (ha)	Área previsional (ha)	Taxa de Variação (%)	Produção actual (ton)	Produção previsional (ton)	Taxa de Variação (%)
Continente	38294	nd	nd	19638	13061	-33
Norte	22819	18255,2	-20,0	16845	16003	-5
Norte transformação				2130	2556	20

Componentes da fileira	Valor actual		Valor previsional	Taxa de variação
	(mil euros)	(%)	(mil euros)	(%)
Amêndoa	11724	51,1	14803	26,3
Amêndoa transformada	10714	46,7	12857	20,0
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos fora da Rede Natura (1000 EUR)	398	3,2	1056	165,4
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos e/em Rede Natura (1000 EUR)	129	1,1	504	290,4
TOTAL	12251	100,0	21141	72,6

5.7.7 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

- Projectos que visem o rejuvenescimento do tecido produtivo,
- Projectos que visem aumentar a dimensão fundiária da exploração;
- Projectos que visem aumento de área de amendoal por exploração e que contribuam para a criação de manchas contínuas;
- Projectos que visem o aumento da produtividade, designadamente a reconversão para o regadio, introdução de novas tecnologias de produção;
- Projectos que visem modos de produção compatíveis com o ambiente;
- Estudos que visem o aumento do potencial produtivo, melhoramento da qualidade do produto e criação de cultivares mais apropriadas aos sistemas de cultivo intensivo e mais resistentes a pragas e doenças
- Projectos que visem o desenvolvimento de novos produtos;
- Projectos que visem o aproveitamento e rentabilização dos sub-produtos,
- Estudos relacionados com novas tendências de mercado externo;
- Projectos que visem a modernização e concentração de oferta;
- Projectos em parceria que visem o desenvolvimento de novos produtos de embalagem;
- Projectos de agrupamentos de produtores que visem a promoção da amêndoa de Trás-os-Montes.
- Projectos que visem a qualificação dos intervenientes na fileira.

5.7.8 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

Tipologia	Critério	Pontuação
Tipo de projecto	Individual	5
	Agrupado	10
Rejuvenescimento do tecido produtivo	Instalação de jovens agricultores	10
	Outros	0
Aumento a dimensão fundiária da exploração	Com amendoal e área a instalar >5ha	10
	Sem amendoal e área a instalar >5ha	7
	Com amendoal e área a instalar <5ha	5
	Sem amendoal e área a instalar <5ha	3
	Outros	0
Criação de manchas contínuas de amendoal	Concelhos de Alfândega da Fé, Vila Flor, Freixo, Vila Nova de Foz Côa, Torre de Moncorvo, Mogadouro, Mirandela, S. João da Pesqueira, Macedo de Cavaleiros, Valpaços, Murça	10
	Limítrofes	3
	Restantes	0
Aumento da produtividade, designadamente a reconversão para o regadio, introdução de novas tecnologias de produção	Variedades de floração tardia em regadio	5
	Variedades de floração tardia em sequeiro	3
	Variedades tradicionais em regadio	2
	Variedades tradicionais em sequeiro	0
Modos de produção compatíveis com o ambiente	Produção integrada com recurso a serviços de apoio	5
	Produção integrada sem serviços de apoio	3
	Agricultura convencional com serviços de apoio	1
	Agricultura convencional	0
Cooperação para a inovação com instituições públicas e privadas no âmbito da investigação experimental e demonstração	Aumento do potencial produtivo	10
	Qualificação	5
	Melhoria da qualidade de processos	5
	Melhoria da qualidade do produto	5
	Transformação	10
	Estudos de mercado	5
Dinamização da fileira	Concentração da oferta	5
	Promoção	5

METAS A ATINGIR EM 2013

Objectivos	Indicadores	Eixo/Medida	Metas
Aumento da produção de amêndoa e da produtividade	Nº de hectares plantados em sequeiro	Eixo 1/Med. 1.1	2.500
	Nº de hectares plantados em regadio	Eixo 1/Med. 1.1	2.500
Preservação do amendoal tradicional	Nº de explorações apoiadas em regimes de qualidade	Eixo 1/Med. 1.4	1000
	Nº de explorações apoiadas em zonas desfavorecidas	Eixo 2/Med. 2.1	6000
	Nº de explorações apoiadas em modos de produção biológica e Produção Integrada	Eixo 2/Med. 2.2	2500
	Nº Informação e promoção da amêndoa	Eixo 1/Med. 1.4	1
Desenvolvimento de novos produtos	Nº de empresas que diversificaram a sua actividade	Eixo 1/Med. 1.1 Eixo3/ Med. 3.1	700
	Nº de empresas criadas através da cooperação empresarial	Eixo 1/Med. 1.2	1
Produção e transferência de conhecimentos	Nº de projectos de cooperação para a inovação	Eixo 4/Med. 4.1	10
	Número de acções de qualificação profissional	Eixo 4/Med. 4.2	10

5.7.9 MATRIZ DE OBJECTIVOS, MEDIDAS E ACÇÕES

	Objectivos	Instrumentos de política		
		Eixos	Medidas	Acções
A M Ê N D O A	Aumentar a competitividade do sector agrícola e florestal	I I	Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas
			Informação e formação especializada	4.2.1 – Formação especializada 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação
			Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.1 - Modernização e capacitação das empresas 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão 1.1.3 – Instalação de jovens agricultores
			Valorização da produção de qualidade	1.4.1 – Apoio aos regimes de qualidade 1.4.2 – Informação e de promoção de produtos de qualidade 1.4.3 – Adaptação às normas exigentes
			Instrumentos financeiros e de gestão de risco e de crises	1.5.1 – Instrumentos financeiros 1.5.2 – Restabelecimento do potencial produtivo
			Serviços de apoio ao desenvolvimento	4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola 4.3.2 – Serviços de apoio às empresas
			Cooperação empresarial para o mercado e internacionalização	1.2 – Cooperação empresarial para o mercado e internacionalização
			Cooperação para a inovação	4.1 – Cooperação para a inovação
	Promover a sustentabilidade dos espaços rurais	II	Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas	2.1 - Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas
			Valorização de modos de produção	2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola 2.2.3 – Conservação e melhoramento dos recursos genéticos
	Promover a diversificação da economia e melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais	III	Diversificação da economia e criação de emprego	3.1.1 – Diversificação de actividades na exploração agrícola 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de micro empresas 3.1.3 – Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer

5.8 CASTANHEIRO

5.8.1 INTRODUÇÃO

A produção mundial de castanha estima-se em 1,1 milhões de toneladas, distribuídas por cerca de 340 mil hectares. A China é o maior produtor, com um volume anual de cerca de 800 mil toneladas, o que representa aproximadamente 70% da produção mundial. A Europa é responsável por 12% do total, destacando-se Itália e Portugal, com representatividades de 4% e 3%, respectivamente (FAO, 2006).

A área plantada de castanheiro em Portugal, de acordo com os dados do GPPA (2005), é de 30227 hectares, dos quais cerca de 83% são na região Norte. Na produção total de frutos frescos, a castanha tem um peso de 3%, ocupando a 8ª posição.



Figura1 – Distribuição do castanheiro para produção de fruto no Norte
Fonte: INE, 1999

Quadro 1 - Peso das diferentes espécies frutícolas na produção total de frutos frescos

Frutos	2002	2003	2004	Média 2002-04	Peso(%)
Ameixa	16 445	16 781	16 406	16 544	1,52
Cereja	19 990	14 135	16 149	16 758	1,54
Damasco	4 539	4 541	4 761	4 614	0,42
Figo	3 763	3 521	3 497	3 594	0,33
Kiwi	11 163	10 549	10 886	10 866	1,00
Maçã	300 482	287 493	277 301	288 425	26,45
Pêra	125 294	89 664	187 567	134 175	12,30
Pêssego	60 104	56 927	52 041	56 357	5,17
Laranja	277 295	276 917	250 316	268 176	24,59
Limão	11 182	13 474	12 327	12 328	1,13
Tangera	4 480	4 162	3 978	4 207	0,39
Tangerina	55 866	59 801	59 617	58 428	5,36
Toranja	269	258	258	262	0,02
Uva de Mesa	58 115	52 415	55 686	55 405	5,08
Castanha	31 385	33 267	31 051	31 901	2,93
Melão e Meloa	87 529	91 897	91 897	90 441	8,29
Melancia	24 585	26 949	26 949	26 161	2,40
Morango	11 498	12 062	12 062	11 874	1,09
Total s	1 103 984	1 054 813	1 112 749	1 090 515	100,00

Fonte: INE

Nota – Para o melão, meloa, melancia e morango foi considerado um valor de produção em 2004 igual ao de 2003, uma vez que não há dados oficiais para estas espécies em 2004.

5.8.2 CARACTERIZAÇÃO

A cultura do castanheiro é uma das actividades agrícolas mais importantes no Norte de Portugal, em particular na região de Trás-os-Montes. As Terras Frias de montanha possuem, de um modo geral, excelentes condições edafo-climáticas para o desenvolvimento da espécie *Castanea sativa* Mill., sendo em algumas áreas a única alternativa, economicamente viável. O souto é um agro-ecossistema de elevado valor paisagístico e ecológico na ruralidade da região transmontana.

Áreas e produções

Desde a década de oitenta, tem vindo a registar-se um aumento significativo da área plantada de castanheiro para a produção de fruto. No período de 1989 a 1999, verificou-se um aumento de 12474 ha (RGA 89/99) no Continente, dos quais 11289 no Norte, que correspondiam a 91% da área plantada. Para o aumento da área têm contribuído a predilecção renovada por parte dos agricultores na plantação de castanheiro, os diferentes programas comunitários de apoio à plantação, as condições edafo-climáticas favoráveis à sua expansão e ao seu desenvolvimento, e o material vegetal de qualidade. É inegável, quer em termos económicos, quer em termos paisagísticos, a importância do castanheiro na região Norte.

De acordo com os dados do INE, em 2004, a área da cultura do castanheiro no Continente totalizava 30048 hectares, a que correspondia uma produção total de 30893 toneladas e uma produtividade média de 1028 kg/ha (Quadro 2). A principal região de produção é Trás-os-Montes, com 85% da área plantada e 82% da produção total do Continente. Nesta região, as zonas de eleição para a produção de castanha são as terras frias de montanha.

Quadro 2 – Evolução da área e produção de castanha, por região agrária e no Continente, entre 1999 e 2004

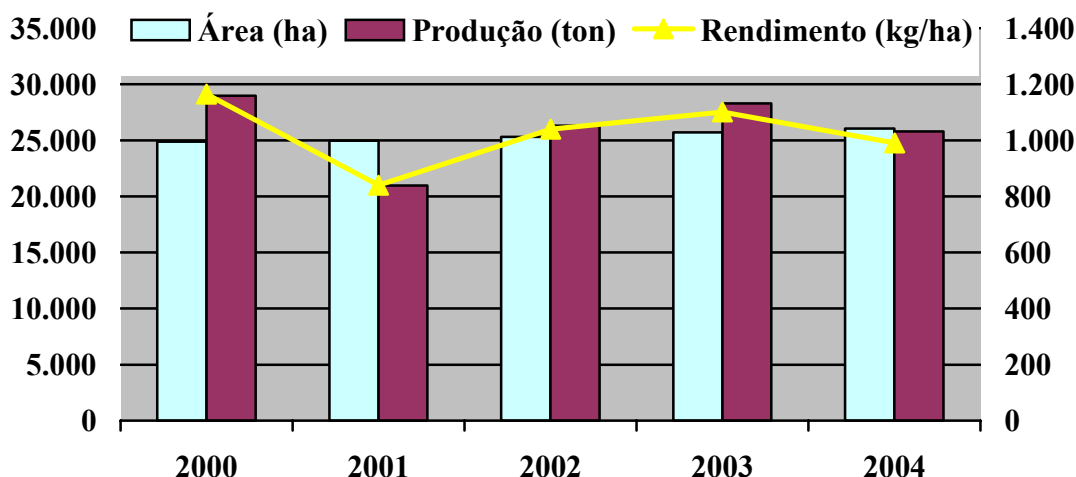
Área – ha; Rendimento – kg/ha; Produção – t

REGIÃO		1999	% C	2000	% C	2001	% C	2002	% C	2003	% C	Média 99-03	% C	2004	% C
E.D.MINHO	Área Rend. Prod.	444 991 440	2 1	444 1 027 456	2 1	444 1 086 482	2 2	454 1 363 619	2 2	454 1 244 565	2 2	448 1 144 512	2 2	454 1 297 589	2 2
T.MONTES	Área Rend. Prod.	24 339 1 016 24 723	84 80	24 426 1 167 28 515	84 86	24 156 835 20 483	85 79	24 837 1 034 25 675	85 82	25 247 1 099 27 735	85 84	24 673 1 031 25 426	85 82	25 603 984 25 198	85 82
B.LITORAL	Área Rend. Prod.	556 1 760 979	2 3	556 1 898 1 056	2 3	556 2 083 1 158	2 4	556 2 376 1 321	2 4	556 2 376 1 321	2 4	556 2 123 1 181	2 4	556 2 604 1 448	2 4
B.INTERIOR	Área Rend. Prod.	2 882 1 128 3 251	10 11	2 882 914 2 634	10 8	2 882 967 2 786	10 11	2 882 1 024 2 952	10 9	2 882 1 024 2 952	10 9	2 882 1 005 2 897	10 9	2 882 985 2 840	10 9
RIB. e OESTE	Área Rend. Prod.	28 718 20	0 0	29 690 20	0 0	28 679 19	0 0	29 621 18	0 0	29 586 17	0 0	29 658 19	0 0	15 867 13	0 0
ALENTEJO	Área Rend. Prod.	548 2 500 1 370	2 4	557 809 450	2 1	557 1 803 1 004	2 4	557 1 136 633	2 2	533 964 514	2 2	550 1 443 794	2 3	533 1 501 800	2 2
ALGARVE	Área Rend. Prod.	28 1 000 28	0 0	28 1000 28	0 0	28 1 000 28	0 0	28 1 000 28	0 0	5 1000 5	0 0	23 1000 23	0 0	5 1 000 5	0 0
CONTINENTE	Área Rend. Prod.	28 825 1 069 30 811	100 100	28 922 1 146 33 159	100 100	29 011 895 25 960	100 100	29 343 1 064 31 227	100 100	29 706 1 115 33 109	100 100	29161 1 058 30 853	100 100	30 048 1 028 30 893	100 100

Fonte: INE

As variações da produção no Norte, no quinquénio 2000-2004 (Gráfico 1), não têm sido muito acentuadas, situando-se o valor médio nas 26063 toneladas. Constituiu excepção o ano de 2001, que foi de fraca produção (cerca de 21 mil toneladas), devido às condições climáticas adversas que se fizeram sentir.

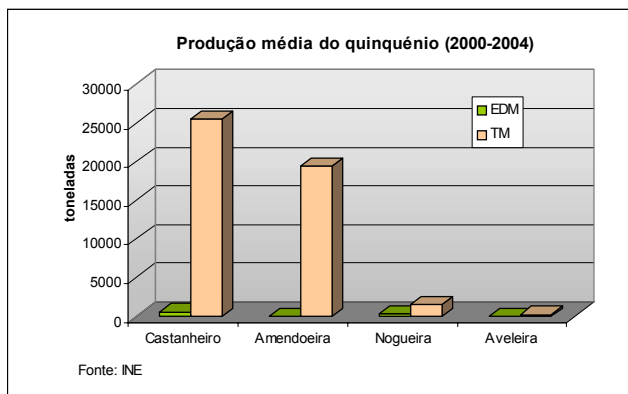
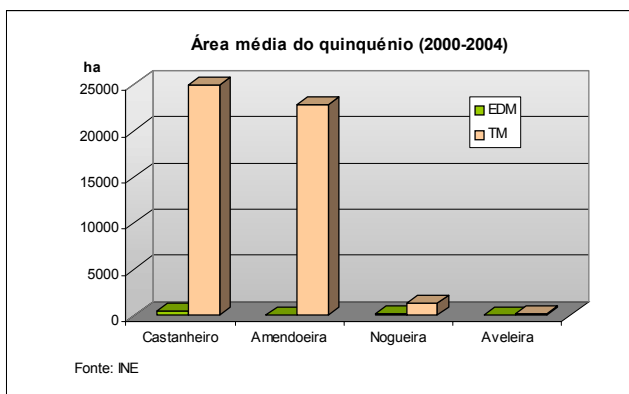
Gráfico 1 – Evolução da área, produção e rendimento no Norte no quinquénio 2000-2004



Fonte: INE

A análise dos gráficos 2 e 3 permite perceber a representatividade da cultura do castanheiro nas zonas geográficas de Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho.

Gráfico 2 e 3 – Área e produção médias dos frutos secos para o período 2000-04



De acordo com os dados do INE (RGA 99) existiam, em 1999, 21559 explorações que se dedicavam ao cultivo do castanheiro, ocupando uma área total de cerca de 27535 hectares (não inclui a área atribuída a pés dispersos). Destas, 16352 explorações localizavam-se em Trás-os-Montes, ocupando 23338 hectares (INE/RGA 1999).

Principais variedades

A produção nacional de castanha assenta nas cultivares Longal, Martaínha, Judia, Bária e Colarinha. Na região da Terra Fria Transmontana produz-se essencialmente a cultivar Longal e Judia. Com excepção da Longal, todas as outras cultivares têm zonas de produção bem definidas, resultado da sua adaptação às condições edafo-climáticas locais e que dão origem a produções diferenciadas. A cultivar Martaínha encontra maior expressão no Douro e Távora e na Beira Interior, a Amarelal no Entre Douro e Minho e a Judia na Padrela.

Para além destas, podemos encontrar, em Trás-os-Montes, uma panóplia de cultivares que interessa preservar, quer para a manutenção da diversidade biológica, fundamental na *Castanea Sativa* Mill que necessita de polinização cruzada, quer pelas suas qualidades organolépticas e tecnológicas.

A Longal destaca-se pelo facto de ter uma excelente capacidade de conservação e boa aptidão tecnológica. As cultivares Judia e Martaínha apresentam calibres grandes, o que as valoriza no mercado para consumo em natureza.

Produções diferenciadas

No Norte, existem três "Denominações de Origem Protegida" (DOP) para a castanha: Castanha da Terra Fria; Castanha dos Soutos da Lapa; Castanha da Padrela. O controlo e a certificação são levados a cabo por entidades privadas. A "Tradição e Qualidade" faz a certificação da Castanha da Padrela e da Terra Fria, enquanto a "Beira e Tradição" certifica a Castanha dos Soutos da Lapa.

Entende-se por "**Castanha da Terra Fria**" os frutos das cultivares de Castanheiro Europeu (*Castanea sativa* Mill) Longal, Judia, Côta, Amarelal, Lamela, Aveleira, Boa Ventura, Trigueira, Martaínha e Negral. Mais de 70% da produção deve corresponder à cultivar Longal, sendo os restantes 30% relativos à produção das cultivares acima mencionadas. A área geográfica de produção abrange concelhos dos distritos de Bragança e Vila real (Quadro 3).

Quadro 3 - Distritos, concelhos e freguesias da DOP "Castanha da Terra Fria"

Distrito	Concelho	Nº de freguesias abrangidas pela DOP
Bragança	Alfândega da Fé	3
Bragança	Bragança	46
Vila Real	Chaves	3
Bragança	Macedo de Cavaleiros	27
Bragança	Mirandela	2
Vila Real	Valpaços	1
Bragança	Vimioso	5
Bragança	Vinhais	33

Fonte: RGA, 1999

Na DOP Castanha da Terra Fria, verificou-se um aumento de 20,6% no número de explorações produtoras de castanha, no período de 1989 a 1999 (INE, RGA/89, RGA/99), registando-se um aumento superior a cinco mil hectares na área plantada.

Estes acréscimos foram, sobretudo, no concelho de Bragança. De acordo com dados do INE (RGA 99), o concelho de Bragança detinha o maior número de explorações agrícolas, cerca de 2826, as quais se dedicavam, entre outras actividades, à produção de castanha, com uma área plantada de 5566 hectares.

O uso da denominação DOP “**Castanha dos Soutos da Lapa**” determina que a produção, colheita e acondicionamento da castanha na área geográfica circunscrita a concelhos de Aguiar da Beira, Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca e Trancoso sigam as regras definidas no caderno de especificações. Esta designação é relativa a frutos obtidos a partir do castanheiro (*Castanea sativa* Mill), das cultivares Martáinha e Longal, produzidas nos distritos de Viseu e da Guarda (Quadro 4).

Quadro 4 - Distritos, concelhos e freguesias da DOP “Castanha dos Soutos da Lapa”

Distrito	Concelho	Nº de freguesias abrangidas pela DOP
Guarda	Aguiar da Beira	13
Viseu	Armamar	11
Viseu	Lamego	11
Viseu	Moimenta da Beira	20
Viseu	Penedono	9
Viseu	João da Pesqueira	4
Viseu	Sernancelhe	17
Viseu	Tabuaço	10
Viseu	Tarouca	7
Guarda	Trancoso	29

Fonte: RGA, 1999

Nesta DOP, verificou-se um aumento de 1121 hectares na área plantada de soutos, no período de 1989 a 1999 (RGA89/ 99). O concelho de Trancoso detinha o maior número de explorações e de área plantada (RGA 99).

Entende-se por “**Castanha da Padrela**” o fruto obtido a partir do castanheiro (*Castanea sativa* Mill) das cultivares Judia, Lada, Negral, Cota e Preta, produzida nos concelhos de Murça, Valpaços Chaves e Vila Pouca de Aguiar (Quadro 5).

Quadro 5 - Concelhos e freguesias da DOP “Castanha da Padrela”

Distrito	Concelho	Nº de freguesias abrangidas pela DOP
Vila Real	Chaves	6
Vila Real	Valpaços	18
Vila Real	Vila Pouca de Aguiar	4
Vila Real	Murça	1

Fonte: RGA, 1999

Na DOP Castanha da Padrela, verificou-se um aumento de 1532,13 hectares na área plantada de soutos, no período 89-99, e um aumento de 7,7% no número de explorações (RGA 89/99). O concelho de Valpaços possuía o maior número de explorações e de área plantada (RGA/99).

Transformação

As empresas de transformação de castanha estão localizadas na região de Trás-os-Montes e normalmente só trabalham com produto nacional. A principal empresa da região labora cerca de 6 a 7 mil toneladas de castanha nacional por ano, das quais 80% é transformada e 20% canalizada para consumo em fresco. A capacidade instalada de transformação desta unidade, permite laborar 10 mil toneladas (cerca de 40% da produção nacional). A castanha transformada destina-se a França (50%), a Itália, aos EUA, Japão e em menor proporção, ao mercado nacional.

Nesta empresa, a comercialização da castanha fresca decorre de Outubro a Novembro, e da castanha congelada de Janeiro a Março podendo ir a Abril ou Maio.

No mercado nacional, a castanha congelada é adquirida pelas grandes superfícies comerciais, já a castanha para consumo em fresco destina-se às grandes superfícies de venda, aos mercados abastecedores dos grandes centros urbanos, e a pequenos mercados retalhistas.

Comercialização

A campanha de comercialização da castanha é relativamente curta, estendendo-se normalmente de Outubro do ano *n* até Janeiro do ano *n*+1 (Figura 2).

Figura 2 - Calendário de Produção e Comercialização da Castanha

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Trás-os-Montes												
Beira Interior												
Alentejo												

Fonte: GPP/SIMA Anuário Vegetal, 2005

A castanha portuguesa impõe-se há décadas no mercado externo pelas suas qualidade, sendo um dos produtos agrícolas que nos permite manter, com larga vantagem, um saldo positivo na balança comercial (Quadro 6).

Quadro 6 - Evolução do Comércio Internacional Português de Castanha, em valor, no período de 2000 a 2004
Unidade: EUR

Produto	2000		2001		2002		2003		2004		Média (2000/04)	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Castanha	962562	14044288	913846	13727471	1503237	16639984	2017687	15986643	2347446	10146910	1546954	14109059

Fonte: INE

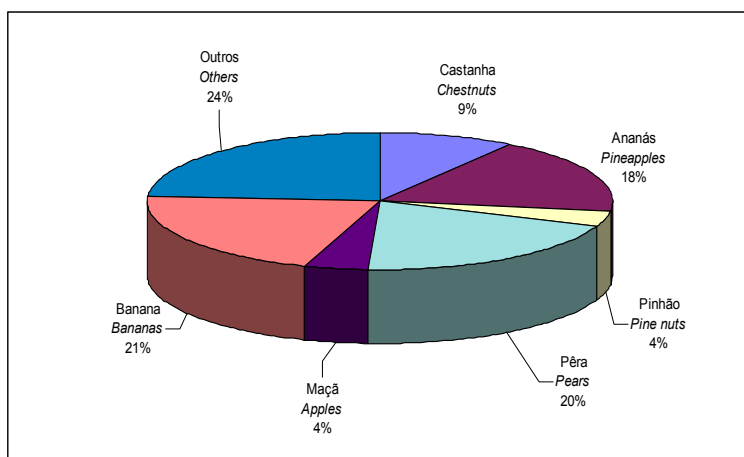
Quadro 7 - Evolução do Comércio Internacional Português de Castanha, em volume, no período de 2000 a 2004

Produto	Unidade:ton											
	2000		2001		2002		2003		2004		Média (2000/04)	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Castanha	976,7	12297,3	972,1	10066,3	1087,6	10926,3	1864,3	13646,5	1946,4	8593,5	1369,4	11106,0

Fonte: INE

Tomando como referência o quinquénio 2000-04, constata-se que as nossas aquisições anuais de castanha correspondem a cerca de 4% da produção nacional e provêm, na quase totalidade, de Espanha.

No que respeita às vendas, tomando como referência o mesmo quinquénio, elas totalizaram 11106 toneladas, o que corresponde a cerca de 36% da produção nacional (aqui só se considera a castanha para consumo em fresco, não estando incluída a transformada) (Quadro 7). Os principais clientes para a castanha nacional são a Espanha o Brasil, a França e a Suíça.

Gráfico 4 - Composição das saídas de frutos frescos em 2004.

Como se pode constatar pelo gráfico 4, a castanha é um fruto que contribui significativamente no total das receitas geradas pela venda dos frutos frescos. Em 2004, o valor das vendas de castanha (fresca) representou 9% do montante total de vendas dos frutos frescos, sendo este de 108968905€

Fonte: GPPAA/SIMA (Anuário Vegetal 2005)

Evolução dos preços

No quadro 8, estão indicadas as médias das cotações mais frequentes, registadas nas zonas de produção, para as cultivares mais importantes no panorama frutícola actual.

Quadro 8 - Evolução das cotações de castanha, por cultivar, nos mercados de produção

Unidade: EUR/Kg

Cultivar	Média das Cotações mais Frequentes					
	2000*	2001*	2002**	2003**	2004**	2005**
Bária			0,98	-	1,05	1,30
Colarinha			0,90	0,90	0,95	1,30
Cota (Aveleira)	0,85	0,65	1,00	0,57	0,80	-
Judia	0,85	1,35	1,39	1,37	1,23	1,71
Longal	0,86	0,98	1,13	0,83	0,77	0,87
Martaínha	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d

Nota: *Média Simples **Média ponderada Fonte: DRAPN

Pela análise da evolução das cotações, ao longo dos seis anos, verifica-se que tem havido alguma desvalorização da cultivar Aveleira. Em contraste, tem-se assistido à valorização do fruto da cultivar Judia, com excepção do ano de 2004.

A cotação da Longal tem sofrido oscilações ao longo dos anos, em função do calibre e da procura nos mercados nacionais e internacionais. Contudo, esta cultivar já se impôs pela sua qualidade nos mercados internacionais, nomeadamente em França e Itália.

Nos quadros 9 e 10, estão indicadas, para as últimas cinco campanhas, as médias das cotações mais frequentes registadas na zona de produção de Bragança (quadro 9) e no mercado abastecedor de Lisboa (quadro 10).

Quadro 9 - Evolução das cotações mais frequentes de castanha, em Bragança

Unidades: EUR/kg

Meses	Cotações Mais Frequentes em Bragança				
	Castanha*SP*Saco*50 kg				
	2000	2001	2002	2003	2004
Outubro	0,86	0,63	1,01	0,90	0,90
Novembro	0,71	0,99	1,18	1,41	0,84
Dezembro			1,30	0,95	0,54
Média	0,79	0,81	1,16	1,09	0,76

Fonte: GPPAA/SIMA (Anuário Vegetal 2005)

Quadro 10 - Evolução das cotações mais frequentes de castanha, no Mercado Abastecedor de Lisboa

Unidades: EUR/kg

Meses	Cotações Mais Frequentes no MARL				
	Castanha*II*Nacional				
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Setembro	1,90	2,11	3,58	4,62	3,44
Outubro	1,60	1,78	2,48	2,61	2,99
Novembro	1,58	1,74	2,17	1,97	2,29
Dezembro	1,69	2,08	2,19	1,96	2,48
Janeiro	1,78	2,45	2,16	1,92	2,27
Fevereiro	2,16		2,10		
Média	1,79	2,03	2,45	2,62	2,69

Fonte: GPPAA/SIMA (Anuário Vegetal 2005)

De uma maneira geral, poderá afirmar-se que os preços da castanha, tanto nos mercados de produção, como nos abastecedores, oscilam ao longo da campanha, em função da variedade e do calibre dos frutos.

5.8.3 ANÁLISE SWOT

Consideram-se agora os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e as ameaças existentes, tendo em vista a tomada de decisões a nível da fileira.

Pontos fracos

- Tecido produtivo envelhecido e com fraco nível de formação
- Desadequada instalação e gestão do soute
- Deficiente limitação e controlo dos agentes bióticos nocivos
- Deficiente difusão da informação, nomeadamente no tocante às potencialidades produtivas e de transformação das variedades regionais
- Ausência de empresas prestadoras de serviços especializados (podas, controlo de agentes nocivos, gestão do sistema...)
- Falta de estruturas adequadas à conservação do fruto pós-colheita e à sua comercialização
- Falta de capacidade de organização dos produtores, com consequente incapacidade de intervenção no mercado e excessiva dependência dos intermediários
- Falta de produtos transformados de castanha
- Pulverização da oferta
- Deficiente organização na valorização da castanha certificada
- Pequena dimensão das explorações

Pontos fortes

- Significativa tradição de cultivo
- Produto de qualidade
- Hábitos de consumo
- Áreas com potencialidades para a cultura
- Reconhecimento da qualidade de algumas variedades no mercado nacional e internacional
- Importância económica da cultura nas terras frias de montanha
- Diversidade genética
- Sistema de elevado valor paisagístico
- Existência de parcerias entre equipas de diferentes instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras
- Existência de estruturas e equipas associadas às actividades de DE&D
- Informação técnica obtida no desenvolvimento de actividades DE&D
- Denominações de Origem Protegida

Ameaças

- Agentes bióticos nocivos
- Uso continuado de práticas culturais que fomentam o desequilíbrio no souto
- Dependência excessiva da mão-de-obra na colheita
- Selecção de cultivares
- Abandono da actividade agro-florestal
- Envelhecimento do tecido produtivo, com consequente falta de resposta às exigências do sistema
- Risco de erosão genética de variedades regionais
- Falta de incentivos à organização dos produtores
- Alterações climáticas

Oportunidades

- Disponibilidade de áreas com aptidão para a cultura
- Interesse pelo castanheiro por parte dos produtores
- Procura crescente de produtos provenientes de sistemas de qualidade certificada
- Maior sensibilidade dos produtores para a conservação da natureza e dos recursos naturais
- Valorização crescente das produções complementares
- Aparecimento de produtos transformados de castanha
- Possibilidade de novos mercados
- Sistemas inseridos em áreas com aptidões naturais para a prática de turismo de natureza
- Dinamização do consumo pelo aproveitamento do valor intrínseco do produto
- Constituição de novas empresas de serviços e de transformação ligadas ao sector

5.8.4 ESTRATÉGIA

Para a estratégia, definiram-se as seguintes linhas de acção por objectivo:

1- Promover a formação técnica do tecido produtivo

- **Formação.** A frequência de acções de formação técnico profissional deve capacitar os activos do sector agrícola e agro-industrial para a realização dos investimentos propostos nos domínios da produção, do processamento, da transformação e da gestão da exploração agrícola.

- **Agrupamentos de produtores.** Pretende-se que a formação incentive os produtores ao trabalho em grupo. A sua associação permitir-lhes-á investir em novas tecnologias de produção (aquisição de máquinas de apanha, destrojadoras, formação de equipas de podadores...), melhoria na formação técnica e no escoamento do produto.

2- Melhorar a qualidade dos processos produtivos

- **Novas plantações.** Tomando como referência a área ocupada por castanheiro em Portugal na década de 50, que rondava os 70 000 ha (Fernandes, 1999), existe uma vasta área potencial não aproveitada, que merece ser recuperada e que contribuiria para o reforço desta cultura e da ruralidade da região. Essa tarefa exige igualmente acompanhamento técnico na selecção de áreas potencialmente mais adaptadas, preparação do solo, fertilizações à plantação, selecção de plantas sãs e produtoras de fruto de boa qualidade e posterior gestão adequada dos pomares.

É fundamental que se faça a avaliação e o acompanhamento técnico dos projectos de forma a melhor aproveitar os recursos económicos disponíveis.

O apoio à reposição do potencial produtivo em casos de catástrofe ou calamidades naturais de elevado impacto é importante à manutenção da actividade agrícola produtiva.

- **Instalação de jovens agricultores.** O rejuvenescimento do sector agrícola deve contribuir para a dinamização do meio rural, através da modernização e capacitação da exploração agrícola. O emprego de novas práticas culturais, de novas técnicas de conservação do fruto e seu aproveitamento, e de gestão contribuirão para tornar a exploração mais competitiva.

- **Controlo e limitação de agentes bióticos nocivos.** O controlo e a limitação dos agentes bióticos nocivos, associados à doença tinta e do cancro, são, actualmente, desafios importantes aos produtores de castanha. Estas doenças têm contribuído para a devastação de elevada área de souto, o que exige urgentes alterações nas técnicas de produção e uma atenção e acompanhamento constante do mesmo por parte dos produtores. É absolutamente necessário o abate da árvore, ou parte dela, e a substituição de árvores doentes.

- **Aumento da produtividade.** Segundo os dados disponíveis, a actual produção unitária ronda o valor médio de 1 tonelada por ha, 25000 toneladas no total, muito abaixo das potencialidades existentes, que podem facilmente situar-se na ordem das 2,5 toneladas por ha. Esta tarefa implicará o uso de práticas culturais (preservação da estrutura química, física e biológica do solo, fertilizações racionais, limitação dos agentes bióticos nocivos, manutenção do equilíbrio produção/crescimento vegetativo na árvore, melhoria das condições da apanha, nomeadamente optando pela apanha mecânica) que conduzam ao tratamento adequado do souto, o que exige o acompanhamento técnico.

Os investimentos de pequena dimensão (alfaia, cercas, pequenas estruturas de acondicionamento do fruto e outros) permitirão melhorar as condições de vida e de trabalho na exploração.

Todos os investimentos devem ser realizados no sentido de dinamizar as actividades na exploração, numa perspectiva de melhorar as condições de sustentabilidade e rendibilidade dos recursos naturais.

- **Alteração dos modos de produção.** A conversão do modo tradicional de gestão do souto nos modos de produção integrada ou biológico trará, para além dos benefícios ambientais, a valorização da produção, dado que cada vez mais consumidores procuram produtos associados a regimes de produção certificada. É, contudo, obrigatório a existência de canais que permitam o escoamento do produto.

- **Projectos de DE&D.** As equipas dos projectos de experimentação e demonstração devem ser multidisciplinares, de modo a criar sinergias inter-institucionais através do reforço da interligação entre instituições públicas, associativas e privadas, o que certamente contribuirá para atenuar uma debilidade endémica que o tem caracterizado. O seu objectivo principal será a procura de soluções para os problemas identificados como estrangulamentos ao desenvolvimento e consolidação do sector primário regional.

É também necessário incentivar a criação de redes de tratamento e difusão da informação técnica, de forma a estar disponível aos interessados.

- **Manutenção e conservação dos recursos genéticos.** Existe na região Norte um vasto património genético que urge preservar. A sua conservação *in situ* e em campos de conservação permitirão o seu estudo, recorrendo à caracterização biométrica, bioquímica e molecular.

A divulgação da informação técnica sobre as variedades regionais junto dos produtores e suas organizações, e do tecido agro-industrial é importante no sentido de promover a utilização económica das mesmas.

A integração das variedades regionais na lista das variedades com Denominação de Origem é essencial para a sua valorização.

- **Serviços de aconselhamento técnico.** É importante que os sectores agrícolas e agro-industriais sejam incentivados à utilização de serviços de aconselhamento para melhorar o desempenho das suas actividades.

É igualmente importante a existência de condições que fomentem a instalação desses serviços, permitindo aos activos de cada um dos sectores a escolha dos mais convenientes.

3- Melhorar a organização da comercialização e valorizar o produto final

- **Unidades de acondicionamento e comercialização do produto.** A impossibilidade de conservar a produção durante um determinado período de tempo sem a perda das suas qualidades, coloca os produtores dependentes dos intermediários na época de venda. A constituição de pequenas unidades de processamento (limpeza, calibração e embalagem) e de preparação para a comercialização, preferencialmente através de iniciativas dos produtores, contribuirá seguramente para valorizar o produto no mercado.

- **Unidades de transformação.** A par das unidades anteriores é desejável que as unidades existentes ou a criar desenvolvam novos produtos transformados de castanha, contribuindo para a dinamização do sector.

- **Novos mercados.** As associações de produtores e as unidades de transformação deverão fortalecer as relações comerciais existentes, e procurar novos nichos de mercado, tirando partido das qualidades do produto.

- Promoção do produto:

- Campanhas de sensibilização das potencialidades gastronómicas da castanha e do seu valor nutritivo;
- Divulgação da gama de produtos transformados de castanha e de produções complementares (mel, cogumelos...);
- Estratégias de marketing na apresentação dos produtos ao consumidor;
- Associar os produtos às zonas e modos de produção, nomeadamente aos regimes de qualidade: Denominação de Origem Protegida (Castanha dos Soutos da Lapa, Castanha da Padrela e Castanha da Terra Fria), modo de produção integrada e modo de produção biológico e processos tecnológicos associados;
- Criação de uma marca regional apelativa à qualidade de produtos tradicionais da fileira agrária, por exemplo, o azeite, o vinho e a amêndoa.

Objectivos:

- **Promover a formação técnica do tecido produtivo**
- **Melhorar a qualidade dos processos produtivos**
- **Melhorar a organização da comercialização e valorizar o produto final**

5.8.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

- Projectos que visem a qualificação do tecido produtivo e empresarial do sector
- Projectos que visem a instalação de jovens agricultores
- Projectos que visem o aumento da área plantada de souto
- Projectos que visem investimentos de pequena dimensão
- Projectos que visem a alteração dos modos de produção
- Projectos que visem a dinamização do consumo de castanha e de produtos transformados
- Estudos ou projectos de DE&D que visem responder aos problemas do sector
- Projectos que visem a divulgação do conhecimento técnico e científico
- Projectos que visem a diversificação das actividades na exploração agrícola, nomeadamente a criação de actividades de turismo e de lazer no meio rural, criando novas fontes de rendimento
- Projectos que visem a instalação e/ou melhoria de estruturas de acondicionamento, calibragem e transformação
- Projectos que visem a comercialização das produções complementares
- Projectos que visem a criação de uma marca regional

De acordo com os objectivos definidos identificam-se tipologias de projectos prioritários

- 1ª Projectos multidisciplinares
- 2ª Instalação de jovens empresários agrícolas
- 3ª Comercialização e transformação
- 4ª Promoção dos produtos
- 5ª Serviços de apoio

5.8.6 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

Projectos	Critérios	Pontuação
Projectos multidisciplinares	Novas tecnologias e processos produtivos	20
	Plantação em áreas com DOP	18
	Capacitação dos agentes	16
	Organização dos produtores	14
	Valorização das produções complementares e dos recursos naturais	12
	Comercialização	10
Instalação de jovens empresários agrícolas	Inovação	20
	Plantação em áreas com DOP	18
	Capacitação dos agentes	16
	Comercialização	14
	Transformação	12
	Valorização das produções complementares e dos recursos naturais	10
Comercialização e transformação	Aquisição de dimensão para intervenção no mercado:	
	agrupamento de produtores	20
	empresas	18
	Diferenciação do produto	16
	Novos produtos	14
	Novos mercados:	
	nacional	12
	internacional	10
Promoção dos produtos	Promoção conjunta de produtos tradicionais associados à origem da produção	20
	Divulgação das qualidades nutricionais da castanha	18
	Promoção da gama de produtos transformados de castanha e produções complementares	16
	Associação dos produtos às DOP e modos de produção	14
		12
Serviços de apoio	Ligação a centros tecnológicos	20
	Áreas abrangidas:	
	produção, fitossanidade	18
	produção	9
	sanidade	9
	Serviços de aconselhamento técnico e acesso à informação, sedeados nas DOP	14
	Redes de divulgação da informação	12

5.8.7 VALOR PREVISIONAL DA FILEIRA

Região	Área actual (ha)	Área previsional (ha)	Taxa de Variação (%)	Produção actual (ton)	Produção previsional (ton)	Taxa de Variação (%)
Continente	29 641	nd	nd	28 672	38 261	33
Norte	25 376	26 644,8	5,0	25 623	34 078,59	33
Norte transformação				0	3350	+∞

Fileira	Valor actual		Valor previsional	Taxa de variação
Componentes da fileira	(mil euros)	(%)	(mil euros)	(%)
Castanha transformada	28185	96,2	50096	77,7
Castanha transformada	0	0,0	7303	+∞
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos fora da Rede Natura (1000 EUR)	860	2,9	1000	16,2
Agroturismo em áreas abrangidas por nomes protegidos e/em Rede Natura (1000 EUR)	259	0,9	1200	364,0
TOTAL	29304	100,0	59599	103,4

METAS A ATINGIR EM 2013

Apresentam-se as metas a atingir de acordo com os objectivos propostos

Promover a formação técnica do tecido produtivo	Indicadores de resultados	Nº de participantes que terminaram com êxito as actividades de formação	500
		% de activos do sector que beneficiaram com as actividades de divulgação	20%
		Nº de organizações de produtores	3
	Indicadores de realização	Nº de acções de formação	30
		Nº de acções de divulgação	60
		Nº de redes temáticas	1
		Nº de empresas apoiadas	300

Melhorar a qualidade dos processos produtivos	Indicadores de resultados	Aumento da produtividade	10%
		Nº de explorações e empresas que introduziram novos processos e/ou técnicas	400
		Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural contribui para o aumento da biodiversidade e melhoria dos recursos naturais	500
	Indicadores de realização	Novas plantações	4000 ha
		Nº de explorações agrícolas candidatas a investimentos de pequena dimensão	1200
		Nº de jovens agricultores apoiados	200
		Nº de projectos DE&D	6
		Nº de candidaturas a recursos genéticos	3
		Nº de explorações ou de unidades com outras formas de gestão e de produção	200
		Acções no âmbito da ITI	200
		Nº de novos serviços de gestão e de aconselhamento técnico	5
		Nº de agricultores que solicitam serviços de aconselhamento técnico	100

Melhorar a organização da comercialização e valorizar o produto final	Indicadores de resultados	Acréscimo do valor da produção	15%
	Indicadores de realização	Unidades de Transformação	2
		Unidades de acondicionamento e comercialização	4
		Novos produtos e tecnologias	3
		Nº de micro empresas apoiadas/ criadas	10
		Nº de acções apoiadas no âmbito dos regimes de qualidade	3
		Nº de explorações agrícolas participantes em regimes de qualidade	100
		Projectos de fileira	1
		Nº de novas acções turísticas	3

5.8.8 MATRIZ DE OBJECTIVOS, MEDIDAS E ACÇÕES

	Objectivos	Instrumentos de política		
		Eixos	Medidas	Acções
C a s t a n h a	Promover a formação técnica do tecido produtivo	I	Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas
		I	Informação e formação especializada	4.2.1 – Formação especializada 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação
	Melhorar a qualidade dos processos produtivos	I	Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.1 - Modernização e capacitação das empresas 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão 1.1.3 – Instalação de jovens agricultores 1.6.5 – Projectos estruturantes
		I	Instrumentos financeiros e de gestão de risco e de crises	1.5.1 – Instrumentos financeiros 1.5.2 – Restabelecimento do potencial produtivo
		II	Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas	2.1 - Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas
		II	Valorização de modos de produção	2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola 2.2.3 – Conservação e melhoramento dos recursos genéticos
		II	Intervenções territoriais integradas	2.4.1 – Apoio à gestão das ITI 2.4.4 – ITI Montesinho-Nogueira
		I	Cooperação para a inovação	4.1 – Cooperação para a inovação
		I	Serviços de apoio ao desenvolvimento	4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola 4.3.2 – Serviços de apoio às empresas
	Melhorar a organização da comercialização e valorizar o produto final	I	Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas
		I	Cooperação empresarial para o mercado e internacionalização	1.2 – Cooperação empresarial para o mercado e internacionalização
		I	Valorização da produção de qualidade	1.4.1 – Apoio aos regimes de qualidade 1.4.2 – Informação e de promoção de produtos de qualidade 1.4.3 – Adaptação às normas exigentes
		III	Diversificação da economia e criação de emprego	3.1.1 – Diversificação de actividades na exploração agrícola 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de micro empresas 3.1.3 – Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer

6 FLORESTA

6.1 CARACTERIZAÇÃO

6.1.1 Evolução e distribuição territorial dos espaços florestais

O solo rural na região representa 90,8% da sua superfície (1 933 400 ha), em que cerca de 1/3 são espaços agrícolas (640 000 ha), e 2/3 são espaços florestais (1 293 400 ha). Assim, os espaços florestais constituem a utilização dominante do solo rural regional, ocupando 67% da sua superfície (Inventários Florestais Nacionais 2005-2006 – IFN05-06).

Os espaços florestais, subdividem-se em povoamentos florestais e outras formações arbóreas 618 800ha (48%), e em matos ou incultos 674 600 ha (52%).

No Quadro 1, apresentam-se os dados do Inventário Florestal do Norte por forma a retratar evoluções e a possibilitar a comparação com o território nacional.

Quadro 1 – Distribuição dos espaços florestais

Unidade Geográfica	IFN 1995-98 (ha)			IFN 2005/2006 (ha)		
	Pov. Fl.	Matos	Total	Pov. Fl.	Matos	Total
Região Norte	667417	591800	1259217	618800	674600	1293400
Continente	3349327	2054600	5403927	3412300	1898600	5130900
% Continente	19,9	28,8	23,3	18,1	35,5	25,2

Os dados disponibilizados mostram que na região Norte, na última década, a área de povoamentos florestais diminuiu em 48 617 ha (7%), aumentando a área de matos em 82 800 ha (14%). A redução na região de área de povoamentos florestais e o aumento da área de matos, contraria a tendência geral nacional de acréscimo na área de povoamentos (2%) e na redução de área de matos (8%). No entanto, a área de espaços florestais na região Norte aumentou, no mesmo período em 34 183 ha (3%), quando no total continental ocorreu uma redução de 273 027 ha (5%).

Como tendências relevantes a reter na evolução dos espaços florestais regionais, temos a perda significativa de áreas arborizadas e o aumento considerável de áreas de matos, devido ao aumento de áreas ardidas e de corte raso não rearborizadas, naturalmente ou artificialmente, e ao aumento do abandono de terras agrícolas (11%), ambas as tendências de sinal contrário às verificadas a nível nacional.

6.1.2 Evolução e distribuição territorial das espécies florestais

A redução verificada ao nível das áreas arborizadas na região, afectou todas as espécies florestais, excepto os carvalhos, destacando-se contudo em valores absolutos o pinheiro bravo e o eucalipto e, como redução mais gravosa o sobreiro, azinheira e as resinosas diversas (Quadro 2).

Quadro 2 – Evolução das espécies florestais na região Norte (ha)

Povoamentos Florestais *	IFN 95-96	IFN 05-06	% Continente	Variação	
Pinheiro bravo	245 600	192 600	27,0	-53 000 ha	-21%
Eucalipto	143 100	121 900	19,0	-21 200 ha	-15%
Carvalhos	61 400	71 300	60,0	+9 900 ha	+16%
Folhosas diversas	56 300	40 700	42,0	-15 600 ha	-27,7%
Castanheiro	33 800	24 500	87,0	-9 300 ha	-27,5%
Resinosas diversas	21 300	8 500	60,0	-12 800 ha	-60%
Sobreiro	21 300	10 000	1,3	-11 300 ha	-53%
Azinheira	20 400	8 500	2,1	-11 900 ha	-58%
Pinheiro manso	300	300	0,3	0	0%
Povoamentos jovens	0	41 600	14,0	+41 600 ha	
Outras	0	400	2,0	400 ha	
Total	603 500	520 300	16,0	-83 200 ha	-18%

* Povoamentos puros, mistos dominantes e jovens

É de destacar igualmente a redução em cerca de 28% das áreas de castanheiro e de folhosas diversas.

A evolução ocorre de forma distinta no interior ou no litoral, enquanto na sub-região de Trás-os-Montes e Alto Douro ocorrem perdas significativas de sobreiro, azinheira, e resinosas diversas, na sub-região de Entre Douro e Minho, aumenta a representatividade dos carvalhos e das folhosas diversas.

No Quadro 3, apresenta-se o peso das principais espécies florestais regionais no contexto continental.

Quadro 3 - Peso das principais espécies florestais regionais no contexto continental

Espécie	Região norte	Continente	%
Pinheiro bravo	192 600	710 300	27
Eucalipto	121 900	646 700	19
Carvalhos	71 300	118 000	60
Outras folhosas	40 700	96 900	42
Castanheiro	24 500	28 200	86
Outras resinosas	8 500	14 100	60

O contributo da região Norte para a diversidade florestal nacional continua a ser fundamental, constituindo o solar do castanheiro, e a grande reserva arbórea de carvalhos, folhosas e resinosas diversas.

Não é de desprezar a importância estratégica nacional da expressão territorial regional do pinheiro bravo e do eucalipto, como se pode verificar no Quadro 4.

Quadro 4 – Produtividade relativa dos povoamentos florestais da Região Norte *

Volumes (m³)	Região Norte	Continente	%
Pinheiro bravo	19 100 000	67 100 000	28
Eucalipto	11 400 000	41 300 000	27

* IFN 05-06

6.1.3 Evolução dos recursos cinegéticos e aquícolas nas águas interiores

A actividade cinegética assume uma elevada importância regional, sendo uma das principais actividades a desenvolver nas sub-regiões homogéneas no âmbito dos PROF, face à conjugação de condições regionais excepcionais para o incremento das populações cinegéticas de caça maior e menor.

Esta actividade assume uma importância estratégica na região, sendo geradora de relevantes receitas directas e indirectas, desenvolvendo-se essencialmente num período de menor actividade agrícola e florestal.

Um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável do sector, passou pela aposta no ordenamento cinegético através das diferentes figuras de zonas de caça, tendo sido crucial a entrada em vigor da Lei de Bases Gerais da Caça (Lei nº 173/99, de 21 de Setembro), principalmente com a constituição das Zonas de Caça Municipais.

Caracterizando-se o ordenamento cinegético como um processo dinâmico, apresentam-se os dados relativos ao final no ano de 2006, sublinhando-se que em matéria de área ordenada os valores actuais são próximos dos 80% da área da região Norte, sendo grande parte da área restante áreas não cinegéticas (áreas urbanas, industriais, rede de estradas, etc.).

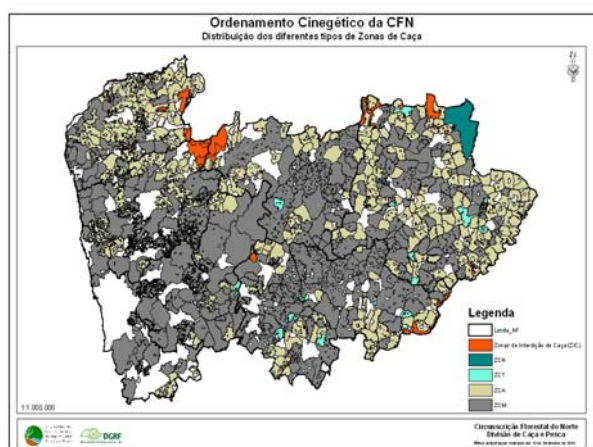


Figura 1 – Ordenamento cinegético da região Norte (Dez. 2006)

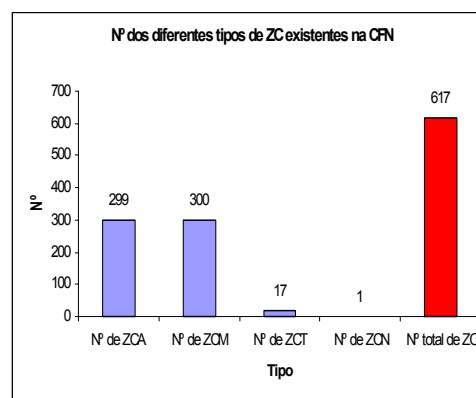


Gráfico 1 – Número de zonas de caça existentes na região Norte (Dez. 2006)

Nos gráficos 2 e 3, é apresentada a evolução nacional do ordenamento cinegético, verificando-se idêntico comportamento a nível regional.

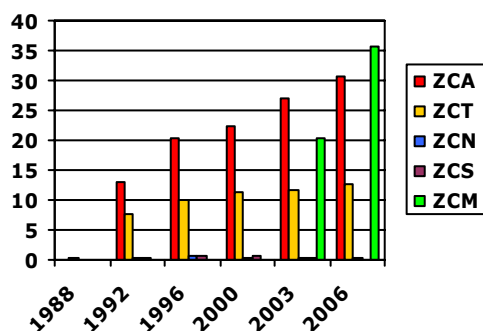


Gráfico 2 – Evolução do ordenamento cinegético nas diferentes figuras de zonas de caça, percentagem de ocupação para o território nacional

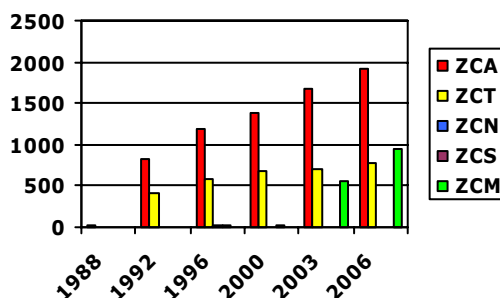
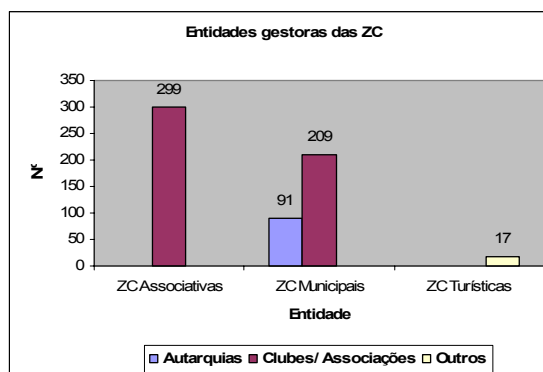


Gráfico 3 – Evolução do número de zonas de caça existentes no território nacional

Relativamente à actividade de gestão e exploração dos recursos cinegéticos, destaca-se o importante papel desenvolvido pelos Clubes e Associações de Caçadores, abrangendo mais de 80 % das zonas de caça existentes. Realça-se, também, o importante contributo de inúmeras Autarquias (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) na gestão de mais de 15% das zonas de caça existentes, todas Zonas de Caça Municipais.



A região Norte caracteriza-se pela enorme potencialidade ao nível da pesca em águas interiores, sobressaindo nos cerca de 8500 km de linhas de água principais e secundárias, uma importante rede de troços de água classificados como salmonídeos, fruto das excelentes condições naturais existentes, onde a *Truta fário* assume principal destaque.

No âmbito desportivo, na pesca, tem-se assistido nos últimos anos a um expressivo desenvolvimento, sendo uma actividade praticada actualmente por cerca de 3% da população portuguesa, com uma importante contribuição regional ao nível das receitas directas e indirectas que gere.

Ao nível do ordenamento, tem-se verificado nos últimos anos um crescente interesse na constituição de áreas concessionadas, cuja gestão é assegurada por Associações e Câmaras Municipais, constituindo assim um processo dinâmico e em forte expansão.

Actualmente existem cerca de 60 Concessões de Pesca Desportiva, e mais de uma dezena de Zonas de Pesca Reservada, geridas pelo Estado, bem como uma rede de Zonas de Protecção (interdição de pesca) e Zonas de Pesca Profissional (com elevado interesse económico regional) – Figura 2.

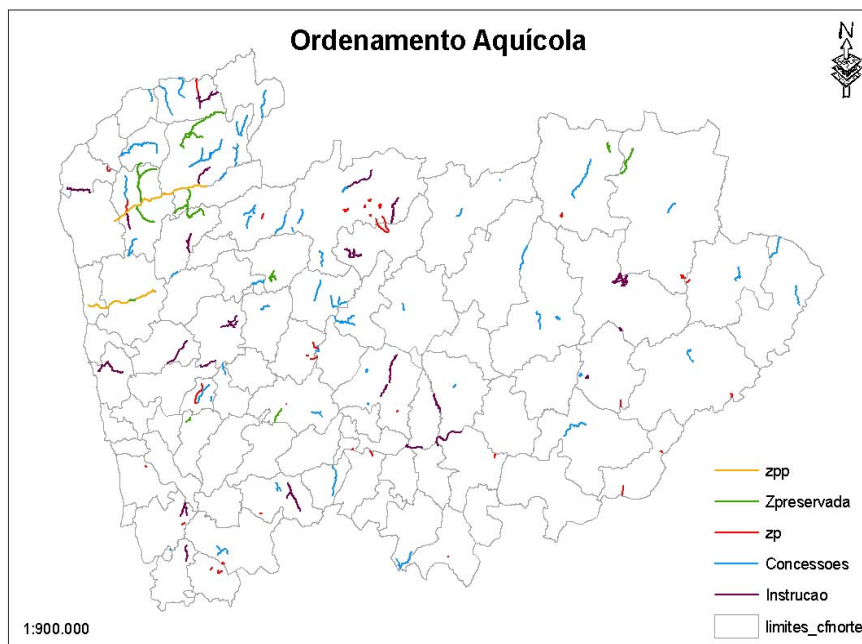


Figura 2 – Ordenamento aquícola da região norte (Dez 2006)

6.2 OS NOVOS ACTORES

Até aos anos 70 eram três os tipos de intervenientes no sector florestal: os proprietários privados, os industriais e o Estado proprietário-polícia. Actualmente destacam-se, pela sua importância, as organizações associativas (associações e cooperativas florestais, assembleias de compartes nos baldios e associações de caça e pesca), as autarquias e as organizações não governamentais.

Em relação à propriedade no continente, e no Norte, a falta de cadastro da grande maioria da área florestal prejudica o conhecimento e limita muitas dinâmicas do sector. No entanto, é possível verificar uma distribuição geográfica muito marcada da dimensão da propriedade. É no Norte e Centro que se situa o grande número de prédios, explicando que seja nessas áreas que falte o cadastro. No Norte estão registados 4 098 603 prédios rústicos, com dimensão média de menos de 1 ha na maioria dos concelhos, exceptuando-se os concelhos de Ribeira de Pena, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Torre de Moncorvo, S. João da Pesqueira, e Vila Nova de Foz Côa, com dimensão média entre 1 a 5 ha (ENF, 2007).

Em face às reduzidas dimensões da generalidade dos prédios rústicos, a obtenção de áreas mínimas de gestão implica forçosamente figuras de agrupamento dos proprietários, que podem passar apenas pela associação para uma gestão comum. Outras formas de agrupamento podem acontecer por via do associativismo florestal ou da dinamização de fundos de investimento imobiliário.

O incremento no movimento associativo, no grande aumento do número de associações em todo o território, reflecte a mudança de atitude dos proprietários florestais na sua organização e contribui para ultrapassar o problema estrutural do minifúndio. No entanto, o acréscimo na quantidade de organizações de produtores florestais não garante per se as necessárias condições da sua sustentabilidade a médio e longo prazo, porque ainda se verifica a sua forte dependência de fontes de financiamento exteriores, nomeadamente provenientes dos quadros comunitários de apoio.

Nas áreas comunitárias, destaca-se o aparecimento do movimento organizativo dos baldios.

O movimento associativo também está registado aos níveis das empresas prestadoras de serviços florestais, e na caça e na pesca.

Actualmente, estão registadas como activas 179 organizações de produtores florestais, das quais mais de 80% estão localizadas na zona Norte e Centro (50 na região do Norte).

6.3 VALOR DOS RECURSOS

Na Estratégia Nacional para as Florestas (ENF, 2007), refere-se que o valor económico total das florestas do continente ultrapassa em muito, por unidade de área, os valores encontrados para outros países mediterrâneos, tanto em produtos comerciais como em produtos ambientais. Esta conclusão resulta de uma série de estudos e inclui países como a França e a Espanha. Daí resulta a comprovada competitividade do sector, pela utilização eficiente da terra florestal, e o contributo muito superior das florestas para o bem-estar público, comparativamente com os outros países mediterrâneos.

Trata-se de um sector económico responsável pela afectação de 2% da população activa no Continente, estável nas últimas décadas, e apresenta sintomas de crescimento da produtividade. Exporta-se cortiça e papel, importa-se madeira e papel. O sector representa cerca de 10% das exportações nacionais e 3% do valor acrescentado bruto, valor só ultrapassado na Europa dos 15 pela Finlândia e Suécia.

As diferentes fileiras industriais têm tido trajectórias distintas:

- Portugal é líder mundial na produção de cortiça e na indústria de produtos derivados de cortiça, verificando-se a tendência de crescimento de mercado exportador (cerca de um terço do total das exportações).
- A fileira da madeira de serração tem vindo a concentrar-se, desaparecendo pequenas serrações, mantendo-se, no entanto, o volume de vendas, o que evidencia o dinamismo da fileira e a sua capacidade de se ajustar às mudanças. No sector do mobiliário, dependente maioritariamente de importação de madeiras, desde 2003 verifica-se a estabilização das importações.

- A fileira da pasta de papel tem evoluído no aumento da integração vertical no sector, com maior produção de papel e cartão, o que conduz a um acréscimo notável de valor do produto, evolução que tende ainda a aumentar.

No contexto de novos mercados emergentes concorrenciais assume importância redobrada a valorização dos espaços florestais, incluindo também as áreas de matos e pastagens, considerando não só os valores de uso directo (comercial) dos produtos como a madeira, a cortiça e a resina, como também outros menos contabilizados.

Estão neste caso valores de uso directo referentes a produtos não lenhosos (mel e outros produtos resultantes da apicultura, cogumelos, plantas aromáticas), mas também ao aproveitamento da biomassa para energia, ao pastoreio, à caça e à pesca, ao recreio e turismo de espaços naturais, e a valores de uso indirecto, como os referentes à protecção do solo, dos recursos hídricos, da paisagem e da biodiversidade, ao sequestro de carbono e, à certificação florestal. As actividades económicas associadas aos espaços florestais valorizam, particularmente na Região do Norte, as externalidades positivas, base da diversificação produtiva no modelo multifuncional.

6.4 AMEAÇAS E CONSTRANGIMENTOS AO SECTOR

Os riscos bióticos afectam algumas espécies florestais, sendo responsáveis pelo declínio e perecimento de arvoredo. Os problemas fitossanitários mais frequentes na Região Norte, dizem respeito ao castanheiro, atacado pela doença da tinta e pelo cancro (espécie que mais contribui para a diferenciação positiva do sector florestal da região). No pinheiro bravo, e em outras resinosas, a processionária do pinheiro, é um problema generalizado e com zonas de incidência recorrente e preocupante.

Nos riscos abióticos destacam-se os incêndios florestais, responsáveis pela destruição anual de 49 000 ha (4% da área florestal da região).

Podem também identificar-se constrangimentos ao desenvolvimento do sector, nomeadamente de ordem estrutural, como: a reduzida dimensão e extrema repartição da propriedade florestal; o abandono generalizado da exploração/gestão activa pelos proprietários privados, tradicionalmente absentistas, responsáveis pela maioria da superfície florestal; a desertificação das áreas rurais, no interior, com abandono das práticas de gestão florestal; a competição pelos usos urbanos nas regiões do litoral e nas áreas mais próximas dos centros urbanos.

Em termos estratégicos é importante assinalar o aumento, no futuro, da probabilidade de aparecimento de mais pragas e doenças, em consequência das alterações climáticas e do aumento da severidade climática, pelo que se deverá assegurar uma capacidade de detecção, isolamento e tratamento rápido da parte dos serviços responsáveis.

6.5 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES LEGAIS

6.5.1 Áreas protegidas e classificadas

A estrutura regional de protecção e valorização ambiental integra ecossistemas florestais e formações arbóreas e arbustivas de elevada sensibilidade e valor biológico do ponto de vista da conservação da natureza.

Destacam-se os ecossistemas florestais componentes de:

- Áreas protegidas e classificadas – rede nacional de áreas protegidas (RNAP), sítios da rede natura 2000 (directiva habitats) - zonas especiais de conservação (ZEC) e zonas de protecção especial (ZPE).
- Galerias ribeirinhas e florestas higrófilas e paludícolas.
- Florestas com espécies arbóreas com estatuto legal de conservação (sobreiro e azinheira)

Na região Norte temos, o único parque nacional, 3 parques naturais e 4 áreas de paisagem protegida, 6 ZPE e 19 ZEC.

Salvaguardando a sobreposição de algumas das áreas submetidas a diversos estatutos de protecção, as áreas protegidas e classificadas na região Norte abrangem uma superfície total de 544 219,7 ha, ocupando 25,6% da superfície da região.

Os espaços florestais inseridos em áreas protegidas e classificadas ficam abrangidos pelo seu regime legal e pelas disposições dos respectivos planos de ordenamento especiais ou sectoriais.

6.5.2 Regime florestal

O Regime Florestal constitui uma servidão administrativa que atribui para as propriedades abrangidas o uso florestal, lato sensu, e determina diversas regras de utilização dos recursos naturais.

As modalidades de aplicação do Regime Florestal compreendem:

O Regime Florestal total é aplicado em propriedades que constituem património do Estado e por ele administradas (DGRF) – matas nacionais;

O Regime Florestal parcial é aplicado em terrenos camarários, terrenos das Juntas de Freguesia, terrenos particulares e terrenos baldios. A aplicação deste conceito aos terrenos baldios deu origem aos denominados Perímetros Florestais.

O Regime Florestal de simples polícia, aplica-se aos terrenos submetidos ao Regime Florestal facultativo, cujos proprietários não se obriguem a cumprir um determinado plano de arborização ou exploração.

Na região Norte existem 42 áreas submetidas a Regime Florestal, ocupando 16% do espaço florestal regional, abrangendo 243 000 ha (59% da área submetida a Regime Florestal no continente).

6.5.3 Outras servidões e restrições

Existe legislação de salvaguarda para as espécies sobreiro, azinheira e azevinho, e para os maciços e arvoredos classificados de interesse público.

Existe legislação de impedimento de alteração de uso para solo florestal após incêndio, para qualquer anterior ocupação arbórea, mais restritiva quando eram áreas de sobreiro e azinheira.

Impõe-se ainda o tratamento da compatibilidade da actividade florestal com determinadas servidões e restrições administrativas e com outros sectores produtivos ou usos do solo.

Assim, a actividade florestal subentende a salvaguarda de perímetros de protecção e de restrição nos seguintes casos: Património arqueológico e geomonumentos; servidões geológicas; concessões mineiras e pedreiras; RAN; nascentes, captação e protecção de águas subterrâneas; protecção de albufeiras públicas; marcos geodésicos; instalações de fabrico e armazenagem de explosivos; redes de transporte de energia eléctrica; redes de transporte de gás natural; rede primária de faixas de gestão de combustível; redes de infra-estruturas DFCl; REN.

Relativamente à REN, o regime não se aplica às operações relativas à florestação e exploração florestal autorizadas pela DGRF.

6.6 ÁREAS FLORESTAIS COM RELEVÂNCIA PARA A REGIÃO

As orientações estratégicas da política florestal reforçam a importância dos espaços florestais enquanto espaços produtivos, prevendo o seu alargamento e o reforço da sua gestão profissionalizada.

Integram-se nas áreas florestais relevantes para o ordenamento florestal:

- as áreas de uso florestal com extensão e continuidade no território, formadas por povoamentos e por incultos, agrupadas em três classes de dimensão: entre 50 e 500 ha, entre 500 e 1000 ha, e, com mais de 1 000 ha;
- as áreas florestais integradas em áreas protegidas e classificadas;
- as áreas submetidas a regime florestal;
- todas as manchas de sobreiro e azinheira, e de folhosas autóctones – carvalhais e castinçais -, fora das áreas anteriormente referidas, assim como as formações de folhosas ribeirinhas.

6.7 PONTOS FORTES E FRACOS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS /PROF

A análise do estudo de cada região PROF permitiu reunir um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades para cada região.

		PROF						
		AM	AMP	BM	BP	D	N	T
PONTOS FORTES	% significativa da região abrangida por áreas de elevado valor ecológico							
	Elevado potencial para o desenvolvimento de actividades e serviços no âmbito do turismo rural e natural							
	Compartimentação e descontinuidade originadas pelo elevado n.º de linhas de água e rede viária							
	Áreas significativas com potencial produtivo elevado para as espécies florestais							
	Áreas significativas com potencial produtivo elevado para a produção de produtos florestais não lenhosos e para o uso múltiplo							
	Compartimentação da paisagem e elevado valor paisagístico							
	Dimensão significativa de baldios (co) geridos pela DGRF							
	Presença significativa ou elevada do movimento associativo							
	Presença significativa de investimento com participação pública							
	Reduzida perturbação dos cursos de água							
	Geologia em geral favorável à instalação de actividades florestais							
	Presença dominante de pinheiro bravo de qualidade							
	Presença de carvalho e castanheiro							
	Presença de condições propícias ao desenvolvimento das principais fileiras florestais							
	Rede de infra-estruturas de apoio ao recreio, caça e pesca diluída por toda a região							
	Acessibilidades internas/externas numerosa							
	Elevado potencial para a actividade piscatória							
	Em geral, risco de erosão moderado e baixo							

		PROF						
		AMP	BM	BP	D	N	T	
PONTOS FRACOS	Despovoamento							
	Cadastro rústico desactualizado							
	Oferta pouco qualificada, no que respeita às actividades da caça, pesca e recreio							
	Fragmentação e reduzida dimensão da propriedade							
	Presença disseminada das doenças da tinta e do cancro							
	Alterações climáticas previsivelmente adversa							
	Presença de problemas fitossanitários							
	Área (co)gerida pela DGRF insignificante							
	Ataques severos de processionária do pinheiro							
	Em geral, risco médio e elevado de incêndio							
	Insuficiente infra estruturação DFCI							
	Mercado florestal com pouca expressão e especialização							
	Presença de solos com baixa aptidão florestal							
	Continuidade dos povoamentos de pinheiro bravo e ou de eucalipto							
	Povoamentos sobrelotados de pinheiro bravo							
	Compartimentação e acessibilidades deficientes							
	Baixa diversidade florística dos espaços florestados							
	Degradação do coberto florestal							
	Deficiente ordenamento silvo-pastoril							
	Risco de erosão elevado							
	Declínio da importância da silvopastorícia							
	Reduzida taxa de espaços florestais com gestão							
	Baixo nível de incorporação de conhecimentos técnicos relacionados com a gestão florestal sustentável.							

		PROF						
		AM	AMP	BM	BP	D	N	T
OPORTUNIDADES	Tendência de aumento da procura de serviços e actividades no âmbito do turismo rural e natural							
	Aumento da área disponível para floresta devido à conversão de terrenos agrícolas							
	Desenvolvimento de uma estratégia de emparcelamento da propriedade florestal							
	Criação de programas regionais de combate e erradicação das doenças e pragas							
	Reforço de programas de apoio à gestão florestal por parte das associações florestais e ZIF							
	Tendência para o aumento da procura de madeiras para utilizações nobres							
	Apoio à restauração de solos mais degradados							
	Desenvolvimento de um programa regional de combate e prevenção de fogos florestais							
	Incremento da infra estruturação DFCI							
	Desenvolvimento de processos de certificação florestal sustentável							
	Criar mecanismos de informação regular dos produtores							
	Aproveitamento e condução da regeneração natural de folhosa, reconversão e diversificação do coberto florestal							
	Aumento das áreas ocupadas por floresta sustentável							
	Tendência para o aumento da procura de mel e cogumelos silvestres de elevada qualidade							
	Tendência para o aumento da oferta da cortiça							
	Crescente interesse da sociedade pela preservação e conservação da natureza							
	Implementação de acções de reconhecimento dos limites das propriedades							
	Existência de programas de apoio à formação profissional florestal							
	Apoios financeiros do QREN							
	Aumento da valorização dos espaços florestais como sumidouros de carbono							
	Reforma do sistema de tributação do património fundiário							

		PROF						
		AM	AMP	BM	BP	D	N	T
AMEAÇAS	Abandono sucessivo dos espaços florestais, elevando a susceptibilidade ao fogo							
	Estrangulamento na utilização de maquinaria e da gestão dos próprios espaços florestais							
	Forte pressão de outras actividades sobre os espaços florestais							
	Conflito silvopastorícia/floresta							
	Abandono de áreas florestais e agrícolas, por riscos fitossanitários							
	Presença sistemática e constante do fogo							
	Fragilidade de alguns sistemas florestais aos agentes bióticos							
	Alargamento demasiado extenso das áreas de regime cinegético							
	População rural envelhecida							
	Ausência de cadastro de propriedade							
	Incertezas quanto à continuidade do nível de apoios financeiros para o sector florestal							
	Mão-de-obra escassa							
	O sistema de transferência de tecnologia							
	Recolha não regulamentada de cogumelos silvestres							
	Aumento dos produtos alternativos aos produtos florestais e da concorrência de produtos florestais de outras zonas							

Legenda: AM - PROF do Alto Minho; AMP- PROF da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga; BP - PROF do Barroso e Padrela; BM - PROF do Baixo Minho; D - PROF do Douro; N - PROF do Nordeste; T - PROF do Tâmega

6.8 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS

Estabelecem-se os seguintes objectivos estratégicos, de forma a potenciar os pontos fortes e oportunidades assinaladas, assim como minimizar os pontos fracos e ameaças detectadas. Estes objectivos terão em consideração para além das orientações constantes nos Planos Regionais de Ordenamento Floresta, as constantes na Estratégia Nacional para as Florestas. Seguidamente apresentam-se os objectivos tendo em consideração os subprogramas estabelecidos.

6.8.1 Promoção da competitividade

- Pretende-se tornar o sector florestal regional economicamente competitivo, promovendo a gestão activa e profissional;
- Beneficiação de espaços florestais, de forma a assegurar o cumprimento das suas múltiplas funções, a sua sanidade e continuidade, aumentando o seu valor económico;
- Promover a recuperação e condução da regeneração natural, nomeadamente das espécies mais afectadas pelos incêndios e das manchas mais promissoras de folhosas autóctones;
- Fomentar o uso múltiplo do espaço florestal, através da sua exploração sustentável, nomeadamente pelo apoio à actividade cinegética, aquícola das águas interiores, e ao recreio;
- Promover a produção de produtos não lenhosos, nomeadamente, o mel, as plantas medicinais e aromáticas, os frutos e os cogumelos silvestres;
- Reforçar o valor acrescentado dos produtos florestais;
- Promover e apoiar o aproveitamento de subprodutos e resíduos florestais – biomassa florestal na óptica da sua valorização e de apoio à gestão estratégica de combustíveis;
- Qualificar as empresas através da sua modernização e capacitação nas actividades florestais;
- Promover a certificação da gestão florestal sustentável.

6.8.2 Gestão sustentável do espaço rural

Tornar a floresta mais estável e resistente aos agentes bióticos e abióticos nocivos, promovendo nomeadamente a diversidade biológica e paisagística, a recuperação de espaços degradados, a articulação da actividade florestal com as actividades agrícolas e pecuárias, a conservação e a protecção de áreas com esse valor, e o aumento da área florestal de forma equilibrada e correcta, através dos seguintes objectivos:

- Defender e prevenir as áreas florestais da região das ameaças que constituem os fogos florestais, as pragas e as doenças;
- Assegurar a planificação e gestão florestal sustentável das áreas comunitárias, públicas e privadas, com especial atenção para a planificação e gestão de áreas protegidas;
- Promover uma detecção do fogo mais célere e uma intervenção mais eficaz;
- Diminuição do risco de incêndio e, conseqüentemente, da área florestal ardida;
- Aumentar a área florestal arborizada, com espécies bem adaptadas;
- As primeiras florestações serão dirigidas para as terras agrícolas, sendo promovida a reconversão de povoamentos;
- Fomentar modelos de silvicultura e espécies que permitam uma maior valorização dos produtos florestais, aumentando a oferta de madeira de utilização nobre, através de uma gestão florestal sustentável;
- O recurso ao pinheiro bravo e ao eucalipto, em novas arborizações, deve ser feito de maneira cautelosa e em complemento com outra espécie, embora constituam uma aposta forte para a consolidação da actividade florestal de carácter produtivo;

- Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, para produção de cortiça, e para fins de uso múltiplo;
- Estimular o aumento da área de espaços florestais com dimensão apropriada à gestão florestal profissional;
- Adequar as espécies e os modelos de silvicultura à estação, com vista à maior valorização e diversificação dos espaços e produtos florestais;
- Corrigir o desajustamento de espécies e modelos de silvicultura contraditórios com uma Gestão Florestal sustentável;
- Impulsionar o ordenamento silvopastoril e a gestão de áreas de pastagens;
- Promover a ampliação dos espaços florestais destinados ao recreio e ao lazer;
- Restauração das áreas ameaçadas, danificadas ou afectadas com problemas erosivos e controlar o avanço da desertificação ou destruição pontual causada pelos incêndios florestais, pragas e doenças;
- Controlar e diminuir a área de incidência de invasoras e infestantes lenhosas;
- Conservação do património florestal em bom estado, da diversidade biológica, geológica e paisagística da região e dos seus habitats naturais, com especial atenção para as áreas protegidas;
- Contribuir para a valorização dos recursos naturais, pela preservação e/ou recuperação de zonas sensíveis do ponto de vista ambiental;
- Promover e apoiar operações de execução do cadastro da propriedade baldia e da propriedade florestal pública e privada, criando condições para a sua gestão efectiva.

6.8.3 Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências

Pretende-se capacitar todos os intervenientes nas actividades florestais para técnicas e práticas inovadoras e conducentes à implementação da gestão florestal sustentável, através dos seguintes objectivos:

- Promover e apoiar a formação de técnicos e operadores para a melhoria das intervenções e práticas culturais;
- Incentivar a gestão profissional florestal, através da formação dos produtores florestais sobre técnicas de condução e gestão dos seus espaços florestais, aumentando os seus conhecimentos técnicos;
- Contribuir para a melhoria das competências específicas dos activos do sector florestal, aumentando a sua capacidade empresarial e técnica;
- Incentivar a criação de redes de tratamento e difusão de informação técnica e científica;
- Concretizar a formação e a inovação pelo desenvolvimento de serviços de aconselhamento através das organizações de produtores florestais, incidindo em áreas prioritárias, como a práticas e modelos de gestão florestal e defesa da floresta contra incêndios.

6.9 PLANOS ESTRATÉGICOS DE FILEIRA

Com a recente publicação dos PROF, encontram-se definidos os PEF (vide Decretos Regulamentares n.º: 2/2007 e 3/2007, ambos de 17 de Janeiro; 4/2007, de 22 de Janeiro; 16/2007 e 17/2007, ambos de 28 de Março; 41/2007 e 42/2007, de 10 de Abril).

6.10 MATRIZ DE OBJECTIVOS, MEDIDAS E ACÇÕES

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Eixo/Medidas/Acções PDR	Indicadores de realização	Indicadores de resultados 2013	Complementaridade com outros Eixos/Medidas/Ações
Promoção da Competitividade	Melhoria da produtividade dos povoamentos	Eixo 1/ medida 1.3/ acção 1.3.1	Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	120	1.5 / 1.7/ 4.1/ 4.2/ 4.3/ 2.3/ 3.1
	Gestão Multifuncional	Eixo 1/ medida 1.3/ acção 1.3.2		68	
	Gestão Florestal Sustentável	Eixo 1/ medida 1.3/ acção 1.3.3		7	
	Modernização e capacitação da empresas (Componente 1.2.2)	Eixo 1/ medida 1.3/ acção 1.3.4		15	
	Modernização e capacitação da empresas (Componente 1.2.3)			15	

Cont.

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Eixo/Medidas/Acções PDR	Indicadores de realização	Indicadores de resultados 2013	Complementaridade com outros Eixos/Medidas/Ações
Gestão do espaço florestal e agro-florestal	Minimização dos riscos	Eixo 2/ medida 2.3/ acção 2.3.1 (Subacção 2.3.1.1 e 2.3.1.2)	Nº de acções de prevenção/ restabelecimento	450	1.3 / 4.1/ 4.3/ 2.1/ 2.4 /3.1
			Área de floresta danificada apoiada (ha)	60.000	
			Volume total de investimento	27.000	
	Ordenamento e recuperação de povoamentos (florestação de terras agrícolas)	Eixo 2/ medida 2.3/ acção 2.3.2 (Subacção 2.3.2.1; 2.3.2.2) componente 221	Nº de beneficiários com ajuda à florestação	192	
			Nº ha de terra florestada	9.600	

Cont.

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Eixo/Medidas/Acções PDR	Indicadores de realização	Indicadores de resultados 2013	Complementaridade com outros Eixos/Medidas/Ações
Gestão do espaço florestal e agro-florestal	Ordenamento e recuperação de povoamentos (Instalação de sistemas agro florestais)	Eixo 2/ medida 2.3/ acção 2.3.2 (Sub-acção 2.3.2.1; 2.3.2.2) componente 222	Nº de beneficiários com ajuda à florestação	320	1.3 / 4.1/ 4.3/ 2.1/ 2.4 /3.1
			Nº ha com novos sistemas agro florestais	12.000	
	Ordenamento e recuperação de povoamentos (1ª florestação de terras não agrícolas)	Eixo 2/ medida 2.3/ acção 2.3.2 (Sub-acção 2.3.2.1; 2.3.2.2) componente 223	Nº de beneficiários com ajuda à florestação	320	
			Nº ha de terra florestado	32.000	
	Ordenamento e recuperação de povoamentos (restabelecimento do potencial silvícola e introdução de prevenção)	Eixo 2/ medida 2.3/ acção 2.3.2 (Sub-acção 2.3.2.1; 2.3.2.2) componente 226	Nº de beneficiários com ajuda à florestação	1400	1.3 / 4.1/ 4.3/ 2.1/ 2.4 /3.1
			Nº ha de terra florestado	42.000	
	Valorização ambiental dos espaços florestais (INP)	Eixo 2/ medida 2.3/ acção 2.3.3(sub-acção 2.3.3.1; 2.3.3.2; 2.3.3.3) Componente 227	Nº de proprietários florestais apoiados	925	
			ha beneficiados	7.400	

Cont.

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Eixo/Medidas/Acções PDR	Indicadores de realização	Indicadores de resultados 2013	Complementaridade com outros Eixos/Medidas/Acções
Formação e informação especializada	Formação e informação especializada	Eixo 1/ medida 4.2/ acção 4.2.1	Nº de participantes nas acções de formação	792	1.1/1.3/1.4/4.1/4.3/2.4
	Redes temáticas de informação e divulgação	Eixo 1/ medida 4.2/ acção 4.2.2	Nº de redes temáticas criadas	3	
Apoio ao desenvolvimento	Serviços de aconselhamento florestal	Eixo 1/ medida 4.3/ acção 4.3.2	Nº de novos serviços de gestão (serviços de aconselhamento florestal)	27	1.1/1.3/4.1/4.2/2.1/2.2/2.3/2.4

7 QUALIDADE

7.1 INTRODUÇÃO

Numa perspectiva muito estrita, a fileira dos produtos de qualidade regional refere-se exclusivamente aos produtos sob regimes especiais com protecção comunitária. Contudo, numa óptica de dinamização dos territórios sem sustentabilidade e de valorização do espaço rural, a abordagem estratégica deverá ser mais abrangente e promover os “produtos com história”.

Incluem-se neste conceito diferentes produtos, particularmente de origem animal, associados a sistemas de produção tradicionais que, embora menos produtivos, apresentam vantagens em termos de sustentabilidade e biodiversidade. Outra das características que lhes está associada, para além da especificidade intrínseca resultante do modo de produção, assenta na valorização do espaço rural e protecção dos recursos naturais, de que poderão resultar a obtenção de mais-valias importantes em termos económicos, potenciando-se a criação de unidades produtivas ligadas à diversificação de actividades no espaço rural.

Além da Produção Biológica, a fileira dos produtos de qualidade regional deverá enquadrar os regimes ou modos de produção intermédio, nomeadamente a produção integrada.

Em qualquer dos casos os objectivos estratégicos não devem colidir, mas antes potenciar e criar novas sinergias com outras fileiras, incluindo as situações emergentes e estratégias temáticas, referidas em capítulos próprios, e outras abordagens, de que se destaca particularmente a gestão sustentável do espaço rural.

Aqui se enfatiza a importância da fileira na manutenção das comunidades rurais e dos valores naturais e patrimoniais existentes, conduzindo à revitalização económica e social das zonas rurais pela diversificação e desenvolvimento de actividades associadas à exploração agro-pecuária.

Assim, na fileira dos produtos de qualidade regional, para além dos produtos com nomes protegidos incluídos noutras fileiras estratégicas, deverão ser considerados os que se apresentam no quadro 4.1.

QUADRO 4.1 - Produtos sob regimes especiais com protecção comunitária

	Denominação	Entidade gestora	OPC
CARNE DE BOVINO	Carne Mirandesa	AGROPEMA	Tradição e Qualidade
	Carne Maronesa	CA de Vila Real	Tradição e Qualidade
	Carne Barroã	CAPOLIB	Norte e Qualidade
	Carne Arouquesa	ANCRA	Norte e Qualidade
	Carne Cachena da Peneda	CAA de Arcos de Valdevez	Norte e Qualidade
	Carne de Bovino Cruzado de Lameiros do Barroso	CAPBS de Montalegre	Tradição e Qualidade
CARNE DE PEQUENOS RUMINANTES	Cordeiro Bragançano	APCB	Tradição e Qualidade
	Borrego Terrincho	OVITEQ	Tradição e Qualidade
	Cordeiro do Barroso	CAPBS de Montalegre	Tradição e Qualidade
	Cabrito Transmontano	CAPRISERRA	ANCRAS
	Cabrito do Barroso	CAPBS de Montalegre	Tradição e Qualidade
	Cabrito das Terras Altas do Minho	Mútua de Basto	Norte e Qualidade
QUEIJO	Queijo Terrincho	QUEITEQ	Tradição e Qualidade
	Queijo de cabra transmontano	LEICRAS	SATIVA
PRODUTOS CARNEOS E DE SALSICHARIA	Presunto do Barroso	CAPBS de Montalegre	Tradição e Qualidade
	Salpicão de Vinhais	ANCSUB	Tradição e Qualidade
	Linguiça de Vinhais	ANCSUB	Tradição e Qualidade
	Alheira de Mirandela	ACIM	Tradição e Qualidade
	Carne Bisara Transmontana (*)	ANCSUB	
	Alheira de Vinhais (*)	ANCSUB	
	Botelo de Vinhais (*)	ANCSUB	
	Chouriça Doce de Vinhais (*)	ANCSUB	
	Chouriço Azedo de Vinhais (*)	ANCSUB	
	Presunto Bísaro de Vinhais (*)	ANCSUB	
	Salpicão do Barroso (*)	CAPBS de Montalegre	
	Sangueira do Barroso (*)	CAPBS de Montalegre	
	Alheira do Barroso (*)	CAPBS de Montalegre	
	Chouriço de Abóbora do Barroso (*)	CAPBS de Montalegre	
	Chouriço de Carne do Barroso (*)	CAPBS de Montalegre	
MEL	Mel da Terra Quente	AAN	SATIVA
	Mel do Barroso	CAPOLIB	Tradição e Qualidade
	Mel do Parque Natural do Montesinho	APMP	Tradição e Qualidade
	Mel das Terras Altas do Minho	FAFEMEL	Norte e Qualidade

(*) Nomes em curso de protecção comunitária

Fontes: DRAPN e IDRHa (MADRP), Estatísticas 2005.

7.2 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Tal como se referiu para a sub-fileira das raças autóctones: "A pecuária sustentada nas raças autóctones constituiu tradicionalmente, e ainda hoje, uma riqueza incalculável sob vários pontos de vista, do económico ao social, passando pelo meio ambiente, sem esquecer a grande reserva genética que representam: um verdadeiro património vivo."

No entanto, os programas de melhoramento e selecção, com base no registo em Livro Genealógico, diferem de raça para raça, e espécie para espécie, sendo a sistematização da recolha da informação sobre dados produtivos, demografia e genética, e tratamento automática dessa informação, ainda algo deficiente e a informação muito dispersa, pelo menos numa óptica de valorização dos produtos derivados dessas raças.

Por outro lado, a efectiva implementação de sistemas de produção e colocação no mercado de produtos aludindo a um regime especial com protecção comunitária, também se encontra em fases de desenvolvimento muito diferentes que, dependendo da designação, variam entre a ausência total de qualquer sistema de produção e certificação, até situações com visível impacto na economia das explorações agro-pecuárias e manutenção da actividade e valorização do meio rural, que importa reforçar e desenvolver. Em qualquer dos casos, mesmo nas situações melhor sucedidas a comercialização dos produtos não vai além de 3% do volume total comercializado.

Não obstante ter havido uma quebra na diminuição do número de fêmeas reprodutoras, abriu-se um novo mercado de valorização dos produtos originários das nossas raças autóctones, dado que elas geram alimentos de alta qualidade e muito apreciados por uma franja importante de consumidores.

Mas os produtos originados nestes sistemas são sempre limitados em termos de expressão global, encontrando-se a sua produção condicionada por vários factores, de que se destaca, na maioria dos casos, um deficiente e inadequado sistema de comercialização e de *marketing*.

A rede de entidades interdependentes, que geram o valor acrescentado às raças autóctones (bovinicultura, ovinicultura, caprinicultura e suinicultura) e que suportam a maioria dos produtos com nome protegido, tem ainda um longo caminho a percorrer.

O valor diferencial entre os produtos não certificados e certificados não chega a cobrir, nalguns casos, as despesas inerentes ao próprio processo de certificação, requerendo-se por isso a criação de um sistema organizativo forte que induza a que esse diferencial de preços seja maior e que as mais valias resultantes do processo de certificação fiquem no produtor.

No caso da suinicultura, o actual panorama, resultante do quadro socio-económico pós II guerra Mundial, e que conduziu à adopção de sistemas de exploração intensiva, particularmente na faixa litoral, a que estão associados problemas ambientais importantes, em contraste com o domínio de pequenas explorações tradicionais, na região interior, revela um quadro de oportunidade à reconversão do sector.

Tal processo, promovendo a raça Bisara poderá, simultaneamente, resolver grande parte do impacto ambiental das explorações de engorda intensiva, integrando a fase de engorda nas pequenas exploração tradicionais.

Enquanto isso, a expressão económica e social das actividades de produção de leite e queijo de ovinos e caprinos (associadas ou não à transformação) revelam um potencial de crescimento muito significativo e nalguns casos uma alternativa válida para requalificar algumas explorações bovinas orientadas para a produção de leite, promovendo-se assim a diversificação de produtos isentos de quotas e de excedentes, a criação de riqueza e a valorização das questões ambientais e de desenvolvimento rural integrado.

Também a criação de frangos, galinhas e perus, com produções orientadas para o auto-consumo familiar, incorporando na dieta alimentar das aves alguns dos produtos obtidos na própria exploração agrícola, a que estão associados regimes de manejo livres ou semi-livres, constitui também uma realidade, cujo potencial, na óptica dos modo de produção intermédia e valorização do espaço rural, não é despreciando e importa qualificar.

A exploração agrícola, vista como a propriedade rústica de produção diversificada e destinada ao auto-consumo e ao comércio local, constitui um modelo de produção tradicional que, incorporando adequados sistemas de boas práticas agrícolas e de controlo da qualidade que garantam a segurança alimentar, representa uma oportunidade de desenvolvimento da fileira dos produtos de qualidade, incluindo nesse conceito os modos de produção intermédia e os produtos de qualidade local.

Tem a região também, enormes potencialidades para a produção apícola que não estão a ser convenientemente aproveitadas pelas populações locais. Apesar da produção se encontrar organizada e do número de colmeias instaladas e a produção de mel ser significativa, a comercialização com DOP fica muito aquém destas potencialidades.

Tal como para outros produtos, devem ser considerados em termos de produção apícola os rendimentos indirectos, particularmente o efeito polinizador desempenhado pelas abelhas, assim como os rendimentos decorrentes da produção de cera, pólen e própolis.

A actividade desenvolve-se de forma bastante bem adaptada às características da Região, contribuindo para a fixação das populações e sustentabilidade ambiental, contribuindo significativamente para a redução do risco de incêndios.

Para melhorar a competitividade da actividade apícola deverá ser incentivada não só a instalação de novos apiários promovendo-se o aumento dos efectivos dos apicultores já existentes, associado à valorização de outros produtos provenientes desta actividade e incentivo à participação dos apicultores em regimes de qualidade.

Numa região rica em património, tradições, produtos e gastronomia regional, o enquadramento da actividade agrícola e dos produtos de qualidade regional, no turismo e em actividades de lazer, com alguns bons exemplos já conseguidos, representa uma janela de novas oportunidades como forma de diversificação das actividades nas zonas rurais. Tem sido este, aliás, um sector onde se tem investido não só em alojamento e restauração como em animação e promoção.

O incentivo ao aparecimento de outras actividades de diversificação no meio rural, no exterior ou no interior da exploração agrícola, apoiando nomeadamente a criação de micro-empresas que, aproveitando sempre que possível os recursos endógenos, promovam o emprego e travem o êxodo rural, deverá ocorrer em paralelo com o desenvolvimento da fileira dos produtos de qualidade, numa óptica de gestão sustentável do espaço rural.

Assume particular importância nesta perspectiva a promoção de produtos relacionados, associados ou componentes da receita de alguns dos produtos de salsicharia tradicional, como é o caso do "Azeite de Trás-os-Montes", pelo que o desenvolvimento da fileira dos produtos de qualidade deverá promover actividades dinâmicas e sinergias com os objectivos de outras fileiras.

7.3 PONTOS FRACOS E PONTOS FORTES

Muitas das limitações, mas também das oportunidades que se colocam aos produtos de qualidade regional, são comuns aos diferentes sectores (carne e produtos cárneos, queijos e méis), embora alguns aspectos específicos justifiquem uma análise mais focalizada e por isso se apresentem os quadros de avaliação por grupo de produtos.

Na actual conjuntura, a pressão sobre o sector das carnes, *senso lato*, resultante de sucessivas crises sanitárias, que abalaram a confiança dos consumidores, abre simultaneamente novas oportunidades aos produtos de qualidade, se se souber associar à qualidade intrínseca do produto uma garantia acrescida em termos sanitários, reforçando, acreditando e melhorando os sistemas e critérios de controlo e inspecção higio-sanitária.

Igualmente neste plano se colocam as questões de natureza ambiental e de bem estar animal, para as quais os sistemas e modos de produção tradicionais, associados aos produtos de qualidade regional, ostentam evidentes vantagens que se impõe sejam igualmente enfatizados e acreditados, como forma de valorização desses produtos.

A par daqueles constrangimentos/oportunidades, é de "...salientar que o baixo grau de auto-provisionamento evidenciado pelo sector da carne em Portugal, permite perspectivar uma margem de crescimento através da substituição de importações, tendo em conta o posicionamento periférico do nosso mercado." (1)

¹ MADRP - GPP: "Carne. Diagnóstico diferencial" 2007.

QUADRO 2 - Carne e produtos cárneos

Limitações	Vantagens
Deficiente estrutura produtiva das explorações Introdução de raças exóticas e aspectos sanitários Debilidade empresarial Frac orientação comercial Oferta atomizada Deficiente promoção dos produtos locais Circuitos de comercialização paralelos Baixo dinamismo das organizações Baixo potencial de consumo na região Heterogeneidade da matéria-prima recolhida Deficiente estrutura agro-industrial Elevada concorrência Baixo nível de educação e de formação técnica Custos elevados de certificação Desadequado sistema de registo zootécnico Desadaptado sistema de controlo sanitário Envelhecimento e desertificação humana	Raças autóctones adaptadas ao meio Promoção de ecossistema e da biodiversidade Boas condições naturais Única alternativa ao uso de áreas marginais Reorientação da PAC para a sustentabilidade Diversidade de produtos com identidade própria Elevado potencial na procura dos produtos

A organização e estruturação da produção, a valorização dos produtos baseada na incorporação de mais-valias pela sua transformação, a interligação com outros produtos e valores do mundo rural e uma comercialização mais eficiente e qualificada em termos de *marketing*, são outros aspectos bastante relevantes da análise de oportunidades e constrangimentos, e que constituem elementos a considerar na abordagem estratégica de desenvolvimento da fileira.

QUADRO 3 - Queijos

Limitações	Vantagens
Deficiente estrutura produtiva das explorações Deficiente organização dos sistema de recolha Heterogeneidade da matéria prima recolhida Problemas de natureza higio-sanitária Debilidade empresarial Frac orientação comercial Oferta dispersa Deficiente promoção dos produtos Baixo dinamismo das organizações Deficiente estrutura agro-industrial Inexistência de I&D e apoio técnico especializado	Promoção de ecossistema e da biodiversidade Boas condições para desenvolver a produção Produtos com boa aceitação no mercado Relação com outras actividades de lazer e turismo Aumento da vocação exportadora Procura crescente de "produtos com história"

QUADRO 4 - Méis

Limitações	Vantagens
Deficiente organização das estruturas de produção Deficiente estruturação do sector de transformação Baixo nível de educação e de formação técnica Escassa organização da comercialização Baixa relação preço/qualidade Concorrência com mel importado Falta de formação dos apicultores	Grande disponibilidade de áreas Flora melífera diversificada e abundante Áreas livres de agro-químicos Ocupação sazonal e de fim-de-semana Dinamismo das Associações

A análise apresentada não pretende ser redutora e focalizada exclusivamente na carne, no queijo e no mel, tão somente a análise desenvolvida incidu sobre os produtos com denominações protegidas.

7.4 DIFERENCIAÇÃO E QUALIDADE

De entre as fileiras agrícolas mais importantes, como o vinho, o azeite, o leite, as frutas e os legumes, a Região Norte apresenta naturais condições e factores de competitividade acrescidos na **valorização dos produtos com especificidade própria**.

Contudo, para além de problemas associados a determinado produto, persistem várias dificuldades, como evidenciado, agravadas no actual contexto de massificação e diversificação da oferta e comercialização de produtos de baixo custo. Entre outras são evidentes a **ausência de organização e qualificação**; a **dispersão e falta de dimensão da oferta** e a **deficiente promoção e comercialização**.

As políticas de apoio desenvolvidas num passado recente foram pouco selectivas e sustentaram ou apoiaram da mesma forma e segundo os mesmos critérios actividades, produtos e promotores em diferentes estádios de desenvolvimento e com diferentes necessidades, em função mais da dinâmica revelada por esta ou aquela organização e menos a favor de uma **estratégia clara**, integradora dos diversos **objectivos específicos** que conduzissem à **revitalização económica e social das zonas rurais** e à **manutenção das comunidades rurais e dos valores naturais e patrimoniais**.

As iniciativas não se acompanharam igualmente de uma estratégia que associasse os **esquemas de segurança alimentar e de rastreio**, à qualidade intrínseca dos produtos e dos modos de produção. Sucederam em alguns casos evidente desatenção pelas preocupações dos consumidores e dos objectivos de controlo e segurança alimentar.

Paralelamente procurar-se-á utilizar de forma mais eficiente os recursos endógenos a que estarão associados factores de mercado com **vantagens específicas para a saúde pública e/ou factores positivos para a valorização do espaço rural, ambiental e social.**

Os **sistemas de certificação e qualificação** assumem neste caso particular uma importância acrescida, em que importa associar a Segurança Alimentar, de natureza mais regulamentar, com a Qualidade Alimentar, que adiciona uma credibilidade acrescida ao produto e por isso potenciado a diferenciação dos produtos desta fileira.

Como factor de diferenciação importa oferecer ao consumidor a possibilidade de uma escolha mais informada pelo regime de diferenciação alcançado e simultaneamente organizar essa mesma oferta. Partindo do princípio que a diferenciação tem procura e valor acrescido, é importante introduzir **sistemas de produção mais exigentes**, no domínio da **segurança alimentar e rastreio**, do **ambiente**, do **bem estar animal** e dos aspectos ligados ao **espaço rural/tipicidade**.

A abordagem agora a privilegiar deve por isso ser flexível, para que se ajuste aos problemas particulares de determinada área do território e/ou de determinados produtos, apontando para **soluções integradas e interligadas com várias outras actividades no âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural Regional**. Nesta perspectiva é essencial investir em esquemas de cooperação empenhada, de todos os seus actores, Públicos e Privados, criando novas dinâmicas e sinergias capazes de promover os conhecimentos, as tradições e o saber fazer.

Nesta perspectiva, e tal como já referido, a abordagem estratégica proposta tendo em vista a **dinamização dos territórios e a valorização dos espaços rurais**, deve ser abrangente dos “produtos com história”, entre outros os produtos de panificação regional, doçaria regional e conventual.

Os projectos de desenvolvimento devem pois ser ponderados e considerados numa perspectiva integrada de promoção regional e local, promovendo sinergias de intervenção quer pela promoção dos produtos, quer do próprio espaço rural e dos modos de produção.

O mercado dos produtos de qualidade apresenta uma dinâmica própria que importa relançar. Apesar das reduzidas quotas de mercado o potencial de desenvolvimento da fileira é significativo, particularmente das carnes de bovino, ovino e caprino, sendo necessário **reforçar o crescimento e a qualificação da produção e/ou a sua organização com a sua real valorização** travando-se a tendência para uma diminuição dos preços, ao mesmo tempo que os aspectos relacionados com a **procura de novos mercados** e a adopção de uma equilibrada **estratégia de marketing** se apresentam de importância capital.

7.5 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO

Os elementos envolvidos na produção e as modalidades de escoamento dos produtos são bastante díspares, inclusivamente para o mesmo grupo de produtos.

A produção não está suficientemente organizada, nem existe a necessária qualificação para que os ganhos em termos de eficácia possam ser notórios a curto prazo.

Pela leitura dos quadros seguintes verifica-se a dispersão e disparidade da oferta, sem volume que possa competir com os preços praticados, nem suficientemente valorizados, de forma a que constituam mais valia bastante: “salvo raras exceções, sem fileiras competitivas (num sentido amplo do termo), não haverá territórios rurais sustentáveis.” ⁽²⁾

QUADRO 5 - Produção de carne de bovino com nome protegido

Ano: 2005. Em carcaça: Kg

Designação	Vitelos	Novilhas	Novilhos	Bois	Vacas	Total
Carne Mirandesa	308 792	9 811	895	2 555	3 245	325 298
Carne Maronesa	134 500					134 500
Carne Barrosã	248 800					248 800
Carne Arouquesa	35 971					35 971
Carne Cachena da Peneda (*)						
Carne de Bovino Cruzado de Lameiros do Barroso	178 560					178 560
TOTAL	906 623	9 811	895	2 555	3 245	923 129

(*) Dados não disponíveis

Fonte: IDRHa (MADRP). Estatísticas 2005.

Como se verifica os volumes de produção justificam estratégias diferenciadas na promoção da carne de bovino, que deverão passar pela diversificação da oferta pela inovação e desenvolvimento de novos produtos ou apresentações, apesar da estatística relativa ao número de animais abatidos por tipo não estar disponível.

Os sistemas de produção tradicionais devem ser mantidos, desempenhando papel essencial na preservação da biodiversidade e na promoção de modos de produção sustentáveis.

Nuns casos o nível de organização é incipiente e por esse motivo a justificar em primeiro lugar a identificação do mercado, enquanto que noutras situações importará aperfeiçoar e reorganizar a produção dotando-a de meios acrescidos de valorização dos produtos.

²Portugal rural: Territórios e dinâmicas.

Também a comercialização dos produtos parece não obedecer a um padrão comum. No caso das raças bovinas os compromissos com os diferentes segmentos: talhantes, restaurantes, grossistas, grandes superfícies e consumidor final, variam de raça para raça, revelando eventualmente estratégias de comercialização distintas, mas não obrigatoriamente as mais adequadas.

QUADRO 6 - Produção de carnes de ovino com nomes protegidos

Ano: 2005

Designação	Até 7 Kg		> 7 Kg a 13 Kg		Total	
	Nº carcaças	Peso (Kg)	Nº carcaças	Peso (Kg)	Nº carcaças	Peso (Kg)
Cordeiro Bragançano (*)						
Borrego Terrincho	269	1 500			269	1 500
Cordeiro do Barroso	142	986			142	986
TOTAL	411	2 486			411	2 486

(*) Dados não disponíveis

Fonte: IDRHa (MADRP). Estatísticas 2005.

QUADRO 7 - Número de cabritos abatidos e respectiva produção de carne

Ano: 2005

Designação	Cabritos vivos ≤ 10 Kg	Quilos
	Número de cabeças	Kg de carcaça
Cabrito Transmontano	1 092	5 678
Cabrito do Barroso	1 930	9 279
Cabrito das Terras Altas do Minho	131	664
TOTAL	3 153	15 621

Fonte: IDRHa (MADRP). Estatísticas 2005.

No que concerne à produção de pequenos ruminantes verifica-se que o número de carcaças é diminuto, não sustentando níveis diferenciados de procura. Tratando-se de um sector de produção muito diminuto e apresentando especificidades próprias em termos de procura, parece fácil diferenciar a oferta e valorizar o produto, qualificando a produção e aproximando-a do consumidor final através de medidas de *marketing* adequadas.

No caso das espécies ovina e caprina também se verifica uma multiplicidade de esquemas de escoamento dos produtos, parecendo haver também uma preferência, em função das organizações gestoras, para a restauração ou venda directa e no caso do borrego terrincho para a venda ao comércio grossista.

QUADRO 8- Elementos envolvidos e produção de queijos com nomes protegidos

Ano: 2004/2005

Designação	Nº de explorações abastecedoras de leite	Número de queijarias	Produção (Kg)
Queijo Terrincho	73	2	39 104
Queijo de cabra transmontano	77	2	14 819
TOTAL	150	4	53 923

(*) Dados não disponíveis

Fonte: IDRHa (MADRP). Estatísticas 2005.

Em termos de produção de queijo verifica-se, para as denominações em causa, que o número de explorações pecuárias a produzir leite é bastante desproporcionado em função do número de unidades transformadoras, causando por esse motivo dificuldades acrescidas à organização da recolha e produção.

No caso dos queijo, produtos de salsicharia e mel, também a comercialização através do comércio tradicional, consumidor, intermediário, grandes superfícies, feiras e restauração revela valores diversos. Em todo o caso os padrões revelam a possibilidade de acrescer mais valias ao produto final simplesmente por uma adequada estratégia de *marketing*.

QUADRO 9 - Elementos envolvidos e produção de produtos de salsicharia

Ano: 2005

Designação	Nº de unidade de transformação	Número de matadouros	Produção (Kg)
Presunto do Barroso (*)			
Salpicão de Vinhais	4	2	2 500
Linguiça de Vinhais	4	2	3 500
Alheira de Mirandela	7		99 740
TOTAL	15	4	105 740

(*) Dados não disponíveis

Fonte: IDRHa (MADRP). Estatísticas 2005.

Os dados disponíveis revelam um potencial de crescimento bastante grande, até porque o escoamento e comercialização dos produtos, excepto para o caso da alheira de Mirandela, têm sido conseguidos pela sua promoção em feiras e mercado local.

QUADRO 10 - Elementos envolvidos e produção de mel

Ano: 2005

Designação	Nº de apicultores	Nº de colmeias e cortiços	Produção (Kg)
Mel da Terra Quente ⁽¹⁾	7	623	15 383
Mel do Barroso	56	3 707	5 000
Mel do Parque Natural do Montesinho	413	13 200	62 663
Mel das Terras Altas do Minho	22	800	2 500
TOTAL	498	18 330	85 546

⁽¹⁾A granel

Fonte: IDRHa (MADRP). Estatísticas 2005.

O número de colmeias por apicultor é bastante variável facto que traduz também níveis de produção bastante diferentes.

7.6 ESTRATÉGIA

Apesar dos avanços já conseguidos neste sector, é importante ultrapassar as limitações existentes para orientar esta actividade sectorial para o desenvolvimento de tecnologias de produção, diversificação, qualificação, e da sua valorização, de modo a reforçar a capacidade de competição e de sustentabilidade, utilizando também os recursos disponíveis com eficiência.

7.6.1 Objectivos

Para a concretização da estratégia foram identificados os seguintes objectivos:

- Defender as condições naturais e os factores de competitividade e sustentabilidade associados, estando implícita a valorização dos produtos da região e dos territórios com especificidade própria através de :
 - Melhoraria da produção, sem afectar a qualidade intrínseca do produto final, com base nos sistemas extensivos e nas raças autóctones ou de aptidão mista, potenciando a utilização dos recursos alimentares endógenos;
 - Promoção dos sistemas integrados de produção e da cooperação com outros agentes promotores da gestão sustentável do espaço rural;
 - Contribuição para a valorização da paisagem e dos seus elementos patrimoniais.
- Promover a qualidade intrínseca dos produtos e dos modos de produção associada aos esquemas de segurança alimentar e de rastreio através de:
 - Melhoria das condições higio-sanitárias, de bem estar animal, de rastreio e de boas práticas agrícolas;

- Apoio aos processos de certificação e qualificação das unidades, na perspectiva de garantir a qualidade intrínseca dos produtos e a sua qualidade em termos de segurança alimentar, “da exploração à refeição”.
- Promover a diferenciação do produto em relação aos produtos ditos “normais” e fazer com que o consumidor os identifique e os valorize através de:
 - Apoio à promoção e divulgação e ainda à elaboração de estudos estratégicos e de marketing, incluindo a sua aplicabilidade prática;
 - Apoio a estratégias de promoção integrada dos produtos regionais protegidos (DOP, IGP, ETG e outras) através de Programas de Divulgação e Sensibilização, incluindo estrutura de promoção desta cooperação “inter-produtos”.
- Acrescentar mais valias para o produtor através de:
 - Desenvolvimento de novos produtos centrados em sistemas de produção de que tenham em vista: um maior valor acrescentado e a sustentabilidade dos sistemas, inovando e divulgando modos de produção ao ar livre, modos de produção tradicionais;
 - Apoio à criação de unidades produtivas ligadas à diversificação de actividades no espaço rural nomeadamente a instalação de pequenas unidades industriais, comerciais e de serviços que aproveitem os recursos endógenos.
- A integração destes produtos com outras actividades associadas ao mundo rural através da:
 - Promoção de sistemas de produção sustentáveis em regime de extensivo, livre ou semi-livre, para as diferentes espécies pecuárias em complementaridade de rotas temáticas e pedagógicas;
 - Diversificação das actividades no espaço rural, permitindo criar mais valias locais e contribuir para um complemento de rendimentos nas explorações agrícolas, através da integração com actividades de turismo e lazer;
 - Promoção do mundo rural, designadamente o turismo e a gastronomia de qualidade em complementaridade com os produtos de qualidade.
- O desenvolvimento de parcerias com Centros Tecnológicos, Universidades e outras Instituições para a introdução de inovação nos processos e nos produtos através de:
 - Apoio à transferência de informação e know how, particularmente as acções que visam a qualidade dos produtos e dos processos em estreita parceria com todos os agentes da fileira;
 - Valorização dos produtos tradicionais pela inovação e diversificação da oferta, promovendo a diversidade através da transformação agro-industrial e pela procura de novos mercados;
 - Promoção do desenvolvimento de mecanismos de inovação com repercussão em termos de competitividade;
 - Apoio à inovação tecnológica e consequentemente a sustentabilidade.

- Favorecer a reorganização do sector de modo a aumentar a escala dos produtos e por forma a valorizá-los e comercializá-los em condições mais favoráveis através de:
 - Fortalecimento da organização comercial da fileira em moldes empresariais,
 - Fortalecimento do trabalho em rede entre diferentes unidades e o estabelecimento de parcerias estratégicas entre empresas do sector agro-alimentar;
 - Apoio aos mecanismos de diversificação da oferta e marketing numa perspectiva de cooperação entre produtores e organizações de produtores e tendo em vista a rentabilidade das unidades produtivas;
- Qualificar os agentes do sector através da formação técnica e tecnológica orientada para a actividade agro-alimentar e produções tradicionais.

7.6.2 Operacionalização da estratégia

Acções para a melhoria da competitividade

- Apoio à reconversão e modernização das unidades de transformação,
- Apoio à instalação de novas unidades de transformação
- Apoio às acções de certificação e à implementação de sistemas de certificação nas empresas
- Apoio à qualificação dos recursos humanos
- Apoio a estudos para o desenvolvimento de novos produtos
- Apoio a estudos de mercado e preparação de processos de reconhecimento como produtos de qualidade
- Apoio a aquisição de serviços de consultoria especializada
- Apoio a projectos de cooperação empresarial tendo em vista a internacionalização
- Apoio à constituição e implementação de redes de informação e cooperação entre as diferentes unidades

Metas a atingir

Indicadores de realização	Nº de unidades de produção apoiadas	50
	Nº de projectos para novas unidades/reconversão	50
	Nº de acções de formação e qualificação	10
	Nº de entidades envolvidas	25
	Nº de acções de sensibilização	16
	Nº de redes de informação	3
	Nº de interpostos de produtos de qualidade	3
Indicadores de resultados	Acréscimo da produção de carne de bovino	15%
	Acréscimo da produção de carne de ovino e caprino	20%
	Acréscimo da produção de carne de suíno	20%
	Acréscimo da produção de produtos de salsicharia	10%
	Acréscimo da produção de queijo	30%
	Acréscimo da produção de carne de méis	10%

Acções para a melhoria da sustentabilidade dos espaços rurais

Apoiar a promoção dos sistemas de produção sustentáveis em regime extensivo, livre ou semi-livre, que visem a sustentabilidade e coesão dos espaços rurais tendo em vista a promoção dos produtos de qualidade local

Apoiar os projectos, que integrem a valorização do produto com o turismo e a gastronomia, associando os valores ambientais e patrimoniais

Apoiar sistemas de produção integrada, pela adopção de boas práticas agrícolas e ambientais, promovendo-se igualmente a reconversão produtiva para Modo de Produção Biológico ou Modo de Produção Integrado.

Metas a atingir

	Nº de unidades a apoiar	50
Indicadores de realização	Nº de unidades a melhorar	20
	Nº de novas indústrias do sector agro-alimentar	3
	Nº de acções de sensibilização	16
	Nº de acções de divulgação	32
Indicadores de resultados	Acréscimo das iniciativas associadas aos produtos de qualidade	10%
	Acréscimo dos MPB e MPRODI	10%
	Acréscimo dos regimes de controlo e bem estar animal	30%

Acções para diversificação da economia rural

Apoiar à criação de empresas de prestação de serviços associadas a estes produtos

Apoiar acções de promoção integradas dos produtos de qualidade, sistema de produção e território

Apoiar a instalação de espaços de venda

Apoiar a criação de percursos que integrem toda a fileira dos produtos de qualidade

Metas a atingir

Indicadores de realização	Nº de unidades a apoiar	20
	Nº de acções de divulgação	5
Indicadores de resultados	Acréscimo de iniciativas integradas com produtos de qualidade	10%
	Acréscimo de empreendimentos apoiados	10%

7.7 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Identificam-se os diferentes tipos de projectos e respectiva ordem de priorização:

1 – Promoção e Marketing

- ✓ Projectos de cooperação empresarial e inter-profissional tendo em vista a promoção e valorização dos produtos.

2- Comercialização

- ✓ Acções de promoção integradas na valorização e diversificação do espaço rural;
- ✓ Estudos de mercado, comercialização e marketing.
- ✓ Capacitação dos agentes
- ✓ Qualificação dos recursos humanos dos agrupamentos de produtores;
- ✓ Sensibilização e formação dos agentes locais;
- ✓ Formação de jovens agricultores.

4 – Transformação

- ✓ Inovação tecnológica e desenvolvimento de produtos e processos;
- ✓ Implementação de sistemas de auto-controlo e certificação da qualidade;
- ✓ Modernização e/ou concentração de unidades de transformação;
- ✓ Instalação de novas unidades de produção.

5 – Sustentabilidade

- ✓ Estabelecimento de redes de informação e cooperação associadas ao espaço rural.

6 – Produção

- ✓ Apoiar as acções de reestruturação das explorações, em especial quanto ao aumento do efectivo e manejo;
- ✓ Apoiar a melhoria da recolha, registo e manutenção de dados produtivos relacionáveis com os dados de produção e transformação, numa óptica de rastreabilidade dos produtos;
- ✓ Uso sustentável dos recursos produtivos e práticas agrícolas tradicionais:
 - Estudos de tipificação das explorações;
- ✓ Fomentar modos de produção compatíveis com o ambiente associados à ruralidade:
 - Modo de produção integrada,
 - Modo de produção biológica;
- ✓ Projectos integrados de melhoria das condições higio-sanitárias, de bem estar animal, de rastreio e de boas práticas agrícolas;
- ✓ Projectos de valorização das produções agrícolas integradas em espaço rural;
- ✓ Participação em projectos integrados de qualificação e valorização da paisagem.

7 – Serviços de apoio

- ✓ Apoiar a criação de empresas de prestação de serviços tendo em vista a racionalização de custos.

8 – Multifuncionalidade

- ✓ Qualificação e valorização da paisagem: apoio às intervenções de valorização paisagística e de recuperação de áreas de pastoreio (incluindo a formação e sensibilização do produtor/agricultor para a multifuncionalidade);
- ✓ Qualificação e valorização do património construído: projectos de recuperação do património.

7.8 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

Tipologia	Critério	Pontuação
Tipo de projecto	Individual	5
	Agrupado	10
Rejuvenescimento do tecido produtivo	Instalação de jovens agricultores	10
	Outros	0
Instalação de novas áreas de pastagens permanentes biodiversas	Com encabeçamento até 2CN/ha e ≥ 5 ha em zonas com produtos de qualidade de origem animal	10
	Com encabeçamento até 2CN/ha e < 5 ha em zonas com produtos de qualidade de origem animal	5
Reconversão de pastagens permanentes biodiversas	Com encabeçamento até 2CN/ha e ≥ 5 ha em zonas com produtos de qualidade de origem animal	10
	Com encabeçamento até 2CN/ha e < 5 ha em zonas com produtos de qualidade de origem animal	5
Aumento da produtividade, designadamente a reconversão para o regadio, introdução de novas tecnologias de produção	Variedades de floração tardia em regadio	5
	Variedades de floração tardia em sequeiro	3
	Variedades tradicionais em regadio	2
	Variedades tradicionais em sequeiro	0
Unidades produção, de transformação com acondicionamento e comercialização	Unidades produção, de transformação com acondicionamento e comercialização	10
	Unidades produção	5
	Unidades de transformação sem acondicionamento e comercialização	5
	Unidades de acondicionamento e comercialização	5
	Modernização de unidades de produção, de transformação com acondicionamento e comercialização	10
	Modernização de unidades de produção	5
	Modernização de unidades de transformação sem acondicionamento e comercialização	5
	Modernização de unidades de acondicionamento e comercialização	5
Cooperação para a inovação com instituições públicas e privadas no âmbito da investigação experimental e demonstração	Aumento do potencial produtivo	10
	Qualificação	5
	Melhoria da qualidade de processos	5
	Melhoria da qualidade do produto	5
	Transformação	10
	Estudos de mercado	5
Dinamização da fileira	Concentração da oferta	5
	Promoção	5

7.9 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS

PRODUTOS DE QUALIDADE	Objectivos	Instrumentos de política		
		Eixos	Medidas	Acções
	Promover a protecção da biodiversidade	II	Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos	2.1.1 – Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas 2.4 – Intervenções Territoriais Integradas
	Incentivar modos de produção sustentáveis no âmbito das actividades agrícolas e florestais	II	Valorização de modos de produção	2.2.1 – Alteração de modos de produção 2.2.2- Protecção da biodiversidade 2.2.3 – Conservação e melhoramento dos recursos genéticos
	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços	I	Serviços de apoio técnico e aconselhamento	4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola 4.3.2 – Serviços de gestão agrícola
		I e III	Informação e formação profissional	4.2.1 – Formação especializada 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação
	Melhorar a competitividade das empresas	I	Inovação e desenvolvimento empresarial	1.1.1- Modernização e capacitação das empresas 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão
			Cooperação para o mercado e internacionalização	1.2 – Cooperação para o mercado e internacionalização
			Cooperação para o desenvolvimento e inovação	4.1.1 –Cooperação para a inovação
			Novos instrumentos financeiros de gestão de riscos e crise	1.5.1- Instrumentos financeiros
			Desenvolvimento de produtos e participação em regimes de qualidade	1.4.1 Apoio aos regimes de qualidade
	Valorizar os produtos de qualidade	II	Melhoramento dos recursos genéticos animais	2.2.3 – Conservação e melhoramentos dos recursos genéticos
		I	Desenvolvimento de produtos e participação em regimes de qualidade	1.4.1 - Apoio aos regimes de qualidade
	Rejuvenescer o tecido empresarial	I	Instalação de jovens agricultores	1.1.3 – Instalação de jovens agricultores
	Promover a diversificação da economia	III	Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais	3.1.2- Criação e desenvolvimento de micro empresas 3.1.3- Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer

8 BOVINICULTURA DE LEITE

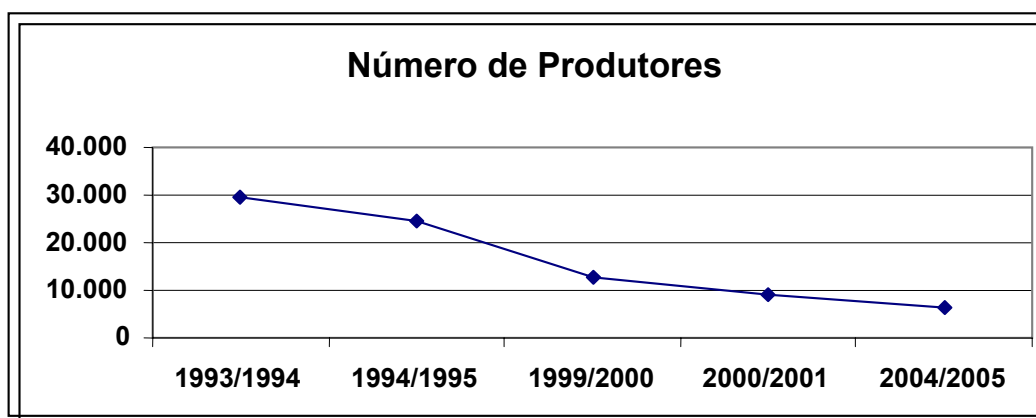
8.1 INTRODUÇÃO

A fileira de “leite e produtos lácteos” é na Região Norte uma fileira estruturante da actividade agrícola e da economia agro-industrial, pelo que se justifica que se lhe dê enquadramento adequado no PDR Regional no sentido de a fortalecer procurando-se corrigir alguns dos pontos fracos que evidencia e melhorar a sua contribuição no produto agrícola regional.

8.2 CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO

A fileira na última década e meia, teve uma evolução da produção muito positiva em termos quantitativos e qualitativos, apesar da diminuição significativa das explorações e do número de vacas em produção que necessariamente foi compensada pelos elevados aumentos da produtividade por vaca e por área forrageira.

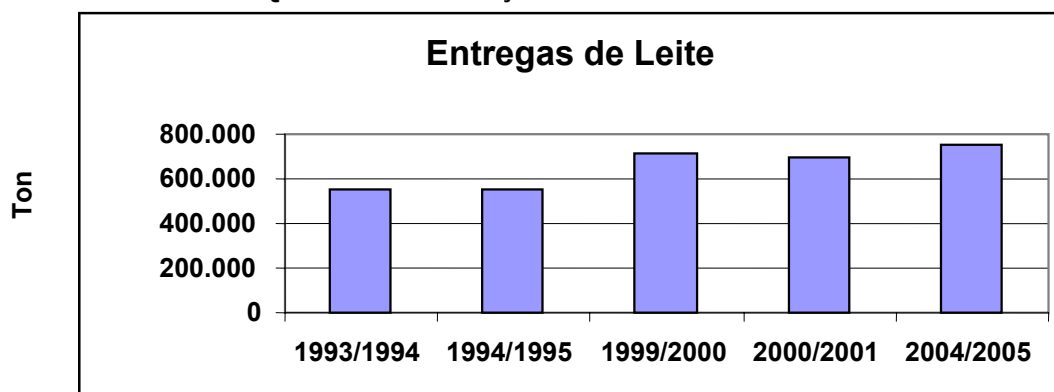
QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE NA REGIÃO



Fonte: FENALAC

A melhoria ocorrida na produção é o resultado de um longo processo de melhoria de gestão acompanhado de investigação aplicada e de incorporação de novas tecnologias.

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA ENTREGA DE LEITE



Fonte: FENALAC

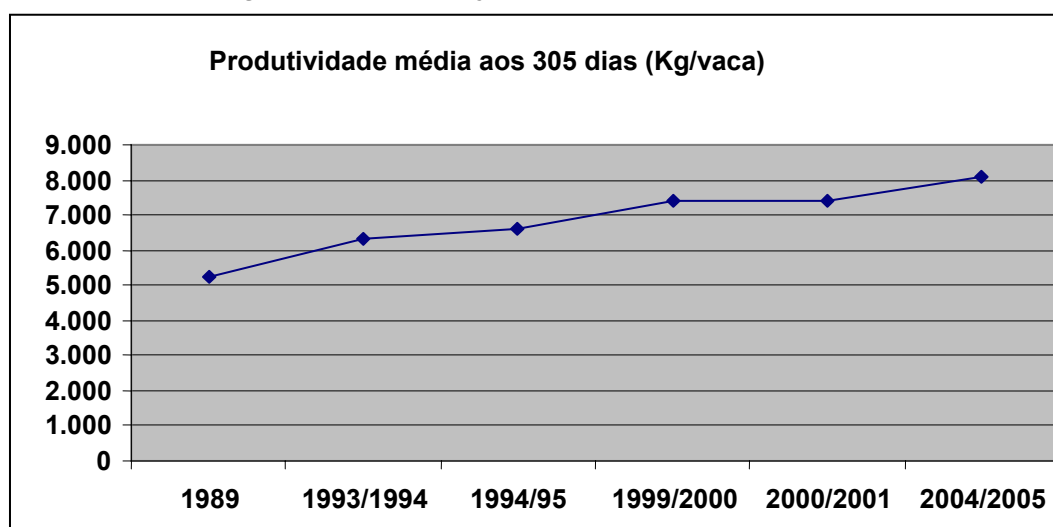
Em consequência das alterações verificadas na década 89/99, a produção de leite acabou por praticamente se concentrar no litoral da região, quer em volume de leite produzido, quer em nº de vacas. Esta zona oferece uma estrutura fundiária e condições edafo-climáticas bastante favoráveis para a produção de leite. Em Trás-os-Montes encontra-se principalmente distribuída por quatro zonas: Planalto Mirandês, os concelhos do Alto Tâmega (com especial relevância Chaves e Vila Pouca de Aguiar), a zona da Campeã no concelho de Vila Real e uma parte do concelho de Moimenta da Beira.

A produtividade média, aos 305 dias, dos animais em contraste (ABLN), aumentou 55% entre o ano 1989 e o ano de 2004.

Para esta evolução contribuíram:

- A entrada de animais de maior capacidade produtiva desde meados da década de 80;
- O desaparecimento de efectivos de aptidão mista;
- A maior especialização produtiva;
- As alterações ao nível da nutrição animal, nomeadamente alterações dos diagramas forrageiros e introdução de subprodutos da indústria agrícola;
- A mecanização das operações de administração de forragens.

QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE MÉDIA



Fonte: ABLN

Os padrões de qualidade conseguidos foram o resultado da modernização das estruturas de produção, da recolha, da transformação e do salto organizacional dado na distribuição no período em análise, o que se traduziu na melhoria da eficácia da gestão e na melhoria do controlo da qualidade dos produtos finais, bem como da utilização de profissionais mais bem preparados técnica e cientificamente.

A fileira pode hoje contar com estruturas de transformação que se têm como das mais evoluídas no quadro europeu.

O nível dos preços dos principais factores de produção utilizados pelas explorações têm vindo a crescer a ritmos que começam a pôr em causas o crescimento dos rendimentos marginais dos produtores, apesar da evolução positiva dos preços pagos pela qualidade do produto.

A produção forrageira também se alterou significativamente, quer em termos das variedades quer no modo da sua obtenção.

Apesar da introdução de mecanização mais recente nas culturas de Outono-Inverno, a falta de conhecimento quanto à escolha das variedades e das melhores práticas culturais, principalmente colheita e conservação, fazem com que esta forragem por vezes não seja qualitativa e quantitativamente valorizada.

Acresce a elevada dependência no momento do corte e no enfardamento da forragem de equipamento de aluguer cuja oferta é insuficiente, o que por vezes condiciona a qualidade do produto final.

Verifica-se ainda um insuficiente controlo das importações de matérias-primas para fabrico de alimentos concentrados que tiveram um crescimento explosivo e com impacto negativo no valor acrescentado.

Porém, a intensificação da produção forrageira e animal, cada vez mais concentrada em termos territoriais, provocou impactos ambientais negativos, fruto da deficiente gestão dos efluentes, que importa ver resolvidos no curto/médio prazo.

A introdução de animais de maior capacidade produtiva obrigou à alteração do modo de produção, nomeadamente:

- Nutrição: introdução de arraçoamentos com maior aport proteico e energético;
- Introdução de equipamento de mistura e recorte de alimentos – unifeed.

Por último é possível verificar ainda a extrema dependência externa de produtos como os leites acidificados, nos quais se incluem os iogurtes. Também o aumento do deficit de queijo está mais dependente da dificuldade da indústria nacional em diversificar e em colocar no mercado produtos a preços competitivos.

QUADRO 4 – GRAU DE AUTO APROVISIONAMENTO (%)

Produtos	1994	2000	2003 ^{a)}
Leites	99,0	110,6	107,2
Leites acidificados (incluindo iogurtes)	105,0	63,5	46,1
Manteiga	113,3	131,6	136,8
Queijo	94,4	81,4	78,6

Fonte: INE - a) Dados provisórios

8.3 ANALISE SWOT

Pontos fracos	Pontos Fortes
<p>Na produção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção forrageira obtida com aplicação exagerada de agro-químicos, tornando a zona de produção muito vulnerável em termos ambientais, particularmente para a produção de produtos de maior valor acrescentado; • Carência de conhecimentos específicos na produção de forragens; • Explorações com deficiências estruturais e com dificuldades no cumprimento de normas de eco-condicionalidade; • Dietas alimentares com elevado nível de azoto; • Extrema dependência de países terceiros de matérias-primas básicas para a preparação de alimentos concentrados; • Preços crescentes dos factores de produção; • Elevadas taxas de mortalidade, quer de bovinos adultos quer de vitelos; • Grau de dependência externa elevado na substituição de efectivos; • Explorações com deficiente capacidade de armazenamento de chorume; • Apoio técnico insuficiente e até para alguns inexistente; • Produção ainda a carecer de muita I&D; <p>Na recolha</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não há pontos fracos a salientar; <p>Na transformação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevado peso do leite de consumo na estrutura de transformação; • Inexistência de auxiliares tecnológicos nacionais; <p>Na comercialização/distribuição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixa internacionalização do sector. 	<p>Na produção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevado grau de especialização de algumas explorações; • Produtividades que permitem produções em níveis estáveis; • Número significativo de produtores com sala individual de ordenha; • Progressos na melhoria da qualidade do produto; <p>Na recolha</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema cooperativo fortemente operativo ; • Equipamento de recolha que oferece garantia da qualidade do produto; • Integração vertical da recolha na transformação por via cooperativa. <p>Na transformação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de transformação tecnologicamente avançada. <p>Na comercialização/distribuição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bom posicionamento no mercado e com marcas prestigiadas; • Boa integração nos centros e pontos de distribuição.

Ameaças	Oportunidades
<p>Na produção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disputa dos solos da bacia leiteira por usos não agrícolas; • Desligamento das ajudas poderá acelerar o abandono da actividade; • Aumento da concorrência intra-comunitária. <p>Na transformação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conjuntura internacional (acordos OMC, reforma da COM., alargamento a leste) poderá induzir a descida dos preços reais dos produtos lácteos; • A procura de alguns produtos lácteos (manteiga e leite em pó desnatado) poderá continuar a decrescer; • Deslocalização de indústrias produtoras de leites acidificados; <p>Na comercialização/distribuição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competitividade crescente por via da globalização do mercado. 	<p>Na produção e na recolha</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de consumidores considerável desejosos de produtos biológicos e com outras menções de qualidade global garantida; <p>Na transformação, comercialização e distribuição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento da procura de produtos lácteos de maior valor acrescentado (leites acidificados, sobremesas lácteos, alimentos probióticos); • Procura crescente de produtos biológicos e com menções de qualidade garantida.

8.4 ESTRATÉGIA

A resolução dos problemas ambientais no curto prazo passa pela montagem de um plano de gestão integrado de requalificação ambiental, o qual favoreça a adequação das explorações às exigências da eco-condicionalidades e do bem-estar animal no quadro da ENEPAI (Estratégia Nacional para os efluentes agro-pecuários e agro-industriais).

No âmbito da transformação e comercialização importa responder ao deficit registado no lado da oferta interna de leites acidificados no curto/médio prazo e preparar o sector para responder à tendência crescente da procura de produtos com qualidade global garantida, nomeadamente produtos biológicos, ainda na vigência do próximo quadro de referência.

Os produtos obtidos em MPB deverão ser desenvolvidos na base de um plano que integre todos os segmentos e projectos de forma a estruturar uma Sub-fileira de Produtos Biológicos

8.5 ACÇÕES E METAS

8.5.1 Plano de requalificação ambiental na produção

A requalificação da bovinicultura do Entre Douro e Minho já prevista também no ENEPAI compreende os concelhos de Barcelos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Trofa, Esposende, Maia, Braga, Matosinhos, Guimarães, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e Arouca.

Os principais objectivos a considerar de acordo com a estratégia são os seguintes:

- Adequar as explorações às exigências da eco-condicionalidade e do bem-estar animal;
- Racionalizar o consumo de água;
- Adequar instalações e equipamentos ao tratamento de efluentes.

Metas a atingir

Indicadores de realização		2013
	Adequação ao bem-estar animal (nº. explorações)	1 500
	Adequação às boas práticas	500
	Racionalização do consumo de água (nº. explorações)	500
	Tratamento de efluentes (nº. explorações)	2 000
	Racionalização de sistemas de manejo	500
Indicadores de resultados	Melhoria do bem-estar animal	50 %
	Melhoria da qualidade ambiental	50 %
	Nº. de Agricultores envolvidos	2 500

8.5.2 Valorização da transformação

A valorização da transformação e comercialização passa por apoiar o aumento e a diversificação de produtos lácteos em resposta à procura tendo-se em vista aumentar o valor acrescentado.

Metas a atingir

Indicadores de realização		2013
	Queijarias	2
	Unidade de produção de iogurtes e outros leites acidificados	1
	Unidade de produção de produtos lácteos frescos	1
	Unidade de produção de produtos lácteos prebióticos e/ou probióticos	1
Indicadores de resultados	Aumento do valor acrescentado	2 %

8.5.3 Instalação de Jovens Agricultores

O envelhecimento dos produtores de leite apresenta-se no médio prazo como bastante preocupante pelo que se deverá promover e apoiar a instalação de pelo menos 250 jovens.

8.5.4 Sub-Fileira de Produtos Biológicos

O objectivo a considerar de acordo com a estratégia é o seguinte:

- Criar uma sub-fileira de produtos biológicos que preveja de forma integrada todos os segmentos desde a produção até à distribuição.

Metas a atingir

Indicadores de realização		2013
	Explorações apoiadas	100
	Agrupamento de Produtores	1
	Unidade de Concentração	1
	Unidade de Tratamento	1
	Queijaria	1
	Unidade de leites acidificados	1
	Unidade de distribuição	1
Indicadores de resultados	Aumento do valor acrescentado	1,5%

8.5.5 – Qualificação profissional e I&D

- Garantir a qualificação profissional em todas os segmentos da fileira.
- Promover a inovação de processos e de tecnologias na produção e na transformação.

Metas a atingir:

Indicadores de realização		2013
	Estudos	15
	Acções de qualificação profissional	300
	Acções sensibilização ambiental	30
Indicadores de resultados	Melhoria da qualidade	10%
	Aumento do VAB regional	5%

8.6 VALORIZAÇÃO DA FILEIRA**QUADRO 5 - VOLUMES DE NEGÓCIOS**Valores em 10⁶ euros

	Valor Actual (2006)	Valor Previsional (2013)	Variação
Leite recolhido	295	345	50
Leite transformado	620	770	150

* Valores estimados a preços constantes com base em 2006

8.7 CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DE PROJECTOS E SUA PRIORIZAÇÃO

De acordo com a estratégia definida serão prioritários os projectos que visem:

Investimentos nas Explorações Agrícolas

- 1ª. Prioridade – Planos de melhoria que promovam a requalificação ambiental e favoreçam a adequação das explorações agrícolas às exigências da eco-condicionalidade e do bem-estar animal a apresentar por produtores de leite instalados na Zona Vulnerável nº.1 (Aquífero Livre entre Esposende e Vila do Conde);
- 2ª. Prioridade - Planos de melhoria que promovam a requalificação ambiental e favoreçam a adequação das explorações agrícolas às exigências da eco-condicionalidade e do bem-estar animal a apresentar por produtores de leite instalados nos restantes concelhos do Núcleo de Acção Prioritário A do sector da bovinicultura da ENEAPAI;
- 3ª. Prioridade - Planos de melhoria que promovam a produção de leite biológico a apresentar por produtores instalados ou instalar em qualquer concelho da Região Norte;
- 4ª. Prioridade - Planos de melhoria que promovam a requalificação ambiental e favoreçam a adequação das explorações agrícolas às exigências da eco-condicionalidade e do bem-estar animal a apresentar por jovens agricultores a instalar como produtores de leite no Núcleo de Acção Prioritário A do Sector da bovinicultura da ENEAPAI;
- 5ª. Prioridade – Planos de melhoria que promovam a requalificação ambiental e favoreçam a adequação das explorações agrícolas às exigências da eco-condicionalidade e do bem-estar animal a apresentar por produtores de leite instalados noutros concelhos da Região Norte;
- 6ª. Prioridade - Planos de melhoria que promovam a recria e engorda de animais de aptidão leiteira apresentados por agricultores instalados ou a instalar nos concelhos fora do Núcleo de Acção Prioritário A da ENEAPAI da Região Norte.

Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas

- 1ª. Prioridade - Projectos de investimento que visem a transformação e comercialização de leite biológico;
- 2ª. Prioridade – Projectos de investimento que visem diversificar produtos lácteos não biológicos.

Investimentos de Pequena Dimensão

- 1ª. Prioridade – Investimentos que permitam adequar explorações leiteiras existentes à produção de leite biológico;
- 2ª. Prioridade - Investimentos em explorações leiteiras ou de recria de raças de aptidão leiteira que visem melhorar as condições ambientais e o bem-estar animal.

Instalação de Jovens Agricultores

- 1ª. Prioridade – Instalações que visem adequar explorações leiteiras existentes ou a criação de novas explorações para a produção de leite biológico;
- 2ª. Prioridade - Instalações em explorações existentes ou em novas a criar que visem a produção de leite ou a recria e engorda de raças de aptidão leiteira.

Apoio aos Regimes de Qualidade

- 1ª. Prioridade – Jovens agricultores;
- 2ª. Prioridade – Outros agricultores.

Informação e Promoção de Produtos de Qualidade

- 1ª. Prioridade – Agrupamento de produtores de leite biológico;
- 2ª. Prioridade – Agrupamentos com secção de produtores de leite biológico.

Formação e Informação Especializada

- 1ª. Prioridade – Formação dos agricultores e dos colaboradores de entidades da fileira com planos de melhoria e projectos de investimento de transformação aprovados;
- 2ª. Prioridade – Outros.

8.8 ENQUADRAMENTO

As preocupações de requalificação ambiental da zona de produção de leite e o conjunto dos objectivos de investimento estabelecidos justificam a sua integração num projecto estratégico e estruturante, dado o carácter relevante do sector na economia da Região Norte.

Importa, porém, realçar que os objectivos de requalificação ambiental estabelecidos serão fortalecidos com aqueles que complementarmente venham a ser identificados no Plano Regional Integrado de Requalificação Ambiental da Bovinicultura da Região Norte no âmbito do ENEPAI, a serem financiados conjugadamente pelo FEADER e pelo Fundo de Coesão. O valor de participação do FEADER neste Plano está identificado no quadro do investimento que a seguir se apresenta.

8.9 OBJECTIVOS E METAS

	OBJECTIVOS	NATUREZA DOS INVESTIMENTOS	METAS
BOVINICULTURA DE LEITE	1. Melhorar infra-estruturas internas	Caminhos agrícolas Electrificação	100 Explorações
	2. Modernizar equipamento de corte e de conservação de forragens	Equipamento	300 Explorações
	3. Racionalizar o consumo de água	Equipamento	500 Explorações
	4. Adequar de instalações e equipamentos ao bem-estar animal	Construções e equipamento	500 Explorações
	5. Tratar os efluentes	Construções e equipamento	1000 Explorações
	6. Adequar às boas práticas	Adequação das salas de leite	500
	7. Racionalizar os sistemas de manejo	Software adequado	500 Explorações
	8. Apoiar a deslocalização de estábulos por razões ambientais	Construção de instalações e equipamentos	20 Explorações;
	9. Apoiar a recría de bovinos em zonas exteriores à zona de requalificação ambiental do ENEAPAI	Construção de instalações e equipamentos	250 Explorações
	10. Produzir leite biológico	9. Adequação de explorações ao MPB	100 Explorações
	11. Formar/reciclar os agricultores e operadores na melhoria do ambiente, do bem-estar animal e da qualidade do produto final,	Cursos de formação adequados	3500 Formandos
	12. Instalar e jovens agricultores	Instalação de jovens agricultores	250 Explorações
	13. Certificar produtos em MPB	Apoio aos produtores biológicos	100 Explorações
	14. Organizar produtores em MPB	Apoiar agrupamento de produtores de leite em MPB em informação e promoção	1 Agrupamento
	15. Promover o ambiente	Acções de sensibilização	30 Acções
	16. Serviços de Aconselhamento	Apoio aos agricultores	3000 Agricultores
	17. Criar serviços de substituição	Serviços de ordenhador, de tratador de animais, de operador de máquinas agrícolas;	20 serviço; 80 operadores
	18. Promover a eco-eficiência e reduzir a poluição	Custo de elaboração, implementação e acompanhamento	Plano Integrado
	1. Aumentar a transformação	Construção e equipamento	2 queijarias
	2. Criar rede de recolha de leite biológico	Aquisição de equipamento	1 rede
	3. Instalar unidade de concentração de leite biológico	Construção de unidade de concentração de leite biológico	1 unidade de concentração
	4. Instalar central de tratamento de leite biológico	Construção da central	1 central
		Aquisição de equipamento de tratamento e de embalagem	1 linha de processamento de 2000 litros por hora
		Aquisição de equipamento de controlo on.line	1 laboratório
	5. Produzir queijo biológico	Construção e equipamento de queijaria	1 queijarias
	6. Produzir leites acidificados biológicos	Construção e equipamento da central	1 central
	7. Montar unidade de distribuição de produtos lácteos biológicos	Aquisição de equipamento de transporte específico	5 veículos refrigerados
	8. Formação no domínio da recolha, transformação e controlo de qualidade do leite marketing e comercialização	Cursos de formação adequados	600 formandos
	9. Promover a inovação de processos e de tecnologias na produção	Estudos	15

9. RAÇAS AUTOCTONES

9.1 INTRODUÇÃO

A produção animal na Região Norte, tem tido desde sempre uma actividade com uma importância socio-económica relevante.

Até ao aparecimento dos bovinos de raça leiteira, existindo uma grande concentração destes, na zona litoral do Entre Douro e Minho, assim como no vale da Campeã, planalto do Alvão e da Padrela, vale de Chaves e Planalto Mirandês, a produção pecuária na Região Norte era baseada em Raças Autóctones.

A produção de bovinos, caprinos, ovinos e suínos, de raças autóctones foi desde sempre baseada em sistemas de produção extensivos, com pouca ou nenhuma importação de factores de produção, ambientalmente sustentáveis, tendo como principal característica a sua perfeita adaptação às suas zonas de produção, onde tem sido notória a sua capacidade para a utilização dos recursos naturais.

Como elemento de ligação entre as populações dos meios rurais e o ambiente em amplas áreas do território, nas quais são mesmo a razão principal da presença humana, as raças autóctones devem ser merecedoras de especial atenção de modo a permitir a sua manutenção sustentada.

9.2 CARACTERIZAÇÃO

Produção

A pecuária sustentada nas raças autóctones constituiu tradicionalmente, e ainda hoje, uma riqueza incalculável sob vários pontos de vista, do económico ao social, passando pelo meio ambiente, sem esquecer a grande reserva genética que representam: um verdadeiro património vivo. Tal quadro traduz-se "...na existência de 53 raças autóctones reconhecidas, sendo 42 respeitantes a espécies cuja utilização se centra no domínio da actividade pecuária, ou seja excluindo os Equinos e os Canídeos..." ⁽³⁾, de acordo com a seguinte distribuição: bovinos 15, ovinos 16, caprinos 5, suínos 3 e galináceos 3. Grande parte destas raças e dos produtos que lhes estão associados, estão localizados na Região Norte.

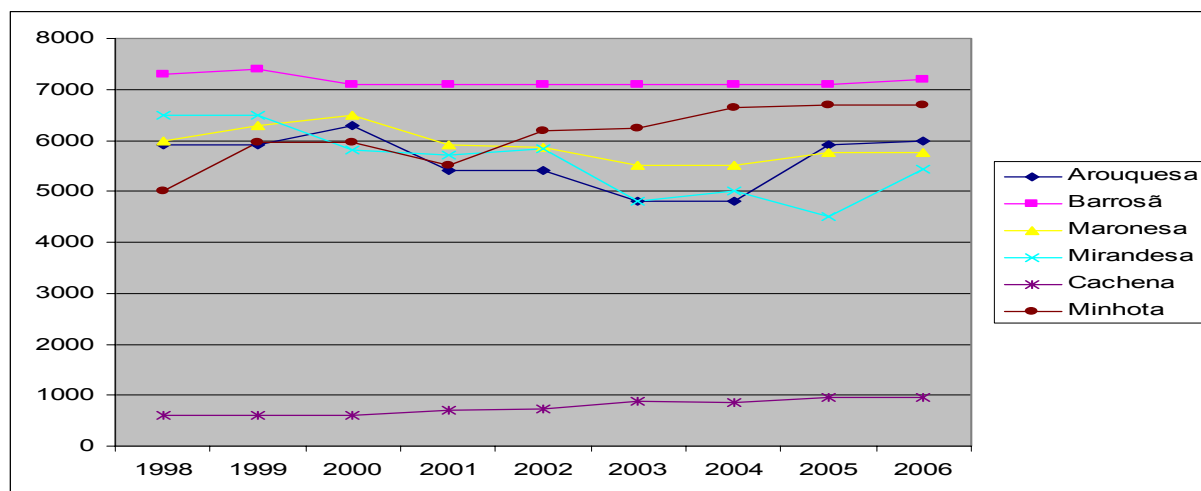
No entanto, o panorama actual em termos de censos não traduz as vantagens reais da manutenção deste sistema natural de produção, dado que o número de animais autóctones da espécie bovina tem vindo a sofrer variações importantes ao longo dos anos (gráficos 1).

Poder-se-á, apesar de tudo, afirmar que algumas raças têm estabilizado o seu efectivo.

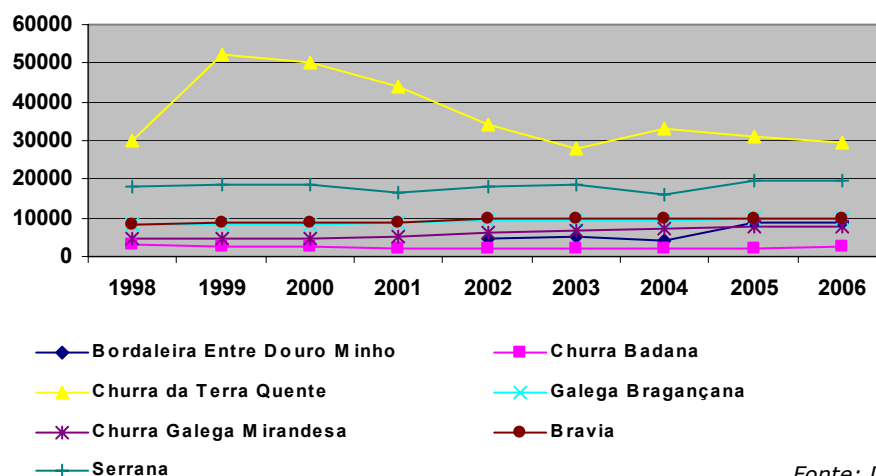
³ MADRP - GPP: "Carne. Diagnóstico diferencial" 2007.

Gráfico 1 – Evolução do efectivo de Fêmeas de Raças Bovinas Autóctones

Fonte: DGV-DSPMA



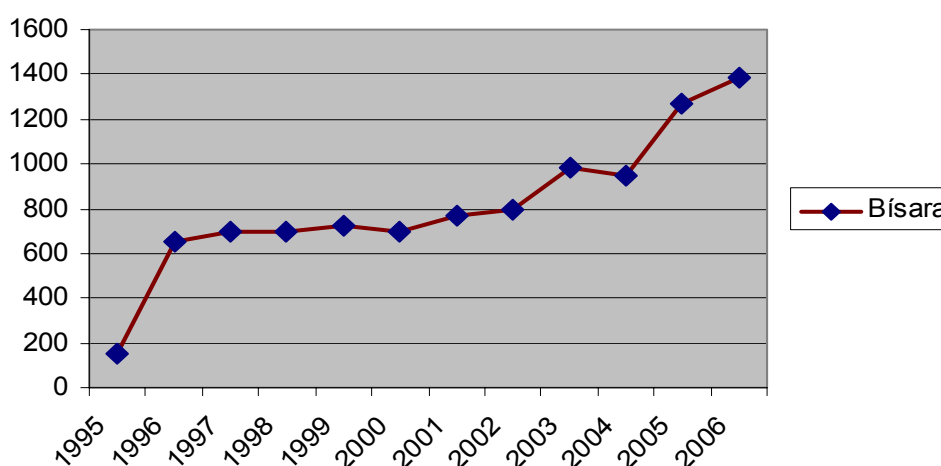
Esta oscilação é resultante de múltiplas contrariedades, nomeadamente a existência de problemas sanitários, a introdução de cruzamentos com raças exóticas tecnicamente mais produtivas, mas menos adaptadas ao meio envolvente e sendo na maioria dos casos consumidoras de factores de produção exteriores à exploração agro-pecuária e o abandono da actividade pelos produtores mais velhos.

Gráfico 2 – Evolução dos efectivos de Raças de ovinas e Caprinas Autóctones

Fonte: DGV-DSPMA

Em termos muito genéricos poderemos afirmar que a maioria das raças autóctones de pequenos ruminantes se encontra ameaçada de extinção (Gráfico 2), devido não só ao número reduzido dos efectivos, mas também devido ao reduzido número de criadores, com efectivos médios muito baixos, e às características da sua utilização. Esta tendência tem sido contrariada nos últimos anos pelo regime de ajudas das Medidas Agro-Ambientais ⁽⁴⁾ e pela valorização dos produtos, embora ainda numa fase de crescimento, que já se encontram protegidos.

⁴ Regulamento (CE) n.º 445/2002, da Comissão, de 26 de Fevereiro

Gráfico 3 - Evolução de outras raças autóctones – Suínos

Fonte: DGV-DSPMA

No caso dos suínos da raça bisara observamos que os mesmos têm sofrido um aumento contínuo ao longo dos anos, o que demonstra que um grande número dos produtores tem apetência por esta actividade, fruto da dinâmica já conseguida através da valorização dos produtos cárneos e de salsicharia já protegidos.

Em relação ao Burro de Miranda e às várias raças de galinhas é ainda prematuro retirar ilações, pois os registos zootécnicos encontram-se ainda em fase incipiente.

Pela análise do quadro podemos observar que tem sido alterada a tendência de diminuição de efectivos autóctones que se vinha observando desde os anos 80 e início da década de 90, o que indica que as Associações de Produtores enquanto entidades gestoras dos Registos Zootécnicos têm contribuído para a manutenção e estabilização dos efectivos.

Sector Associativo

Na Região existem 15 Associações que representam uma Raça cada e uma (AMIBA) que representa os Bovinos da raça Barrosã e os Ovinos da raça Bordaleira de Entre Douro e Minho.

O universo de Associados é caracterizado na sua grande maioria por produtores já com idade avançada seguindo o panorama dos produtores agrícolas em geral e com níveis de escolaridade baixo ou muito baixo, o que torna muitas vezes difícil o trabalho das Associações.

Este perfil dos associados torna difícil o reconhecimento do “valor acrescentado, leia-se melhoramento genético” que os programas de melhoramento introduzem nos efectivos. Por outro lado a sustentabilidade destas organizações tem estado muito dependente da fraca participação efectiva dos respectivos associados e da contratualização das competências transferidas pelo Estado para a manutenção dos Registos Zootécnicos e Livros Genealógicos e da deficiente gestão das próprias organizações.

As Associações de Raças Autóctones possuem cerca de 20 000 produtores associados que se dedicam à exploração de animais em linha pura.

Sustentabilidade

O papel da produção animal vai mais além do que a função produtiva dada a sua importância como elementos integradores e integrantes da paisagem rural e principalmente nas regiões mais sujeitas à desertificação social.

Dado que o manejo utilizado nas raças autóctones, está muito pouco dependente da aquisição de factores de produção exteriores à exploração pecuária, pois a maioria recorre ao aproveitamento das zonas incultas e dos solos pobres, impedindo que estes se degradem ainda mais, torna-o promotor de impactos ambientais positivos. Uma vez que se trata de um manejo de percurso, as raças autóctones contribuem também para a conservação da biodiversidade vegetal.

Esta prática de manejo contribuiu para manter a qualidade ambiental do território, e contribui para prevenção de incêndios florestais, visto os criadores serem guardadores de um espaço de uso múltiplo.

Multifuncionalidade

A valorização das raças autóctones passa também pelo reconhecimento do importante papel que desempenham na fixação de populações dada a sua relação histórica, cultural e de interacção homem/animal. São também geradoras de novos recursos para o produtor podendo mesmo tornar-se num factor de desenvolvimento local.

Dado que na Região existe um efectivo de 65 600 de ovinos inscritos em Registos Zootécnicos ou Livros Genealógicos, que produzirão cerca de 262 toneladas de lã, a utilização desta produção, poderá ser uma forma de acrescentar valor à micro e pequena indústria artesanal regional, tendo em atenção alguns nichos de mercado e numa visão de multifuncionalidade das explorações pecuárias.

Embora a lã produzida seja considerada de baixo valor comercial pela indústria em geral, pois trata-se de lã churra, ela tem algumas vantagens relativas à lã merina e além disso está ligada ao saber fazer instalado na população mais idosa, podendo com a sua utilização reter mais valor acrescentado na área geográfica de produção.

Podemos também referir os vários eventos que se tem realizado, tendo como pano de fundo o Burro de Miranda, que apesar de continuar a ser utilizado como meio de tracção e de transporte, tem sido utilizado em actividades lúdicas e também em algumas experiências com crianças com deficiências profundas. Relativamente aos cavalos da raça Garrana, a sua utilização em actividades desportivas tem sido frequente, o que denota a possibilidade da sua utilização para outros fins que são geradores de mais valias.

A multifuncionalidade das explorações agro-pecuárias com animais de raças autóctones, também começa a ser visível no aparecimento de várias Quintas Pedagógicas.

Não poderíamos deixar de falar nos produtos de qualidade como complemento do rendimento das famílias. Existe ainda todo um leque de actividades que poderão trazer mais valias para o produtor, nomeadamente o artesanato, turismo rural e a gastronomia.

9.3 PONTOS FRACOS E PONTOS FORTES

Pontos fracos	Pontos fortes
<p>Espaço geográfico envelhecido e desvitalizado</p> <p>Introdução de raças exóticas e alguns problemas sanitários</p> <p>Baixa produtividade média</p> <p>Sistemas de produção muito dependentes de mão-de-obra</p> <p>Explorações com baixo encabeçamento</p> <p>Pouca utilização da inseminação artificial</p> <p>Reprodutores excessivamente caros</p> <p>Dificuldade na obtenção de animais de substituição</p> <p>Baixo nível de educação e de formação técnica</p>	<p>Raças perfeitamente adaptadas ao meio</p> <p>Promoção de ecossistema e da biodiversidade</p> <p>Boas condições naturais</p> <p>Única alternativa ao uso de áreas marginais</p> <p>Reorientação da PAC para a sustentabilidade</p> <p>Aparecimento de novos produtores interessados nesta actividade</p> <p>Facilidade de escoamento dos produtos oriundos destas raças</p> <p>Valorização da "ruralidade"</p> <p>Existência de Associações que representam as raças</p> <p>Combate à erosão dos solos</p>

9.4 ESTRATÉGIA

Apesar de alguns avanços na fileira das raças autóctones, continuam a subsistir algumas limitações que impedem que esta actividade se torne atractiva para a instalação de produtores mais jovens e com uma visão mais estruturante e competitiva.

Na actual conjuntura, a pressão sobre o sector das carnes, *senso lato*, resultante de sucessivas crises sanitárias, que abalaram a confiança dos consumidores, abre novas oportunidades aos produtos de qualidade, nomeadamente se for associado à qualidade intrínseca do produto uma garantia acrescida em termos sanitários, reforçando, acreditando e melhorando os sistemas e critérios de controlo e inspecção higio-sanitária.

Os sistemas e modos de produção tradicionais, associados à preservação da biodiversidade e à sua utilização sustentada deverão ser garantidos e integrados numa perspectiva de valorização ambiental e de bem estar animal.

9.4.1 Objectivos

- Promover intervenções que proporcionem a utilização de áreas agro-florestais para esta actividade;
- Promover a adaptação das explorações tendo em vista a redução de mão-de-obra, o aumento do efectivo médio por produtor e a adaptação às normas ambientais;
- Introduzir o conhecimento existente sobre as raças autóctones, tornando-as economicamente mais viáveis;

- Promover parcerias público privadas para a formação de centros tecnológicos ligados ao melhoramento animal;
- Promover a conservação e variabilidade genética como valor de futuro para a agricultura;
- Promover a diversificação e desenvolvimento de actividades económicas criadoras de riqueza e de emprego
- Promover a aquisição de competências no âmbito da sustentabilidade e da multifuncionalidade para todos os agentes da fileira.
- Promover o aumento de operadores em modo de produção biológica

9.5 TIPOLOGIA DE PROJECTOS

Identificam-se os seguintes tipos de projectos e respectiva ordem de prioridade

- Primeira instalação de Jovens Empresários que venham a explorar animais em linha pura;
- Melhoria das condições de bem estar animal e cumprimento das normas ambientais;
- Investimentos que promovam o aumento de efectivo por produtor
- Investimentos na multifuncionalidade da exploração agro-pecuária;
- Reconversão de explorações intensivas para explorações extensivas com efectivos de raças autóctones;
- Investimentos que promovam a diminuição de mão-de-obra;
- Investimentos que promovam a recuperação de áreas marginais para pastoreio.

9.6 METAS A ATINGIR

Indicadores de realização	Nº de Iniciativas de cooperação	10
	Produtores aderentes a programas de melhoramento animal	90%
	Nº de empregos criados	25
	Nº de produtores abrangidos pelos serviços de aconselhamento criados	4500
	Nº de produtores e outros agentes da fileira que frequentaram acções de capacitação	25% Do universo
	Nº total de explorações sujeitas a intervenções territoriais integradas para conservação da biodiversidade	90% dos produtores
	Nº de operadores em modo de produção biológico	10% do universo
Indicadores de resultados	Acréscimo da margem bruta das explorações que explorem raças autóctones	10%
	Aumento da quantidade de produto associado aos regimes de qualidade	20%
	Aumento dos efectivos pecuários por exploração	15%
	Empresas que introduzam novos produtos	15%
	Empresas que introduzam novos processos	15%
	Empresas que introduzam novas técnicas	30%
	Acréscimo do VAB da produção animal	5%
	Acréscimo do nº de micro empresas apoiadas	20%

9.7 MATRIZ DE OBJECTIVOS E MEDIDAS

R A Ç A S A U T Ó C T O N E S	Objectivos	Instrumentos de política		
		Eixos	Medidas	Acções
	Promover a protecção da biodiversidade	II	Protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos	2.1.1 - Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas 2.2.2- Protecção da biodiversidade
	Incentivar modos de produção sustentáveis no âmbito das actividades agrícolas e florestais		Valorização de modos de produção sustentáveis	2.2.1 – Alteração de modos de produção
	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços	I	Serviços de apoio técnico e aconselhamento	4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola 4.3.2 – Serviços de gestão agrícola
			Informação e formação profissional	4.2.1 – Formação especializada
	Melhorar a competitividade das empresas	I	Modernização a capacitação das empresas	1.1.1- Modernização e capacitação das empresas 1.1.2 - Investimentos de pequena dimensão
			Cooperação para o mercado e internacionalização	4.1. – Cooperação para a Inovação
			Novos instrumentos financeiros	1.5.1- Instrumentos financeiros
	Valorizar os produtos de qualidade	II	Melhoramento dos recursos genéticos animais	2.2.3 - Conservação e melhoramentos dos recursos genéticos
		I	Desenvolvimento de produtos e participação em regimes de qualidade	1.4.1 – Apoio aos regimes de qualidade 1.4.2 – Informação e Promoção dos regimes de qualidade 1.4.3- Adaptação às normas exigentes
	Rejuvenescer o tecido empresarial	I	Instalação de jovens agricultores	1.1.3 – Instalação de jovens agricultores
	Promover a diversificação da economia	III	Diversificação e desenvolvimento de actividades na exploração agrícola, micro-empresas, turismo e lazer.	3.1.1- Diversificação de actividades na exploração agrícola 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de micro empresas 3.1.3 – Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer